ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 179 Brasília - DF, terça-feira, 20 de setembro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cidadania 14
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 14
Ministério das Comunicações 19
Ministério da Defesa 24
Ministério do Desenvolvimento Regional 25
Ministério da Economia 26
Ministério da Educação 46
Ministério da Infraestrutura 47
Ministério da Justiça e Segurança Pública 55
Ministério do Meio Ambiente 69
Ministério de Minas e Energia 71
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 74
Ministério da Saúde 74
Ministério do Trabalho e Previdência 97
Ministério do Turismo 97
Conselho Nacional do Ministério Público 99
Ministério Público da União 99
Poder Judiciário 99
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 101

Esta edição é composta de 108 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.939 **(1)**

ORIGEM	: 6939 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: GOIÁS
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MINISTROS E CONSELHEIROS SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - AUDICON
ADV.(A/S)	: JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)
ADV.(A/S)	: JULIANA BRITTO MELO (30163/DF, 5214/SE)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON
ADV.(A/S)	: CLAUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO (34238/DF, 96073/RJ, 417250/SP)
ADV.(A/S)	: NATALI NUNES DA SILVA (24439/DF)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS - ABRACOM
ADV.(A/S)	: JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)
ADV.(A/S)	: JULIANA BRITTO MELO (30163/DF, 5214/SE)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - AMPCON
ADV.(A/S)	: JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)
ADV.(A/S)	: JULIANA BRITTO MELO (30163/DF, 5214/SE)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO BRASIL - ANTC
ADV.(A/S)	: JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)
ADV.(A/S)	: JULIANA BRITTO MELO (30163/DF, 5214/SE)

Decisão: Após os votos dos Ministros Roberto Barroso (Relator), Rosa Weber, Edson Fachin e Alexandre de Moraes, que julgavam improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 28, § 5º, da Constituição do Estado de Goiás, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelos *amici curiae* Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil - AUDICON; Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC; Associação Nacional do Ministério Público de Contas - AMPCON; e Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios - ABRACOM, o Dr. João Marcos Fonseca de Melo. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 28, § 5º, da Constituição do Estado de Goiás, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

***Ementa**:* Direito constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Auditor de Tribunal de Contas. Remuneração de Auditor do Tribunal de Contas no desempenho da Função de Conselheiro.

1.Ação direta de inconstitucionalidade que impugna norma estadual, ao argumento de que estabelece equiparação remuneratória de Auditores do Tribunal de Contas Estadual com Conselheiros e com membros do Poder Judiciário local.

2.Não estabelece equiparação remuneratória inconstitucional a norma que autoriza o auditor de contas a receber os mesmos vencimentos e vantagens do conselheiro, quando estiver atuando em sua substituição. Por se tratar do exercício temporário das mesmas funções, admite-se o pagamento da mesma remuneração, por critério de isonomia.

3.Igualmente, não há inconstitucionalidade na norma que estabelece que auditores de contas, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, devem receber os mesmos vencimentos de juízes de direito de entrância final. O art. 73, § 4º, da CF estabelece que, no exercício das demais atribuições da judicatura, o auditor terá as mesmas garantias de juiz do Tribunal Regional Federal, norma que deve ser aplicada por simetria aos Estados (art. 75 da CF). A manutenção do mesmo padrão remuneratório de magistrados é uma garantia de independência e imparcialidade no exercício da judicatura de contas.

4.Improcedência do pedido.

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 893 **(2)**

ORIGEM	: 893 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S)	: SOLIDARIEDADE
ADV.(A/S)	: DANIEL SOARES ALVARENGA DE MACEDO (36042/DF)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DO SENADO FEDERAL
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES (SINDICOM)
ADV.(A/S)	: CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (23750/DF, 7725/MG)
ADV.(A/S)	: CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO FILHO (6534/DF)
ADV.(A/S)	: SERGIO CARVALHO (05306/DF)
AM. CURIAE.	: ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Decisão: Após os votos dos Ministros Cármen Lúcia (Relatora), Dias Toffoli, André Mendonça e Nunes Marques, que não conheciam da arguição de descumprimento de preceito fundamental e, se superado o não conhecimento, julgavam improcedente o pedido; e do voto do Ministro Roberto Barroso, que conhecia da arguição para julgar procedente o pedido, de modo a declarar a inconstitucionalidade do veto adicional publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União de 15.07.2021 e, assim, restabelecer a vigência do art. 8º da Lei nº 14.183/2021, propondo a seguinte tese de julgamento: "O poder de veto previsto no art. 66, § 1º, da Constituição não pode ser exercido após o decurso do prazo constitucional de 15 (quinze) dias", no que foi acompanhado pelos Ministros Gilmar Mendes, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Falaram: pelo *amicus curiae* Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (SINDICOM), o Dr. Erico Bomfim de Carvalho; e, pelo *amicus curiae* Estado do Amazonas, o Dr. Eugênio Nunes Silva, Procurador do Estado. Plenário, Sessão Virtual de 25.3.2022 a 1.4.2022.

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da arguição de descumprimento de preceito fundamental para julgar procedente o pedido, de modo a declarar a inconstitucionalidade do veto adicional publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União de 15.07.2021 e, assim, restabelecer a vigência do art. 8º da Lei nº 14.183/2021, e fixou a seguinte tese de julgamento: "O poder de veto previsto no art. 66, § 1º, da Constituição não pode ser exercido após o decurso do prazo constitucional de 15 (quinze) dias", nos termos do voto do Ministro Roberto Barroso, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Cármen Lúcia (Relatora), Dias Toffoli, André Mendonça e Nunes Marques, que, inicialmente, não conheciam da arguição, e, vencidos na preliminar, julgavam improcedente o pedido. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

Ementa: Direito Constitucional. Processo legislativo. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Veto presidencial extemporâneo.

1.Arguição de descumprimento de preceito fundamental contra o veto presidencial ao art. 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 12/2021 (que deu origem à Lei nº 14.183/2021), veiculado na Edição Extra do Diário Oficial da União (DOU), de 15.07.2021. O veto em questão foi acrescentado depois da publicação, na edição ordinária do DOU desse mesmo dia, de texto da Lei nº 14.183/2021 do qual art. 8º constava como sancionado.

2.A controvérsia posta nos autos não é sequer a discussão de saber se o veto opera preclusão, e sim se é possível exercer tal poder após a expiração do prazo. A resposta parece ser claramente negativa. Precedentes: ADPFs 714, 715 e 718, Rel. Min. Gilmar Mendes.

3.No caso presente, o prazo para exercício da prerrogativa de vetar o projeto de lei de conversão se entendeu até 14.07.2021. Nessa data, o Presidente da República editou mensagem de veto e encaminhou o texto legal para publicação, sem manifestar a intenção de vetar o art. 8º do projeto de lei. Foi somente no dia seguinte, *quando o prazo já havia expirado*, que se providenciou a publicação de edição extra do diário oficial para a divulgação de novo texto legal com a aposição adicional de veto a dispositivo que havia sido sancionado anteriormente.

4.Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias do art. 66, § 1º, da Constituição, o texto do projeto de lei é, necessariamente, sancionado (art. 66, § 3º), e o poder de veto não pode mais ser exercido. O fato de o veto extemporâneo ter sido mantido na forma do art. 66, § 4º, da Constituição não altera a conclusão pela sua inconstitucionalidade. O ato apreciado pelo Congresso Nacional nem sequer poderia ter sido praticado.

5.Pedido julgado procedente, para declarar a inconstitucionalidade do veto impugnado e, assim, restabelecer a vigência do art. 8º da Lei nº 14.183/2021. Tese de julgamento: "*O poder de veto previsto no art. 66, § 1º, da Constituição não pode ser exercido após o decurso do prazo constitucional de 15 (quinze) dias*".

Secretaria Judiciária
ADAUTO CIDREIRA NETO
Secretário

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 519, de 19 de setembro de 2022. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, destinada a financiar parcialmente o "Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana de Criciúma/SC - 2ª Etapa"

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o descredenciamento da AR ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE PRES. GETÚLIO. Processo n° 00100.002101/2022-19.

DEFIRO o descredenciamento da AR RETONER. Processo n° 00100.002102/2022-55.

DEFIRO o credenciamento da AR CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CRICIÚMA. Processo n° 00100.001515/2022-12.

DEFIRO o credenciamento da AR SEPLAGCE. Processo n° 00100.001517/2022-10.

DEFIRO o credenciamento da AR INNOVA CERTIFICADORA DIGITAL. Processo n° 00100.001512/2022-89.

DEFIRO o credenciamento da AR IDLIFE CERTIFICADORA DIGITAL. Processo n° 00100.001154/2022-12.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTIFICA WEB. Processo n° 00100.001558/2022-06.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE GOIÁS

PORTARIA MAPA Nº 227, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º - Habilitar o médico veterinário GUSTAVO GABRIEL RIBEIRO, CRMVGO nº 9143, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para trânsito intra e interestadual de AVES, OVOS FÉRTEIS e SUÍNOS nos municípios de Brazabrantes, Inhumas, Jandaia, Nerópolis e Trindade. Bem como Processo SEI nº 21020.001899/2022-33.

Art. 2º - Revogar a Portaria nº 207, de 31 de agosto de 2022.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO DE FRANÇA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE RORAIMA

PORTARIA Nº 58, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e conforme artigo 6° da Instrução Normativa n° 10, de 03 de março de 2017, que aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT e conforme inciso II do art. 10º da Instrução Normativa SDA nº 30, de 07 de junho de 2006, e ainda o que consta do Processo nº 21048.000452/2022-39, resolve:

Art.1º CANCELAR a habilitação n°44, de 08 de julho de 2022 do(a) médico(a) veterinário(a) LEONARDO GOMES MONTEIRO BARBOSA inscrito(a) no CRMV/RR 204, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal, referentes à realização de coleta de material para diagnóstico de brucelose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, no estado de Roraima.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GELB PLATÃO PEREIRA LIMA

PORTARIA Nº 59, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e conforme artigo 6° da Instrução Normativa n° 10, de 03 de março de 2017, que aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT e conforme art. 2º da Instrução Normativa SDA nº 30, de 07 de junho de 2006, e ainda o que consta do Processo 21048.000452/2022-39, resolve:

Art. 1º Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a) LEONARDO GOMES MONTEIRO BARBOSA inscrito(a) no CRMV/ RR sob o número 204, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal, referentes à testes para diagnóstico de brucelose, tuberculose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, no estado de Roraima.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GELB PLATÃO PEREIRA LIMA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 21, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA - SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria nº 2.757, de 14 de agosto de 2019, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018 e ainda o constante dos autos do processo SEI 21000.087517/2022-99 resolve:

Art. 1º - Habilitar o Médico Veterinário LEONARDO ALIATTI, registrado junto ao CRMV Primário nº 11969-SC, para colheita e envio de amostras para diagnóstico do Mormo no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: o profissional deverá confeccionar carimbo contendo nome, CRMV-SC e o número da Habilitação Mormo - SC que é composto do número da habilitação, seguido por barra e ano: (Habilitação/Ano).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS CEZAR FARIA DE MESQUITA

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 117, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21050.001198/2015-18, resolve:

Art. 1º Credencia sob o número nº BR-SC0880, a empresa Cia. Olsen de Tratores Agro Industrial - CNPJ 83.055.194/0001-50, situada na R. Brasília, 971, São Cristóvão, município de Caçador/SC, como fabricante de embalagens e suportes de madeira autorizado,

Art. 2º O Credenciamento é válido por 5 (cinco) anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

RODRIGO DA COSTA MACHADO

PORTARIA Nº 119, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21050.001198/2015-18, resolve:

Art. 1º Cadastrar sob o número nº BR-SC0875, a empresa Berneck S.A Painéis e Serrados - CNPJ 81.905.176/0005-18, situada na Rod. BR 116, Km 254, sn, Área Industrial, município de Lages/SC, para realizar tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, nas modalidades: tratamento térmico por secagem em estufa.

Art. 2º O cadastro é válido por tempo indeterminado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

RODRIGO DA COSTA MACHADO

PORTARIA Nº 120, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21050.001198/2015-18, resolve:

Art. 1º Cadastrar sob o número nº BR-SC0876, a empresa AF Madeiras e Transporte Ltda. - CNPJ 43.239.074/0001-98, situada na Rua Artemino Bordignon, n° 410, Parque Industrial, município de Papanduva/SC, para realizar tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, nas modalidades: tratamento térmico por secagem em estufa.

Art. 2º O cadastro é válido por tempo indeterminado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

RODRIGO DA COSTA MACHADO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

PORTARIA Nº 121, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21050.001198/2015-18, resolve:

Art. 1º Cadastrar sob o número nº BR-SC0877, a empresa Salvador Ind. e Com. de Madeiras Ltda - CNPJ 85.211.787/0001-93, situada na R. Heliodoro Muniz, 1890, Área Industrial, município de Lages/SC, para realizar tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, nas modalidades: tratamento térmico por secagem em estufa e ar quente forçado.

Art. 2º O cadastro é válido por tempo indeterminado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

RODRIGO DA COSTA MACHADO

PORTARIA Nº 122, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21050.001198/2015-18, resolve:

Art. 1º Cadastrar sob o número nº BR-SC0878, a empresa Abb Wood Brazil Ltda. - CNPJ 39.271.111/0001-78, situada na Avenida Orlando Scariot n° 840 - Condomínio Industrial Dagoberto Libel, município de Santa Cecília/SC, para realizar tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, nas modalidades: tratamento térmico por secagem em estufa e ar quente forçado.

Art. 2º O cadastro é válido por tempo indeterminado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

RODRIGO DA COSTA MACHADO

PORTARIA Nº 123, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21050.001198/2015-18, resolve:

Art. 1º Credencia sob o número nº BR-SC0880, a empresa Cia. Olsen de Tratores Agro Industrial - CNPJ 83.055.194/0001-50, situada na R. Brasília, 971, São Cristóvão, município de Caçador/SC, como fabricante de embalagens e suportes de madeira autorizado,

Art. 2º O Credenciamento é válido por 5 (cinco) anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

RODRIGO DA COSTA MACHADO

PORTARIA Nº 124, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21050.001198/2015-18, resolve:

Art. 1º Credencia sob o número nº BR-SC0880, a empresa Cia. Olsen de Tratores Agro Industrial - CNPJ 83.055.194/0001-50, situada na R. Brasília, 971, São Cristóvão, município de Caçador/SC, como fabricante de embalagens e suportes de madeira autorizado,

Art. 2º O Credenciamento é válido por 5 (cinco) anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

RODRIGO DA COSTA MACHADO

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.276, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Tornar sem efeito, a Portaria nº 349, de 17 de agosto de 2021 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por acolhimento do recurso administrativo interposto pelo interessado pela embarcação de pesca UNIMAR III, em decisão de 2ª instância.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto no processo administrativo nº 21042.004049/2021-58, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 349, de 17 de agosto de 2021 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por acolhimento, em decisão de 2ª instância, do recurso administrativo interposto pelo interessado pela embarcação de pesca UNIMAR III, inscrita na Autoridade Marítima no Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 161.005540-3 e no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº RS-0000425-8.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA MAPA Nº 655, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Submete à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a Minuta de Portaria que estabelece as diretrizes para os cursos de capacitação destinados à aprovação do registro de aplicador de agrotóxicos e afins conforme disposto no art. 42-A do Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso da atribuição que lhe conferem os Arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo n° 21000.072508/2022-01, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, a proposta de Portaria que estabelece as diretrizes para os cursos de capacitação destinados à aprovação do registro de aplicador de agrotóxicos e afins conforme disposto no art. 42-A do Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002.

Parágrafo único. A Minuta de Portaria encontra-se disponível na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA: www.gov.br/agricultura/pt-br, menu Acesso à Informação, menu Participação Social, submenu Editais e Consultas Públicas, ou acesso pelo link direto: hps://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/parcipacao-social/consultas-publicas.

Art. 2º As sugestões, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - SISMAN, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, por meio do link: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sisman/.

Parágrafo único. Para ter acesso ao SISMAN, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso - SOLICITA, do MAPA, por meio do link: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/.

Art. 3º Findo o prazo estabelecido no art. 1º desta Portaria, será efetuada a consolidação, análise e resposta das contribuições.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA SDA Nº 656, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a importação, o transporte e o armazenamento de cepas de vírus da febre aftosa no país para produção, controle de qualidade, comercialização e exportação de produto de uso veterinário, antígenos ativos e inativados, bem como para realização de diagnóstico e pesquisa de interesse da defesa sanitária animal.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 24 e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e o que consta no Processo nº 21000.053928/2021-08, resolve:

Art. 1º Autorizar a importação, o transporte e o armazenamento de cepas de vírus da febre aftosa no país para produção, controle de qualidade, comercialização e exportação de produto de uso veterinário, antígenos ativos e inativados, bem como para realização de diagnóstico e pesquisa de interesse da defesa sanitária animal.

Art. 2º A autorização de que trata o artigo 1º desta Portaria será emitida pela Superintendência Federal de Agricultura onde for constituído o processo, após parecer favorável do Departamento de Saúde Animal, da Secretaria de Defesa Agropecuária, a cada processo de importação ou transporte do agente viral.

§ 1º A autorização será emitida somente para instalações que atendam às condições de biossegurança definidas em normas e manuais técnicos específicos, disponibilizados no endereço eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2º O processo de autorização deve conter:

I - identificação das cepas a serem importadas, transportadas ou armazenadas;

II - país e local de origem;

III - descrição das atividades a serem realizadas;

IV - descrição das condições de armazenamento e das informações que deverão constar na rotulagem a fim de garantir a identificação inequívoca;

V - laudo sobre as condições de biossegurança das instalações da empresa ou instituição importadora, ou mantenedora das cepas, incluindo relatório de auditoria interna realizada no período máximo de até 6 (seis) meses antes da solicitação;

VI - protocolo de segurança biológica (NBS4) para o transporte das cepas, incluindo modal e rota;

VII - plano de contingência para situação de escape do agente viral, durante o transporte, armazenamento ou manipulação;

VIII - relação dos funcionários autorizados a manipular as cepas virais, acompanhada dos respectivos termos de responsabilidade e compromisso; e

IX - identificação dos responsáveis técnicos pelo transporte, armazenamento, manipulação e aplicação dos protocolos relacionados.

Art. 3º Previamente à emissão da autorização especificada nesta Portaria, a Secretaria de Defesa Agropecuária deve coordenar a realização de auditoria nas instalações que receberão as cepas de vírus da febre aftosa.

Parágrafo único. A auditoria mencionada no caput pode ser dispensada quando, no prazo inferior a um ano, as instalações tenham sido auditadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária e, após esta, o interessado não tenha apresentado solicitação de alteração de estruturas ou processos que interfiram no armazenamento ou na manipulação das cepas de vírus da febre aftosa, além de comprovar a inalteração da estrutura e processos auditados previamente pela SDA,

Art. 4º O transporte das cepas deverá seguir as diretrizes técnicas especificadas em versão vigente de manuais internacionais pertinentes, para Classe 6 (substâncias tóxicas e substâncias infectantes), Subclasse 6.2 (substâncias infectantes) que afetam animais (UN2900) ou classificação equivalente da International Air Transport Association (IATA).

Art. 5º A Secretaria de Defesa Agropecuária coordenará a realização de auditorias periódicas para verificação da adequação do plano de contingência e das condições de biossegurança e bioproteção das instalações.

Parágrafo único. A identificação de falhas no sistema de biossegurança e bioproteção pode resultar no cancelamento da autorização concedida, devendo, nesses casos, o detentor das cepas de vírus da febre aftosa cessar imediatamente todas as atividades que envolvam as mesmas e destruí-las ou destiná-las, no prazo máximo de 7 (sete) dias, a local aprovado pela Secretaria de Defesa Agropecuária, sob sua supervisão.

Art. 6º Ficam revogados os §§ 1º e 2º do artigo 2º da Instrução Normativa nº 5, de 28 de março de 2012.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

PORTARIA Nº 1, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21000.091411/2022-90, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de proteção de cultivares de TUIA (Cupressus macrocarpa Hartw.), os descritores mínimos definidos na forma do Anexo.

O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/ornamentais.

STEFÂNIA PALMA ARAUJO
Coordenadora

ANEXO

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES TUIA (Cupressus macrocarpa Hartw.).

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, é homogênea quanto às suas características dentro de uma mesma geração e é estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de TUIA (Cupressus macrocarpa Hartw.).

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei n0 9.456, de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a manter à disposição do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), no mínimo, 8 arbustos jovens ou 8 árvores propagadas vegetativamente, com cerca de 18 meses de idade.

2. A amostra viva deverá apresentar vigor e boas condições fitossanitárias.

3. A amostra viva não poderá ser submetida a nenhum tipo de tratamento que afete a expressão das características da cultivar, salvo em casos especiais, devidamente justificados. Nesse caso, o tratamento deverá ser detalhadamente descrito.

4. A amostra deverá ser mantida à disposição do SNPC após a obtenção do Certificado de Proteção e precisará ser fornecida pelo solicitante sempre que, durante a análise do pedido, for necessária a sua apresentação para confirmação de informações.

5. A amostra viva de cultivares de obtentores estrangeiros deverá ser mantida no Brasil.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios deverão ser realizados por, no mínimo, um ciclo de cultivo. Caso a distinguibilidade, a homogeneidade e a estabilidade não possam ser comprovadas em um ciclo, os testes deverão ser estendidos por mais um ciclo de cultivo.

2. Os ensaios deverão ser conduzidos em apenas um local. Caso neste local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional, o qual deverá ser informado ao SNPC.

3. Os ensaios deverão ser conduzidos em condições que assegurem o desenvolvimento normal das plantas e a expressão das características relevantes da cultivar.

4. Cada teste deve incluir no mínimo 8 plantas úteis e as observações deverão ser realizadas em 7 plantas ou parte de 7 plantas. As observações de partes de plantas deverão ser realizadas em duas amostras de cada planta.

5. O tamanho das parcelas deverá possibilitar que plantas, ou suas partes, possam ser removidas para avaliações sem que isso prejudique as observações que venham a ser feitas até o final do ciclo de cultivo.

6. Todas as observações na planta devem ser realizadas, preferencialmente, em ambiente protegido.

7. Devido à variação da intensidade da luz ao longo do dia, as determinações de cores deverão ser feitas, de preferência, em recinto com iluminação artificial ou no meio do dia, sem incidência de luz solar direta. A fonte luminosa do recinto deverá estar em conformidade com o Padrão da Comissão Internacional de Iluminação (CIE) de Luminosidade Preferencial D 6.500 e deverá estar dentro dos níveis de tolerância especificados pelo Padrão Inglês 950, Parte I. Essas cores deverão ser definidas contrapondo-se a parte da planta a um fundo branco.

8. As cores das estruturas observadas devem ser referenciadas com base no Catálogo de Cores da Royal Horticultural Society (Catálogo de cores RHS).

9. As avaliações para descrição da cultivar deverão ser realizadas nas plantas com expressões típicas, sendo desconsideradas aquelas com expressões atípicas.

10. Os métodos recomendados de observação das características são indicados na primeira coluna da Tabela de Descritores Mínimos, de acordo com a legenda abaixo:

MI: Mensurações de um número de plantas ou partes de plantas, individualmente.

VG: Avaliação visual única de um grupo de plantas ou partes de plantas.

11. Para a avaliação de homogeneidade deverá ser aplicada uma população padrão de 1% com probabilidade de aceitação de, pelo menos, 95%. No caso de uma amostra de 8 plantas, será permitido, no máximo, 1 planta atípica.

12. É necessário anexar, ao formulário, fotografias representativas de partes da planta e das estruturas mais relevantes utilizadas na caracterização da cultivar. No caso de uma cultivar introduzida no Brasil apresentar alterações em suas características devido às condições ambientais diferentes, sempre que as mesmas possam ser demonstradas por fotografias, estas devem ser anexadas.

IV. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS

1. Deve-se utilizar características agrupadoras para a escolha das cultivares mais similares a serem plantadas no ensaio de DHE.

2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização dos ensaios de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.

3. As seguintes características são consideradas úteis como características agrupadoras:

a) Árvore: altura (característica 1);

b) Ramo: variegação (característica 9); e

c) Somente cultivares com variegação presente: Folha: posição da variegação (característica 18).

V. SINAIS CONVENCIONAIS

- (+) e (a) e (b): Ver explanações relativas a características específicas, item IX "OBSERVAÇÕES E FIGURAS";
- MI, VG: ver item III, 10;
- QL: Característica qualitativa;
- QN: Característica quantitativa; e
- PQ: Característica pseudoqualitativa.

VI. NOVIDADE E DURAÇÃO DA PROTEÇÃO

1. A fim de satisfazer o requisito de novidade estabelecido no inciso V, art. 3º, da Lei nº 9.456, de 1997, para poder ser protegida, a cultivar não poderá ter sido oferecida à venda no Brasil há mais de 12 meses em relação à data do pedido de proteção e, observado o prazo de comercialização no Brasil, não poderá ter sido oferecida à venda ou comercializada em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de 6 anos.

2. Conforme estabelecido pelo artigo 11 da Lei nº 9.456, de 1997, a proteção da cultivar vigorará pelo prazo de 18 (dezoito) anos, a partir da data de concessão do Certificado Provisório de Proteção.

VII. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário na internet.

2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo SNPC.

3. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VIII. TABELA DE DESCRITORES MÍNIMOS DE TUIA (Cupressus macrocarpa Hartw.).
Nome proposto para a cultivar: –

		Característica	Código para cada descrição
1.		Árvore: altura	
QN	MI	baixa	3
		média	5
		alta	7
2.		Árvore: largura máxima	
QN	MI	estreita	3
	(+)	média	5
		larga	7
3.		Tronco: ramificação	
QL	VG	ausente	1
		presente	2
4.		Tronco: espessura na base	
QN	MI	fina	3
		média	5
		grossa	7
5.		Tronco: cor na base	
PQ	VG	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	
6.		Tronco: cor no terço superior	
PQ	VG	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	
7.		Ramo: ângulo de inserção com o	
QN	MI	agudo	1
	(+)	médio	2
		obtuso	3
8.		Ramo: cor	
PQ	VG	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	
9.		Ramo: variegação	
QL	VG	ausente	1
		presente	2
10.		Somente cultivares com variegação presente: Ramo: posição da variegação	
QL	VG	na parte distal	1
		por todo ramo	2
11.		Escama: comprimento	
QN	MI	curto	3
(a)		médio	5
		longo	7
12.		Escama: largura	
QN	MI	estreita	3
(a)		média	5
		larga	7
13.		Folha: formato	
PQ	VG	lanceolado	1
(b)	(+)	outro (especificar)	2
14.		Folha: formato na seção transversal	
PQ	VG	côncava	1
(b)		plana	2
		convexa	3
15.		Folha: curvatura na seção longitudinal	
QL	VG	ausente	1
(b)		presente	2
16.		Folha: cor principal na face superior	
PQ (b)	VG (+)	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	
17.		Folha: variegação	
QL	VG	ausente	1
		presente	2
18.		Somente cultivares com variegação presente: Folha: posição da variegação	
PQ	VG	na margem	1
		no centro	2
		por toda folha	3
19.		Somente cultivares com variegação presente: Folha: cor da variegação	
PQ	VG	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	
20.		Folha: brilho na face superior	
QN	VG	fraco	3
(b)		médio	5
		forte	7
21.		Folha: brilho na face inferior	
QN	VG	fraco	3
(b)		médio forte	5 7
22.		Folha: formato do ápice	
QL	VG	agudo	1
(b)	(+)	apiculado	2

IX. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

1. Explanações relativas a diversas características:

1.1. A menos que indicado de outro modo, as observações deverão ser realizadas em plantas com 24 meses de idade ou quando as plantas estiverem expressando todas as características.

1.2. As características contendo as letras a seguir na primeira coluna da Tabela de Descritores Mínimos deverão ser avaliadas como indicado abaixo:

(a) As observações nas escamas deverão ser realizadas em escamas do terço médio das folhas.

(b) A menos que indicado de outro modo, as observações na folha deverão ser realizadas em folhas do terço médio dos ramos.

2. Explanações relativas a características individuais

As características contendo a indicação (+) na segunda coluna da Tabela de Descritores Mínimos deverão ser avaliadas conforme as orientações do formulário da internet.

X. TABELA DE MEDIDAS ABSOLUTAS PARA CARACTERÍSTICAS MENSURADAS DA CULTIVAR CANDIDATA E DAS MAIS PARECIDAS

Médias observadas Característica	Cultivar Candidata	Cultivar	Cultivar
1. Árvore: altura	cm	cm	cm
2. Árvore: largura máxima	cm	cm	cm
4. Tronco: espessura na base	cm	cm	cm
7. Ramo: ângulo de inserção com o tronco	°	°	°
11. Escama: comprimento	cm	cm	cm
12. Escama: largura	cm	cm	cm

XI. BIBLIOGRAFIA

1. Naktuinbouw, Simplified standard protocol: SSP/CPS/3.rev, 2021.

2. Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão (MAFF), Diretrizes de DHE de Cupressus L., 2017 em: http://www.hinshu2.maff.go.jp/info/sinsakijun/kijun/1213.pdf. Acesso: em 08/09/2022.

DECISÕES DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao art. 46, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a):

Nº 53 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Sakata Seed Sudamerica Ltda, do Brasil, da cultivar de alface (Lactuca sativa L.), denominada AF 3918, Certificado de Proteção nº 20120161, com base no inciso II, do art. 40, da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 54 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Agrico U.A., da Holanda, das cultivares de batata (Solanum tuberosum L.), denominadas Basin Russet, Certificado de Proteção nº 20190243 e Alicante, Certificado de Proteção nº 20200189, com base no inciso II, do art. 40, da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 55 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, do Brasil, da cultivar de cevada (Hordeum vulgare L.), denominada BRS Manduri, Certificado de Proteção nº 20120016, com base no inciso II, do art. 40, da Lei nº 9.456, de 1997.

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas decisões.

STEFÂNIA PALMA ARAUJO
Coordenadora

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 45, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

1. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto RICEPAL, registro nº 16422, conforme processo nº 21000.085546/2022-16.

2. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FMX TÉCNICO, registro nº TC16522, no produto formulado LEALE SC, registro nº 01714, conforme processo nº 21000.086058/2022-26.

3. De acordo De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto ACC MAX, registro nº 1992, para marca comercial QUORUM, conforme processo nº 21000.086086/2022-43.

4. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FMX TÉCNICO, registro nº TC16522, no produto formulado SUMIMAX AMT, registro nº 18420, conforme processo nº 21000.086049/2022-35.

5. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sino-Agri Leading (Tianjin) Agrochemical Company Limited., endereço East of Jinji Rail, South of Nongchang, Wuqing District, Tianjin, China, no produto MANCOZEB 800 SINO-AGRI, registro nº 12319, conforme processo nº 21000.086034/2022-77.

6. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG e Fersol Indústria e Comércio S.A., no produto ATTUARE R, registro nº 17720, conforme processo nº 21000.085925/2022-14.

7. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG e Fersol Indústria e Comércio S.A., no produto ATTUARE R, registro nº 17720, conforme processo nº 21000.085925/2022-14.

8. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG e Fersol Indústria e Comércio S.A., no produto VELBOW, registro nº 13720, conforme processo nº 21000.085897/2022-27.

9. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG e Fersol Indústria e Comércio S.A., no produto VELBOW, registro nº 13720, conforme processo nº 21000.085892/2022-02.

10. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto DAZIN, registro nº 07320, da empresa Pilarquim BR Comercial Ltda, CNPJ Nº 00.642.795/0001-31, sito à Rua Caderal Arcoverde, 2811, CEP: 05407-004, São Paulo/SP para a empresa Adama Brasil S.A., CNPJ Nº 02.290.510/0001-76, sito à Rua Pedro Antônio de Souza, 400, Parque Rui Barbosa, Londrina/PR, conforme processo nº 21000.085997/2022-53.

11. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG no produto TRILLA PLUS, registro nº 16321, conforme processo nº 21000.085852/2022-52.

12. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG no produto TRILLA PLUS, registro nº 16321, conforme processos nºs 21000.085846/2022-03 e 21000.085843/2022-61.

13. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG no produto RAINBURON PLUS, registro nº 16421, conforme processo nº 21000.085838/2022-59.

14. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG no produto RAINBURON PLUS, registro nº 16421, conforme processo nº 21000.085823/2022-91.

15. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG no produto DIURON 800 WG RAINBOW, registro nº 16820, conforme processo nº 21000.085814/2022-08.

16. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Alamos do Brasil Ltda., CNPJ Nº 07.118.931/0001-38 - Porto Alegre/RS, Filiais: CNPJ Nº 07.118.931/0002-19 - Pinhalzinho/SC e CNPJ Nº 07.118.931/0003-08 - Mariópolis/PR, a importar o produto WISH 500 SC, registro nº 4815, conforme processo nº 21000.085652/2022-08.

17. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Alamos do Brasil Ltda., CNPJ Nº 07.118.931/0001-38 - Porto Alegre/RS, Filiais: CNPJ Nº 07.118.931/0002-19 - Pinhalzinho/SC e CNPJ Nº 07.118.931/0003-08 - Mariópolis/PR, a importar o produto SAFENITH, registro nº 23419, conforme processo nº 21000.085649/2022-86.

18. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Alamos do Brasil Ltda., CNPJ Nº 07.118.931/0001-38 - Porto Alegre/RS, Filiais: CNPJ Nº 07.118.931/0002-19 - Pinhalzinho/SC e CNPJ Nº 07.118.931/0003-08 - Mariópolis/PR, a importar o produto CLOPANTO, registro nº24320, conforme processo nº 21000.085647/2022-97.

19. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto DIURON 800 WG RAINBOW, registro nº 16820, conforme processo nº 21000.085803/2022-10.

20. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SIMANEX SUPERMIX, registro nº 19321, conforme processo nº 21000.085787/2022-65.

21. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SIMANEX SUPERMIX, registro nº 19321, conforme processo nº 21000.085776/2022-85.

22. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto DIURON 800 WG RAINBOW, registro nº 16820, conforme processo nº 21000.085803/2022-10.

23. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SUPERMIX, registro nº 27320, conforme processo nº 21000.085764/2022-51.

24. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, nos produtos DICAL, registro nº 1696, MOXYFEN, registro nº 36421, WILPHOS, registro nº 02528208, WILTRYN, registro nº 16208, WILZINE, registro nº 1797, WILLOSATE, registro nº 13318 e WILURON, registro nº 13519, conforme processo nº 21000.085758/2022-01.

25. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SIMATOP RAINBOW, registro nº 23118, conforme processo nº 21000.085701/2022-02.

26. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SIMATOP RAINBOW, registro nº 23118, conforme processo nº 21000.085708/2022-16.

27. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GESAZINA COMBI, registro nº 26421, conforme processo nº 21000.085715/2022-18.

28. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GESAZINA COMBI, registro nº 23118, conforme processo nº 21000.085708/2022-16.

29. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto RICEPAL, registro nº 16422, conforme processo nº 21000.085544/2022-27.

30. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, nos produtos DICAL, registro nº 1696, MOXYFEN, registro nº 36421, WILPHOS, registro nº 02528208, WILTRYN, registro nº 16208, WILZINE, registro nº 1797, WILLOSATE, registro nº 13318 e WILURON, registro nº 13519, conforme processo nº 21000.085728/2022-97.

31. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A., CNPJ Nº 07.467.822/0001-26 -Maracanaú/CE, Filiais: CNPJ Nº 07.467.822/0012-89 - Barueri/SP, CNPJ Nº 07.467.822/0004-79 - Ibiporã/PR, a importar o produto WRANGLER, registro nº 30821, conforme processo nº 21000.086209/2022-46.

32. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa DKBR Trading S.A., CNPJ Nº 33.744.380/0001-28 - Londrina/PR, Filiais: CNPJ Nº 33.744.380/0003-90 - EDA de Presidente Prudente/SP, CNPJ Nº 33.744.380/0002-09 - Cuiabá/MT, a importar o produto TRICLOMAX, registro nº 18122, conforme processo nº 21000.086213/2022-12.

33. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Fiagril Ltda., CNPJ Nº 02.734.023/0013-99 - Lucas do Rio Verde/MT, a importar o produto TRICLOMAX, registro nº 18122, conforme processo nº 21000.086516/2022-27.

34. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Corteva Agriscience Argentina S.R.L., endereço Hipolito Irigoyen 2900, Puerto General San Martin, Santa Fé S2202DRA, Argentina, no produto EMPIRIC, registro nº 10921, conforme processo nº 21000.086352/2022-38.

35. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Syngenta S.A., endereço Cartagena Site, km 6 via Mamonal, Cartagena, Colômbia, no produto PICATINA FLORA, registro nº 18522, conforme processo nº 21000.086343/2022-47.

36. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII e § 4º Inciso III e, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2022, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas e alvos biológicos dessecação na pré-colheita nas culturas Batata, Feijão e Soja; *Cardiospermum halicacabum* na cultura da Soja, *Euphorbia heterophylla, Gossypium hirsutum, Glycine max, Amaranthus viridis, Commelina benghalensis, Conyza canadensis, Ipomoea grandifolia e Zea mays*, nas culturas Algodão, Girassol e Milho, *Euphorbia heterophylla, Gossypium hirsutum, Glycine max, Amaranthus viridis, Commelina benghalensis, Conyza canadensis e Zea mays* na cultura da Soja, no produto HELMOQUAT, registro nº 2818, conforme processo nº 21000.007655/2021-11.

37. De acordo com o Artigo 22, §1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração de endereço da empresa Agrofresh Brasil Ltda., endereço Rua Paes Leme, 215, 15º andar, CEP: 05424-150, Pinheiros, São Paulo/SP, para endereço Rua Butantã, 336, sala 10-109, CEP: 05424-000, Pinheiros, São Paulo/SP, esta alteração contempla os registros dos produtos, onde conste como importador, fabricante e formulador, conforme processo nº 21016.004664/2022-62.

38. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VI e § 4º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a exclusão das culturas Rosa e Crisântemo e a inclusão das culturas Algodão e Citros, no produto ARIETE, registro nº 9407, conforme processo nº 21016.004537/2022-63.

39. De acordo com o Art. 22, §4º, Inciso V, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, inclusão da modalidade de aplicação aérea na cultura do Eucalipto, no produto OUTLINER, registro nº 5116, conforme processo nº 21000.039469/2021-41.

40. De acordo com o Artigo 22, § 4º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto OUTLINER, registro nº 5116, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura CSFI: Pinus, conforme processo nº 21000.077883/2021-59.

41. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o registro do produto CRONNOS WG, registro nº 13417, conforme processo nº 21000.084424/2022-11.

42. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o pleito de registro do produto CARBENDAZIM 500 RAINBOW, processo nº 21000.009052/2012-63, em atendimento a solicitação feita através do processo nº 21000.084923/2022-08.

43. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, indeferimos o pleito de registro COTESIA OLIGOS, processo nº 21000.005739/2014-91.

44. De acordo com o Art. 22, §1º, Inciso VII do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão de alvos biológicos *Amaranthus hybridus, Glycine max* e *Spemacoce latifolia* na cultura do Milho, sem aumento de dose, no produto SONDA HT, registro nº 10122, conforme processo nº 21000.081897/2022-58.

45. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso VI, §4º, Incisos III e V, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, inclusão de culturas Algodão e Soja, e inclusão de alvo biológico *Neocapritermes cumulans* na cultura da cana-de-açúcar, do alvo biológico *Phyllophaga cuyabana* na cultura da Soja e inclusão da modalidade de aplicação "tratamento de sementes" na cultura da Soja, no produto MAJOR, registro nº 44019. conforme processo nº 21000.021251/2021-31.

46. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Euschistus heros* e *Diceraeus melacanthus*, sem aumento de dose, indicado em qualquer cultura com ocorrência dos alvos, para o produto BIO CONDUTOR, registro nº 12122, conforme processo nº 21016.004705/2022-11.

47. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o pleito de registro do produto BELICO, processo nº 21000.009578/2012-43, em atendimento a solicitação feita através do processo nº 21000.085895/2022-38.

48. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o pleito de registro do produto CARZIM, processo nº 21000.009579/2012-98, em atendimento a solicitação feita através do processo nº 21000.085898/2022-71.

49. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante/formulador Solubio Tecnologias S.A., Jataí/GO, no produto TEC HUNTER, registro nº 08222, conforme processo n º 21016.004806/2022-91.

50. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante/formulador Solubio Tecnologias S.A., Jataí/GO, no produto TEC CATP, registro nº 10922, conforme processo n º 21016.004805/2022-47.

51. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante em produto formulado dispensado de registro de produto técnico Jiangxi New Reyphin Biochemical Co., Ltd., endereço Middle Zone of Salt - Industry Park, Xin'Gan County, Jiangxi Province 331300, China, no produto PROMALIN, registro nº 01802, conforme processo nº 21000.112922/2021-71.

52. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do fabricante Jiangsu Xinhe Agrochemical Co., Ltd., (planta 1), endereço No. 19 Xingang Road, Economic Development Zone 221400 Xinyi, Jiangsu, China, no produto CLOROTALONIL TÉCNICO CN, registro nº 25516, conforme processo nº 21000.086650/2022-28.

53. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Albaugh Agro Brasil Ltda. - Resende/Rj, no produto GLIDER 720 SC, registro nº 0615, conforme processo nº 21000.086772/2022-14.

54. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Albaugh Agro Brasil Ltda. - Resende/Rj, no produto ORIGAN 500 SC, registro nº 25918, conforme processo nº 21000.086806/2022-71.

55. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Albaugh Agro Brasil Ltda. - Resende/Rj, no produto PORCEL 100 EC, registro nº 13717, conforme processo nº 21000.086769/2022-09.

56. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Albaugh Agro Brasil Ltda. - Resende/Rj, no produto ROOF 150 EC, registro nº 24721, conforme processo nº 21000.086778/2022-91.

57. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Meghmani Industries Limited., endereço Plot no Z-6, Dahej, SEZ area, Village Dahej, Vagra 392130 District Bharuch, Gujarat, Índia, no produto LOUSAL, registro nº 9719, conforme processo nº 21000.084045/2022-12.

58. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico DIUROM ASCENZA TÉCNICO II, registro nº TC10022, no produto formulado TRONX, registro nº 27521, conforme processo nº 21000.062197/2022-10.

59. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico LAMBDA-CYHALOTHRIN TÉCNICO OXON, registro nº 5213, no produto formulado DAVOS, registro nº 9219, conforme processo nº 21000.074089/2022-34.

60. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso IV, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a razão social da unidade fabril Syngenta Crop Protection Müncwilen AG, endereço Breitenloh 5, CH 4333, Münchwilen-Suíça, para razão social Syngenta Crop Protection AG, endereço Breitenloh 5, CH 4333, Müncwilen-Suíça, mantendo o mesmo endereço, esta alteração contempla os registros dos produtos onde conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.088100/2022-43.

61. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Zhongshan Química do Brasil Ltda, CNPJ Nº 28.514.525/0001-64 - Sorocaba/SP, Filiais: CNPJ Nº 28.514.525/0002-45 -Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 28.514.525/0006-79-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 28.514.525/0007-50 - Carazinho/RS, CNPJ Nº 28.514.525/0005-98 -Ibiporã/PR, CNPJ Nº28.514.525/0003-26 - Luis Eduardo Magalhães/BA, CNPJ Nº 28.514.525/0004-07 - Paulínia/SP, a importar o produto EMZEB 800 WP, registro nº 5610, conforme processo nº 21000.088249/2022-22.

62. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico SULFENTRAZONE TÉCNICO TAGROS, registro nº 40218, no produto formulado SURRENA, SETAZONE, SUNWISE, TRITONE, registro nº 9920, conforme processo nº 21000.086764/2022-78.

63. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico SULFENTRAZONE TÉCNICO TAGROS, registro nº 40218, no produto formulado SUNPAX, registro nº 31720, conforme processo nº 21000.086771/2022-70.

64. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX , do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial PROMENADE, no produto formulado DINKY 200 SP, registro nº 26718, conforme processo nº 21000.086783/2022-02.

65. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico SULFENTRAZONE TÉCNICO TAGROS, registro nº 40218, no produto formulado TITULO, registro nº 30221, conforme processo nº 21000.086787/2022-82.

66. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FIPRONIL TÉCNICO TAGROS, registro nº 34317, no produto formulado RAINIL, DRUMINIL XTRA, FIERO XTRA, OPNIL XTRA, registro nº 31817, conforme processo nº 21000.086802/2022-92.

67. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos PICLORAM TÉCNICO BIDE, registro nº TC02222 , 2,4-D STK TÉCNICO, registro nº TC07421, no produto formulado ARENA, registro nº 016407, conforme processo nº 21000.086850/2022-81.

68. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos PICLORAM TÉCNICO BIDE, registro nº TC02222 , 2,4-D STK TÉCNICO, registro nº TC07421, no produto formulado TURUNA, registro nº 014207, conforme processo nº 21000.086855/2022-11.

69. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico PICLORAM TÉCNICO BIDE, registro nº TC02222 , no produto formulado TOCO, registro nº 02008, conforme processo nº 21000.086861/2022-61.

70. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico PICLORAM TÉCNICO BIDE, registro nº TC02222 , no produto formulado TROPERO, registro nº 02808, conforme processo nº 21000.086867/2022-38.

71. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico ACETAMIPRID TÉCNICO SAU, registro nº TC05822, no produto formulado DINKY 200 SP, registro nº 26718, conforme processo nº 21000.086890/2022-22.

72. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GLIFOSAL, registro nº 13719, conforme processo nº 21000.086943/2022-13.

73. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador CHD'S Agrochemicals S.A.I.C., endereço Supercarretera km 32,5, Campo Tacuru Hernandarias, Alto Paraná, Paraguai, no produto BRADDOCK ULTRA, registro nº 34121, conforme processo nº 21000.086955/2022-30.

74. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 10.486.463/0001-69 - Porto Alegre/RS, Filial: CNPJ Nº 10.486.463/0003-20 -Mariópolis/PR, a importar o produto MANCOZEB 800 SINO-AGRI, registro nº 12319, conforme processos nºs 21000.087259/2022-41 e 21000.087267/2022-97.

75. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o registro do produto HEXAZINONE TÉCNICO ROTAM, registro nº 17308, conforme solicitação feita através do processo nº 21000.087375/2022-60.

76. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o registro do produto MEPIQUAT CHLORIDE TÉCNICO ROTAM, registro nº 3509, conforme solicitação feita através do processo nº 21000.087340/2022-21.

77. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o pleito de registro do produto THIODICARB TÉCNICO RDB, processo nº 21000.054869/2018-81, em atendimento a solicitação feita através do processo nº 21000.087340/2022-21.

78. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o registro do produto NICOSULFURON TÉCNICO ROTAM, registro nº 9511, conforme solicitação feita através do processo nº 21000.087369/2022-11.

79. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o registro do produto METOMIL TÉCNICO ROTAM, registro nº 0210, conforme solicitação feita através do processo nº 21000.087357/2022-88.

80. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sino-Agri Leading (Tianjin) Agrochemical Company Limited., endereço East of Jinji Rail, South of Nongchang, Wuqing District, Tianjin, China, no produto MANCOZEB 800 SINO-AGRI, registro nº 12319, conforme processo nº 21000.087280/2022-46.

81. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda, CNPJ Nº 60.744.463/0001-90 - São Paulo/SP, Filial: CNPJ Nº 60.744.463/0010-80 - Paulínia/SP, a importar o produto GLIFOSATO TÉCNICO WYNCA, registro nº 38919, conforme processo nº 21000.087455/2022-15.

82. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 4 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro, a alteração da formulação do produto BIO-IMUNE, registro nº43418, conforme processo nº 21000.031366/2020-52.

83. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 4 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro, a alteração da formulação do produto NO-NEMA, registro nº 34518, conforme processo nº 21000.031410/2020-24.

84. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Zhongshan Química do Brasil Ltda, CNPJ Nº 28.514.525/0001-64 - Sorocaba/SP, Filiais: CNPJ Nº 28.514.525/0002-45 - Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 28.514.525/0006-79 - Cuiabá/MT, CNPJ Nº 28.514.525/0007-50 - Carazinho/RS, 28.514.525/0005-98 - Ibiporã/PR, CNPJ Nº 28.514.525/0003-26 - Luis Eduardo Magalhães/BA, CNPJ Nº 28.514.525/0004-07 - Paulínia/SP, a importar o produto EMZEB PLATINA, registro nº 01921, conforme processo nº 21000.087619/2022-12.

85. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso X, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos fabricante Hebei Shanli Chemical Co., Ltd., endereço Eighteenth Team, Zhongjie Farm, Cangzhou City, Hebei Province, 061108, P.R. China, no produto AMETRYN TECHNICAL, registro nº 01413, conforme processo nº 21000.030241/2020-13.

86. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto CLECT, registro nº 32521, da empresa Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 10.486.463/0001-69, sito à Avenida Cristóvão Colombo, 2948, salas 1001, 1002 e 1003, Bairro Floresta, CEP: 90560-002, Porto Alegre/RS, para a empresa Albaugh Agro Brasil Ltda, CNPJ Nº 01.789.121/0001-27, sito à Rua Alexandre Dumas, 2220, 7º andar, Chácara Santo Antônio, CEP: 04717-004, São Paulo/SP, conforme processo nº 21000.087570/2022-90.

87. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Bharat Rasayan Limited., endereço 11501, Vikram Tower, Rajendra Place, New Delhi, 110008, Índia, no produto COFENRIN, registro nº 6922, conforme processo nº 21000.088458/2022-76.

88. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto GLORY, registro nº 11321, da empresa Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 10.486.463/0001-69, sito à Avenida Cristóvão Colombo, 2948, salas 1001, 1002 e 1003, Bairro Floresta, CEP: 90560-002, Porto Alegre/RS, para a empresa Albaugh Agro Brasil Ltda, CNPJ Nº 01.789.121/0001-27, sito à Rua Alexandre Dumas, 2220, 7º andar, Chácara Santo Antônio, CEP: 04717-004, São Paulo/SP, conforme processo nº 21000.087583/2022-69.

89. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D TÉCNICO AGRISOR, registro nº 20418, no produto formulado ARRANGE, registro nº 31417, conforme processo nº 21000.088380/2022-90.

90. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D TÉCNICO BIORISK, registro nº 4215, no produto formulado ARTYS, registro nº 13408, conforme processo nº 21000.088129/2022-25.

91. De acordo com o Art. 22, §1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração de endereço da empresa Contacta Registros e Gestão Agropecuária Ltda., endereço SMPW Quadra 04 conj. 25, casa 10, Park Way, CEP: 71735-408, Distrito Federal para endereço Avenida das Araucárias lotes 1835, 1905, 1955 e 2005, sala 528, CEP 71.936-250, Águas Claras, Shopping - Brasília/DF, esta alteração contempla os registros dos produtos, onde conste como fabricante e formulador, conforme processo nº 21000.088774/2022-48.

92. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D TÉCNICO AGRISOR, registro nº 20418, no produto formulado EMPIRIC, registro nº 10921, conforme processo nº 21000.088373/2022-98.

93. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D TÉCNICO AGRISOR, registro nº 20418, no produto formulado ENLIST CROPS COLEX-D, registro nº 10321, conforme processo nº 21000.088374/2022-32.

94. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D TÉCNICO AGRISOR, registro nº 20418, no produto formulado WALUX, registro nº 26119, conforme processo nº 21000.088383/2022-23.

95. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D TÉCNICO AGRISOR, registro nº 20418, no produto formulado LIFTER, registro nº 31517, conforme processo nº 21000.088379/2022-65.

96. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D TÉCNICO BIORISK, registro nº 4215, no produto formulado CRATER, registro nº 13108, conforme processo nº 21000.088133/2022-93.

97. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D TÉCNICO BIORISK, registro nº 4215, no produto formulado JACARE, registro nº 13808, conforme processo nº 21000.088179/2022-11.

98. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D TÉCNICO BIORISK, registro nº 4215, no produto formulado FAMOSO BR, registro nº 13308, conforme processo nº 21000.088173/2022-35.

99. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D TÉCNICO BIORISK, registro nº 4215, no produto formulado DEZ GOLD, registro nº 25419, conforme processo nº 21000.088140/2022-95.

100. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Qingdao Audis Bio-Tech Co. Ltd., endereço Changyang Industrial Zone, Qingdao Laixi City, China, Qingdao Rainbow Chemical Co. Ltd., endereço Xinhe Eco-Chemical Science and Technology Industry Base, Qingdao Shandong China, Ningxia Taiyicin Biotech Co. Ltd., endereço Pacific Road nº1 Nuanquan Economic Zone, Helan County, Yinchuan Ningxia, China, Hebei Xingbai Agricultural Technology Co., Ltd., endereço Nanbaishe Bio-Industrial Park, Zhao County, Hebei Province, China, Qilu Pharmaceutical (Ninner Mongolia) Co. Ltd., endereço No.2 Wei Si Road, Jinchuannan District, Economy & Technology Development Zone Hohhot City, China, no produto ACARIGEN, registro nº 13622, conforme processo nº 21000.086379/2022-21.

101. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Alamos do Brasil Ltda, CNPJ Nº07.118.931/0001-38 -Porto Alegre/RS, Filiais: CNPJ Nº 07.118.931/0002-19 - Pinhalzinho/SC, CNPJ Nº 07.118.931/0003-08 - Mariópolis/PR, a importar o produto DIURON FERSOL 500 SC, registro nº 1238803, conforme processo nº 21000.088561/2022-16.

102. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Agrícola Alvorada S.A., CNPJ Nº 04.854.422/0002-66 - Primavera do Leste/MT, a importar o produto ACEFATO FERSOL 750 SP, registro nº 00458294, conforme processo nº 21000.088567/2022-93.

103. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Adama Brasil S.A., Londrina/PR, Adama Brasil S.A. - Taquari/RS, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, Syngenta Limited, endereço Grangemouth Manufacturing Centre, Earls Road, Grangemouth Stirlinshire FK3 8XG, United Kingdom, Chemark ZRT, endereço 06/75 hrsz., H-8182 Berhida, Peremarton Gyartelep, Hungary, no produto DURIVO, registro nº 09713, conforme processo nº 21000.088729/2022-93.

104. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Alamos do Brasil Ltda., CNPJ Nº07.118.931/0001-38 -Porto Alegre/RS, Filiais: CNPJ Nº 07.118.931/0002-19 - Pinhalzinho/SC e CNPJ Nº 07.118.931/0003-08 - Mariópolis/PR, a importar o produto CAPTAN FERSOL 500 WP, registro nº 818805, conforme processo nº 21000.088563/2022-13.

105. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 4 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro, a alteração da formulação do produto ROVRAL SC, registro nº 2208591, conforme processo nº 21000.080613/2020-44.

106. De acordo com o Art.22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico ATRAZINE TÉCNICO EAGROW, registro nº TC12622 no produto formulado WILZINE, registro nº 01797, conforme processo nº 21000.089239/2022-12.

107. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda., CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP e Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG no produto TITULO, registro nº 30221, conforme processo nº 21000.084266/2022-91.

108. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX , do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial BAITHA no produto formulado TOPINAM, registro nº 28319, conforme processo nº 21000.075282/2022-92.

109. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG no produto CHASER EC, registro nº 29520, conforme processo nº 21000.089450/2022-27.

110. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A., CNPJ Nº 07.467.822/0001-26 - Maracanaú/CE, Filiais: CNPJ Nº 07.467.822/0012-89 -Barueri/SP, CNPJ Nº 07.467.822/0004-79 - Ibiporã/PR, a importar o produto GUMI, registro nº 14021, conforme processo nº 21000.089624/2022-51.

111. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, Sipcam Nichino Brasil S.A. -Uberaba/MG, no produto OMMI EC, registro nº 29620, conforme processo nº 21000.089722/2022-99.

112. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda., CNPJ Nº 60.744.463/0086-89 - Ibiporã/PR, a importar o produto POQUER, registro nº 8510, conforme processo nº 21000.089531/2022-27.

ANDRE FELIPE CARRAPATOSO PERALTA DA SILVA
Coordenador-Geral

ATO Nº 46, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins no uso das suas atribuições legais resolve dar publicidade ao resumo dos registros de produtos técnicos e pré-misturas concedidos, conforme previsto no Artigo 14 do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002.

1-a. Titular do registro: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: SPIROPIDION TÉCNICO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13322, conforme processo nº 21000.013335/2018-03, protocolado em 11/04/2018.
d. Fabricante: Nome: Syngenta Crop Protection Monthey S.A. - Endereço: Rue de l'lle-au-Bois - CH-1870 - Monthey - Suíça.
e. Nome químico: 3-(4-cloro-2, 6-dimetilfenil)-8-metoxi-1-metil-2-oxo-1, 8-diazaspiro[4. 5]dec-3-en-4-il etil carbonate.
f. Nome comum: Espiropidion.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: Classe 4 - Produto pouco tóxico.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

2-a. Titular do registro: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: BIFENTHRIN TÉCNICO SAL.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13422, conforme processo nº 21000.058478/2021-31, protocolado em 23/07/2021.
d. Fabricante: Nome: Shandong United Pesticide Industry Co., Ltd. - Endereço: Building 1#, Middle Shengli Road, Daxin Village, Fan Town, Daiyue District, Taian City, 250100 - Shandong - China.
e. Nome químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl(Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate.
f. Nome comum: Bifentrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

3-a. Titular do registro: FMC Química do Brasil Ltda.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: METSULFUROM-METÍLICO TÉCNICO FMC.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13522, conforme processo nº 21000.006709/2017-45, protocolado em 10/02/2017.
d. Fabricante: Nome: Atul Ltd. - Endereço: Atul 396020 Guharat Índia.
e. Nome químico: Methyl 2-(4-methoxy-6-methyl-1,3,5-triazin-2-ylcarbamoylsulfamoyl)benzoate.
f. Nome comum: Metsulfurom-metílico.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

4-a. Titular do registro: AllierBrasil Agro Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: PIRACLOSTROBINA TÉCNICO HAILIR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13622, conforme processo nº 21000.019990/2020-81, protocolado em 19/03/2020.
d. Fabricante: Nome: Shandong Hailir Chemical Co., Ltd. - Endereço: Lingang Industrial Zone - Coastal Econ, Development Zone Weifang, 262737- Shandong - China.
e. Nome químico: *methyl N-{2-[1-(4-chlorophenyl)-1H-pyrazol-3-yloxymethyl] phenyl}(Nmethoxy) carbamate.*
f. Nome comum: Piraclostrobina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

5-a. Titular do registro: CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.- São Miguel do Iguaçu/PR.
b. Marca comercial: BIFENTRINA TÉCNICO CHDS.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13722, conforme processo nº 21000.065231/2019-57, protocolado em 11/09/2019.
d. Fabricante: Nome: Meghmani Organics Limited - Endereço: Plot No 5001/B, 5027-5034, 4707/B & 4707/P G.I.D.C. Industrial Estate Ankleshwar, Dist. Baruch, Gujarat 393002 - Índia.

e. Nome químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl(Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate.
f. Nome comum: Bifentrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

6-a. Titular do registro: AllierBrasil Agro Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: ACEFATO TÉCNICO IN.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13822, conforme processo nº 21000.009321/2011-19, protocolado em 12/08/2011.
d. Fabricante: Nome: Nantong Weilike Chemical Co., Ltd. - Endereço: Fourth Yangkou Road, Chemical Industrial Park Yangkou Coastal Economic Development Zone Rudong County Jiangsu 226407, China; Nome: Jiangsu Lanfeng Biochemical Co., Ltd. - Endereço: Sushua Road, Xinyi Economics & Technological Development Zone Jiangsu - China.
e. Nome químico: O,S-dimethyl acetylphosphoramidothioate.
f. Nome comum: Acefato.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

7-a. Titular do registro: Crystal Agro Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: ACEFATO TÉCNICO CRYSTAL.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13922, conforme processo nº 21000.074935/2019-11, protocolado em 16/10/2019.
d. Fabricante: Nome: Nantong Weilike Chemical Co., Ltd. - Endereço: Fourth Yangkou Road, Chemical Industrial Park Yangkou Coastal Economic Development Zone Rudong County, Nantong City 226407 - Jiangsu - China.
e. Nome químico: O,S-dimethyl acetylphosphoramidothioate.
f. Nome comum: Acefato.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

8-a. Titular do registro: Cropchem Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZINA TÉCNICO CROPCHEM II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14022, conforme processo nº 21000.015873/2018-24, protocolado em 27/04/2018.
d. Fabricante: Nome: Lier Chemical Co. Ltd. - Endereço: Economic and Technical Development Zone, Mianyang, 521000, Sichuan - China; Nome: Yifan Biotechnology Group Co., Ltd. - Endereço: N° 555 Changan Road, Yaoxi Subdistrict, Longwan District, Wenzhou 325013, Zhejiang - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

9-a. Titular do registro: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP.
b. Marca comercial: METAMIFOP TÉCNICO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14122, conforme processo nº 21000.066381/2019-88, protocolado em 16/09/2019.
d. Fabricante: Nome: Farm Hannong Co., Ltd. - Endereço: 131, Haean-Ro, Danwon-Gu, Ansan-Si, Gyeonggi-Do - Coreia do Sul.
e. Nome químico: (R)-2-[4-(6-chloro-1,3-benzoxazol-2-yloxy)phenoxy]-2'-fluoro-N-methylpropionanilide.
f. Nome comum: Metamifope.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: Não Classificado.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

10-a. Titular do registro: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: TIAMETOXAM TÉCNICO AGRISOR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14222, conforme processo nº 21000.004916/2014-12, protocolado em 15/07/2014.
d. Fabricante: Nome: CAC Nantong Chemical Co. Ltd. - Endereço: Fourth Huanghai Road, Yangkou Chemical Industrial Park, Rudong County, Nantong City, Jiangsu Province - China.
e. Nome químico: 3-(2-chloro-1,3-thiazol-5-ylmethyl)-5-methyl-1,3,5-oxadiazinan-4-ylidene (nitro)amine.
f. Nome comum: Tiametoxam.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

11-a. Titular do registro: CCAB Agro S.A.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: IMIDACLOPRID TÉCNICO CCAB V.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14322, conforme processo nº 21000.014925/2017-64, protocolado em 31/03/2017.
d. Fabricante: Nome: Lianyungang Avilive Chemical Co., Ltd. - Endereço: Dui Gou Gang Town (Chemical Industry Zone), Guan Nan County, Lian Yun Gang City, Jiangsu, China; Nome: Hebei Yean Agrochemicals Co., Ltd. - Endereço: Industrial Zone, South of Yuanshi County, Shijiazhuang, Hebei, China.
e. Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine.
f. Nome comum: Imidacloprido.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

12-a. Titular do registro: CCAB Agro S.A.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: IMIDACLOPRID TÉCNICO CCAB IV.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14422, conforme processo nº 21000.014927/2017-53, protocolado em 31/03/2017.
d. Fabricante: Nome: Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd - Endereço: Industrial Zone, South of Yuanshi County Shijiazhuang Hebei-China; Nome: Lianyungang Avilive Chemical Co., Ltd. - Endereço: Dui Gou Gang Town (Chemical Industry Zone), Guan Nan County, Lian Yun Gang City, Jiangsu, China.
e. Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine.
f. Nome comum: Imidacloprido.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

13-a. Titular do registro: CCAB Agro S.A. - São Paulo/SP.
b. Marca comercial: IMIDACLOPRID TÉCNICO CCAB III.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14522, conforme processo nº 21000.000545/2015-81, protocolado em 30/01/2015.
d. Fabricante: Nome: Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd - Endereço: Industrial Zone, South of Yuanshi County Shijiazhuang Hebei-China; Nome: Hailir Pesticides and Chemicals Group Co., Ltd. - Endereço: East Industry Zone Chengyang District Qingdao 266109 China; Nome: Lianyungang Avilive Chemical Co., Ltd. - Endereço: Dui Gou Gang Town (Chemical Industry Zone), Guan Nan County, Lian Yun Gang City, Jiangsu, China; Nome: Jiangsu Fengshan Group Co., Ltd. - Endereço: Wanggan Town, Dafeng District, Yancheng City, Jiangsu, China; Nome: Nanjing Red Sun Co., Ltd. - Endreço: N° 8 DongFeng Road, Yaxi Town, Gaochun, Shijiazhuang, Hebei, China.
e. Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine.
f. Nome comum: Imidacloprido.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

14-a. Titular do registro: Biorisk - Assessoria e comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: CYPROCONAZOLE TÉCNICO JN.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14622, conforme processo nº 21000.060942/2019-35, protocolado em 23/08/2019.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Sword Agrochemicals Co. Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Zone, Coastal Industrial Park, Binhai County, Jiangsu, 224500, China.
e. Nome químico: (2RS,3RS;2RS,3SR)-2-(4-chlorophenyl)-3-cyclopropyl-1-(1H-1,2,4-triazol-1-yl)butan-2-ol.
f. Nome comum: Ciproconazol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

15-a. Titular do registro: Zhongshan Química do Brasil Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: THIAMETHOXAM TÉCNICO ZS.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14722, conforme processo nº 21000.039699/2017-24, protocolado em 12/09/2017.
d. Fabricante: Nome: CAC Nantong Chemical Co. Ltd. - Endereço: Fourth Huanghai Road, Yangkou Chemical Industrial Park, Rudong County, Nantong City, Jiangsu Province, China.
e. Nome químico: 3-(2-chloro-1,3-thiazol-5-ylmethyl)-5-methyl-1,3,5-oxadiazinan-4-ylidene (nitro)amine.
f. Nome comum: Tiametoxam.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

16-a. Titular do registro: AllierBrasil Agro Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: AZOXISTROBINA TÉCNICO HS.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14822, conforme processo nº 21000.002930/2014-81, protocolado em 29/04/2014.
d. Fabricante: Nome: Zhejiang Hisun Chemical Co., Ltd.- Endereço: N. 97 Waisha Road, Jiaojiang District, Taizhou, Zhejiang, 318000, China.
e. Nome químico: methyl (*E)-2-[[6-(2-cyanophenoxy)-4-pyrimidinyl]oxy]-α-(methoxymethylene)benzeneacetate.*
f. Nome comum: Azoxistrobina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

17-a. Titular do registro: Nutrien Soluções Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZINA TÉCNICO BRA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14922, conforme processo nº 21000.042600/2018-52, protocolado em 17/10/2018.
d. Fabricante: Nome: Yifan Biotechnology Group Co. Ltd. - Endereço: N° 555 Changan Road, Yaoxi Subdistrict, Longwan District, 325013, Wenzhou, Zhejiang, China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

18-a. Titular do registro: Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda-Campinas/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO ROTAM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15022, conforme processo nº 21000.037409/2018-99, protocolado em 21/09/2018.

d. Fabricante: Nome: Lier Chemical Co., Ltd. - Endereço: Economic and Technical Development Zone, Mianyang, Sichuan, 621000 - China; Nome: Yifan Biotechnology Group Co. Ltd. - Endereço: N° 555 Changan Road, Yaoxi Subdistrict, Longwan District, Wenzhou 325013, Zhejiang, China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

19-a. Titular do registro: BRA Defensivos Agrícolas Ltda.- Piracicaba/SP.
b. Marca comercial: PICLORAM TÉCNICO CC BRA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15122, conforme processo nº 21000.032747/2017-53, protocolado em 25/07/2017.
d. Fabricante: Nome: Jiangxi Tianyu Chemical Co., Ltd. - Endereço: Yanhua Road, Xingan Salt Chemical Industrial Park, 331300 Xingan County, Jiangxi, China.
e. Nome químico: 4-amino-3,5,6-trichloro-2-pyridinecarboxylic acid.
f. Nome comum: Picloram.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

20-a. Titular do registro: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZINA TÉCNICO SBT.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15222, conforme processo nº 21000.019662/2019-41, protocolado em 03/04/2019.
d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co. Ltd. - Endereço: Nº 518, Yongxin road, Binbei Town, Binzhou 256600, Shandong China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

21-a. Titular do registro: Adama Brasil S/A- Londrina/PR.
b. Marca comercial: BOSCALIDA TÉCNICO ADAMA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15322, conforme processo nº 21000.001940/2015-81, protocolado em 07/04/2015.
d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area 262737 Weifang, Shandong, China.
e. Nome químico: 2-chloro-N-(4'-chlorobiphenyl-2-yl)nicotinamide.
f. Nome comum: Boscalida.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

22-a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: BOSCALID TÉCNICO RAINBOW.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15422, conforme processo nº 21000.006668/2014-44, protocolado em 23/09/2014.
d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, 262737 Weifang, Shandong, China.
e. Nome químico: 2-chloro-N-(4'-chlorobiphenyl-2-yl)nicotinamide.
f. Nome comum: Boscalida.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

23-a. Titular do registro: Proregistros Registros de Produtos Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: PICLORAM TÉCNICO ZS.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15522, conforme processo nº 21000.042155/2017-40, protocolado em 28/09/2017.
d. Fabricante: Nome: Jiangxi Tianyu Chemical Co. Ltd. - Endereço: Yanhua Road, Xingan Salt Chemical Industrial Park, 331300 Xingan County, Jiangxi, China.
e. Nome químico: 4-amino-3,5,6-trichloro-2-pyridinecarboxylic acid.
f. Nome comum: Picloram.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

24-a. Titular do registro: Ouro Fino Química S.A.- Uberaba/MG.
b. Marca comercial: PICLORAM TÉCNICO OF.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15622, conforme processo nº 21000.008485/2015-44, protocolado em 17/12/2015.
d. Fabricante: Nome: Jiangxi Tianyu Chemical Co. Ltd. - Endereço: Yanhua Road - Xingan Salt Chemical Industrial Park, 331300 Xingan County, Jiangxi, China.
e. Nome químico: 4-amino-3,5,6-trichloro-2-pyridinecarboxylic acid.
f. Nome comum: Picloram.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

25-a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: PICLORAM TÉCNICO NORTOX BR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15722, conforme processo nº 21000.003725/2015-14, protocolado em 29/06/2015.
d. Fabricante: Nome: Jiangxi Tianyu Chemical Co. Ltd. - Endereço: Yanhua Road, Xingan Salt Chemical Industrial Park, 331300 Xingan County, Jiangxi, China.
e. Nome químico: 4-amino-3,5,6-trichloro-2-pyridinecarboxylic acid.
f. Nome comum: Picloram.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

26-a. Titular do registro: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.- Ituverava/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO UPL.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15822, conforme processo nº 21000.034382/2017-00, protocolado em 04/08/2017.
d. Fabricante: Nome: Max (Rudong) Chemicals Co., Ltd. - Endereço: Yangkou Chemical Insdustrial Park 226407 Rudong, Jiangsu - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

27-a. Titular do registro: Adama Brasil S.A- Londrina/PR.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZINA TÉCNICO ADAMA BRASIL.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15922, conforme processo nº 21000.004228/2018-86, protocolado em 06/02/2018.
d. Fabricante: Nome: Yifan Biotechnology Group Co. Ltd. - Endereço: N° 555 Changan Road, Yaoxi Subdistrict, Longwan District, Wenzhou 325013, Zhejiang, China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

28-a. Titular do registro: Adama Brasil S/A.- Londrina/PR.
b. Marca comercial: FLUTRIAFOL TÉCNICO ADAMA ADA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16022, conforme processo nº 21000.055089/2018-59, protocolado em 19/12/2018.
d. Fabricante: Nome: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Endereço: No. 9, Weijiu Rd., Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area Zhejiang 312369 - China.
e. Nome químico: (RS)-2,4'-difluoro-α-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol.
f. Nome comum: Flutriafol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

29-a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: LAMBDA-CIALOTRINA TÉCNICO RAINBOW.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16122, conforme processo nº 21000.043659/2016-04, protocolado em 05/09/2016.
d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area 262737 Weifang, Shandong - China.
e. Nome químico: Mistura dos isômeros (1:1) (S)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1R,3R)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoro prop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate e (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1S,3S)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate.
f. Nome comum: Lambda-Cialotrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe I - Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.

30-a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: CLOMAZONA TÉCNICO RAINBOW.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16222, conforme processo nº 21000.071542/2019-55, protocolado em 04/10/2019.
d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd - Endereço: Binhai Economic Development Area 262737, Weifang, Shandong, China.
e. Nome químico: 2-(2-clorobenzil)-4,4-dimetil-1,2-oxazolidin-3-ona.
f. Nome comum: Clomazona.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

31-a. Titular do registro: Proventis Lifescience Defensivos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: IMIDACLOPRID TÉCNICO PROVENTIS.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16322, conforme processo nº 21000.001648/2014-87, protocolado em 10/03/2014.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Fengshan Group Co., Ltd. - Endereço: Wanggang Town, Dafeng City 224145 Jiangsu - China; Nome: Jiangsu Yangnong Chemical Co., Ltd. - Endereço: No. 39 Wenfeng Road, Yangzhou 225009 Jiangsu - china.
e. Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine.
f. Nome comum: Imidacloprido.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

32-a. Titular do registro: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO BINNONG.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16422, conforme processo nº 21000.032526/2020-81, protocolado em 13/05/2020.
d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co., Ltd. - Endereço: N º 518, Yongxin Road, Binbei Town, Binzhou 256600, Shandong - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

33-a. Titular do registro: AllierBrasil Agro Ltda- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: FMX TÉCNICO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16522, conforme processo nº 21000.007917/2015-08, protocolado em 24/11/2015.
d. Fabricante: Nome: Max (Rudong) Chemicals Co., Ltd. - Endereço: Yangkou Chemical Industrial Park 226407 Rudong, Jiangsu - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4-benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

34-a. Titular do registro: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.- Hortolândia/SP.
b. Marca comercial: S-METOLACLORO ASCENZA TÉCNICO II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16622, conforme processo nº 21000.020226/2016-72, protocolado em 04/05/2016.
d. Fabricante: Nome: Empresa(s) fabricante(s) do produto técnico: Weifang Sino-Agri Union Chemical Co., Ltd - Endereço: Lingang Industry Park, Binhai Economic Development Weifang City - Shandong China.
e. Nome químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-otoluidide and 20-0% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide.
f. Nome comum: S-Metolacloro.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: CLASSE II--Produto MUITO PERIGOSO ao meio ambiente.

35-a. Titular do registro: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.- Hortolândia/SP.
b. Marca comercial: S-METOLACLORO ASCENZA TÉCNICO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16722, conforme processo nº 21000.006145/2014-06, protocolado em 03/09/2014.
d. Fabricante: Nome: Empresa(s) fabricante(s) do produto técnico: Weifang Sino-Agri Union Chemical Co., Ltd - Endereço: Lingang Industry Park, Binhai Economic Development Weifang City - Shandong China.
e. Nome químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-otoluidide and 20-0% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide.
f. Nome comum: S-Metolacloro.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Produto MUITO PERIGOSO ao meio ambiente - CLASSE II.

36-a. Titular do registro: Alta - América Latina Tecnologia Agrícola Ltda.- Curitiba/PR.
b. Marca comercial: IMIDACLOPRIDO TÉCNICO ALTA II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16822, conforme processo nº 21000.030616/2017-31, protocolado em 11/07/2017.
d. Fabricante: Nome: Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd. - Endereço: Industrial Zone, South of Yuanshi County 050035 Shijiazhuang - Hebei.
e. Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine.
f. Nome comum: Imidacloprido.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

37-a. Titular do registro: Helm do Brasil Mercantil Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZINA B TÉCNICO HELM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16922, conforme processo nº 21000.030002/2019-11, protocolado em 14/05/2019.
d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co. Ltd. - Endereço: N° 518, Yongxin Road, Binbei Town, Binzhou 256600, Shandong - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

38-a. Titular do registro: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas - São Paulo/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO YN.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17022, conforme processo nº 21000.022196/2019-81, protocolado em 12/04/2019.
d. Fabricante: Nome: Yifan Biotechnology Group Co. Ltd. - Endereço: N° 555 Changan Road, Yaoxi Subdistrict, Longwan District, Wenzhou 325013, Zhejiang, China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

39-a. Titular do registro: Adama Brasil S/A- Londrina/PR.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZINA TÉCNICO ADA BR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17122, conforme processo nº 21000.025232/2019-69, protocolado em 24/04/2019.
d. Fabricante: Nome: Max (Rudong) Chemicals Co., Ltd. - Endereço: Yangkou Chemical Insdustrial Park 226407 Rudong, Jiangsu - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

40-a. Titular do registro: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: PIRIPROXIFEN TÉCNICO PROPLAN.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17222, conforme processo nº 21000.008617/2015-38, protocolado em 21/12/2015.
d. Fabricante: Nome: Shaanxi Hengrun Chemical Industry Co., Ltd - Endereço: Industrial Park Xlyang Town, Sanyuan County 713807 China.
e. Nome químico: methyl (E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate.
f. Nome comum: Piriproxifem.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

41-a. Titular do registro: Solus Indústria Química Ltda.- Jandaia do Sul/PR.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIM TÉCNICO SOLUS.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17322, conforme processo nº 21000.033072/2020-65, protocolado em 15/05/2020.
d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co. Ltd. - Endereço: N° 518, Yongxin Road, Binbei Town, Binzhou 256600, Shandong - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

42-a. Titular do registro: Ouro Fino Química S.A.- Uberaba/MG.
b. Marca comercial: LAMBDA-CIALOTRINA TÉCNICO OURO FINO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17422, conforme processo nº 21000.075150/2019-65, protocolado em 17/10/2019.
d. Fabricante: Nome: Meghmani Organics Limited - Endereço: Plot No. 5001/B, 5027 to 5034, 5037, 4707/B & 4707/P 393002 Dist. Bharuch, Ankleshwar, Gujarat - Índia.
e. Nome químico: Mistura dos isômeros (1:1) (S)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1R,3R)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoro prop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate e (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1S,3S)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate.
f. Nome comum: Lambda-Cialotrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe I - Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.

43-a. Titular do registro: Ouro fino Química S.A- Uberaba/MG.
b. Marca comercial: CLETODIM TÉCNICO OURO FINO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17522, conforme processo nº 21000.080812/2020-52, protocolado em 14/12/2020.
d. Fabricante: Nome: Liaoning Cynda Chemical Co., Ltd - Endereço: Nº 417, Hanjiang road, Comprehensive Industrial Park, Economic Development Zone Hiudao, Liaoning, China.
e. Nome químico: (5RS)-2-{(1EZ)-1-[(2E)-3-chloroallyloxyimino]propyl}-5-[(2RS)-2-(ethylthio)propyl]-3-hydroxycyclohex-2-en-1-one.
f. Nome comum: Cletodim.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

44-a. Titular do registro: BRA Defensivos Agrícolas Ltda.- Piracicaba/SP.
b. Marca comercial: LAMBDA CIALOTRINA TÉCNICO MG-BRA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17622, conforme processo nº 21000.022531/2022-47, protocolado em 15/03/2022.
d. Fabricante: Nome: Meghmani Organics Limited - Endereço: Plot No. 5001/B, 5027 to 5034, 5037, 4707/B & 4707/P 393002 Dist. Bharuch, Ankleshwar, Gujarat, Índia.
e. Nome químico: Mistura dos isômeros (1:1) (S)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1R,3R)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoro prop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate e (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1S,3S)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate.
f. Nome comum: Lambda-Cialotrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe I - Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.

45-a. Titular do registro: CHD´S do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.- São Miguel do Iguaçu/PR.
b. Marca comercial: LAMBDA-CIALOTRINA TÉCNICO CHDS.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17722, conforme processo nº 21000.079014/2019-44, protocolado em 31/10/2019.
d. Fabricante: Nome: Meghmani Organics Limited - Endereço: Plot No. 5001/B, 5027 to 5034, 5037, 4707/B & 4707/P 393002 Dist. Bharuch, Ankleshwar, Gujarat, Índia.
e. Nome químico: Mistura dos isômeros (1:1) (S)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1R,3R)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoro prop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate e (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1S,3S)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate.
f. Nome comum: Lambda-Cialotrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe I - Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.

46-a. Titular do registro: Iharabras S.A. Indústrias Químicas- Sorocaba/SP.
b. Marca comercial: GLUFOSINATO TÉCNICO IHARA II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17822, conforme processo nº 21000.026252/2022-52, protocolado em 25/03/2022.
d. Fabricante: Nome: Yongnong Biosciences Co., Ltd - Endereço: Nº 03, Weiqi Rd (East), Hangzhou Gulf Fine Chemical Zone 312369 Shangyu, Zhejiang, China.
e. Nome químico: ammonium 4-[hydroxy(methyl)phosphinoyl]-DLhomoalaninate ou ammonium DL-homoalanin-4-yl(methyl) phosphinate.
f. Nome comum: Glufosinato - sal de Amônio.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

47-a. Titular do registro: CCAB Agro S.A- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: CLORPIRIFÓS TÉCNICO CCAB.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17922, conforme processo nº 21000.042865/2016-99, protocolado em 31/08/2016.
d. Fabricante: Nome: GSP Crop Science Private Limited. - Endereço: Plot nº 1 G.I.D.C. Estate, Nandesari 391340 Baroda, Gujarat - Índia; Nome: Dezhou Luba Fine Chemical Co., Ltd - Endereço: Nº 288, Hengdong Road, Tianqu Industrial Park 253035 Dezhou, Shandong-China; Nome: Crystal Crop Protection Private Limited - Endereço: G.I-17, G. T. Karnal Road, Industrial Area 110033 Azadpur, Delhi-Índia.
e. Nome químico: O,O-diethyl O-3,5,6-trichloro-2-pyridylphosphorothioate.
f. Nome comum: Clorpirifós.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

48-a. Titular do registro: Ferbru Participações S.A- Campinas/SP.
b. Marca comercial: TRIFLOXYSTROBIN TÉCNICO FB II;
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC18022, conforme processo nº 21000.093882/2019-37, protocolado em 20/12/2019.
d. Fabricante: Nome: Yongnong Biosciences Co., Ltd. - Endereço: N° 3, Weiqi Rd (East), Hangzhou Gulf Fine Chemical Zone 312369, Shangyu, Zhejiang China.
e. Nome químico: Methyl (E)-methoxyimino-{(E)-α-[1-(α,α,α-trifluoro-m-tolyl) ethylideneaminooxy]otolyl}acetate.
f. Nome comum: Trifloxistrobina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

49-a. Titular do registro: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: METRIBUZIM TÉCNICO GSP.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC18122, conforme processo nº 21000.019823/2016-54, protocolado em 02/05/2016.
d. Fabricante: Nome: GSP Crop Science Private Limited - Endereço: BiPlot No. 1, G.I.D.C Estate, 391340 Nandesari, Gujarat, India.
e. Nome químico: 4-amino-6-tert-butyl-4,5-dihydro-3-methylthio-1,2,4-trizin-5-one.
f. Nome comum: Metribuzim.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

50-a. Titular do registro: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: ALFA-CIPERMETRINA TÉCNICO HEMANI.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC18222, conforme processo nº 21000.031755/2016-00, protocolado em 30/06/2016.
d. Fabricante: Nome: Hemani Industries Limited. - Endereço: Unit-III, Plot nº CH-5, G.I.D.C. Industrial Estate, Dahej, Vagra Baruch - Gujarati 291111, Índia.
e. Nome químico: racemate comprising(S)-α-cyano-3-phenoxybenzyl (1R,3R)-3-(2,2-dichlorovinyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(1S,3S)-3-(2,2-dichlorovinyl)-2,2- dimethylcyclopropanecarboxylate.
f. Nome comum: Alfa Cipermetrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

51-a. Titular do registro: Nortox S.A- Aricanduva/PR.
b. Marca comercial: CLETODIM TÉCNICO NORTOX III.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC18322, conforme processo nº 21000.046654/2018-97, protocolado em 05/11/2018.
d. Fabricante: Nome: Liaoning Cynda Chemical Co., Ltd - Endereço: Nº 417, Hanjiang road, Comprehensive Industrial Park, Economic Development Zone Hiudao, Liaoning, China.
e. Nome químico: (5RS)-2-{(1EZ)-1-[(2E)-3-chloroallyloxyimino]propyl}-5-[(2RS)-2-(ethylthio)propyl]-3-hydroxycyclohex-2-en-1-one.
f. Nome comum: Cletodim.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

52-a. Titular do registro: Meghani Organics Biodefensivos e Agrícolas do Brasil Ltda-Campinas/SP.
b. Marca comercial: LAMBDA-CIALOTRINA TÉCNICO MEGA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC18422, conforme processo nº 21000.004454/2017-86, protocolado em 31/01/2017.
d. Fabricante: Nome: Meghmani Organics Limited. - Endereço: Plot No. 5001/B, 5027 to 5034, 5037, 4707/B & 4707/P393002 - Dist. Bharuch, Ankleshwar, Gujarat - Índia.
e. Nome químico: Mistura dos isômeros (1:1) (S)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1R,3R)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoro prop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate e (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1S,3S)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate.
f. Nome comum: Lambda-Cialotrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe I - Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.

53-a. Titular do registro: Basf S/A- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: INSCALIS TÉCNICO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC18522, conforme processo nº 21000.031844/2016-48, protocolado em 01/07/2016.
d. Fabricante: Nome: BASF Agri Production SAS . - Endereço: Rue de Verdun, BP80116. Saint-Aubin lés Elbeuf/ 76410França.
e. Nome químico: [(3S,4R,4aR,6S,6aS,12R,12aS,12bS)-3-(cyclopropylcarbonyloxy)-1,2,3,4,4a,5,6,6a,12a,12b-decahydro-6,12-dihydroxy-4,6a,12b-trimethyl-11-oxo-9-(3-pyridyl)-11H,12H-benzo[f]pyrano[4,3-b]chromen-4-yl]methyl cyclopropanecarboxylate.
f. Nome comum: Afidopiropeno.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: Não se aplica.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

54-a. Titular do registro: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agricolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: CLETODIM TÉCNICO SCH.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC18622, conforme processo nº 21000.040311/2021-14, protocolado em 24/05/2021.
d. Fabricante: Nome: Liaoning Cynda Chemical Co., Ltd - Endereço: Nº 417, Hanjiang road, Comprehensive Industrial Park, Economic Development Zone Hiudao, Liaoning-China.
e. Nome químico: (5RS)-2-{(1EZ)-1-[(2E)-3-chloroallyloxyimino]propyl}-5-[(2RS)-2-(ethylthio)propyl]-3-hydroxycyclohex-2-en-1-one.
f. Nome comum: Cletodim.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

55-a. Titular do registro: Globachem Protecão de Cultivos do Brasil Ltda- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: IMIDACLOPRIDO TÉCNICO STOCKTON.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC18722, conforme processo nº 21000.000805/2015-18, protocolado em 12/02/2015.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Yangnong Chemical Group Co. Ltd. - Endereço: N° 39, Wenfeng Road, Yangzhou, China.
e. Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine.
f. Nome comum: Imidacloprido.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

56-a. Titular do registro: Corteva Agriscience do Brasil Ltda.- Barueri/SP.
b. Marca comercial: AMINOCICLOPIRACLOR TÉCNICO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC18822, conforme processo nº 21000.009935/2011-92, protocolado em 29/08/2011.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Lianhe Chemical Technology Co., Ltd. - Endereço: Weisan Road, Chenjiagang, Xiangshui, Jiangsu 224631 - China; Nome: Viakem S.A. de C.V. - Endereço: Av. Manuel L. Barragán Nº 701 - Zona Industrial - 66450 - San Nicolas de Los Garza - Nuevo León - México.
e. Nome químico: 6-amino-5-chloro-2-cyclopropylpyrimidine-4-carboxilic acid.
f. Nome comum: Aminociclopiraclor.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: Não se aplica.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

57-a. Titular do registro: Albaugh Agro Brasil Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIM TÉCNICO ALBAUGH I.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC18922, conforme processo nº 21000.069791/2021-03, protocolado em 25/08/2021.
d. Fabricante: Nome: Lier Chemical Co. Ltd. - Endereço: Economic and Technical Development Zone 621000 Mianyang, Sichuan, China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

58-a. Titular do registro: Albaugh Agro Brasil Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: DIFLUBENZUROM TÉCNICO CONSAGRO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC19022, conforme processo nº 21000.010394/2012-26, protocolado em 11/12/2012.

d. Fabricante: Nome: Jiangsu Agrochem Laboratory Co., Ltd. - Endereço: 1218 Changjiang Road, Binjiang Chemical Industry Zone 213000 Changzhou, Jiangsu - China.
e. Nome químico: 1-(4-chlorophenyl)-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea.
f. Nome comum: Diflubenzuron.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto muito Perigoso ao meio ambiente.

59-a. Titular do registro: Pilarquim BR Comercial Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO PILARQUIM LC.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC19122, conforme processo nº 21000.028382/2020-68, protocolado em 23/04/2020.
d. Fabricante: Nome: Lier Chemical Co. Ltd.- Endereço: Economic and Technical Development Zone 621000 Mianyang, Sichuan, China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

60-a. Titular do registro: Nutrien Soluções Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: METOXIFENOZIDA TÉCNICO BRA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC19222, conforme processo nº 21000.028995/2019-61, protocolado em 09/05/2019.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Weunite Fine Chemical Co., Ltd. - Endereço: Jinger Road, Chemical Industrial Park Xinyi City, Jiangsu Province, China.
e. Nome químico: N-tert-butyl-N'-(3-methoxy-o-toluoyl)-3,5-xylohydrazide.
f. Nome comum: Metoxifenozida.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

61-a. Titular do registro: Cropchem Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: METOXIFENOZIDA TECNICO CROPCHEM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC19322, conforme processo nº 21000.043895/2016-12, protocolado em 02/09/2016.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Weunite Fine Chemical Co., Ltd. - Endereço: Jinger Road, Chemical Industrial Park Xinyi City, Jiangsu Province, China.
e. Nome químico: N-tert-butyl-N'-(3-methoxy-o-toluoyl)-3,5-xylohydrazide.
f. Nome comum: Metoxifenozida.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

62-a. Titular do registro: Cropchem Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: PROPICONAZOLE TÉCNICO CROPCHEM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC19422, conforme processo nº 21000.007385/2015-09, protocolado em 03/11/2015.
d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Shuangxing Pesticide Co. Ltd. - Endereço: North Area of Dongsha Chem-Zone, 215600 Zhangjiagang, Jiangsu, China.Binhai Development Zone, Yansi District 403 Weifang, Shandong - China.
e. Nome químico: (RS)-1-[2-(2,4-dichlorophenyl)-4-propyl-1,3-dioxolan-2-ylmethyl]-1H-1,2,4-triazole.
f. Nome comum: Propiconazol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

63-a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: METOXIFENOZIDE TÉCNICO NORTOX.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC19522, conforme processo nº 21000.005401/2016-00, protocolado em 18/02/2016.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Weunite Fine Chemical Co., Ltd. - Endereço: Jinger Road, Chemical Industrial Park Xinyi City, Jiangsu Province, China.
e. Nome químico: N-tert-butyl-N'-(3-methoxy-o-toluoyl)-3,5-xylohydrazide.
f. Nome comum: Metoxifenozida.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

64-a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: IMIDACLOPRID TÉCNICO NORTOX BR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC19622, conforme processo nº 21000.004303/2014-85, protocolado em 25/06/2014.
d. Fabricante: Nome: Nortox S.A. - Endereço: Rod. BR 369, km 197 86700-970, Aricanduva, Arapongas - Paraná, Brasil.
e. Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine.
f. Nome comum: Imidacloprido.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

65-a. Titular do registro: Brilliance Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: CLETHODIM TÉCNICO BRILLIANCE II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC19722, conforme processo nº 21000.070083/2020-26, protocolado em 29/10/2020.
d. Fabricante: Nome: Liaoning Cynda Chemical Co., Ltd - Endereço: nº 417, Hanjiang road, Comprehensive Industrial Park, Economic Development Zone, Huludao, Liaoning, P. R. China.
e. Nome químico: (RS)-2-[(E)-1-[(E)-3-chloroallyloxyimino]propyl]-5-[2-(ethylthio)propyl]-3- hydroxycyclohex-2-enone.
f. Nome comum: Cletodim.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.
Obs: os caracteres symbol 9 são para aparecerem a letra grega alfa.

ANDRE FELIPE CARRAPATOSO PERALTA DA SILVA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 1.883, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Realoca Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 16 e 17 do Decreto 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Realocar Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Art. 2º Fica realocado, da Coordenação Geral Agrária, da Procuradoria Federal Especializada, para a Procuradoria Regional, da Superintendência Regional do Rio de Janeiro - SR(RJ), uma Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, de Assistente, código FCPE-102.2.

Art. 3º A realocação decorrente desta Portaria será refletida nas futuras propostas de alteração do decreto de aprovação de estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que venham a ser encaminhadas à Presidência da República.

Art. 4º O Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, constante da alínea "a" do Anexo II do Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as alterações contidas nesta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor 7 (sete) dias após a data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 1.907, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV do art. 19 do Decreto nº 10.252, de 2020, combinado com o inciso VII do art. 110 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte, e

Considerando que os órgãos técnicos específicos da Superintendência Regional do Sudeste do Pará - SR(PA/SE) e da Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD procederam a análise do processo administrativo nº 54000.079807/2020-56 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria;

Considerando a Portaria nº 1816, de 15 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 204, Seção 1, de 23 de outubro de 2020, de criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Roseli Nunes, código SIPRA nº MB0539000, com área de 382,3995 ha, localizado no município de Tucumã, estado do Pará;, resolve:

Art. 1º Retificar na citada Portaria nº 1816, de 15 de outubro de 2020, onde se lê: "Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS ROSELI NUNES", leia-se: "Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS CAUMÉ".

Art. 2º Ficam convalidados os demais atos praticados pelo Superintendente Regional da SR(PA/SE) e pelo Diretor de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD, das decisões que tenham apresentado, exclusivamente, vício de competência em sua expedição.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 1.911, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV do art. 19 do Decreto nº 10.252, de 2020, combinado com o inciso VII do art. 110 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte, e

Considerando que os órgãos técnicos específicos da Superintendência Regional de Goiás - SR(GO) procederam a análise do processo administrativo INCRA nº 54000.033491/2022-18 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria;

Considerando a Portaria nº 712, de 12 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 82, Seção 1, de 03 de maio de 2022, de criação do Projeto de Assentamento IRIS REZENDE MACHADO, Código SIPRA nº GO0447000, com área de 1.101,1043 ha (um mil, cento e um hectares, dez ares e quarenta e três centiares), localizado no município de Portelândia, no estado de Goiás, resolve:

Art. 1º Fica convalidado o ato praticado pelo Superintendente Regional de Goiás - SR(GO) e do Diretor de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD, das decisões que tenham apresentado, exclusivamente, vício de competência em sua expedição.

Art. 2º. Retificar na citada Portaria nº 712, de 12 de abril de 2022, onde se lê: "Projeto de Assentamento Íris Rezende Machado", leia-se: "Projeto de Assentamento Salto Capoeirinha".

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA/SR-06/MG Nº 118, DE 24 DE OUTUBRO DE 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 215A de 09 de Novembro de 2005, na Seção 1, página 41, que criou o Projeto de Assentamento Novo Horizonte, código SIPRA MG0277000, onde se lê:"... área de 3604,7233 ha (três mil seiscentos e quatro hectares, setenta e dois ares e trinta e três centiares) ...'', leia-se: 3609,7573 ha (três mil seiscentos e nove hectares, setenta e cinco ares, setenta e três centiares).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO NORDESTE DO PARÁ

RETIFICAÇÕES

Na Portaria INCRA/SR-01/PA nº49, de 30 de outubro de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 211, de 30 de outubro de 2006, na seção 1, que criou o Projeto de Assentamento denominado PA ESPERANÇA, código SIPRA PA0259000, localizado no município de AURORA DO PARÁ/Pará, onde se lê: "....com área de 4.835,8916 ha (quatro mil oitocentos e trinta e cinco hectares, oitenta e nove ares e dezesseis centiares)", leia-se: "5.604,6762 (cinco mil seiscentos e quatro hectares, sessenta e sete ares e sessenta e dois centiares)"...

Na Portaria INCRA/SR-01/PA nº 96, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 242, de 19 de dezembro de 2006, na seção 1, página 165, que criou o Projeto de Assentamento denominado PA AREIA BRANCA, código SIPRA PA0383000, localizado no município de PARAGOMINAS/Pará, onde se lê: "....com área de 1.623,0622 ha (um mil seiscentos e vinte e três hectares, seis ares e vinte e dois centiares)", leia-se: "1.426,5783 (um mil quatrocentos e vinte e seis hectares, cinquenta e e sete ares e oitenta e três centiare"...

Na Portaria INCRA/SR-01/PA nº 62, de 25 de agosto de 1997, publicada no Diário Oficial da União nº 163, de 26 de agosto de 1997, na seção 1, página 18546, que criou o Projeto de Assentamento denominado PA VALE DO BACABA, código SIPRA PA0165000, localizado no município de CAPITÃO POÇO/Pará, onde se lê: "....com área de 13.065,3864 ha (treze mil novecentos e sessenta e cinco hectares, trinta e oito ares e sessenta e quatro centiares)", leia-se: "13.926,0367 (treze mil novecentos e vinte e seis hectares, três ares e sessenta e sete centiares)."...

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 23, de 7 de agosto de 1996, publicada no Diário Oficial da União 08/08/1996| Edição: 153| Seção: 1 | Página: 14944, que criou o Projeto de Assentamento Santa Lúcia, código SIPRA PB-00730000, localizado no Município de Araçagi/PB, onde se lê: "... com área de 1.042,1655 (hum mil e quarenta e dois hectares, dezesseis ares e cinquenta e cinco centiares)", leia-se: "... com área de 1.042,1665 (hum mil e quarenta e dois hectares, dezesseis ares e sessenta e cinco centiares)".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 1.711, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/SP, CNPJ 00.375.972/0010-51, localizada à Rua Doutor Brasílio Machado, 203 - Bairro de Santa Cecília - São Paulo - SP - CEP 01230-906, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, neste ato representado pelo seu Superintendente Regional Substituto, Edson Alves Fernandes, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.639.729, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 471.650.226-00, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto, 9.282, de 07 da fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União do dia 08 seguinte, aprovado pela Portaria/P/Nº 338 de 08 de março de 2018, publicada no DOU, Seção 1, do dia 13 do mesmo mês e ano nomeado por competência delegada pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 426/2016-III; com supedâneo nas Leis nº 4.504/1964, 9.784/1990, 8.629/1993 e 13.465/2017, bem como e os pronunciamentos técnicos e jurídicos inseridos no processo administrativo/INCRA/SR(08)/Nº 54190.002961/2005-19. resolve:

EXCLUIR, em caráter definitivo, os beneficiários JULIAN DAIANE MATIAS - CPF ***.257.768-** e RAFAEL MOLINA DE BRITO - CPF ***.003.188-**, referente à Parcela Rural nº 65, Agrovila Irmã Doroty, do Projeto de Assentamento Dandara, situado no município de Promissão, Estado de São Paulo, objeto do Contrato de Concessão de Uso - CCU nº SP022100000251.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

EDSON ALVES FERNANDES
Superintendente
Substituto



Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 100, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS 710, de 30 de setembro de 2010, e no cumprimento proferido nos autos do PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 01459/2022/CORESPNG/PRU4R/PGU/AGU - Processo Judicial: 5082579-73.2021.4.04.7100, referente ao processo administrativo 71000.002411/2016-53, resolve:

Art. 1º Anular o item 22 do art. 1º da Portaria SNAS 130/2017, publicada no Diário Oficial da União em 31/07/2017, referente a entidade -SOCIEDADE TENIS, EDUCACAO E PARTICIPACAO SOCIAL, CNPJ 07.492.589/0001-31, Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º Deferir o pedido de concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social da entidade -SOCIEDADE TENIS, EDUCACAO E PARTICIPACAO SOCIAL, CNPJ 07.492.589/0001-31, por atender os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELONIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.155/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.006464/2022-33

Requerente: Centro de Modelos Biológicos Experimentais da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CQB: 390/15

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 8266/2022 publicado em 11 de maio de 2022

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria n° 001/2021 de 11 de janeiro de 2021, nomeando Ana Cristina Arámburu da Silva (Presidente), Andressa Vargas Ribeiro, Cladinara Roberts Sarturi, Fernanda Fernandes Cruz e Regina Alves da Silva, para comporem a CIBio local. A composição da CIBio passa a ser: Ana Cristina Arámburu da Silva (presidente), Andressa Vargas Ribeiro, Cladinara Roberts Sarturi, Fernanda Fernandes Cruz e Regina Alves da Silva (membro externo)

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.156/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.006942/2022-13

Requerente: Hemocord Clinica Médica Ltda.

CQB: 543/21

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 8272/2022 publicado em 11 de maio de 2022

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Liziane Raquel Beckenkamp (Presidente), Karolyn Sassi Ogliari, Fabrizio Blank Loth e Dario Eduardo de Lima Brum, para comporem a CIBio local e excluindo Patrícia Bencke Grudzinski. A composição da CIBio passa a ser: Liziane Raquel Beckenkamp (Presidente), Karolyn Sassi Ogliari, Fabrizio Blank Loth e Dario Eduardo de Lima Brum

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.157/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.007303/2022-67

Requerente: BiotechTown Open Lab.

CQB: 538/20

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 8283/2022 publicado em 17 de maio de 2022.

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Pollyana de Carvalho Oliveira (Presidente), Juliana Barbosa Saliba, Angélica Mendes Salles, Gabriela Carvalho Azeredo e Isabela Marques dos Reis Ferreira, para comporem a CIBio local. A composição da CIBio passa a ser:Pollyana de Carvalho Oliveira (Presidente), Juliana Barbosa Saliba, Angélica Mendes Salles, Gabriela Carvalho Azeredo e Isabela Marques dos Reis Ferreira.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.159/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.003251/2022-50

Requerente: Tecsa Laboratório Ltda.

CQB: 507/20

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 8277/2022 publicado em 11 de maio de 2022

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Otávio Valério de Carvalho (Presidente), Samantha Ive Miyashiro, Maria Cecília Coelho Ferreira Martins, Waleska de Melo Ferreira Dantas e Marcela Ribeiro Gasparini, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.164/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.004993/2022-01

Requerente: Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil - SENAI CETIQT.

CQB: 431/17

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 8218/2022 publicado em 14 de abril de 2022

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, Portaria n° 31/2022 de 28 de março de 2022, nomeando Marcelo Victor Holanda Moura (Presidente), Giulia Naranjo Aranha, Juliana Davies de Oliveira, Eamim Daidrê Squizani e Lucas Garbini Cespedes, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.165/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.006238/2022-52
Requerente: SGS do Brasil Ltda.
CQB: 143/01
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8249/2022 publicado em 28 de abril de 2022.
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta SGS - BIO - 001/2022, nomeando Anderson Carnietto, Mariana Falda Abdal, Diego Alla Favera e Regiane Carvalho Lima, para comporem a CIBio local e excluindo Mara Rubia Camolesi. A composição da CIBio passa a ser: Shadia Katari Nossllala (Presidente), Annelise Roberta Tremocoldi, Anderson Carnietto, Mariana Falda Abdal, Diego Alla Favera, Tarciso Morescalchi Bortolin e Regiane Carvalho Lima.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.168/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.002001/2022-01
Requerente: Embrapa Uva e Vinho
CQB: 227/06
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8107/2022 publicado em 26 de abril de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ordem de Serviço Interna n° 58/2021 de 20/12/2021, nomeando Thor Vinícius Martins Fajardo (Presidente), Vanessa Buffon, Luís Fernando Revers, Vera Maria Quecini, Cesar Luis Girardi, Osmar Nickel, Alessandra Russi e Marcos Fernando Vanni, para comporem a CIBio local.

A composição da CIBio passa a ser: Thor Vinícius Martins Fajardo (Presidente), Vanessa Buffon, Luís Fernando Revers, Vera Maria Quecini, Cesar Luis Girardi, Osmar Nickel, Alessandra Russi e Marcos Fernando Vanni.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.169/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.001945/2022-52
Requerente: Seedcorp HO Produção e Comercialização de Sementes S.A.
CQB: 425/16
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8109/2022 publicado em 28 de abril de 2022.
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Oficio 0002/2022/HO, nomeando Irineu Hartwig (Presidente), Brenda Françuises Martins da Silva, Maurício Rodrigues, Marcelo Pereira Assunçao e Micheli Thaise Della Flora Possobom, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.170/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.005644/2022-06
Requerente: União Química Farmacêutica Nacional S/A.
CQB: 421/16
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8224/2022 publicado em 20 de abril de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Sr. Dourival de Oliveira, Sra. Ingrid Pinheiro de Medeiros, Sr. Daniel Zaparolli e Sr. Marcio Alexandre Mota Correa, para comporem a CIBio local e excluindo o Sr. Rafael Munareto do Nascimento, Sr. Antônio Carlos Gomes da Silva, Sra. Sandra Wurschig de Oliveira e Sr. Eric Renê Miura.

A composição da CIBio passa a ser: Sra. Natasha Kuniechick (Presidente), Sra. Ana Carolina da Silva Antunes, Sra. Larissa Perez Ricardo, Sra. Alessandra Rosa Oliveira, Sra. Elvira Aparecida Centeio Maiero Lins, Sr. Laercio Eduardo de Almeida, Sr. Dourival de Oliveira, Sra. Ingrid Pinheiro de Medeiros, Sr. Daniel Zaparolli e Sr. Marcio Alexandre Mota Correa.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.171/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.005415/2022-83
Requerente: Universidade Católica de Brasília - UCB.
CQB: 132/01
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8225/2022 publicado em 20 abril de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria n° 83/2022 de 30 de março de 2022, nomeando Sr. Marcelo Henrique Soller Ramada (Presidente), Sr. Nicolau Brito da Cunha, Sra. Simoni Campos Dias e Sra. Rosiane Andrade da Costa.

A composição da CIBio passa a ser: Sr. Marcelo Henrique Soller Ramada (Presidente), Sr. Nicolau Brito da Cunha, Sra. Simoni Campos Dias e Sra. Rosiane Andrade da Costa.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.172/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.005738/2022-77
Requerente: Fundação Universidade Federal do ABC.
CQB: 304/10
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio.
Extrato Prévio: 8223/2022 publicado em 20 de abril de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria n°2363/2022 de 12 de abril de 2022, nomeando a Sra. Silvia Honda Takada como nova Presidente, em substituição ao Sr. Vinicius de Andrade Oliveira.

A composição da CIBio passa a ser: Sra. Silvia Honda Takada (Presidente), Sr. Vinicius de Andrade Oliveira, Sra. Christiane Bertachini Lombello e Sra. Livia Seno Ferreira Camargo.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.174/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.005547/2022-13
Requerente: Allbiom Biotecnologia Ltda.
CQB: 526/21
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8226/2022 publicado em 20 de abril de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando o Sr. Ricardo Assmann como novo presidente e incluindo os membros Sr. Sérgio Ricardo Nozawa e Sr. Willian Mesquita Mendes.

A composição da CIBio passa a ser: Sr. Ricardo Assmann (Presidente), Sra. Ana Luiza Palma Guimarães Assmann, Sr. Sérgio Ricardo Nozawa e Sr. Willian Mesquita Mendes.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.175/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.009918/2022-28
Requerente: Suzano S.A
CQB: 261/08
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8418/2022 publicado em 16 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando o Sr. Thiago Romanos Benatti.

A composição da CIBio passa a ser: Sr. Cesar Augusto Valencise Bonine (Presidente), Sr. Thiago Romanos Benatti, Sr. Fernando de L. G. Bertolucci, Sra. Francismara Aparecida Sanches Duarte, Sra. Juliana de Oliveira Fernandes Viana e Sr. Plínio Célio Ignez.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.303, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014792/2022-11, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedida à empresa Engage Eletro Comércio Eireli, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 24.867.555/0001-01, pela Portaria de Habilitação Provisória SDCI/ME nº 06, de 16 de janeiro de 2019, publicada em 21 de janeiro de 2019.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.305, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014568/2022-11, de 05 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender as habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedidas à empresa Amphenol TFC do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 44.603.447/0001-20, pelas Portarias de Habilitação Provisória ME nº 5.491, de 10 de outubro de 2019, publicada em 14 de autubro de 2019 e Interministerial MCTIC/ME nº 3.991, de 29 de outubro de 2020, publicada em 09 de outubro de 2020.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.306, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014749/2022-48, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedida à empresa VSIS Indústria e Comércio S.A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 29.216.892/0001-20, pela Portaria Interministerial MCTI/ME nº 5.400, de 07 de novembro de 2019, publicada em 06 de dezembro de 2019.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.307, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014568/2022-11, de 05 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender as habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedidas à empresa Amphenol TFC do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 44.603.447/0001-20, pelas Portarias de Habilitação Provisória ME nº 5.491, de 10 de outubro de 2019, publicada em 14 de autubro de 2019 e Interministerial MCTIC/ME nº 3.991, de 29 de outubro de 2020, publicada em 09 de outubro de 2020.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.308, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014736/2022-79, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedida à empresa Unify - Soluções em Tecnologia da Informação Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 67.071.001/0003-60, pela Portaria SEMPI/MCTI nº 4.491, de 23 de fevereiro de 2021, publicada em 12 de março de 2021.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.309, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014793/2022-58, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedidas à empresa FIT Networks Tecnologia em Informática e Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 15.171.370/0001-69, pelas Portarias Interministeriais MCTI/MDIC/MF nº 1.362, de 15 de dezembro de 2014, publicada em 16 de dezembro de 2014 e MCTI/MDIC/MF nº 623, de 28 de julho de 2015, publicada em 29 de julho de 2015.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.310, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014568/2022-11, de 05 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender as habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedidas à empresa Amphenol TFC do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 44.603.447/0001-20, pelas Portarias de Habilitação Provisória ME nº 5.491, de 10 de outubro de 2019, publicada em 14 de autubro de 2019 e Interministerial MCTIC/ME nº 3.991, de 29 de outubro de 2020, publicada em 09 de outubro de 2020.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.311, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014728/2022-22, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedidas à empresa Tease Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 55.794.200/0001-55, pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF nº 381, de 14 de junho de 2006, publicada em 16 de junho de 2006 e MCT/MDIC/MF nº 972, de 30 de dezembro de 2008, publicada em 02 de janeiro de 2009.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.312, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014797/2022-36, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedida à empresa Gunnebo Brasil S.A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 04.676.871/0001-80, pela Portaria Interministerial MCTI/MDIC nº 641, de 28 de julho de 2015, publicada em 29 de julho de 2015.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.313, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014797/2022-36, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedida à empresa Gunnebo Brasil S.A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 04.676.871/0001-80, pela Portaria Interministerial MCTI/MDIC nº 641, de 28 de julho de 2015, publicada em 29 de julho de 2015.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.314, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014727/2022-88, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedidas à empresa então denominada Empresa 1 - Sistemas de Automação e Comércio Ltda, cuja atual denominação é Volaris Brasil Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 01.862.295/0001-78, pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF nº 471, de 13 de julho de 2005, publicada em 15 de julho de 2005 e MCTI/MDIC nº 823, de 12 de agosto de 2014, publicada em 13 de agosto de 2014.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.315, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014763/2022-41, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedidas à empresa Elster Medição de Energia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 05.120.418/0001-56, pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF nº 793, de 07 de dezembro de 2007, publicada em 10 de dezembro de 2007 e MCT/MDIC/MF nº 963, de 13 de novembro de 2009, publicada em 16 de novembro de 2009.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.316, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014629/2022-41, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedida à empresa Nova Fonte Comércio de Informática e Indústria Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 12.402.643/0001-40, pela Portaria Interministerial MCTI/MDIC nº 643, de 28 de julho de 2015, publicada em 29 de julho de 2015.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.317, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014568/2022-11, de 05 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender as habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedidas à empresa Amphenol TFC do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 44.603.447/0001-20, pelas Portarias de Habilitação Provisória ME nº 5.491, de 10 de outubro de 2019, publicada em 14 de autubro de 2019 e Interministerial MCTIC/ME nº 3.991, de 29 de outubro de 2020, publicada em 09 de outubro de 2020.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.318, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014748/2022-01, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedida à empresa Automatisa Sistemas Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 04.698.769/0001-86, pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/ME nº 596, de 28 de julho de 2010, publicada em 30 de julho de 20100.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.319, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014601/2022-11, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedidas à empresa Huber Suhner América Latina Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 03.054.923/0002-03, pelas Portarias Interministeriais MCTI/MDIC nº 759, de 25 de julho de 2014, publicada em 28 de julho de 2014 e MCTI/MDIC nº 1.238, de 13 de novembro de 2014, publicada em 14 de novembro de 2014.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.320, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014748/2022-01, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedida à empresa Automatisa Sistemas Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 04.698.769/0001-86, pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/ME nº 596, de 28 de julho de 2010, publicada em 30 de julho de 20100.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.321, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Suspensão de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterado pela Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01245.014727/2022-88, de 08 de setembro de 2022, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2021, resolve:

Art.1º Suspender a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, concedida à empresa Autofind Industrial Equipamentos Eletroeletrônicos S.A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 11.044.459/0001-03, pela Portaria Interministerial MCTI/MDIC nº 3.383, de 19 de agosto de 2016, publicada em 22 de agosto de 2016.

Art. 2º Determinar que a suspensão será por até noventa dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, e nos artigos 37 e 43 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA CNPQ Nº 1.045, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, o uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.866, de 3 de outubro de 2016, e nos termos constantes do processo nº 01300.002708/2021-16, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 914, de 1º de julho de 2022, publicada no DOU de 4 de julho de 2022 Seção 1 páginas 12 a 14, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. Na hipótese de o responsável indicar não haver prejuízo na execução do objeto, os processos serão agrupados em faixas de valores do total concedido e serão utilizadas técnicas de amostragem na avaliação dos Formulários de Resultados Parciais.

§1º.....

§2º.....

Art. 11-A. Na hipótese de o responsável indicar que há prejuízo na execução do objeto, deverá apresentar no FRP, dentre outras informações, conforme a Ação:

I - descrição das intercorrências enfrentadas; e

II - impacto potencial dessas intercorrências na execução do projeto."

Art. 2º Fica revogado o parágrafo 3º do artigo 11 da Portaria CNPq nº 914, de 1º de julho de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO
COMITÊ MINISTERIAL DE GOVERNANÇA

RESOLUÇÃO CMG/MCOM Nº 1/SEI, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Define o apetite a riscos do Ministério das Comunicações.

O PRESIDENTE DO COMITÊ MINISTERIAL DE GOVERNANÇA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, com fundamento no inciso IV, do art. 3º da Portaria MCOM nº 3.297, de 9 de agosto de 2021,

CONSIDERANDO: a instituição da Política de Gestão de Riscos pela Resolução do Comitê Técnico de Integridade e Gestão de Riscos nº 01 de 2021; e

CONSIDERANDO: a necessidade de declarar o apetite ao risco do Ministério das Comunicações, resolve:

Art. 1º Estabelecer como Baixo o apetite a riscos do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, devendo-se monitorar os riscos de nível baixo e priorizar o tratamento para mitigação dos riscos de nível médio, alto e extremo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor no primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

PORTARIA MCOM Nº 6.792, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.025951/2020-12, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE DIAMANTE DO NORTE executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 127/2005, publicada no Diário Oficial da União em 24/02/2005, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 151/2006, publicado no Diário Oficial da União em 17/05/2006, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53740.000103/2002, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Reynaldo Massi, nº 259, Centro, para a Rua João Zanzarini, nº 301, Centro, na localidade de Diamante do Norte/PR.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 22°39'59"S e longitude 52°52'14"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 317, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53500.305524/2022-33
Recorrente/Interessado: OI MÓVEL S.A. CNPJ nº 05.423.963/0001-11

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 86/2022/MM/2022 (SEI nº 9097217), integrante deste acórdão, revisar, de ofício, o Despacho nº 2.906/2013-CD, de 8 de maio de 2013 (fl. 1.229 do Volume de Processo 1 - SEI nº 0940506), para alterar o valor dos créditos tributários do Fust, referentes aos meses de setembro a dezembro do exercício de 2001.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO Nº 11.457, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53504.005245/2022-32. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ, CNPJ nº 33050196000188, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 8.130, DE 10 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.004698/2022-41. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA, CNPJ nº 68020916000147, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.978, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.007749/2022-97. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) AXALTA COATING SYSTEMS BRASIL LTDA., CNPJ nº 15373395000145, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 13.008, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.005076/2022-31. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ, CNPJ nº 33050196000188, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 13.009, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008891/2022-51. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ADMINISTRADORA DO CONTINENTAL SHOPPING LTDA, CNPJ nº 47187794000108, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 13.011, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.009078/2022-07. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) BRANCO PERES AGRO S/A, CNPJ nº 43619832001760, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 13.013, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005537/2022-35. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A, CNPJ nº 60444437000146, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.864, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.009280/2022-21. Expede autorização à Joao Rabeschini, CPF nº ***.059.748-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.834, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.009397/2022-12. Expede autorização à Paz - Locacao de Aeronaves Sem Tripulacao, Sociedade Unipessoal Limitada, CNPJ nº 38949094000112, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.839, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.009409/2022-09. Expede autorização à Marcio Goncalves Gomes, CPF nº ***.743.498-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.937, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.009400/2022-90. Expede autorização à Pr-dry Administracao de Bem Proprio Ltda, CNPJ nº 46948970000114, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.947, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.009405/2022-12. Expede autorização à Municipio de Ourinhos, CNPJ nº 53415717000160, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.949, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005754/2022-25. Expede autorização à Claudio Elias Ribeiro, CPF nº ***.767.047-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.982, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.009493/2022-52. Expede autorização à Riad Ali Sammour, CNPJ nº 08021418000510, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.984, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.009601/2022-97. Expede autorização à Associacao dos Moradores do Residencial Terras da Fazenda, CNPJ nº 18024750000169, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 13.017, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53512.000522/2022-11. Expede autorização à B3 Participacoes e Empreendimentos Ltda, CNPJ nº 12939745000442, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 13.021, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005722/2022-20. Expede autorização à Paulo Charden Azevedo de Souza, CPF nº ***.903.187-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 12.943, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.001794/2022-06. Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à Radio Serra Mar Ltda, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 29.868.007/0001-01, na localidade de Saquarema/RJ, até 14/08/2030, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 12.736, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53520.001702/2022-11. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a RODINIR GEFERSON INTICHER, CPF nº XXX.176.060-XX, para explorar Serviços de Interesse Restrito, concedida por meio do Ato nº 4337, de 13/08/2020, publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2020.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 13.192, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53520.001723/2022-37. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a WILIAN CRISTIANO XAVIER, CPF nº XXX.059.709-XX, para explorar Serviços de Interesse Restrito, concedida por meio do Ato nº 4337, de 13/08/2020, publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2020.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 13.222, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53520.001847/2022-12. Expede autorização à Empresa Blumenauense de Comunicação Ltda, CNPJ nº 95.828.729/0001-67, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 13.223, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53520.001841/2022-45. Expede autorização à André Lopes de Godoy, CPF nº ***.679.699-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 13.224, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53520.001850/2022-36. Expede autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Nova Trento, CNPJ nº 12.626.374/0001-04, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 13.265 - Processo nº 53516.010702/2022-71: GORM EUGENIO BERG VON LINDE, CPF nº ***.298.889-**.

Nº 13.266 - Processo nº 53516.010708/2022-49: ROBERTO GIORDANI, CPF nº ***.527.569-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Outorga, aos abaixo identificados, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 13.267 - Processo nº 53516.010661/2022-13: SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A, CNPJ nº 76.494.806/0001-45.

Nº 13.268 - Processo nº 53516.010668/2022-35: TV ESPLANADA DO PARANA LTDA, CNPJ nº 80.242.720/0001-00.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 11.450, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

Outorga autorização para uso de radiofrequências a Concessionaria do Aeroporto da Pampulha S.a., CNPJ nº 44.140.908/0001-76, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

ANDREIA CRISTINA COSTA
Gerente
Substituta

ATO Nº 12.086, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Declarar extinta a autorização outorgada a Silvanei André Laurindo, CPF nº ***.181.396-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

ANDREIA CRISTINA COSTA
Gerente
Substituta

ATOS DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Nº 12.148 - Declarar extinta a autorização outorgada a Valdir Cardoso Pinheiro, CPF nº ***.681.316-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 12..160 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à Tora Mineração Ltda, CNPJ nº 31.697.742/0004-94, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 12..161 - Expedir autorização a Fabiano Carvalho da Silva, CPF nº ***.372.916-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ANDREIA CRISTINA COSTA
Gerente
Substituta

ATOS DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Nº 12.166 - Extinguir a autorização do Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, expedida a Gilmar Silveira Fernandes, CPF nº ***.944.766-**, e declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 12..212 - Outorgar autorização para uso de Radiofrequência à Rádio Vale do Piranga Ltda, CNPJ nº 20.000.576/0001-66, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

ANDREIA CRISTINA COSTA
Gerente
Substituta

ATOS DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Nº 12.369 - Expedir autorização a Gecal Indústria e Comércio de Produtos Minerais Ltda, CNPJ nº 20.302.873/0001-66, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.371 - Expedir autorização a Tasc Telecomunicações Ltda, CNPJ nº 46.430.741/0001-03, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.374 - Expedir autorização a Alex Sandro Coelho Diniz, CPF nº ***.970.716-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.391 - Expedir autorização à Fundação Educativa e Cultural Vale do Aço, CNPJ nº 22.706.196/0001-77, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.395 ´Expedir autorização a Bruno Sendim Manoel, CPF nº ***.701.716-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.407 - Declarar extinta a autorização outorgada a Genaro dos Anjos Oliveira, CPF nº ***.357.106-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 12.419 - Expedir autorização a Marlon Evangelista Passos, CPF nº ***.462.876-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.420 - Expedir autorização à Fundação Padre Penteado, CNPJ nº 19.114.115/0001-35, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.421 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à Vale S.A., CNPJ nº 33.592.510/0217-47, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

ANDREIA CRISTINA COSTA
Gerente
Substituta

ATOS DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.469 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à Cemig Distribuição S.A, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 12.472 - Expedir autorização a Amarildo Pereira do Carmo, CPF nº ***.280.026-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ANDREIA CRISTINA COSTA
Gerente
Substituta

ATO Nº 12.492, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Outorga autorização para uso de radiofrequências à Companhia Tecidos Santanense, CNPJ nº 21.255.567/0002-60, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

ANDREIA CRISTINA COSTA
Gerente
Substituta

ATOS DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.684 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à Algar Telecom S.A., CNPJ nº 71.208.516/0001-74, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 12.685 - Declarar extinta a autorização outorgada a Tiago Pacheco Rocha, CPF nº ***.015.476-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

ANDREIA CRISTINA COSTA
Gerente
Substituta

ATO Nº 12.738, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Outorga autorização para uso de radiofrequências a Fernando Egberto Feital de Camargo, CPF nº ***.217.438-**, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

ANDREIA CRISTINA COSTA
Gerente
Substituta

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 13.096, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.006474/2022-74.

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, expedida à entidade LAERO ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, CNPJ: 36.499.653/0001-04, FISTEL nº 50419460357, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 13.052, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Extingue, por cassação, a partir da data de validade da RF indicada para cada entidade, as autorizações do SERVIÇO MÓVEL MARÍTIMO e/ou as autorizações outorgadas, por intermédio do Ato nº 4337, de 13 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §7º, do artigo 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

A relação de entidade(s) com exclusão do SERVIÇO MÓVEL MARÍTIMO está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTEL;

ANTONIO LEONISIO RIBEIRO,XXXXXX4353,50407072403,08/06/2020,ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BARRA DE SUCATINGA ,35XXXXXXXXX0160,50408139102,31/05/2021,CARLOS HENRIQUE CAMPOS MEYER,XXXXXXX2391,50408667125,09/11/2021,FRANCISCO JOHNNY DA SILVA ARAUJO, XXXXXXX7385,50407951652, 28/03/2021,IRAMAR BORGES DA SILVA,XXXXXXX2372, 50407379711, 15/09/2020, JACQUES ARAUJO TREVIA, XXXXXXX0334,50408430389,24/08/2021,JEAN PHILIPPE BELIN, XXXXXXX4380, 50407017305, 19/05/2020, JOSE ALBERTO GOMES DE ARAUJO, XXXXXXX0383, 50407960643, 29/03/2021, JOSE GUILHERME FILHO, XXXXXXX3349, 50407068473, 07/06/2020, RAIMUNDO JOSE PEREIRA BEZERRA, XXXXXXX6334, 50408480726, 06/09/2021, VICENTE FRANCISCO DA SILVA, XXXXXXX6300, 50407080090, 10/06/2020.

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço de Interesse Restrito está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTEL, em razão do advento do termo final das autorizações de uso de radiofrequência associadas, com efeitos retroativos à data da expiração:

ANTONIO LEONISIO RIBEIRO, XXXXXXX4353, 50429732228, ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BARRA DE SUCATINGA,35XXXXXXXX00160, 50429205520, CARLOS HENRIQUE CAMPOS MEYER, XXXXXXXX2391, 50429081618, FRANCISCO JOHNNY DA SILVA ARAUJO, XXXXXXXX7385, 50421751053, IRAMAR BORGES DA SILVA, XXXXXXXX2372, 50431348103, JACQUES ARAUJO TREVIA, XXXXXXX40334, 50429170394,JEAN PHILIPPE BELIN, XXXXXXXX4380, 50431869090, JOSE ALBERTO GOMES DE ARAUJO, XXXXXXXX0383, 50420949461, JOSE GUILHERME FILHO, XXXXXXXX3349, 50429424833, RAIMUNDO JOSE PEREIRA BEZERRA, XXXXXXX6334, 50430759967, VICENTE FRANCISCO DA SILVA, XXXXXXX6300, 50428330800 .

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 12.952, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53542.010312/2022-84. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a ELVYS QUINTINO BATISTA, CPF nº ***.874.261-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como a extinção da outorga do direito de uso de radiofrequências associadas.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.997. Processo nº 53542.010114/2022-11. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a GOIASMAQ - MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 08.760.908/0003-77, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 12.999. Processo nº 53542.010158/2022-41. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a VOLMIR ORLANDO, CPF nº ***.906.909-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.001. Processo nº 53542.010036/2022-54. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a MAURO SALLES DE FARIA, CPF nº ***.477.608-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.014. Processo nº 53542.010265/2022-79. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a CAIANA ENERGIA LTDA, CNPJ nº 10.740.640/0001-91, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.020. Processo nº 53542.010302/2022-49. Expede autorização a NATIVA AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 07.634.396/0001-78, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.042. Processo nº 53542.010266/2022-13. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a HIDROELÉTRICA RIO GALHEIROS LTDA, CNPJ nº 08.214.303/0001-19, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.044. Processo nº 53542.010276/2022-59. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a DIMIVIG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 22.236.185/0002-51, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.084. Processo nº 53542.010007/2022-92. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a DAL MORA & CIA LTDA, CNPJ nº 20.891.846/0001-76, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.143. Processo nº 53542.010373/2022-41. Expede autorização a MARCIO POTRICH, CPF nº ***.542.401-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.144. Processo nº 53542.010372/2022-05. Expede autorização a LUCAS RAFFAELLI LOCKS, CPF nº ***.648.329-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.145. Processo nº 53542.010371/2022-52. Expede autorização a RICARDO POTRICH, CPF nº ***.306.841-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.161. Processo nº 53542.010299/2022-63. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a LUCIANO CARNEIRO CARRIJO, CPF nº ***.071.636-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.163. Processo nº 53542.009922/2022-35. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 02.156.313/0001-69, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.212. Processo nº 53542.010459/2022-74. Expede autorização a JOÃO BATISTA MORIZZO, CPF nº ***.084.231-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.214. Processo nº 53542.010370/2022-16. Expede autorização a PEDRISA PAVIMENTAÇÕES LTDA, CNPJ nº 01.897.846/0001-39, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.215. Processo nº 53542.010369/2022-83. Expede autorização a G. P. RIBEIRO & CIA LTDA, CNPJ nº 46.352.578/0001-08, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.226. Processo nº 53542.010319/2022-04. Expede autorização a AGROFLY LOCAÇÃO DE AERONAVES LTDA, CNPJ nº 46.936.984/0001-18, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATOS DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.263 - Processo nº 53569.001534/2022-16. Expede autorização à Goias Distribuidor de Cimento Ltda, CNPJ nº 17995868000171, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.264 - Processo nº 53569.001525/2022-17. Expede autorização a Ricardo da Silva Goncalves, CPF nº ***.464.466.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.269 - Processo nº 53569.001526/2022-61. Expede autorização à N.r. Empreendimentos e Construcao Ltda, CNPJ nº 08892245000182, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARAES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.832 Processo nº 53500.027219/2022-03. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1830 MHz / 1735 MHz, exclusivamente nos municípios de SERTANIA/PE, AQUIDABA/SE, AREIA BRANCA/SE, BOQUIM/SE, CARIRA/SE, CRISTINAPOLIS/SE, FREI PAULO/SE, ITABAIANINHA/SE, LAGARTO/SE, LARANJEIRAS/SE, MARUIM/SE, POCO VERDE/SE, ROSARIO DO CATETE/SE, SANTO AMARO DAS BROTAS/SE, SIMAO DIAS/SE, UMBAUBA/SE, ABAETE/MG, AGUA BOA/MG, AGUA COMPRIDA/MG, ALVARENGA/MG, ARAPORA/MG, ARICANDUVA/MG, ATALEIA/MG, BANDEIRA/MG, BARAO DE COCAIS/MG, BERTOPOLIS/MG, BIQUINHAS/MG, BOCAIUVA/MG, BOM JESUS DO GALHO/MG, BUENOPOLIS/MG, BUGRE/MG, CANTAGALO/MG, CAPINOPOLIS/MG, CARMOPOLIS DE MINAS/MG, CARNEIRINHO/MG, CENTRALINA/MG, CHALE/MG, CLAUDIO/MG, CONCEICAO DA APARECIDA/MG, CONCEICAO DE IPANEMA/MG, CORINTO/MG, DELTA/MG, DORES DO INDAIA/MG, DORESOPOLIS/MG, DURANDE/MG, ENTRE FOLHAS/MG, FRANCISCO SA/MG, FRANCISCOPOLIS/MG, FREI GASPAR/MG, FREI LAGONEGRO/MG, GONZAGA/MG, IBIRACI/MG, IGUATAMA/MG, IMBE DE MINAS/MG, INDIANOPOLIS/MG, INHAPIM/MG, ITAGUARA/MG, ITAPAGIPE/MG, ITINGA/MG, JACUI/MG, JOSE GONCALVES DE MINAS/MG, JOSE RAYDAN/MG, JOSENOPOLIS/MG, LAGAMAR/MG, LEME DO PRADO/MG, LIMEIRA DO OESTE/MG, MACHACALIS/MG, MANHUMIRIM/MG, MARTINHO CAMPOS/MG, MATERLANDIA/MG, MONTE CARMELO/MG, MONTE FORMOSO/MG, MONTE SANTO DE MINAS/MG, PAULISTAS/MG, PEQUI/MG, PERIQUITO/MG, PINGO-DAGUA/MG, PITANGUI/MG, POCO FUNDO/MG, POMPEU/MG, ALTO JEQUITIBA/MG, RAUL SOARES/MG, REDUTO/MG, RESPLENDOR/MG, RIO DO PRADO/MG, RIO VERMELHO/MG, RUBIM/MG, SANTA BARBARA DO LESTE/MG, SANTA CRUZ DE SALINAS/MG, SANTA EFIGENIA DE MINAS/MG, SANTA HELENA DE MINAS/MG, SANTA MARIA DO SALTO/MG, SANTANA DO MANHUACU/MG, SANTA RITA DO SAPUCAI/MG, SANTA VITORIA/MG, SAO FELIX DE MINAS/MG, SAO FRANCISCO DE SALES/MG, SAO GERALDO DA PIEDADE/MG, SAO GERALDO DO BAIXIO/MG, SAO JOSE DA SAFIRA/MG, SAO JOSE DA VARGINHA/MG, SAO JOSE DO JACURI/MG, SAO JOSE DO MANTIMENTO/MG, SAO PEDRO DO SUACUI/MG, SAO SEBASTIAO DO ANTA/MG, SAO SEBASTIAO DO MARANHAO/MG, SARDOA/MG, SETUBINHA/MG, SENHORA DO PORTO/MG, SERRA DA SAUDADE/MG, SIMONESIA/MG, SOBRALIA/MG, TAPARUBA/MG, TAPIRAI/MG, UMBURATIBA/MG, UNIAO DE MINAS/MG, VARGEM ALEGRE/MG, VARZEA DA PALMA/MG, VERISSIMO/MG, VERMELHO NOVO/MG, VIRGINOPOLIS/MG, VIRGOLANDIA/MG, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4.863, de 4 de abril de 2022 (8264012), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 12.833 Processo nº 53500.027219/2022-03. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2680 MHz / 2560 MHz / 2655 MHz / 2535 MHz, exclusivamente nos municípios de SERTANIA/PE, AQUIDABA/SE, AREIA BRANCA/SE, BOQUIM/SE, CARIRA/SE, CRISTINAPOLIS/SE, FREI PAULO/SE, ITABAIANINHA/SE, LAGARTO/SE, LARANJEIRAS/SE, MARUIM/SE, POCO VERDE/SE, ROSARIO DO CATETE/SE, SANTO AMARO DAS BROTAS/SE, SIMAO DIAS/SE, UMBAUBA/SE, ANAGE/BA, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA, NOVO HORIZONTE/BA, POCOES/BA, RIACHO DE SANTANA/BA, RIBEIRAO DO LARGO/BA, SANTA MARIA DA VITORIA/BA, SAUBARA/BA, SERRA DO RAMALHO/BA, SENTO SE/BA, ABAETE/MG, AGUA BOA/MG, AGUA COMPRIDA/MG, ALVARENGA/MG, ARAPORA/MG, ARICANDUVA/MG, ATALEIA/MG, BANDEIRA/MG, BARAO DE COCAIS/MG, BERTOPOLIS/MG, BIQUINHAS/MG, BOCAIUVA/MG, BOM JESUS DO GALHO/MG, BUENOPOLIS/MG, BUGRE/MG, CANTAGALO/MG, CAPINOPOLIS/MG, CARMOPOLIS DE MINAS/MG, CARNEIRINHO/MG, CENTRALINA/MG, CHALE/MG, CLAUDIO/MG, CONCEICAO DA APARECIDA/MG, CONCEICAO DE IPANEMA/MG, CORINTO/MG, DELTA/MG, DORES DO INDAIA/MG, DORESOPOLIS/MG, DURANDE/MG, ENTRE FOLHAS/MG, FRANCISCO SA/MG, FRANCISCOPOLIS/MG, FREI GASPAR/MG, FREI LAGONEGRO/MG, GONZAGA/MG, IBIRACI/MG, IGUATAMA/MG, IMBE DE MINAS/MG, INDIANOPOLIS/MG, INHAPIM/MG, ITAGUARA/MG, ITAPAGIPE/MG, ITINGA/MG, JACUI/MG, JOSE GONCALVES DE MINAS/MG, JOSE RAYDAN/MG, JOSENOPOLIS/MG, LAGAMAR/MG, LEME DO PRADO/MG, LIMEIRA DO OESTE/MG, MACHACALIS/MG, MANHUMIRIM/MG, MARTINHO CAMPOS/MG, MATERLANDIA/MG, MONTE CARMELO/MG, MONTE FORMOSO/MG, MONTE SANTO DE MINAS/MG, PAULISTAS/MG, PEQUI/MG, PERIQUITO/MG, PINGO-DAGUA/MG, PITANGUI/MG, POCO FUNDO/MG, POMPEU/MG, ALTO JEQUITIBA/MG, RAUL SOARES/MG, REDUTO/MG, RESPLENDOR/MG, RIO DO PRADO/MG, RIO VERMELHO/MG, RUBIM/MG, SANTA BARBARA DO LESTE/MG, SANTA CRUZ DE SALINAS/MG, SANTA EFIGENIA DE MINAS/MG, SANTA HELENA DE MINAS/MG, SANTA MARIA DO SALTO/MG, SANTANA DO MANHUACU/MG, SANTA RITA DO SAPUCAI/MG, SANTA VITORIA/MG, SAO FELIX DE MINAS/MG, SAO FRANCISCO DE SALES/MG, SAO GERALDO DA PIEDADE/MG, SAO GERALDO DO BAIXIO/MG, SAO JOSE DA SAFIRA/MG, SAO JOSE DA VARGINHA/MG, SAO JOSE DO JACURI/MG, SAO JOSE DO MANTIMENTO/MG, SAO PEDRO DO SUACUI/MG, SAO SEBASTIAO DO ANTA/MG, SAO SEBASTIAO DO MARANHAO/MG, SARDOA/MG, SETUBINHA/MG, SENHORA DO PORTO/MG, SERRA DA SAUDADE/MG, SIMONESIA/MG, SOBRALIA/MG, TAPARUBA/MG, TAPIRAI/MG, UMBURATIBA/MG, UNIAO DE MINAS/MG, VARGEM ALEGRE/MG, VARZEA DA PALMA/MG, VERISSIMO/MG, VERMELHO NOVO/MG, VIRGINOPOLIS/MG, VIRGOLANDIA/MG, SAO JOSE DO CALCADO/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4.863, de 4 de abril de 2022 (8264012), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 12837 Processo nº 53500.027221/2022-74. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1821.25 MHz / 1726.25 MHz / 1823.75 MHz / 1728.75 MHz / 1826.25 MHz / 1731.25 MHz / 1828.75 MHz / 1733.75 MHz / 1831.25 MHz / 1736.25 MHz / 1833.75 MHz / 1738.75 MHz, exclusivamente nos municípios de ALFREDO WAGNER/SC, ANTONIO CARLOS/SC, ARARANGUA/SC, BALNEARIO ARROIO DO SILVA/SC, BALNEARIO GAIVOTA/SC, BIGUACU/SC, BRACO DO NORTE/SC, CANELINHA/SC, CAPIVARI DE BAIXO/SC, COCAL DO SUL/SC, FORQUILHINHA/SC, GAROPABA/SC, GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, GRAVATAL/SC, ICARA/SC, JACINTO MACHADO/SC, LAGUNA/SC, LAURO MULLER/SC, LEOBERTO LEAL/SC, MORRO DA FUMACA/SC, NOVA VENEZA/SC, PAULO LOPES/SC, PEDRAS GRANDES/SC, RANCHO QUEIMADO/SC, SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC, SAO JOAO BATISTA/SC, SIDEROPOLIS/SC, SOMBRIO/SC, TURVO/SC, BALNEARIO RINCAO/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4.858, de 4 de abril de 2022 (8263692), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 12. 838 Processo nº 53500.027221/2022-74. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2680 MHz / 2560 MHz / 2655 MHz / 2535 MHz, exclusivamente nos municípios de ALTONIA/PR, ALTO PARANA/PR, ALTO PIQUIRI/PR, ALVORADA DO SUL/PR, ANDIRA/PR, ARAPOTI/PR, ASSAI/PR, ASTORGA/PR, BANDEIRANTES/PR, BELA VISTA DO PARAISO/PR, CAFELANDIA/PR, CAMBARA/PR, CAMBIRA/PR, CAMPINA DA LAGOA/PR, CAPITAO LEONIDAS MARQUES/PR, CARLOPOLIS/PR, CATANDUVAS/PR, CENTENARIO DO SUL/PR, CORBELIA/PR, CORNELIO PROCOPIO/PR, DIAMANTE DO SUL/PR, DOIS VIZINHOS/PR, ENGENHEIRO BELTRAO/PR, FAXINAL/PR, FLORESTOPOLIS/PR, GOIOERE/PR, GUAIRA/PR, GUARANIACU/PR, IBAITI/PR, IPORA/PR, ITAIPULANDIA/PR, JAGUAPITA/PR, JANDAIA DO SUL/PR, JATAIZINHO/PR, JESUITAS/PR, JOAQUIM TAVORA/PR, MAMBORE/PR, MANDAGUACU/PR, MANDAGUARI/PR, MANOEL RIBAS/PR, MARECHAL CANDIDO RONDON/PR, MARIALVA/PR, MARILANDIA DO SUL/PR, MARILUZ/PR, MATELANDIA/PR, MEDIANEIRA/PR, MISSAL/PR, MOREIRA SALES/PR, NOVA AURORA/PR, NOVA ESPERANCA/PR, NOVA LONDRINA/PR, OURO VERDE DO OESTE/PR, PAICANDU/PR, PALOTINA/PR, PARAISO DO NORTE/PR, PARANACITY/PR, PEABIRU/PR, PRIMEIRO DE MAIO/PR, RIBEIRAO CLARO/PR, RIBEIRAO DO PINHAL/PR, SANTA FE/PR, SANTA HELENA/PR, SANTA MARIANA/PR, SANTA TEREZA DO OESTE/PR, SANTA TEREZINHA DE ITAIPU/PR, SAO JOAO DO IVAI/PR, SERTANOPOLIS/PR, SIQUEIRA CAMPOS/PR, TAPEJARA/PR, TERRA BOA/PR, TERRA RICA/PR, TERRA ROXA/PR, TOMAZINA/PR, UBIRATA/PR, URAI/PR, WENCESLAU BRAZ/PR, ALFREDO WAGNER/SC, ANTONIO CARLOS/SC, ARARANGUA/SC, BALNEARIO ARROIO DO SILVA/SC, BALNEARIO GAIVOTA/SC, BIGUACU/SC, BRACO DO NORTE/SC, CANELINHA/SC, CAPIVARI DE BAIXO/SC, COCAL DO SUL/SC, FORQUILHINHA/SC, GAROPABA/SC, GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, GRAVATAL/SC, ICARA/SC, JACINTO MACHADO/SC, LAGUNA/SC, LAURO MULLER/SC, LEOBERTO LEAL/SC, MORRO DA FUMACA/SC, NOVA VENEZA/SC, PAULO LOPES/SC, PEDRAS GRANDES/SC, RANCHO QUEIMADO/SC, SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC, SAO JOAO BATISTA/SC, SIDEROPOLIS/SC, SOMBRIO/SC, TURVO/SC, BALNEARIO RINCAO/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4.858, de 4 de abril de 2022 (8263692), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 12. 840 Processo nº 53500.010657/2022-24. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 958.75 MHz / 913.75 MHz / 2665 MHz / 2545 MHz / 1837.5 MHz / 1842.5 MHz / 1847.5 MHz / 1742.5 MHz / 1747.5 MHz / 1752.5 MHz / 2112.5 MHz / 2117.5 MHz / 2122.5 MHz / 1922.5 MHz / 1927.5 MHz / 1932.5 MHz, exclusivamente nos municípios de ALTONIA/PR, ALTO PARANA/PR, ALTO PIQUIRI/PR, ALVORADA DO SUL/PR, ANDIRA/PR, ARAPOTI/PR, ASSAI/PR, ASTORGA/PR, BANDEIRANTES/PR, BELA VISTA DO PARAISO/PR, CAFELANDIA/PR, CAMBARA/PR, CAMBIRA/PR, CAMPINA DA LAGOA/PR, CAPITAO LEONIDAS MARQUES/PR, CARLOPOLIS/PR, CATANDUVAS/PR, CENTENARIO DO SUL/PR, CORBELIA/PR, CORNELIO PROCOPIO/PR, DIAMANTE DO SUL/PR, DOIS VIZINHOS/PR, ENGENHEIRO BELTRAO/PR, FAXINAL/PR, FLORESTOPOLIS/PR, GOIOERE/PR, GUAIRA/PR, GUARANIACU/PR, IBAITI/PR, IPORA/PR, ITAIPULANDIA/PR, JAGUAPITA/PR, JANDAIA DO SUL/PR, JATAIZINHO/PR, JESUITAS/PR, JOAQUIM TAVORA/PR, MAMBORE/PR, MANDAGUACU/PR, MANDAGUARI/PR, MANOEL RIBAS/PR, MARECHAL CANDIDO RONDON/PR, MARIALVA/PR, MARILANDIA DO SUL/PR, MARILUZ/PR, MATELANDIA/PR, MEDIANEIRA/PR, MISSAL/PR, MOREIRA SALES/PR, NOVA AURORA/PR, NOVA ESPERANCA/PR, NOVA LONDRINA/PR, OURO VERDE DO OESTE/PR, PAICANDU/PR, PALOTINA/PR, PARAISO DO NORTE/PR, PARANACITY/PR, PEABIRU/PR, PRIMEIRO DE MAIO/PR, RIBEIRAO CLARO/PR, RIBEIRAO DO PINHAL/PR, SANTA FE/PR, SANTA HELENA/PR, SANTA MARIANA/PR, SANTA TEREZA DO OESTE/PR, SANTA TEREZINHA DE ITAIPU/PR, SAO JOAO DO IVAI/PR, SERTANOPOLIS/PR, SIQUEIRA CAMPOS/PR, TAPEJARA/PR, TERRA BOA/PR, TERRA RICA/PR, TERRA ROXA/PR, TOMAZINA/PR, UBIRATA/PR, URAI/PR, WENCESLAU BRAZ/PR, ALFREDO WAGNER/SC, ANTONIO CARLOS/SC, ARARANGUA/SC, BALNEARIO ARROIO DO SILVA/SC, BALNEARIO GAIVOTA/SC, BIGUACU/SC, BRACO DO NORTE/SC, CANELINHA/SC, CAPIVARI DE BAIXO/SC, COCAL DO SUL/SC, FORQUILHINHA/SC, GAROPABA/SC, GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, GRAVATAL/SC, ICARA/SC, JACINTO MACHADO/SC, LAGUNA/SC, LAURO MULLER/SC, LEOBERTO LEAL/SC, MORRO DA FUMACA/SC, NOVA VENEZA/SC, PAULO LOPES/SC, PEDRAS GRANDES/SC, RANCHO QUEIMADO/SC, SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC, SAO JOAO BATISTA/SC, SIDEROPOLIS/SC, SOMBRIO/SC, TURVO/SC, BALNEARIO RINCAO/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 2.340, de 11 de fevereiro de 2022 (8038893), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 12. 841 Processo nº 53500.010657/2022-24. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1862.5 MHz / 1767.5 MHz, exclusivamente nos municípios de ALTONIA/PR, ALTO PARANA/PR, ALTO PIQUIRI/PR, ASTORGA/PR, CAFELANDIA/PR, CAMPINA DA LAGOA/PR, CAPITAO LEONIDAS MARQUES/PR, CATANDUVAS/PR, CORBELIA/PR, DIAMANTE DO SUL/PR, DOIS VIZINHOS/PR, ENGENHEIRO BELTRAO/PR, GOIOERE/PR, GUAIRA/PR, GUARANIACU/PR, IPORA/PR, ITAIPULANDIA/PR, JESUITAS/PR, MAMBORE/PR, MANDAGUACU/PR, MANDAGUARI/PR, MARECHAL CANDIDO RONDON/PR, MARIALVA/PR, MARILUZ/PR, MATELANDIA/PR, MEDIANEIRA/PR, MISSAL/PR, MOREIRA SALES/PR, NOVA AURORA/PR, NOVA ESPERANCA/PR, NOVA LONDRINA/PR, OURO VERDE DO OESTE/PR, PAICANDU/PR, PALOTINA/PR, PARANACITY/PR, PEABIRU/PR, SANTA FE/PR, SANTA HELENA/PR, SANTA TEREZA DO OESTE/PR, SANTA TEREZINHA DE ITAIPU/PR, TAPEJARA/PR, TERRA BOA/PR, TERRA RICA/PR, TERRA ROXA/PR, UBIRATA/PR, ALFREDO WAGNER/SC, ANTONIO CARLOS/SC, ARARANGUA/SC, BALNEARIO ARROIO DO SILVA/SC, BALNEARIO GAIVOTA/SC, BIGUACU/SC, BRACO DO NORTE/SC, CANELINHA/SC, CAPIVARI DE BAIXO/SC, COCAL DO SUL/SC, FORQUILHINHA/SC, GAROPABA/SC, GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, GRAVATAL/SC, ICARA/SC, JACINTO MACHADO/SC, LAGUNA/SC, LAURO MULLER/SC, LEOBERTO LEAL/SC, MORRO DA FUMACA/SC, NOVA VENEZA/SC, PAULO LOPES/SC, PEDRAS GRANDES/SC, RANCHO QUEIMADO/SC, SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC, SAO JOAO BATISTA/SC, SIDEROPOLIS/SC, SOMBRIO/SC, TURVO/SC, BALNEARIO RINCAO/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 2.340, de 11 de fevereiro de 2022 (8038893), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 12. 842 Processo nº 53500.029818/2022-53. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1821.25 MHz / 1726.25 MHz / 1823.75 MHz / 1728.75 MHz, exclusivamente nos municípios de ARAPORA/MG, CAPINOPOLIS/MG, CARNEIRINHO/MG, CENTRALINA/MG, DELTA/MG, IBIRACI/MG, IGUATAMA/MG, INDIANOPOLIS/MG, ITAPAGIPE/MG, LAGAMAR/MG, LIMEIRA DO OESTE/MG, MONTE SANTO DE MINAS/MG, PEQUI/MG, PITANGUI/MG, SANTA VITORIA/MG, SAO FRANCISCO DE SALES/MG, SAO JOSE DA VARGINHA/MG, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 5.308, de 11 de abril de 2022 (8302160), publicado no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2022.

Nº 12. 848 Processo nº 53500.010559/2022-97. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1871.25 MHz / 1776.25 MHz, exclusivamente nos municípios de AQUIDABA/SE, AREIA BRANCA/SE, BOQUIM/SE, CARIRA/SE, CRISTINAPOLIS/SE, FREI PAULO/SE, ITABAIANINHA/SE, LAGARTO/SE, LARANJEIRAS/SE, MARUIM/SE, POCO VERDE/SE, ROSARIO DO CATETE/SE, SANTO AMARO DAS BROTAS/SE, SIMAO DIAS/SE, UMBAUBA/SE, ANAGE/BA, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA, NOVO HORIZONTE/BA, POCOES/BA, RIACHO DE SANTANA/BA, RIBEIRAO DO LARGO/BA, SANTA MARIA DA VITORIA/BA, SAUBARA/BA, SERRA DO RAMALHO/BA, SENTO SE/BA, ABAETE/MG, AGUA BOA/MG, AGUA COMPRIDA/MG, ALVARENGA/MG, ARAPORA/MG, ARICANDUVA/MG, ATALEIA/MG, BANDEIRA/MG, BARAO DE COCAIS/MG, BERTOPOLIS/MG, BIQUINHAS/MG, BOCAIUVA/MG, BOM JESUS DO GALHO/MG, BUENOPOLIS/MG, BUGRE/MG, CANTAGALO/MG, CAPINOPOLIS/MG, CARMOPOLIS DE MINAS/MG, CARNEIRINHO/MG, CENTRALINA/MG, CHALE/MG, CLAUDIO/MG, CONCEICAO DA APARECIDA/MG, CONCEICAO DE IPANEMA/MG, CORINTO/MG, DELTA/MG, DORES DO INDAIA/MG, DORESOPOLIS/MG, DURANDE/MG, ENTRE FOLHAS/MG, FRANCISCO SA/MG, FRANCISCOPOLIS/MG, FREI GASPAR/MG, FREI LAGONEGRO/MG, GONZAGA/MG, IBIRACI/MG, IGUATAMA/MG, IMBE DE MINAS/MG, INDIANOPOLIS/MG, INHAPIM/MG, ITAGUARA/MG, ITAPAGIPE/MG, ITINGA/MG, JACUI/MG, JOSE GONCALVES DE MINAS/MG, JOSE RAYDAN/MG, JOSENOPOLIS/MG, LAGAMAR/MG, LEME DO PRADO/MG, LIMEIRA DO OESTE/MG, MACHACALIS/MG, MANHUMIRIM/MG, MARTINHO CAMPOS/MG, MATERLANDIA/MG, MONTE CARMELO/MG, MONTE FORMOSO/MG, MONTE SANTO DE MINAS/MG, PAULISTAS/MG, PEQUI/MG, PERIQUITO/MG, PINGO-DAGUA/MG, PITANGUI/MG, POCO FUNDO/MG, POMPEU/MG, ALTO JEQUITIBA/MG, RAUL SOARES/MG, REDUTO/MG, RESPLENDOR/MG, RIO DO PRADO/MG, RIO VERMELHO/MG, RUBIM/MG, SANTA BARBARA DO LESTE/MG, SANTA CRUZ DE SALINAS/MG, SANTA EFIGENIA DE MINAS/MG, SANTA HELENA DE MINAS/MG, SANTA MARIA DO SALTO/MG, SANTANA DO MANHUACU/MG, SANTA RITA DO SAPUCAI/MG, SANTA VITORIA/MG, SAO FELIX DE MINAS/MG, SAO FRANCISCO DE SALES/MG, SAO GERALDO DA PIEDADE/MG, SAO GERALDO DO BAIXIO/MG, SAO JOSE DA SAFIRA/MG, SAO JOSE DA VARGINHA/MG, SAO JOSE DO JACURI/MG, SAO JOSE DO MANTIMENTO/MG, SAO PEDRO DO SUACUI/MG, SAO SEBASTIAO DO ANTA/MG, SAO SEBASTIAO DO MARANHAO/MG, SARDOA/MG, SETUBINHA/MG, SENHORA DO PORTO/MG, SERRA DA SAUDADE/MG, SIMONESIA/MG, SOBRALIA/MG, TAPARUBA/MG, TAPIRAI/MG, UMBURATIBA/MG, UNIAO DE MINAS/MG, VARGEM ALEGRE/MG, VARZEA DA PALMA/MG, VERISSIMO/MG, VERMELHO NOVO/MG, VIRGINOPOLIS/MG, VIRGOLANDIA/MG, SAO JOSE DO CALCADO/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2.314, de 10 de fevereiro de 2022 (8035170), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 12. 849 Processo nº 53500.010559/2022-97. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1826.25 MHz / 1731.25 MHz, exclusivamente no município de São José do Calçado/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2.314, de 10 de fevereiro de 2022 (8035170), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 12. 850 Processo nº 53500.010557/2022-06. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 956.25 MHz / 911.25 MHz / 2665 MHz / 2545 MHz, exclusivamente nos municípios de SERTANIA/PE, AQUIDABA/SE, AREIA BRANCA/SE, BOQUIM/SE, CARIRA/SE, CRISTINAPOLIS/SE, FREI PAULO/SE, ITABAIANINHA/SE, LAGARTO/SE, LARANJEIRAS/SE, MARUIM/SE, POCO VERDE/SE, ROSARIO DO CATETE/SE, SANTO AMARO DAS BROTAS/SE, SIMAO DIAS/SE, UMBAUBA/SE, ANAGE/BA, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA, NOVO HORIZONTE/BA, POCOES/BA, RIACHO DE SANTANA/BA, RIBEIRAO DO LARGO/BA, SANTA MARIA DA VITORIA/BA, SAUBARA/BA, SERRA DO RAMALHO/BA, SENTO SE/BA, ABAETE/MG, AGUA BOA/MG, AGUA COMPRIDA/MG, ALVARENGA/MG, ARAPORA/MG, ARICANDUVA/MG, ATALEIA/MG, BANDEIRA/MG, BARAO DE COCAIS/MG, BERTOPOLIS/MG, BIQUINHAS/MG, BOCAIUVA/MG, BOM JESUS DO GALHO/MG, BUENOPOLIS/MG, BUGRE/MG, CANTAGALO/MG, CAPINOPOLIS/MG, CARMOPOLIS DE MINAS/MG, CARNEIRINHO/MG, CENTRALINA/MG, CHALE/MG, CLAUDIO/MG, CONCEICAO DA APARECIDA/MG, CONCEICAO DE IPANEMA/MG, CORINTO/MG, DELTA/MG, DORES DO INDAIA/MG, DORESOPOLIS/MG, DURANDE/MG, ENTRE FOLHAS/MG, FRANCISCO SA/MG, FRANCISCOPOLIS/MG, FREI GASPAR/MG, FREI LAGONEGRO/MG, GONZAGA/MG, IBIRACI/MG, IGUATAMA/MG, IMBE DE MINAS/MG, INDIANOPOLIS/MG, INHAPIM/MG, ITAGUARA/MG, ITAPAGIPE/MG, ITINGA/MG, JACUI/MG, JOSE GONCALVES DE MINAS/MG, JOSE RAYDAN/MG, JOSENOPOLIS/MG, LAGAMAR/MG, LEME DO PRADO/MG, LIMEIRA DO OESTE/MG, MACHACALIS/MG, MANHUMIRIM/MG, MARTINHO CAMPOS/MG, MATERLANDIA/MG, MONTE CARMELO/MG, MONTE FORMOSO/MG, MONTE SANTO DE MINAS/MG, PAULISTAS/MG, PEQUI/MG, PERIQUITO/MG, PINGO-DAGUA/MG, PITANGUI/MG, POCO FUNDO/MG, POMPEU/MG, ALTO JEQUITIBA/MG, RAUL SOARES/MG, REDUTO/MG, RESPLENDOR/MG, RIO DO PRADO/MG, RIO VERMELHO/MG, RUBIM/MG, SANTA BARBARA DO LESTE/MG, SANTA CRUZ DE SALINAS/MG, SANTA EFIGENIA DE MINAS/MG, SANTA HELENA DE MINAS/MG, SANTA MARIA DO SALTO/MG, SANTANA DO MANHUACU/MG, SANTA RITA DO SAPUCAI/MG, SANTA VITORIA/MG, SAO FELIX DE MINAS/MG, SAO FRANCISCO DE SALES/MG, SAO GERALDO DA PIEDADE/MG, SAO GERALDO DO BAIXIO/MG, SAO JOSE DA SAFIRA/MG, SAO JOSE DA VARGINHA/MG, SAO JOSE DO JACURI/MG, SAO JOSE DO MANTIMENTO/MG, SAO PEDRO DO SUACUI/MG, SAO SEBASTIAO DO ANTA/MG, SAO SEBASTIAO DO MARANHAO/MG, SARDOA/MG, SETUBINHA/MG, SENHORA DO PORTO/MG, SERRA DA SAUDADE/MG, SIMONESIA/MG, SOBRALIA/MG, TAPARUBA/MG, TAPIRAI/MG, UMBURATIBA/MG, UNIAO DE MINAS/MG, VARGEM ALEGRE/MG, VARZEA DA PALMA/MG, VERISSIMO/MG, VERMELHO NOVO/MG, VIRGINOPOLIS/MG, VIRGOLANDIA/MG, SAO JOSE DO CALCADO/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2.311, de 10 de fevereiro de 2022 (8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 12. 851 Processo nº 53500.010557/2022-06. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1821.25 MHz / 1726.25 MHz / 1823.75 MHz / 1728.75 MHz, exclusivamente nos municípios de SERTANIA/PE, AQUIDABA/SE, AREIA BRANCA/SE, BOQUIM/SE, CARIRA/SE, CRISTINAPOLIS/SE, FREI PAULO/SE, ITABAIANINHA/SE, LAGARTO/SE, LARANJEIRAS/SE, MARUIM/SE, POCO VERDE/SE, ROSARIO DO CATETE/SE, SANTO AMARO DAS BROTAS/SE, SIMAO DIAS/SE, UMBAUBA/SE, ANAGE/BA, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA, NOVO HORIZONTE/BA, POCOES/BA, RIACHO DE SANTANA/BA, RIBEIRAO DO LARGO/BA, SANTA MARIA DA VITORIA/BA, SAUBARA/BA, SERRA DO RAMALHO/BA, SENTO SE/BA, ABAETE/MG, AGUA BOA/MG, AGUA COMPRIDA/MG, ALVARENGA/MG, ARICANDUVA/MG, ATALEIA/MG, BANDEIRA/MG, BARAO DE COCAIS/MG, BERTOPOLIS/MG, BIQUINHAS/MG, BOCAIUVA/MG, BOM JESUS DO GALHO/MG, BUENOPOLIS/MG, BUGRE/MG, CANTAGALO/MG, CARMOPOLIS DE MINAS/MG, CHALE/MG, CLAUDIO/MG, CONCEICAO DA APARECIDA/MG, CONCEICAO DE IPANEMA/MG, CORINTO/MG, DELTA/MG, DORES DO INDAIA/MG, DORESOPOLIS/MG, DURANDE/MG, ENTRE FOLHAS/MG, FRANCISCO SA/MG, FRANCISCOPOLIS/MG, FREI GASPAR/MG, FREI LAGONEGRO/MG, GONZAGA/MG, IMBE DE MINAS/MG, INHAPIM/MG, ITAGUARA/MG, ITINGA/MG, JACUI/MG, JOSE GONCALVES DE MINAS/MG, JOSE RAYDAN/MG, JOSENOPOLIS/MG, LAGAMAR/MG, LEME DO PRADO/MG, LIMEIRA DO OESTE/MG, MACHACALIS/MG, MANHUMIRIM/MG, MARTINHO CAMPOS/MG, MATERLANDIA/MG, MONTE CARMELO/MG, MONTE FORMOSO/MG, MONTE SANTO DE MINAS/MG, PAULISTAS/MG, PEQUI/MG, PERIQUITO/MG, PINGO-DAGUA/MG, POCO FUNDO/MG, POMPEU/MG, ALTO JEQUITIBA/MG, RAUL SOARES/MG, REDUTO/MG, RESPLENDOR/MG, RIO DO PRADO/MG, RIO VERMELHO/MG, RUBIM/MG, SANTA BARBARA DO LESTE/MG, SANTA CRUZ DE SALINAS/MG, SANTA EFIGENIA DE MINAS/MG, SANTA HELENA DE MINAS/MG, SANTA MARIA DO SALTO/MG, SANTANA DO MANHUACU/MG, SANTA RITA DO SAPUCAI/MG, SAO FELIX DE MINAS/MG, SAO GERALDO DA PIEDADE/MG, SAO GERALDO DO BAIXIO/MG, SAO JOSE DA SAFIRA/MG, SAO JOSE DO JACURI/MG, SAO JOSE DO MANTIMENTO/MG, SAO PEDRO DO SUACUI/MG, SAO SEBASTIAO DO ANTA/MG, SAO SEBASTIAO DO MARANHAO/MG, SARDOA/MG, SETUBINHA/MG, SENHORA DO PORTO/MG, SERRA DA SAUDADE/MG, SIMONESIA/MG, SOBRALIA/MG, TAPARUBA/MG, TAPIRAI/MG, UMBURATIBA/MG, UNIAO DE MINAS/MG, VARGEM ALEGRE/MG, VARZEA DA PALMA/MG, VERISSIMO/MG, VERMELHO NOVO/MG, VIRGINOPOLIS/MG, VIRGOLANDIA/MG, SAO JOSE DO CALCADO/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2.311, de 10 de fevereiro de 2022 (8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 12. 853 Processo nº 53500.010557/2022-06. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2147.5 MHz / 1957.5 MHz / 2152.5 MHz / 1962.5 MHz, exclusivamente nos municípios de ABAETE/MG, AGUA BOA/MG, AGUA COMPRIDA/MG, ALVARENGA/MG, ARAPORA/MG, ARICANDUVA/MG, ATALEIA/MG, BANDEIRA/MG, BARAO DE COCAIS/MG, BERTOPOLIS/MG, BIQUINHAS/MG, BOCAIUVA/MG, BOM JESUS DO GALHO/MG, BUENOPOLIS/MG, BUGRE/MG, CANTAGALO/MG, CAPINOPOLIS/MG, CARMOPOLIS DE MINAS/MG, CARNEIRINHO/MG, CENTRALINA/MG, CHALE/MG, CLAUDIO/MG, CONCEICAO DA APARECIDA/MG, CONCEICAO DE IPANEMA/MG, CORINTO/MG, DELTA/MG, DORES DO INDAIA/MG, DORESOPOLIS/MG, DURANDE/MG, ENTRE FOLHAS/MG, FRANCISCO SA/MG, FRANCISCOPOLIS/MG, FREI GASPAR/MG, FREI LAGONEGRO/MG, GONZAGA/MG, IBIRACI/MG, IGUATAMA/MG, IMBE DE MINAS/MG, INDIANOPOLIS/MG, INHAPIM/MG, ITAGUARA/MG, ITAPAGIPE/MG, ITINGA/MG, JACUI/MG, JOSE GONCALVES DE MINAS/MG, JOSE RAYDAN/MG, JOSENOPOLIS/MG, LAGAMAR/MG, LEME DO PRADO/MG, LIMEIRA DO OESTE/MG, MACHACALIS/MG, MANHUMIRIM/MG, MARTINHO CAMPOS/MG, MATERLANDIA/MG, MONTE CARMELO/MG, MONTE FORMOSO/MG, MONTE SANTO DE MINAS/MG, PAULISTAS/MG, PEQUI/MG, PERIQUITO/MG, PINGO-DAGUA/MG, PITANGUI/MG, POCO FUNDO/MG, POMPEU/MG, ALTO JEQUITIBA/MG, RAUL SOARES/MG, REDUTO/MG, RESPLENDOR/MG, RIO DO PRADO/MG, RIO VERMELHO/MG, RUBIM/MG, SANTA BARBARA DO LESTE/MG, SANTA CRUZ DE SALINAS/MG, SANTA EFIGENIA DE MINAS/MG, SANTA HELENA DE MINAS/MG, SANTA MARIA DO SALTO/MG, SANTANA DO MANHUACU/MG, SANTA RITA DO SAPUCAI/MG, SAO FELIX DE MINAS/MG, SAO GERALDO DA PIEDADE/MG, SAO GERALDO DO BAIXIO/MG, SAO JOSE DA SAFIRA/MG, SAO JOSE DO JACURI/MG, SAO JOSE DO MANTIMENTO/MG, SAO PEDRO DO SUACUI/MG, SAO SEBASTIAO DO ANTA/MG, SAO SEBASTIAO DO MARANHAO/MG, SARDOA/MG, SETUBINHA/MG, SENHORA DO PORTO/MG, SERRA DA SAUDADE/MG, SIMONESIA/MG, SOBRALIA/MG, TAPARUBA/MG, TAPIRAI/MG, UMBURATIBA/MG, UNIAO DE MINAS/MG, VARGEM ALEGRE/MG, VARZEA DA PALMA/MG, VERISSIMO/MG, VERMELHO NOVO/MG, VIRGINOPOLIS/MG, VIRGOLANDIA/MG, SAO JOSE DO CALCADO/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2.311, de 10 de fevereiro de 2022 (8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 12. 854 Processo nº 53500.010557/2022-06. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30 de agosto de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1807.5 MHz / 1812.5 MHz / 1817.5 MHz / 1712.5 MHz / 1717.5 MHz / 1722.5 MHz, exclusivamente nos municípios de SERTANIA/PE, AQUIDABA/SE, AREIA BRANCA/SE, BOQUIM/SE, CARIRA/SE, CRISTINAPOLIS/SE, FREI PAULO/SE, ITABAIANINHA/SE, LAGARTO/SE, LARANJEIRAS/SE, MARUIM/SE, POCO VERDE/SE, ROSARIO DO CATETE/SE, SANTO AMARO DAS BROTAS/SE, SIMAO DIAS/SE, UMBAUBA/SE, ANAGE/BA, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA, NOVO HORIZONTE/BA, POCOES/BA, RIACHO DE SANTANA/BA, RIBEIRAO DO LARGO/BA, SANTA MARIA DA VITORIA/BA, SAUBARA/BA, SERRA DO RAMALHO/BA, SENTO SE/BA, ABAETE/MG, AGUA BOA/MG, AGUA COMPRIDA/MG, ALVARENGA/MG, ARAPORA/MG, ARICANDUVA/MG, ATALEIA/MG, BANDEIRA/MG, BARAO DE COCAIS/MG, BERTOPOLIS/MG, BIQUINHAS/MG, BOCAIUVA/MG, BOM JESUS DO GALHO/MG, BUENOPOLIS/MG, BUGRE/MG, CANTAGALO/MG, CAPINOPOLIS/MG, CARMOPOLIS DE MINAS/MG, CARNEIRINHO/MG, CENTRALINA/MG, CHALE/MG, CLAUDIO/MG, CONCEICAO DA APARECIDA/MG, CONCEICAO DE IPANEMA/MG, CORINTO/MG, DELTA/MG, DORES DO INDAIA/MG, DORESOPOLIS/MG, DURANDE/MG, ENTRE FOLHAS/MG, FRANCISCO SA/MG, FRANCISCOPOLIS/MG, FREI GASPAR/MG, FREI LAGONEGRO/MG, GONZAGA/MG, IBIRACI/MG, IGUATAMA/MG, IMBE DE MINAS/MG, INDIANOPOLIS/MG, INHAPIM/MG, ITAGUARA/MG, ITAPAGIPE/MG, ITINGA/MG, JACUI/MG, JOSE GONCALVES DE MINAS/MG, JOSE RAYDAN/MG, JOSENOPOLIS/MG, LAGAMAR/MG, LEME DO PRADO/MG, LIMEIRA DO OESTE/MG, MACHACALIS/MG, MANHUMIRIM/MG, MARTINHO CAMPOS/MG, MATERLANDIA/MG, MONTE CARMELO/MG, MONTE FORMOSO/MG, MONTE SANTO DE MINAS/MG, PAULISTAS/MG, PEQUI/MG, PERIQUITO/MG, PINGO-DAGUA/MG, PITANGUI/MG, POCO FUNDO/MG, POMPEU/MG, ALTO JEQUITIBA/MG, RAUL SOARES/MG, REDUTO/MG, RESPLENDOR/MG, RIO DO PRADO/MG, RIO VERMELHO/MG, RUBIM/MG, SANTA BARBARA DO LESTE/MG, SANTA CRUZ DE SALINAS/MG, SANTA EFIGENIA DE MINAS/MG, SANTA HELENA DE MINAS/MG, SANTA MARIA DO SALTO/MG, SANTANA DO MANHUACU/MG, SANTA RITA DO SAPUCAI/MG, SANTA VITORIA/MG, SAO FELIX DE MINAS/MG, SAO FRANCISCO DE SALES/MG, SAO GERALDO DA PIEDADE/MG, SAO GERALDO DO BAIXIO/MG, SAO JOSE DA SAFIRA/MG, SAO JOSE DA VARGINHA/MG, SAO JOSE DO JACURI/MG, SAO JOSE DO MANTIMENTO/MG, SAO PEDRO DO SUACUI/MG, SAO SEBASTIAO DO ANTA/MG, SAO SEBASTIAO DO MARANHAO/MG, SARDOA/MG, SETUBINHA/MG, SENHORA DO PORTO/MG, SERRA DA SAUDADE/MG, SIMONESIA/MG, SOBRALIA/MG, TAPARUBA/MG, TAPIRAI/MG, UMBURATIBA/MG, UNIAO DE MINAS/MG, VARGEM ALEGRE/MG, VARZEA DA PALMA/MG, VERISSIMO/MG, VERMELHO NOVO/MG, VIRGINOPOLIS/MG, VIRGOLANDIA/MG, SAO JOSE DO CALCADO/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2.311, de 10 de fevereiro de 2022 (8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 12. 860 Processo nº 53500.010557/2022-06. Declara extinta, por renúncia, a partir de 20 de julho de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2112.5 MHz / 2117.5 MHz / 2122.5 MHz / 1922.5 MHz / 1927.5 MHz / 1932.5 MHz, exclusivamente nos municípios de AQUIDABA/SE, AREIA BRANCA/SE, BOQUIM/SE, CARIRA/SE, CRISTINAPOLIS/SE, FREI PAULO/SE, ITABAIANINHA/SE, LAGARTO/SE, LARANJEIRAS/SE, MARUIM/SE, POCO VERDE/SE, ROSARIO DO CATETE/SE, SANTO AMARO DAS BROTAS/SE, SIMAO DIAS/SE, UMBAUBA/SE, ANAGE/BA, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA, NOVO HORIZONTE/BA, POCOES/BA, RIACHO DE SANTANA/BA, RIBEIRAO DO LARGO/BA, SANTA MARIA DA VITORIA/BA, SAUBARA/BA, SERRA DO RAMALHO/BA, SENTO SE/BA e SAO JOSE DO CALCADO/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2.311, de 10 de fevereiro de 2022 (8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

ATO Nº 13.189, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53500.049209/2021-30. Transfere integralmente, de forma onerosa, a autorização para exploração de Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito expedida a INTERNET SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 02.475.600/0001-31, para UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 02.255.187/0001-08.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

ATOS DE 18 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.252 Processo nº 53524.002142/2020-11. Anula o Ato nº 6211, de 20/10/2020, publicado no DOU de 04/11/2020, que outorgou Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE TUPINIQUIM DE COMUNICACAO EIRELI, CNPJ/MF nº 09.634.042/0001-59, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).

Nº 13.253 Processo nº 53500.053756/2019-03. Transfere, de forma onerosa, a autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito expedida a AGILITY SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 32.960.134/0001-40, para a BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A, CNPJ nº 04.601.397/0001-28.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.597 Processo nº 53500.309180/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tacuru/MS.

Nº 12.598 Processo nº 53500.309182/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jateí/MS.

Nº 12. 599 Processo nº 53500.309183/2022-75. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Negro/MS.

Nº 12. 600 Processo nº 53500.309186/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itapagipe/MG.

Nº 12. 601 Processo nº 53500.309188/2022-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA S.A., CNPJ 01.534.510/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Belos/GO.

Nº 12. 602 Processo nº 53500.309189/2022-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA S.A., CNPJ 01.534.510/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Doverlândia/GO.

Nº 12. 603 Processo nº 53500.309191/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA S.A., CNPJ 01.534.510/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Orizona/GO.

Nº 12. 604 Processo nº 53500.309192/2022-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA S.A., CNPJ 01.534.510/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Petrolina de Goiás/GO.

Nº 12. 605 Processo nº 53500.309194/2022-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA S.A., CNPJ 01.534.510/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aurilândia/GO.

Nº 12. 606 Processo nº 53500.309196/2022-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA S.A., CNPJ 01.534.510/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Diorama/GO.

Nº 12. 607 Processo nº 53500.309199/2022-88. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA S.A., CNPJ 01.534.510/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Heitoraí/GO.

Nº 12. 608 Processo nº 53500.309201/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA S.A., CNPJ 01.534.510/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Hidrolina/GO.

Nº 12. 609 Processo nº 53500.309205/2022-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA S.A., CNPJ 01.534.510/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itapirapuã/GO.

Nº 12. 610 Processo nº 53500.309206/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA S.A., CNPJ 01.534.510/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Taquaral de Goiás/GO.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATO Nº 13.097, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza ADVANTA SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 03.232.670/0001-21, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Barueri/SP, no período de 15/09/2022 a 13/11/2022.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.172 Processo n° 53500.307175/2022-94. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à COMUNICATEL ELETRONICA E TELECOMUNICACOES LTDA - EPP, CNPJ nº 24.841.488/0001-48, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 13.178 Processo nº 53500.313799/2022-41. Expede autorização à G5 FIBRA LTDA, CNPJ/MF nº 46.804.352/0001-09, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.180 Processo nº 53500.313279/2022-38. Expede autorização à CONSTRUTORA ACARI LTDA, CNPJ/MF nº 02.417.718/0001-03, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.181 Processo nº 53500.312998/2022-31. Expede autorização à G3 INTERNET.NET LTDA, CNPJ/MF nº 42.344.807/0001-91, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.182 Processo nº 53500.310066/2022-54. Expede autorização à CORELINK CONECTIVIDADE SEGURA E TRANSPORTE DE DADOS LTDA, CNPJ/MF nº 17.854.788/0001-04, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.183 Processo nº 53500.311622/2022-18. Expede autorização à FBOWEB TECNOLOGIA E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 11.677.326/0001-74, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.184 Processo nº 53500.311654/2022-13. Expede autorização à W R P TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 47.103.865/0001-47, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.185 Processo nº 53500.038305/2021-52. declara extinta, por renúncia, a partir de 13/09/2022, a autorização outorgada a S.A. LUIS TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 07.260.360/0001-71, por intermédio do Ato nº 4319, de 14/06/2021, publicado no DOU de 18/06/2021, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.186 Processo n° 53500.291556/2022-44. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) ao INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE, CNPJ nº 08.829.974/0002-75, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.191 Processo nº 53500.310746/2022-78. Expede autorização à MTC S A, CNPJ/MF nº 45.616.483/0001-91, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.217 Autoriza FUNDACAO CANAL 20, CNPJ nº 04.083.151/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, no período de 24/09/2022 a 25/09/2022.

Nº 13.218 Autoriza FUNDACAO CANAL 20, CNPJ nº 04.083.151/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, no período de 24/09/2022 a 25/09/2022.

Nº 13.219 Autoriza Cricom do Brasil Ltda, CNPJ nº 03.068.511/0001-33, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 26/09/2022 a 30/09/2022.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATO Nº 13.249, DE 17 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza Cricom do Brasil Ltda, CNPJ nº 03.068.511/0001-33, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 22/09/2022 a 05/10/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 4.882, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Institui Grupo de Trabalho - GT, no âmbito do Ministério da Defesa, para atualizar a Política Nacional de Defesa - PND e a Estratégia Nacional de Defesa - END, referentes ao quadriênio 2024-2027.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 9º, § 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e no art. 27, inciso I, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e no art. 1º, inciso I, do Anexo I, do Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022, no art. 3º, inciso I, alíneas "a" e "b", da Portaria GM-MD nº 3.292, de 9 de junho de 2022, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60410.000070/2022-81, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui Grupo de Trabalho - GT, no âmbito do Ministério da Defesa, para atualizar a Política Nacional de Defesa - PND e a Estratégia Nacional de Defesa - END, referentes ao quadriênio 2024-2027.

CAPÍTULO I

FINALIDADE

Art. 2º O GT de que trata o art. 1º tem a finalidade de proporcionar maior eficiência, transparência e participação nas atividades voltadas para a atualização das propostas referentes à PND e à END.

CAPÍTULO II

COMPOSIÇÃO

Art. 3º O GT será composto pelos seguintes membros titulares:

I - Assessoria Especial de Relações Institucionais - AERI;

II - Assessoria Especial de Planejamento - ASPLAN;

III - Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA:

a) Chefia de Assuntos Estratégicos - CAE, que o presidirá;

b) Chefia de Operações Conjuntas - CHOC;

c) Chefia de Logística e Mobilização - CHELOG;

d) Chefia de Educação e Cultura - CHEC;

e) Assessoria de Inteligência de Defesa - AIDef; e

f) Assessoria de Doutrina e Legislação - ADL;

IV - Secretaria-Geral:

a) Gabinete do Secretário-Geral - SG;

b) Secretaria de Orçamento e Organização Institucional - SEORI;

c) Secretaria de Produtos de Defesa - SEPROD;

d) Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais - SEPESD; e

e) Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM;

V - Comando da Marinha;

VI - Comando do Exército; e

VII - Comando da Aeronáutica.

§ 1º Cada membro do GT terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os nomes dos membros de que trata o art. 3º, incisos I a IV, titulares e suplentes, serão informados pelos respectivos órgãos diretamente à Subchefia de Política e Estratégia - SCPE da CAE do EMCFA, no prazo de até dez dias da publicação desta Portaria.

§ 3º Os representantes dos membros de que trata o art. 3º, incisos V a VII, titulares e suplentes, serão informados diretamente ao Chefe da CAE do EMCFA pelos respectivos Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares, no prazo de até dez dias da publicação desta Portaria.

§ 4º O presidente do GT será substituído, em suas faltas e impedimentos legais, pelo militar de maior precedência hierárquica dentre os integrantes do colegiado presentes na reunião.

§ 5º O Chefe do EMCFA editará o ato de designação de titulares e suplentes do GT.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA

Art. 4º Compete ao GT:

I - realizar debates a respeito da atualização da PND e da END; e

II - apresentar a proposta inicial de atualização da PND e da END.

CAPITULO IV

FUNCIONAMENTO

Seção I

Regras Gerais

Art. 5º O GT se reunirá, em caráter ordinário, de acordo com o calendário constante da proposta de plano de trabalho apresentada na primeira reunião do colegiado e, em caráter extraordinário, por iniciativa do seu presidente ou por solicitação de outros membros do GT.

§ 1º O quórum de reunião do GT será de maioria absoluta e as deliberações deverão ser adotadas preferencialmente por consenso ou, se não for possível, por maioria simples, mediante registro em ata.

§ 2º Na hipótese de ausência de consenso de que trata o § 1º, a matéria sob discussão, a depender de sua natureza sensível, poderá ser submetida à deliberação do Chefe do EMCFA, mediante o assessoramento do Chefe da CAE, com a finalidade de prestar o prévio assessoramento ao Ministro de Estado da Defesa para a tomada de decisão.

Art. 6º As reuniões ordinárias do GT serão preferencialmente convocadas com antecedência mínima de dez dias e as extraordinárias com antecedência mínima de três dias.

Art. 7º Os membros do GT que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão das reuniões por meio de videoconferência.

Art. 8º O GT poderá solicitar a participação de assessoramento técnico de órgãos ou entidades externas ao Ministério da Defesa.

Art. 9º A SCPE da CAE do EMCFA exercerá a função de Secretaria-Executiva do GT e prestará o apoio administrativo às atividades do colegiado.

Art. 10. A participação nas atividades do GT será considerada serviço público de natureza relevante não remunerado.

Art. 11. A divulgação de discussões em curso no âmbito do GT será restrita às estruturas hierárquicas e de comando dos membros do colegiado, observada a natureza preparatória das minutas de atualização da PND e da END.

Art. 12. O GT deverá concluir todas as atividades até o dia 31 de dezembro de 2023.

Seção II

Atribuições do Presidente do GT

Art. 13. Ao presidente do GT compete:

I - convocar, dirigir, supervisionar e coordenar as atividades do GT, promovendo as medidas necessárias ao cumprimento das suas competências;

II - representar o GT em suas relações internas e externas;

III - submeter à votação do GT as matérias a serem apreciadas pelo colegiado;

IV - convidar pessoas ou representantes de outras instituições e de outros setores do Ministério da Defesa, conforme as especificidades dos assuntos a serem debatidos, para comparecer às reuniões e prestar esclarecimentos e assessoramentos especializados; e

V - definir a pauta das reuniões do GT.

Seção III

Atribuições dos Membros do GT

Art. 14. Aos demais membros do GT compete:

I - participar das reuniões, apresentando propostas e questões de ordem e debatendo as matérias sob exame;

II - propor a convocação de reunião extraordinária, sempre que houver assunto urgente e de caráter relevante; e

III - propor itens para compor a pauta de reuniões do GT.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. A CAE deverá, no âmbito de sua atuação, estabelecer o cronograma de trabalho do GT com a finalidade de que as minutas de atualização da PND e da END sejam apresentadas ao Ministro de Estado da Defesa a tempo de atender ao prazo previsto no art. 9º, § 3º, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

Art. 16. Os documentos produzidos no âmbito do GT estarão sujeitos a sigilo ou acesso restrito, conforme a necessidade de cada situação, em conformidade com o que dispõe a Lei de Acesso à Informação - LAI.

Art. 17. As atividades desenvolvidas no âmbito do GT deverão observar as diretrizes contidas na Portaria GM-MD nº 3.292, de 9 de junho de 2022.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

COMANDO DA MARINHA

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

ATA Nº 16, DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 2022

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas, na sala de reuniões do 6º andar, da sede da Empresa, situada na Ilha das Cobras, Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, CEP nº 20180-001, realizou-se a 10ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, no formato híbrido, presencial e por videoconferência, via webex, na forma da Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020, presente a totalidade do Capital Social, de titularidade da União, neste ato representada pelo Dr. Humberto Manoel Alves Afonso, Procurador da Fazenda Nacional, designado pela Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A reunião contou, ainda, com as presenças do Almirante de Esquadra José Augusto Vieira da Cunha de Menezes, Presidente do Conselho de Administração da EMGEPRON; e do Vice-Almirante (RM1-IM) Edesio Teixeira Lima Junior, Diretor-Presidente da EMGEPRON. Para fins de atendimento aos requisitos formais, o Presidente do Conselho de Administração da Empresa, assumiu a Presidência da Assembleia, nomeando como Secretário, o Capitão de Corveta da Reserva Remunerada, do Quadro de Oficiais Auxiliares da Armada, Rogério Braz de Almeida. Dispensada a publicação no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação, tendo em vista a presença de representante legal do único acionista, o Presidente apresentou a seguinte Ordem do Dia: 1) Eleição de membro do Conselho de Administração. Passando à ordem do Dia, o Representante da União votou pela eleição do Senhor OSWALDO GOMES DOS REIS JUNIOR, como membro do Conselho de Administração, representante do Ministério da Defesa, em substituição ao Senhor FLÁVIO AUGUSTO CORRÊA BASILIO, com prazo de gestão unificado até 28/04/2024, conforme Ofício SEI nº 17450/CH GAB MD/GM-MD, de 8 de julho de 2022. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por mim, pelo Presidente da Assembleia e pelo representante da União, para os fins determinados em lei. Rio de Janeiro, cinco de setembro de dois mil e vinte e dois. Atesto que as deliberações aqui contempladas são fiéis à Ata original arquivada na Sede da EMGEPRON.

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.850, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 503, de 23 de março de 2021, constante no processo administrativo n. 59053.003595/2020-34, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Abre Campo - MG, para ações de Defesa Civil até 18/03/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.859, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria nº 516, de 23 de fevereiro de 2022, constante no processo administrativo n. 59052.008967/2022-91, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Governador Valadares - MG, para ações de Defesa Civil até 18/12/2022..

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.862, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Guidoval - MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Guidoval - MG, no valor de R$ 881.213,44 (oitocentos e oitenta e um mil duzentos e treze reais e quarenta e quatro centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.006891/2022-59.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2022NE000671, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.863, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Santa Maria da Vitória	Estiagem - 1.4.1.1.0	5.121	09/09/2022	59051.017361/2022-56
CE	Araripe	Seca - 1.4.1.2.0	21	16/08/2022	59051.017315/2022-57
CE	Madalena	Seca - 1.4.1.2.0	047	06/09/2022	59051.017404/2022-01
PE	Caruaru	Estiagem - 1.4.1.1.0	139	02/09/2022	59051.017402/2022-12
PE	Vertentes	Estiagem - 1.4.1.1.0	026	01/09/2022	59051.017317/2022-46
RS	São Jerônimo	Granizo - 1.3.2.1.3	5.275	16/09/2022	59051.017336/2022-72
SC	Balneário Piçarras	Frentes Frias/Zonas de Convergência - 1.3.1.2.0	445	11/08/2022	59051.017380/2022-82

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.865, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado de Pernambuco/PE.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, considerando o Decreto nº 53.518, de 05 de setembro de 2022, do Governo do Estado de Pernambuco/PE, e as demais informações constantes no processo nº 59051.017312/2022-13, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de ESTIAGEM, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência nos municípios relacionados abaixo.

N°	MUNICÍPIOS
1	Afogados da Ingazeira
2	Afrânio
3	Araripina
4	Arcoverde
5	Belém do São Francisco
6	Betânia
7	Bodocó
8	Brejo da Madre de Deus
9	Buíque
10	Cabrobó
11	Calumbi
12	Carnaubeira da Penha
13	Custódia
14	Dormentes
15	Flores
16	Floresta
17	Ibimirim
18	Iguaracy
19	Inajá
20	Ingazeira
21	Ipubi
22	Itacuruba
23	Jataúba
24	Lagoa Grande
25	Mirandiba
26	Orocó
27	Ouricuri
28	Parnamirim
29	Pesqueira
30	Petrolândia
31	Petrolina
32	Poção
33	Salgueiro
34	Santa Cruz
35	Santa Cruz da Baixa Verde
36	Santa Cruz do Capibaribe
37	Santa Filomena
38	Santa Maria da Boa Vista
39	São José do Belmonte
40	Serra Talhada
41	Serrita
42	Sertânia
43	Tacaratu
44	Terra Nova
45	Trindade
46	Triunfo
47	Tupanatinga
48	Tuparetama
49	Verdejante

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.871, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 1.564, de 02 de junho de 2019, constante no processo administrativo n. 59053.000806/2017-81, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Ipira - SC, para ações de Defesa Civil até 18/03/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE/ME Nº 8.344, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece metas globais e respectivos indicadores para a Avaliação de Desempenho Institucional do Ministério da Economia, para o ciclo de 1º de outubro de 2022 a 30 de setembro de 2023.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 48 da Portaria GM/ME nº 528, de 26 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas, na forma do Anexo, as metas globais e respectivos indicadores de Avaliação de Desempenho Institucional do Ministério da Economia, para o ciclo de 1º de outubro de 2022 a 30 de setembro de 2023.

Art. 2º O resultado final da Avaliação de Desempenho Institucional do Ministério da Economia observará a correlação com o Índice de Desempenho Institucional Médio - IDIM, conforme o estabelecido na Portaria GM/ME nº 528, de 26 de setembro de 2019.

Parágrafo único. As metas globais estabelecidas no Anexo possuem pesos iguais para o ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional do Ministério da Economia relativo ao período de que trata o art. 1º.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Portaria SE/ME nº 3.900, de 27 de setembro de 2019;

II - a Portaria SE/ME nº 16.139, de 8 de julho de 2020;

III - a Portaria SE/ME nº 11.328, de 16 de setembro de 2021; e

IV - a Portaria SE/ME nº 4.685, de 23 de maio de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

ANEXO

METAS GLOBAIS E RESPECTIVOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Meta Global	Indicador	Fórmula de Cálculo	Fonte de Informação	Valor de Partida (ou Inicial)	Resultado Previsto (Anual)
Apoiar a cobrança administrativa e as atividades judiciais de cumprimento de decisão judicial efetivando, no mínimo, 70% das solicitações de cumprimento de		(Solicitação de cumprimento de decisão judicial SAJ-SICAR analisada/Solicitação de cumprimento de decisao judicial SAJ-SICAR distribuída)*100 Onde: Solicitação de cumprimento de decisão judicial SAJ-SICAR			

decisão judicial Sistema de Acompanhamento Judicial da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Requerimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (SAJ-SICAR) distribuídas.	Índice de efetivação do cumprimento de decisão judicial	distribuídas = quantidade de solicitações SAJ no SICAR distribuídas a algum responsável; e Solicitação de cumprimento de decisão judicial SAJ-SICAR analisada = quantidade de solicitações SAJ no SICAR analisadas (Efetivada, Não Autorizada e Não Concluída)	DL PGFN (Date Lake - Procuradoria-Geral da Fazenda Naciona).	Sem histórico de apuração .	70%
Analisar e estruturar 100% das informações gerenciais e/ou analisar e instruir processos administrativos.	Índice de realização de ações de controle, de instruções de processos e consolidação de informações	Soma (informações enviadas + indicações solicitadas + processos instruídos) / (total das ações previstas ou solicitadas) * 100	Sistema Eletrônico de Informações (SEI/ME) e planilhas eletrônicas de controle - Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento (SETO)	80%	90%
Alcançar percentual de mais de 84 % de serviços atendidos presencialmente com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos.	Tempo médio de espera em minutos	[(Total do Quantitativo de Atendimento Presencial com Tempo Médio de Espera Igual ou Inferior a 15 minutos / Total do Quantitativo de Atendimento Presencial com Tempo Médio de Espera) x 100]	Relatórios emitidos pelo Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento de Atendimento (SAGA).	94%	>84%
Alcançar o grau de realização da meta global de arrecadação bruta , definida como estimativa de ingressos constante na programação financeira, em até 100%.	Índice de realização da meta de arrecadação bruta	[(Valor Arrecadado no Período / Meta de Arrecadação no Período) x 100]	Relatórios emitidos pelos Sistemas DW/Arrecadação, Informar, Sistemas Controle Financeiro (SCF) e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) Obs.: a Programação Financeira utilizada para a definição da meta é originada de decretos de programação financeira e eventuais ajustes, considerando partes de dois exercícios em função do período de avaliação da Meta Global.	100%	100%
Organizar e gerenciar 85% informações estratégicas de comércio exterior e assuntos internacionais.	Índice de realização de ações de controle, de instruções de processos e consolidação de informações	[Processos concluídos/processos tramitados]*100%	Sistema Eletrônico de Informações (SEI/ME)	80%	85%
Emitir 85% das Autorizações para Alienações Onerosas de Imóveis.	Quantidade de Imóveis autorizados pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU) para alienação onerosa, apurados conforme pesos definidos nos critérios de apuração	Contagem ponderada dos imóveis que tiveram alienação onerosa autorizada por Portarias SPU publicadas no Diário Oficial da União - DOU entre 1º/10/2022 e 30/09/2023 Indicador = {[(i) + (ii) + (iii)] / 250 pontos} * 100% Onde a contagem de pontos de imóveis autorizados para alienação onerosa obedecerá o seguinte critério:(i) Autorizações de imóveis para permuta: 1 ponto por imóvel (ii) Autorizações de venda de imóveis na modalidade de Proposta de Aquisição de Imóvel - PAI: 2 pontos por imóvel (iii) Autorizações de venda de imóveis de outras modalidades : 1 ponto por imóvel Observação: 250 pontos - somatória de pontos máxima prevista para ser obtida no período de avaliação	Coordenação Geral de Gestão Estratégica/Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (CGGEA/SPU).	80%	85%
Aumentar a eficiência na resposta da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) às empresas estatais e órgãos responsáveis pela governança das empresas estatais.	Fluxos de trabalho da Sest mapeados com pessoal próprio	[Número de fluxos mapeados/ Total de fluxos previstos (12 em 12 meses)] * 100%	Manuais publicados na Pasta da Gestão do Conhecimento da Sest no *Teams.*	Sem histórico de apuração	75% dos processos previstos mapeados com manuais publicados
Realizar 80% dos webinares destinados à melhoria da governança nas empresas estatais federais.	Webinares com temas de interesse das estatais; dos ministérios supervisores; e das entidades estaduais, congêneres à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) realizados	Número de Webinares realizados / Total de Webinares planejados (8 em 12 meses)] * 100% [	Apresentações disponíveis no sítio eletrônico da Sest.	75%	80% dos webinares realizados e divulgados
Atender demandas referentes a ações de desestatização e desinvestimentos.	Percentual de pareceres técnicos elaborados pela Secretaria de Desestatização e Desinvestimento (SDD) no período de 01/10/2022 a 30/09/2023	(Somatório de pareceres técnicos elaborados / somatório de demandas de pareceres técnicos) x 100	Sistema Eletrônico de Informações (SEI) - Secretaria de Desestatização e Desinvestimento (SDD).	Sem histórico de apuração	80%
Executar 100% dos projetos e ações destinados à promoção da produtividade e competitividade.	Índice de execução de projetos e ações prioritárias da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC)	Quantidade de ações concluídas no período (a+b+c+d+e) / quantidade de ações previstas para conclusão (5) Obs. As ações se referem ao planejamento pactuado internamente no Ministério da Economia, englobando, dentre outras, as seguintes entregas: a) Transferência de tecnologia do Monitor de Investimentos para o Governo Federal b) Abertura da Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial (FIARC) - Publicação da Instrução Normativa c) Programa Eficiência a Máxima - Processo Produtivo Básico - PPB - Publicar portaria conjunta regulamentando habilitação à Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática) d) 5G Brasil - proposição de uma agenda para o estabelecimento de um ecossistema de inovação voltado ao desenvolvimento de aplicações e soluções digitais no segmento de banda larga móvel de quinta. geração (5G); e) Brasil 4.0 - InovAtiva 15k - InovAtiva Brasil - Ciclo 2021-2022	Relatórios da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação (SDIC); Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI); Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE);. Secretaria de Inovação e Novos Negócios (SIMPE); e Gabinete SEPEC	43%	100%
Implementar 62% dos instrumentos destinados à transformação institucional, com a	Percentual de implementação dos instrumentos para a modernização e inovação da gestão pública	Média(A+B+C+D+E+F+G+H) A = [(Número de servidores das carreiras transversais	A = Sistema de indicadores de resultados ICG da Qualitin B = Painel Raio-X da APF C = Sistema de indicadores de resultados ICG da	50%	62%

modernização dos modelos de gestão, processos de trabalho, arranjos institucionais e estruturas organizacionais vigentes, a fim de otimizar a implementação de políticas públicas, conferir mais eficiência ao gasto público e entregar mais valor à sociedade.		com contratualização de metas de desempenho institucional em órgãos e entidades do poder Executivo Federal) / (Número total de servidores das carreiras transversais em atividade no Poder Executivo Federal)]*100 B = [(quantidade órgãos e entidades que validaram seus dados no Painel Raio X)/(quantidade de órgãos e entidades com dados cadastrados no Painel Raio-X)]*100 C = [(quantidade de órgãos e entidades que aderiram ao sistema Super.gov.br)/(quantidade prevista de adesão ao Super.gov.br por órgãos e entidades no período)]*100 D = [(quantidade de unidades atendidas pelas compras centralizadas da Central de compras)/(estimativa de quantidade de unidades atendidas pelas compras centralizadas da Central de compras para o período)]*100 E = [(somatório de atendimentos realizados em novos canais)/(total de atendimentos realizados)]*100 F = [(Somatório do valor operacionalizado na Plataforma +Brasil) / (Valor total passível de ser operacionalizado na Plataforma +Brasil)]*100 G = [(quantidade de órgãos e entidades que implementaram os elementos mínimos de gestão estratégica)/(total de órgãos e entidades avaliados)]*100 H = [(quantidade de processos concluídos no período envolvendo modelos organizacionais)/(total de processos tramitados no período envolvendo modelos organizacionais)]*100	Qualitin D = Diário Oficial (editais, atas de Registro de Preço e contratos publicados) E = CitSmart F = Base de dados da Plataforma +Brasil G = Pesquisa de maturidade em gestão estratégica H = Processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI)		
Transformar o governo por meio de tecnologias digitais.	Serviços públicos totalmente digitais (Transformar cem por cento dos serviços públicos digitalizáveis) Estratégia de Governo Digital (EGD 1.1)	% de serviços públicos totalmente digitais / total de serviços	Acompanhamento EGD e Ferramenta ICG da consultoria Qualitin.	84%	100%
	Identidade Digital GOV.BR Estratégia de Governo Digital (EGD 12.2)	Quantidade das contas do tipo prata e ouro	Acompanhamento EGD e Ferramenta ICG da consultoria Qualitin.	44 milhões	65 milhões
	Estabelecer quinze cadastros base de referência para interoperabilidade do Governo federal Estratégia de Governo Digital (EGD 6.3)	Quantidade de cadastros base ofertados por serviço de interoperabilidade (API)	Acompanhamento EGD e Ferramenta ICG da consultoria Qualitin.	8	15
Concluir 86% das melhorias relativas às atividades estruturantes dos processos de trabalho de gestão de pessoas como órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC).	Percentual de melhorias relativas às atividades estruturantes dos processos de trabalho de gestão de pessoas	Somatório das métricas = A + B + C + D + E + F + G + H + I A - Total de processos; atendidos via SEI/Total de processos recebidos * 100 B - Quantitativo de demandas-solicitação concluídas no prazo/Total de demandas-solicitação recebidas *100; C - Total de projetos concluídos/Total de projetos previstos *100; D - Total de produtos entregues/Total de produtos previstos* 100; E - Somatória das médias dos; resultados de cada indicador / Somatório das médias dos índices de meta previstos para cada indicador) * 100 F - Quantidade de processos de pedidos de concursos analisados (briefings)/Quantidade de processos de pedidos de concursos recebidos no período avaliativo * 100; G - Quantidade de processos de pedidos de contratação por tempo determinando analisados (briefings)/Quantidade de processos de pedidos de e contratação por tempo determinando recebidos no período avaliativo * 100; H - Total de processos analisados publicados em atas/Total de processos de transposição para analisar recebidos * 100; I - Quantidade de órgãos e entidades que tiveram o modelo referencial de DFT descentralizado/quantidade. total de órgãos e entidades da Administração Pública Federal que solicitaram o modelo	Sistema Eletrônico de Informações (SEI); Relatórios internos; Sistema de Demandas do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE); Sistema de indicadores de resultados ICG da Qualitin; SisOuvir - Ouvidoria do Ministério da Economia Plataforma gov.br Central SIPEC (Sistema Citismart); Atas publicadas no site do Ministério; Sistema de controle de prazos; Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEPE); Sistema Administrativo CGAAD; Sistema Seleção; E-mail; Painel Gerencial Qlik Sense; Sistema de Dimensionamento de Pessoas (SISDIP) e Painel Gerencial.	Sem histórico de apuração	86%
Avaliar a consistência de 95% das propostas a serem submetidas para). qualificação no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI	Índice de proposta de qualificações de projetos e políticas submetidos ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI)	(Total de análises de consistência de propostas de qualificação para reuniões do CPPI / Total de propostas de qualificação apreciadas em reuniões do CPPI) * 100	Notas informativas e documentos nos processos criados para analisar as propostas de qualificação para as reuniões da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEPPI).	90%	95%
Alcançar no mínimo 75% no resultado da avaliação de desempenho dos planos e dos serviços prestados pela Secretaria de Gestão Corporativa (SGC) na área de tecnologia da informação.	Índice de Avaliação dos planos e dos serviços prestados de Tecnologia da Informação	[(R.PDTI + R.Paep + Sat) / 3] onde, R.PDTI* = % médio de alcance das metas dos indicadores do PDTI R.Paep* = % médio de alcance das metas dos indicadores do PDTI relacionados ao PAEP Sat. = [Somatório (Pi x Fi) x 100] / (Somatório Fi x Pmax)] Pi = Pontuação Fi = Frequência (nº de respostas por categoria**) Pmax = 3 (pontuação máxima) *O cálculo do "R.PDTI" (Plano Diretor de Tecnologia de Informação) e do "R.Paep" (Plano Anual de.	Relatórios corporativos da SGC, elaborados com base no portal de projetos da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), na análise do escritório. de projetos e na planilha de acompanhamento da execução dos planos	70%	75%

		Execução de Projetos) será realizado com base em metas proporcionais ao período do ciclo de avaliação **Escala de Pontuação: 0 = ruim; 1 = regular; 2 = bom; e 3 = ótimo.			
Avaliar o grau de satisfação das unidades usuárias sobre os serviços prestados pela Secretaria de Gestão Corporativa (SGC) na área de logística.	Índice de Avaliação pós-serviço prestado de Logística	[Somatório (Pi x Fi) x 100] / (Somatório Fi x Pmax) Pi = Pontuação Fi = Frequência (nº de respostas por categoria*) Pmax = 3 (pontuação máxima) * Escala de Pontuação: 0 = ruim; 1 = regular; 2 = bom; e 3 = ótimo.	Relatórios corporativos da SGC extraídos dos sistemas de acompanhamento de demandas.	0%	70%
Avaliar o grau de resolutividade dos requerimentos de gestão de pessoas.	Índice de demandas concluídas em relação ao número de demandas recebidas	IR = [(DC / DR) x 100] IR = Índice de Resolutividade DC = Demandas Concluídas DR = Demandas Recebidas (*) apuração anual (**) resultado: quanto maior melhor (*) valor máximo: 100%	Módulo de Requerimentos do Sigepe	0%	80%

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

4ª CÂMARA

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

Observações:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 4 DE OUTUBRO DE 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

1 - Processo nº: 10855.724307/2019-11 - Recorrente: MALABOAPD LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13851.721569/2018-71 - Recorrente: CENTER PARK ESTACIONAMENTO S/C LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10480.723057/2020-31 - Recorrente: FORMAS & IDEIAS INDUSTRIA E COMERCIO ARTESANAL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10580.726349/2019-63 - Recorrente: TFL CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10580.721245/2020-04 - Recorrente: SONIA GERONI DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10730.721273/2020-52 - Recorrente: D GOULART TORTAS DE MARICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 11610.016383/2008-31 - Recorrente: BOTELHO MARKETING E PROMOCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10580.721615/2015-38 - Recorrente: FELIPE PHILETO ADVOGADOS ASSOCIADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 11020.721866/2013-69 - Recorrente: FRIGORIFICO NICOLINI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 11610.016368/2008-93 - Recorrente: BOTELHO MARKETING E PROMOCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 11610.016413/2008-18 - Recorrente: BOTELHO MARKETING E PROMOCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 13851.900399/2011-12 - Recorrente: PLAN JOB FACILITIES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 4 DE OUTUBRO DE 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

13 - Processo nº: 15467.000768/2009-10 - Recorrente: PREMIERA STORE COMERCIO DE CALCADOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 13971.900832/2008-58 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO AUXILIADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10580.726441/2018-42 - Recorrente: RODRIGUES E VASCONCELOS ADVOGADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10508.720284/2019-15 - Recorrente: ALAN FELIPE MARQUES FONSECA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10830.721930/2020-33 - Recorrente: HOTEL CASABLANCA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10980.910199/2010-23 - Recorrente: ARTECHE EDC EQUIPAMENTOS E SISTEMAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 11610.016369/2008-38 - Recorrente: BOTELHO MARKETING E PROMOCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 16004.720259/2014-84 - Recorrente: CENTRO AUTOMOTIVO DAS MAGNOLIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10283.901559/2012-25 - Recorrente: MICROSERVICE TECNOLOGIA DIGITAL DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10925.903902/2012-73 - Recorrente: UNIMED MEIO OESTE CATARINENSE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10665.901170/2010-23 - Recorrente: RADIO CLUBE DE CAMPO BELO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 12448.727145/2013-12 - Recorrente: RABR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 5 DE OUTUBRO DE 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

25 - Processo nº: 10830.903524/2012-87 - Recorrente: CI&T SOFTWARE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10925.903905/2012-15 - Recorrente: UNIMED MEIO OESTE CATARINENSE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 11065.915839/2011-77 - Recorrente: M D MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10875.900005/2011-60 - Recorrente: BRENNTAG QUIMICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10925.903904/2012-62 - Recorrente: UNIMED MEIO OESTE CATARINENSE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 19985.723285/2019-61 - Recorrente: GASTAO OCTAVIO FRANCO DA LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 13876.001588/2008-27 - Recorrente: CPL SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10925.903903/2012-18 - Recorrente: UNIMED MEIO OESTE CATARINENSE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 11080.726279/2019-47 - Recorrente: AVIS PROMOCAO DE VENDAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10980.919760/2012-00 - Recorrente: NTT DATA BUSINESS SOLUTIONS - SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 13811.720842/2019-05 - Recorrente: MC INSTALACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10580.903617/2009-03 - Recorrente: CONSPLAN CONSTRUCAO PROJETO E PLANEJAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 5 DE OUTUBRO DE 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

37 - Processo nº: 10680.907664/2012-95 - Recorrente: HJR-RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10840.909297/2009-89 - Recorrente: SIMEX EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10530.727831/2019-14 - Recorrente: EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS BORGES LIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10783.902989/2013-12 - Recorrente: SISTEMA NORTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10920.906791/2010-35 - Recorrente: SEGUR SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 13603.902363/2009-81 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10880.918644/2015-36 - Recorrente: PROMONLOGICALIS TECNOLOGIA E PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10845.720760/2009-03 - Recorrente: SAO PAULO PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10840.908786/2009-13 - Recorrente: SIMEX EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10120.727389/2019-40 - Recorrente: N. A. NOLETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10580.912811/2016-09 - Recorrente: MEDGATE PATRIMONIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10380.723261/2020-80 - Recorrente: ALCIONE PAIVA DE MEDEIROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

49 - Processo nº: 10680.907665/2012-30 - Recorrente: HJR-RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10580.725924/2018-20 - Recorrente: ASSESSORIA CONTABIL FISCAL INFORMATICA E PROCURAD LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10840.909296/2009-34 - Recorrente: SIMEX EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 13896.902896/2009-14 - Recorrente: ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS UNIBANCO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 16707.002168/2007-17 - Recorrente: TELERN CELULAR S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BELTCHER DA SILVA

54 - Processo nº: 10166.901900/2015-21 - Recorrente: FLEXDOC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10980.903013/2014-11 - Recorrente: ROTO & FERMAX DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10980.903014/2014-58 - Recorrente: ROTO & FERMAX DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10530.901614/2010-56 - Recorrente: MOBILE LOCADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10735.901080/2013-12 - Recorrente: SFE SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10530.904238/2012-13 - Recorrente: MOBILE LOCADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10660.900634/2015-39 - Recorrente: ACAMPAMENTO NOSSO RECANTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FERNANDO BELTCHER DA SILVA
61 - Processo nº: 11080.736215/2019-54 - Recorrente: ACAMPAMENTO NOSSO RECANTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 11080.734685/2019-83 - Recorrente: FLEXDOC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 11065.720157/2020-79 - Recorrente: MYEMP LOCACAO COMERCIO E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13896.915299/2009-50 - Recorrente: YSSY TECNOLOGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 19515.720419/2015-02 - Recorrente: MMT GAPNET VIAGENS E TURISMO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10980.903012/2014-69 - Recorrente: ROTO & FERMAX DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10880.954567/2013-16 - Recorrente: PREDIAL HIGIENIZACAO LIMPEZA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10680.906186/2013-87 - Recorrente: MANGABEIRAS PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10925.907799/2011-50 - Recorrente: SPECHT PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10880.954565/2013-27 - Recorrente: PREDIAL HIGIENIZACAO LIMPEZA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10880.954568/2013-61 - Recorrente: PREDIAL HIGIENIZACAO LIMPEZA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10880.954566/2013-71 - Recorrente: PREDIAL HIGIENIZACAO LIMPEZA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10925.901992/2010-04 - Recorrente: SPECHT PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10680.906185/2013-32 - Recorrente: MANGABEIRAS PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10925.900612/2011-97 - Recorrente: SPECHT PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

FERNANDO BELTCHER DA SILVA
Presidente da 1ª Turma Extraordinária
da 1ª Seção do CARF

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DA 303ª SESSÃO DE JULGAMENTO - INCLUSÃO

Informamos a inclusão de processo na pauta da 303ª Sessão de Julgamento do CRSNSP, conforme pauta publicada no DOU de 16.09.22, Seção 1, páginas 76 e 77, a ser realizada nas datas a seguir mencionadas, nos termos art. 24-C, inc, II, da Portaria nº 212, de 13 de maio de 2020, na modalidade de videoconferência.

EM 27 DE SETEMBRO DE 2022, ÀS 09H30MIN E EM 28 DE SETEMBRO DE 2022, ÀS 09H30MIN, CASO OS TRABALHOS NÃO SEJAM FINALIZADOS NO PRIMEIRO DIA.

Inclusão de processo na pauta da 303ª Sessão de Julgamento do CRSNSP
Relatora: Vivien Lys Porto Ferreira da Silva
051) 15414.613044/2019-28 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), COOPATRIA-Cooperativa de Profissionais Automotivos do Transporte Rodoviário de Iconha e Adjacências (07.531.600/0001-25) (Recorrente), Geraldo Zangrande Gaigher (Recorrente) e Daniel Felix de Souza (OAB/RJ 135.009) (Advogado).
a) Total de processos incluídos: 01 (um)
b) Aditamento ou retiradas de pauta: Recomenda-se consulta sistemática ao Diário Oficial da União e ao sítio eletrônico do CRSNSP, página "Pautas de Julgamento" (https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-nacional-de-seguros-privados-de-previdencia-aberta-e-de-capitalizacao/servicos/sessoes-de-julgamento), para verificar se foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão no prazo regimental ou se restou efetuada anotação sobre processos retirados de pauta, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão, os quais serão objeto de julgamento em data futura.
c) Suspensão dos trabalhos: Salientamos o disposto no § 3º do art. 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação".
d) ACOMPANHAMENTO DA SESSÃO E PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL E/OU DE PREFERÊNCIA NA ORDEM DE JULGAMENTO - Nos termos do art. 24-C, §3º, advogados habilitados e demais legitimados que desejarem realizar sustentação oral por videoconferência e os interessados em acompanhar a sessão do CRSNSP na condição exclusiva de ouvinte deverão providenciar sua inscrição pelo formulário eletrônico disponibilizado na página do CRSNSP na internet, até 48 horas antes do dia da sessão (link para sustentação oral: https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-nacional-de-seguros-privados-de-previdencia-aberta-e-de-capitalizacao/servicos/pedido-de-sustentacao-oral-e-de-preferencia) (link para acompanhamento da Sessão: https://www.youtube.com/mpstreaming). Na medida do possível, os pedidos de sustentação oral enviados pelo portal do CRSNSP serão considerados na ordem de julgamento.
As instruções para acesso à videoconferência serão enviadas aos solicitantes pela Secretaria Executiva do CRSNSP, por correspondência eletrônica, até 2 horas antes do horário previsto para o início da sessão.
Nos termos do art. 24-C, §7º da Portaria GME n. 212/2020, "§ 7º. Não será admitido destaque para julgamento presencial quando existirem medidas de restrição de ordem pública que impeçam a realização de sessões presenciais."
e) Envio de memoriais: Para o envio de memoriais, favor utilizar-se do formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico do CRSNSP (https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-nacional-de-seguros-privados-de-previdencia-aberta-e-de-capitalizacao/servicos/envio-de-memorial).

Brasília-DF, 19 de setembro de 2022.
EDMÉRCIA CHAVES TEIXEIRA
Secretária-Geral
Substituta

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 66, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Consolida as orientações expedidas pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC quanto à concessão de progressão funcional e promoção aos servidores abrangidos pelos Decretos nºs 84.669, de 29 de abril de 1980, 94.664, de 23 de julho de 1987, 5.176, de 10 de agosto de 2004, 6.530, de 4 de agosto de 2008, 7.629, de 30 de novembro de 2011, 7.806, de 17 de setembro de 2012, 8.107, de 6 de setembro de 2013, 8.150, de 10 de dezembro de 2013, 8.285, de 3 de julho de 2014, 8.423, de 30 de março de 2015, 8.435, de 22 de abril de 2015, e 9.366, de 8 de maio de 2018, e pelas Leis nºs 7.596, de 10 de abril de 1987, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.539, de 8 de novembro de 2007, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 12.094, de 19 de novembro de 2009, e 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, II e III do caput do art. 138 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e os incisos I e II do caput do art. 6º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Instrução Normativa consolida orientações expedidas pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC quanto à concessão de progressão funcional e promoção aos seguintes servidores:

I - incluídos no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 dezembro de 1970, regulamentada pelo Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, classificados nos seguintes grupos de provimento em comissão e de provimento efetivo:

a) Direção e Assessoramento Superiores;
b) Pesquisa Científica e Tecnológica;
c) Diplomacia;
d) Magistério;
e) Polícia Federal;
f) Tributação, Arrecadação e Fiscalização;
g) Artesanato;
h) Serviços Auxiliares;
i) Outras atividades de nível superior; e
j) Outras atividades de nível médio;

II - aos integrantes do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, instituído pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e aprovado pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987;

III - aos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, estruturado pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;

IV - aos integrantes dos cargos de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos Saneamento Básico, Especialista em Geoprocessamento e Analista Administrativo do quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, criados pela Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, e aos integrantes dos cargos criados pela Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, regulamentadas pelo Decreto nº 6.530, de 4 de agosto de 2008;

V - aos integrantes das Carreiras do Magistério Federal e Magistério do ensino básico, técnico e tecnológico, reguladas pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012;

VI - aos integrantes do Plano de Carreiras do Magistério do Ensino Básico Federal de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008;

VII - aos integrantes da carreira de Especialista em Meio Ambiente, criada pela Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, regulamentadas pelo Decreto nº 8.423, de 30 de março de 2015;

VIII - aos integrantes das Carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, reguladas pela Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 9.366, de 8 de maio de 2018;

IX - aos integrantes da Carreira de Analista de Infraestrutura regulados pela Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 8.107, de 6 de setembro de 2013;

X - aos integrantes da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, regulada pela Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.435, de 22 de abril de 2015;

XI - aos integrantes das Carreiras do INMETRO, regulado pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.285, de 3 de julho de 2014;

XII - aos integrantes das carreiras de Especialista em Recursos Minerais, Analista Administrativo, Técnico em Atividades de Mineração e Técnico Administrativo, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, regulamentadas pelo Decreto nº 7.629, de 30 de novembro 2011;

XIII - aos integrantes das carreiras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, e pelo Decreto nº 7.629, de 30 de novembro de 2011; e

XIV - aos integrantes da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG, regulada pelo Decreto nº 5.176, de 10 de agosto de 2004.

Conceitos e definições

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - para os docentes do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos e do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal:

a) progressão funcional por titulação: mudança de uma classe para outra mediante a obtenção de título; e

b) progressão funcional por desempenho acadêmico: mudança de nível dentro da mesma classe ou de uma classe para outra mediante avaliação de desempenho;

II - para os servidores do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação:

a) progressão por capacitação profissional: mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses, nos termos da tabela constante do Anexo III da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005; e

b) progressão por mérito profissional: mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, respeitado o interstício estabelecido em lei, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação;

III - para os docentes do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal:

a) progressão funcional: mudança de padrão em que se encontra o servidor, para o imediatamente superior dentro da mesma classe;

b) promoção: mudança do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente posterior; e

c) aceleração de promoção: avanço na carreira aos docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo, de qualquer nível da Classe DI, para a Classe DII, Nível 01, devido à apresentação do título de Especialista, e de qualquer nível das Classes DI e DII, para a Classe DIII, Nível 01, devido à apresentação do título de Mestre ou de Doutor;

IV - para os servidores dos demais planos de cargos e carreiras:

a) progressão funcional: mudança de padrão em que se encontra o servidor, para o imediatamente superior dentro da mesma classe; e

b) promoção: mudança do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente posterior.

§ 1º Os Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal são estruturados em uma única classe e nível de vencimento, na forma do art. 1º, § 4º, da Lei nº 12.772, de 2012.

§ 2º Excetuam-se do disposto no inciso III, alínea b, os casos de aceleração de promoção previstos no art. 15 da Lei nº 12.772, de 2012.

§ 3º Para os servidores ocupantes dos cargos de Pesquisador-Tecnologista em Metrologia e Qualidade e de Analista Executivo em Metrologia e Qualidade, a promoção observará, independentemente do padrão em que estiverem, o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.285, de 3 de julho de 2014.

CAPÍTULO II

SITUAÇÕES APLICADAS A TODOS OS SERVIDORES

Cessões e requisições

Art. 3º Fica garantida a concessão de progressão funcional e de promoção nos casos de servidores movimentados pelos institutos de cessão e de requisição regulamentado por legislações específicas, como se estivessem em efetivo exercício nos respectivos órgãos ou entidades de lotação, salvo disposição legal em contrário.

Parágrafo único. O disposto no art. 3º, caput, aplica-se aos servidores cedidos com amparo no art. 16-B da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

Art. 4º Aos servidores amparados pelo art. 18 do Decreto nº 84.669, de 1980, será automaticamente atribuído o conceito 1, independentemente de avaliação de desempenho, devendo ser cumprido o interstício de doze meses para fins de concessão de progressão funcional e de promoção.

Art. 5º Nos casos de que trata o art. 3º desta Instrução Normativa, salvo disposição legal em contrário, caberá ao órgão ou entidade de lotação do servidor cedido ou requisitado, no decurso do processo avaliativo, dar continuidade aos procedimentos necessários à concessão da progressão funcional ou da promoção, conforme estabelecido na legislação específica.

Parágrafo único. O servidor de que trata o caput deste artigo, que não tenha completado o interstício decorrente do resultado de sua avaliação iniciado no seu órgão ou entidade de lotação para fins de progressão funcional, deverá fazê-lo no órgão ou entidade no qual esteja em exercício, salvo disposição legal em contrário.

Movimentação para composição da força de trabalho

Art. 6º Será garantida ao servidor movimentado para composição da força de trabalho nos termos do § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a concessão de progressão funcional ou promoção como se estivesse em efetivo exercício no órgão ou entidade de lotação, salvo disposição legal em contrário.

§ 1º O órgão ou entidade de lotação do servidor movimentado no decurso do processo avaliativo dará continuidade aos procedimentos necessários à concessão da progressão funcional ou da promoção, salvo disposição legal em contrário.

§ 2º Será dada continuidade ao interstício para fins de progressão funcional ou promoção do servidor movimentado nos termos do caput deste artigo, no órgão ou entidade no qual estiver em exercício, salvo disposição legal em contrário.

Exercício provisório

Art. 7º O servidor em exercício provisório na forma do § 2º do art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990, levará para o órgão ou entidade no qual estiver em exercício provisório o período do interstício cumprido no órgão ou entidade de lotação, observando-se as regras específicas da legislação da respectiva carreira, para fins da contabilização.

Licença sem vencimento

Art. 8º A contagem do interstício exigido para fins de progressão funcional e promoção será interrompida durante o usufruto de licença sem vencimentos, sendo reiniciada a partir do retorno do servidor ao exercício de suas atribuições, salvo regulamentação legal específica.

Parágrafo único. Para os servidores amparados pelo Decreto nº 84.669, de 1980, a contagem do interstício será reiniciada a partir do primeiro dia de janeiro ou de julho subsequente ao retorno do servidor ao exercício de suas atribuições.

Licença para capacitação

Art. 9º Ficará garantida a concessão da progressão funcional e da promoção para o servidor em usufruto de licença para capacitação com amparo no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, como se estivesse em efetivo exercício de suas atribuições, salvo disposição legal em contrário.

Art. 10. Será atribuída ao servidor afastado para estudo no exterior na forma do art. 95 da Lei nº 8.112, de 1990, a mesma pontuação obtida anteriormente na avaliação de desempenho para fins de progressão funcional e promoção, até que seja processada a primeira avaliação após o retorno, salvo disposição legal em contrário.

Afastamento para servir em organismo internacional

Art. 11. O período de afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, que seja considerado como de efetivo exercício nos termos do art. 102 da Lei nº 8.112, de 1990, poderá ser computado na concessão da progressão funcional e promoção.

Afastamento por determinação judicial

Art. 12. O período de afastamento por determinação judicial e que resultar em detenção ou reclusão do servidor não será considerado como de efetivo exercício para fins de progressão funcional e promoção.

Reversão ou recondução à atividade

Art. 13. Na primeira avaliação do servidor após a reversão ou recondução à atividade, conforme disposto na Lei nº 8.112, de 1990, para fins de progressão funcional e promoção, deverá ser considerado o posicionamento na categoria, classe, padrão ou nível do plano de cargos ou da carreira em que se encontrava antes da vacância.

Art. 14. O servidor que venha a tomar posse em cargo inacumulável terá o interstício para fins de progressão funcional e promoção suspenso no cargo em que pedir vacância.

Parágrafo único. No caso de recondução ao cargo originariamente ocupado, o interstício cumprido até a vacância será computado para a próxima progressão funcional ou promoção no cargo.

Estágio probatório

Art. 15. O servidor em estágio probatório fará jus à concessão de progressão funcional e promoção, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos na legislação e não haja disposição contrária específica no seu plano de cargos ou na carreira.

Interrupção da contagem para concessão de progressão funcional e promoção

Art. 16. A contagem do interstício exigido para fins de progressão funcional e promoção será interrompida conforme dispuser a legislação específica do plano de cargos ou da carreira.

§ 1º Para a aferição do interstício, não serão computados para fins de progressão funcional e promoção:

I - o tempo de exercício em outros cargos efetivos ocupados antes do provimento no cargo atual ou em cargos comissionados não concomitante com o cargo efetivo em que se dará a progressão funcional ou a promoção;

II - o tempo de trabalho como contratado temporário regido pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

III - o período em que ocupou emprego público;

IV - o tempo de serviço prestado às forças armadas, salvo as hipóteses em que o servidor já ocupe o cargo público no qual busca a progressão funcional ou promoção e passe a prestar serviço às forças armadas, nos termos do art. 100 da Lei nº 8.112, de 1990;

V - o período em que o servidor esteve em disponibilidade;

VI - o período em que esteve afastado por suspensão disciplinar ou preventiva;

VII - o período de afastamento por usufruto de licença não remunerada; e

VIII - demais situações previstas em legislação específica.

§ 2º No caso do inciso VI do § 1º deste artigo, será restabelecida a contagem do interstício, com os efeitos daí decorrentes, a partir da data do afastamento do servidor para o cumprimento de suspensão disciplinar ou preventiva, no caso em que ficar apurada a improcedência da penalidade aplicada na suspensão disciplinar, ou no caso de a suspensão preventiva não resultar pena mais grave que a de advertência.

§ 3º A contagem a que se refere o § 2º será restabelecida e o período no qual o servidor permaneceu trabalhando em razão da conversão da suspensão em multa, nos termos do § 2º do art. 130 da Lei nº 8.112, de 1990, será computado como de efetivo exercício.

§ 4º Para as situações amparadas pelo Decreto nº 84.669, de 1980, no caso de interrupção referida nos incisos V a VIII do § 1º deste artigo, a contagem para efeito de o servidor completar o interstício decorrente da avaliação de desempenho que precedeu o afastamento será reiniciada após a reassunção do exercício, nas datas estabelecidas no art. 9º do referido Decreto.

§ 5º Para servidores integrantes de planos e carreiras que possuem legislação específica para promoção e progressão funcional deverão ser observas as regras constantes dessas regulamentações.

Pagamento retroativo

Art. 17. Será vedado o pagamento retroativo de parcela remuneratória referente à progressão funcional e promoção, salvo determinação legal específica.

CAPÍTULO III

PLANOS DE CARGOS E CARREIRAS ESPECÍFICAS

Seção I

Carreira de Analista de Infraestrutura

Natureza declaratória do direito à promoção dos servidores

Art. 18. O direito à promoção dos servidores da Carreira de Analista de Infraestrutura possui natureza declaratória, sujeitando-se à prescrição quinquenal, a contar do implemento do último requisito necessário ao desenvolvimento do servidor.

§ 1º Eventual atraso pelo servidor na apresentação de requerimento de promoção na carreira ao órgão de gestão do cargo, com a comprovação dos requisitos de titulações em cursos de especialização, mestrado e doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação, não poderá servir de obstáculo aos efeitos financeiros.

§ 2º A conduta tardia do servidor público em comprovar, perante a Administração, o cumprimento dos requisitos para promoção não poderá gerar qualquer correção ou atualização dos valores devidos.

§ 3º O atraso provocado pela Administração não prejudicará o servidor público.

Seção II

Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho

Exercício do servidor ocupante de cargo da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil fora do órgão de lotação

Art. 19. Nos termos dos arts. 7º e 10 do Decreto nº 9.366, de 2018, a progressão funcional e promoção do servidor ocupante de cargo da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil que não estiver em exercício na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil somente ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - requisição em que a lei assegure ao servidor requisitado todos os direitos e vantagens do órgão de lotação;

II - fixação de seu exercício na Superintendência Nacional de Previdência Complementar ou na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, nos termos do disposto no § 2º do art. 11 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e

III - situações elencadas no inciso V do art. 4º da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

Seção III

Carreiras das Agências Reguladoras

Marco inicial do primeiro período avaliativo

Art. 20. O marco para fins de progressão funcional e promoção dos servidores das carreiras de cada Agência Reguladora terá início no primeiro período avaliativo.

Art. 21. Será de responsabilidade de cada Agência Reguladora estabelecer o marco temporal do período avaliativo para a contagem do prazo de doze meses no qual os servidores das carreiras perceberão as respectivas progressões funcionais e promoções.

§ 1º Será efetuado o reposicionamento de um padrão de vencimento para cada dezoito meses de efetivo exercício até o marco inicial do primeiro período avaliativo, a contar da data de entrada em exercício do servidor no cargo.

§ 2º A partir do marco inicial do primeiro período avaliativo a que se refere o §1º, cada período avaliativo será de um ano para fins de progressão funcional e promoção.

§ 3º É vedado o aproveitamento de resíduo inferior a dezoito meses anterior ao estabelecimento do marco inicial do ciclo avaliativo em cada Agência Reguladora.

Quantitativo máximo de vagas por classe

Art. 22. Compete a cada Agência Reguladora estabelecer o quantitativo máximo de vagas por classe.

§ 1º No caso de estabelecida a composição das classes A, B e Especial, com a decorrente distribuição das vagas em seus respectivos percentuais, poderão essas vagas serem aproveitadas na forma de reversão, tanto nas classes inferiores quanto para as classes superiores.

§ 2º A distribuição de vagas em percentuais poderá ser modificada, em ato próprio, respeitadas a estruturação e a classificação dos cargos efetivos definidas em lei.

Período de atividades finalísticas e de capacitação anteriores ao ingresso no cargo

Art. 23. Os períodos de exercícios de atividades finalísticas considerados como sendo de efetiva experiência e de capacitação, no campo específico de atuação das respectivas carreiras, poderão ser computados para fins de progressão funcional e promoção.

Parágrafo único. Os períodos a que se refere o caput, e que tenham sido utilizados quando do ingresso no cargo, não poderão ser computados para fins de progressão funcional e promoção.

Licença usufruída pelo servidor

Art. 24. No caso de licença usufruída pelos servidores das carreiras das Agências Reguladoras, a sua avaliação de desempenho ficará suspensa ou interrompida, na forma dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 6.530, de 2008, e a contagem de tempo de experiência no padrão será retomada ou reiniciada a partir do término da suspensão ou do impedimento, observando-se, em ambas as situações, o marco inicial do período avaliativo estipulado.

Afastamento para capacitação

Art. 25. O tempo de afastamento dos servidores das carreiras das Agências Reguladoras para participar de programa de pós-graduação no exterior, autorizado pela Agência, deverá ser considerado como efetivo exercício para fins de progressão funcional, desde que atendidos os demais requisitos necessários para o desenvolvimento do servidor na carreira.

Parágrafo único. O período do afastamento não poderá ser computado para o requisito de experiência profissional.

Art. 26. Na contagem de interstício para fins de progressão funcional e promoção dos servidores das carreiras das Agências reguladoras, serão considerados como de efetivo exercício, além das ausências ao serviço previstas no art. 97, os afastamentos previstos no art. 102 da Lei nº 8.112, de 1990.

Parágrafo único. Independentemente do número de dias de afastamento, a pontuação da avaliação de desempenho para fins de progressão funcional e promoção será equivalente à anterior.

Progressão acelerada

Art. 27. Após a concessão da progressão acelerada a que se refere o § 1º do art. 9º do Decreto nº 6.530, de 2008, cada agência reguladora deverá observar as disposições definidas em instrumento específico para a concessão da próxima progressão funcional a que se refere o art. 4º do mesmo Decreto.

Seção IV

Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais

Ações de desenvolvimento dos servidores

Art. 28. Os eventos de capacitação exigidos como requisito para fins de promoção dos servidores da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais serão aqueles regulamentados em portaria específica por seus órgãos ou entidades de exercício.

§ 1º Para fins de promoção, será preciso considerar a participação do servidor em eventos de capacitação com conteúdos correlatos às atribuições do cargo e com carga horária cumprida no interstício considerado para a promoção.

§ 2º Para fins de promoção na carreira de que trata o caput, os requisitos previstos nas alíneas "c" e "d" do inciso II do art. 23 do Decreto nº 8.435, de 2015, deverão ser cumpridos dentro do interstício total exigido para realização de todas as promoções na classe, qual seja, no período de sete anos e seis meses de efetivo exercício em cada classe, conforme previsto na alínea "a" do inciso II do art. 23 do mesmo Decreto.

§ 3º As horas-aula relativas a curso de pós-graduação, objeto de afastamento do servidor para pós-graduação, podem ser consideradas para fins de promoção, desde que atendidos todos os requisitos do inciso II do art. 17 da Lei nº 12.094, de 2009, e do art. 23 do Decreto nº 8.435, de 2015.

Contagem de Tempo

Art. 29. A data de início para contagem de tempo para fins de progressão funcional dos servidores da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais deve coincidir com a data de entrada em exercício.

Seção V

Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Quantitativo de vagas disponíveis para promoção

Art. 30. O Ministro de Estado do Ministério do Meio Ambiente poderá, quanto aos servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 8º do Decreto nº 8.423, de 2015, editar os atos que se referem a:

I - quantitativo de vagas disponíveis para promoção em cada classe; e

II - critérios de desempate no caso em que o quantitativo de servidores desse Plano que preencherem os requisitos para a promoção for maior que o quantitativo de vagas disponibilizadas para cada classe.

CAPÍTULO IV

PROGRESSÃO FUNCIONAL DE DOCENTES

Docentes amparados pela Lei nº 7.596, de 1987 - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRCE

Art. 31. O interstício para a progressão funcional do docente optante por permanecer no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRCE será de dois anos no nível respectivo ou de quatro anos de atividade em órgão público.

Docentes amparados pela Lei nº 11.784, de 2008 - Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal (composto pela Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal e pela Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios)

Art. 32. Até que seja regulamentada a Lei nº 11.784, de 2008, o período mínimo de interstício a ser considerado para a progressão funcional dos servidores integrantes da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal e da Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios será de dois anos no respectivo nível, mediante avaliação de desempenho, ou interstício de quatro anos de atividade em órgão público.

Art. 33. Observar-se-á, para fins de concessão de progressão funcional em decorrência do enquadramento de servidores com títulos de mestrado, doutorado ou livre-docência no Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, o cumprimento do interstício mínimo de dois ou quatro anos na antiga Classe Especial ou na Classe D-IV, para os docentes que já tenham contemplado esse interstício desde que preenchidos os requisitos constantes do art. 138 da Lei nº 11.784, de 2008, conforme aplicação dos arts. 13 e 14 da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, para a progressão funcional ao nível I da Classe D-V.

Parágrafo único. Será aproveitado o tempo computado da última progressão até a data do enquadramento no Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal.

Docentes amparados pela Lei nº 11.784, de 2008; pela Lei nº 12.772, de 2012, e pelo Decreto nº 7.806, de 17 de setembro de 2012 - Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Art. 34. O interstício para a progressão funcional do docente da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, considerando os respectivos marcos temporais, será o seguinte:

I - dois anos, mediante avaliação de desempenho, ou quatro anos de atividade em órgão público, de acordo com os arts. 13 e 14 da Lei nº 11.344, de 2006, enquanto a progressão na carreira não fosse regulamentada conforme art. 120 da Lei nº 11.784, de 2008;

II - dezoito meses, a partir da edição do Decreto nº 7.806, de 2012, conforme estabelecido no § 1º do art. 120 da Lei nº 11.784, de 2008; e

III - vinte e quatro meses, conforme os §§ 1º e 2º do art. 14 da Lei nº 12.772, de 2012, com a revogação, a partir de 1º de março de 2013, do art. 120 da Lei nº 11.784, de 2008.

Parágrafo único. Para os servidores ocupantes de cargos da Carreira a que se refere o caput deste artigo, na data de 1º de março de 2013, será aplicado uma única vez a cada servidor o interstício de dezoito meses, para a primeira progressão ou promoção a ser realizada, observando os critérios de desenvolvimento na Carreira estabelecidos na Lei nº 12.772, 28 de dezembro de 2012.

Docentes amparados pela Lei nº 12.772, de 2012 - Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal

Art. 35. As portarias de concessão de progressão funcional ou promoção dos servidores do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal expedidas ou publicadas a partir de 1º de agosto de 2016, nos termos do artigo 19 da Lei nº 13.325, de 29 de julho de 2016, geram efeitos financeiros retroativos à data em que os servidores tenham cumprido o interstício e os requisitos estabelecidos em lei para o desenvolvimento na carreira, observada a prescrição quinquenal.

§ 1º Os servidores que tiverem cumprido o interstício e todos os requisitos estabelecidos em lei em data anterior a 1º de agosto de 2016 terão direito aos efeitos financeiros decorrentes da progressão funcional e da promoção de que trata o caput deste artigo somente a partir desta data, observada a prescrição quinquenal.

§ 2º As portarias de concessão expedidas ou publicadas em data anterior à 1º de agosto de 2016 não produzirão efeitos retroativos.

§ 3º A análise e a decisão acerca da necessidade de reposição ao Erário de valores percebidos indevidamente será de competência exclusiva dos dirigentes de recursos humanos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, observados os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do SIPEC para a reposição de valores ao Erário.

§ 4º O direito à progressão funcional será efetivamente constituído somente após análise favorável da comissão avaliadora e não meramente declarado por ela.

Art. 36. Para a comprovação da titulação exigida para fins da progressão funcional e promoção, será aceito apenas o diploma de conclusão de curso de especialização, mestrado ou de doutorado, devidamente credenciados pelo Conselho Nacional de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente.

Parágrafo único. Considerar-se-á atendida a exigência de que trata o caput deste artigo somente a partir da apresentação do respectivo diploma, vedada a retroatividade dos efeitos financeiros à data de conclusão do curso.

Art. 37. A avaliação de desempenho será item indissociável para fins de comprovação das exigências legais para a progressão funcional e promoção.

Art. 38. A progressão funcional somente será concedida após cumprimento cumulativo, em cada nível, dos critérios de interstício mínimo e de aprovação em avaliação de desempenho, vedada a acumulação de requisitos para acelerar a concessão da progressão no nível posterior.

Art. 39. A partir de 31 de dezembro de 2012, a progressão funcional na Carreira de Magistério Superior e na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico passou a ser regulada pela Lei nº 12.772, de 2012.

Parágrafo único. Ao servidor que não tenha formalizado a opção pelo enquadramento no Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Carreira do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal no prazo legal, aplicar-se-á o disposto no art. 108, § 3º e no art. 125, § 3º, da Lei nº 11.784, de 2008.

Art. 40. A concessão da progressão funcional por titulação dependerá de requerimento do servidor perante o seu órgão ou entidade de lotação após a obtenção da respectiva titulação.

Parágrafo único. Não ocorre prescrição do direito à progressão funcional por titulação durante o interstício em que ocorrer a análise dos requisitos por parte do órgão ou entidade encarregados de apurá-los, conforme disciplinado no art. 4º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, que regula a prescrição quinquenal.

CAPÍTULO V

PROGRESSÃO POR CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES DO PLANO DE CARREIRAS DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO - PCCTAE

Eventos de desenvolvimento em período de afastamento para tratamento da saúde dos servidores

Art. 41. Curso realizado durante afastamento para tratamento da própria saúde poderá ser computado para fins de progressão por capacitação profissional desde que o curso seja compatível com o cargo ocupado, ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o respectivo interstício.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Dúvidas decorrentes desta Instrução Normativa

Art. 42. As dúvidas decorrentes da aplicação desta Instrução Normativa poderão ser dirigidas ao Órgão Central do SIPEC, observados os procedimentos quanto ao encaminhamento de consultas.

Revogação

Art. 43. Fica revogada a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 62, de 29 de agosto de 2022.

Vigência

Art. 44. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

EDUARDO BERGAMASCHI FELIZOLA

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 8.342, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 de outubro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e conforme previsto no art. 10-A do Anexo I da Portaria nº 8729, de 20 de julho de 2021, com alteração dada pela Portaria SPU/ME nº 11.067, de 9 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação onerosa dos bens a seguir discriminados, mediante venda, precedida de licitação, na modalidade concorrência pública eletrônica, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 9.636, de 15 de maio de 1998, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e nas demais normas aplicáveis:

Item	UF	Município	Endereço	Matrícula	Cartório	Tipo de Imóvel	Área (m²)
1	AL	Maceió	Rua do Livramento nº 148, Sala nº 1201, Centro	969	2º Registro de Imóveis e Hipotecas de Maceió	Sala	Construída: 27,60
2	AL	Maceió	Rua do Livramento nº 148, Sala nº 1202, Centro	970	2º Registro de Imóveis e Hipotecas de Maceió	Sala	Construída: 27,60
3	MG	Patrocínio	Rua Tupi nº 2.185, Bairro Carajás	29.294	Registro de Imóveis da Comarca de Patrocínio	Terreno com edificação	Terreno: 50.000,00 Construção: 4.900,00
4	PR	Paranaguá	Rua João Gomes do Prado s/nº - Vila São Jorge	159.196	Serviço de Registro de Imóveis	Terreno	31.672,33
5	RS	Barra do Quaraí	Rua Dr. Severino Ribeiro 44, Centro	11.465	Registro de Imóveis da Comarca de Uruguaiana	Terreno	871,20
6	SP	Santos	Avenida Dr. Epitácio Pessoa, 741, Ponta da Praia	83.763	2º Oficial de Registro de Imóveis de Santos	Edifício	Terreno: 3.395,99 Benfeitorias: 429,49

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 58, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720439/2022-72 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca FORD, modelo EXPLORER LIMITED, ano 2014, cor preta, chassi FM5K8F89EGB13547, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 14/0275967-5, de 10/02/2014, pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, de propriedade da Embaixada da República da Argentina, CNPJ nº 03.728.460/0001-29.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 59, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720896/2022-67 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca AUDI, modelo Q3, ano 2017, cor azul, chassi WAUDFA8U0JR037864, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 18/0631161-7, de 06/04/2018, pela Alfândega no Porto de Paranaguá, de propriedade de Orly Liselotte Burgos Castillo, CPF nº 700.713.451-32.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 60, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720898/2022-56 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca AUDI, modelo Q3, ano 2017, cor cinza, chassi WAUDFA8U4JR023935, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 17/2248008-6, de 27/12/2017, pela Alfândega no Porto de Paranaguá, de propriedade de Sonia Izquierdo Merinero, CPF nº 220.031.278-44.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 128, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona CO-HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.073217-2022-21 , resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 941/SPE, de 14/09/2021, publicada no DOU em 15/09/2021 e nos termos do contrato firmado com a pessoa jurídica titular do projeto: Enel Green Power Aroeira 02 S.A, CNPJ nº 38.130.244/0001-61.

Pessoa Jurídica Co-Habilitada: CONSTRUTORA A GASPAR S/A
CNPJ nº : 08.323.347/0001-87
Nome do Projeto: EOL Aroeira 2
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.008.67056/73 e 90.008.67063/73
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 15/10/2022 a 02/04/2024 .

Art. 2º. Durante o período estipulado acima, a pessoa jurídica co-habilitada poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto acima identificado.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva co-habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 585 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019..

Art. 4º. A Co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 129, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona CO-HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.073287-2022-80, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 942/SPE, de 14/09/2021, publicada no DOU em 15/09/2021 e nos termos do contrato firmado com a pessoa jurídica titular do projeto: Enel Green Power Aroeira 03 S.A, CNPJ nº 39.364.731/0001-51.

Pessoa Jurídica Co-Habilitada: CONSTRUTORA A GASPAR S/A
CNPJ nº : 08.323.347/0001-88
Nome do Projeto: EOL Aroeira 3
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.008.67014/71 e 90.008.67092/70
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 15/10/2022 a 12/03/2024 .

Art. 2º. Durante o período estipulado acima, a pessoa jurídica co-habilitada poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto acima identificado.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva co-habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 585 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019..

Art. 4º. A Co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 130, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona CO-HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.073309-2022-10, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 943/SPE, de 14/09/2021, publicada no DOU em 15/09/2021 e nos termos do contrato firmado com a pessoa jurídica titular do projeto: Enel Green Power Aroeira 04 S.A, CNPJ nº 39.334.976/0001-36.

Pessoa Jurídica Co-Habilitada: CONSTRUTORA A GASPAR S/A
CNPJ nº : 08.323.347/0001-88
Nome do Projeto: EOL Aroeira 4
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.008.52160/77
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 15/10/2022 a 27/02/2024 .

Art. 2º. Durante o período estipulado acima, a pessoa jurídica co-habilitada poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto acima identificado.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva co-habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 585 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019..

Art. 4º. A Co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 131, DE 18 DE SETEMBRO DE 2022

Declara à pessoa jurídica que especifica, a habilitação ao Regime de Suspensão da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, adquiridos por pessoa Jurídica preponderantemente exportadora, de que trata o artigo 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, em seu art. 3º e tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004 e, considerando o que consta do Processo Administrativo nº 10166.736417/2021-16, formalizado em 18/03/2021, e seu Despacho Decisório nº 3.864/2022 - EBEN/SRRF/04, de 18/09/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA no Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS para a aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, instituído pela Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, em seu art. 40 e alterações, a pessoa jurídica COMPANHIA INTEGRADA TEXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.220.101/0001-80, e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 2º - A validade do presente ADE e, consequentemente, a fruição dos benefícios instituídos pelo regime, ficam condicionadas ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004 e na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Art. 3º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/REC Nº 40, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Concede renovação de Registro Especial de Controle de Papel Imune para estabelecimento que realiza operações com papel imune na atividade de Usuário.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF04 nº 227, de 10 de agosto de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 10271.287120-2021-16, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-04101/00129, para atividade de USUÁRIO do seguinte estabelecimento:

Registro Especial: UP-04101/00129
Estabelecimento: 00.726.498/0001-74
Razão Social: MULTI MARCAS EDITORIAIS LTDA
Endereço: Rua Neto Campelo Junior, 37, Galpão B, Mustardinha
CEP: 50.760-330 - Recife - PE

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDGAR RODRIGUES ATAÍDE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/REC Nº 41, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Concede renovação de Registro Especial de Controle de Papel Imune para estabelecimento que realiza operações com papel imune na atividade de Importador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF04 nº 227, de 10 de agosto de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 10271.286.804/2021-92, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-04101/00130, para atividade de IMPORTADOR do seguinte estabelecimento:

Registro Especial: UP-04101/00130
Estabelecimento: 00.726.498/0001-74
Razão Social: MULTI MARCAS EDITORIAIS LTDA
Endereço: Rua Neto Campelo Junior, 37, Galpão B, Mustardinha
CEP: 50.760-330 - Recife - PE

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial

os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDGAR RODRIGUES ATAÍDE FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RJO Nº 20, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759 de 05 de fevereiro de 2009, nos termos do artigo 12, da Instrução Normativa RFB nº 1209, de 07 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º A inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
BRUNO DA SILVA	093.887.057-26	10715.721534/2021-11

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA THIAGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RJO Nº 21, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759 de 05 de fevereiro de 2009, nos termos do artigo 12, da Instrução Normativa RFB nº 1209, de 07 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º A inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
CLAUDIO BRUM ROMAN INFANTE	020.534.687-18	10715.721423/2022-88

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA THIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga o Ato Declaratório Executivo DRF/MCE Nº 5, de 22 de maio de 2019. Declara a concessão de habilitação para a empresa exercer procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º da Portaria nº 231 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal (SRRF07), de 05 de abril de 2016 e no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, § 1º, do art. 299 e inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27 de julho de 2020, em deferimento ao processo administrativo nº 13113.256091/2022-24 e tendo em vista o disposto nos artigos 2º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, declara:

Art. 1º - Revogado o Ato Declaratório Executivo - ADE Nº 5, de 22 de maio de 2019, publicado em deferimento ao processo administrativo Nº 12747.720015/2011-12.

Art. 2º - Habilitada a empresa Equinor Brasil Energia Ltda, situada à Rua do Russel nº 804, salas 901, 902, 1001, 1002, 1101, 1102, 1201, 1202 e 1301, bairro Glória, Cidade do Rio de Janeiro (RJ), CEP 22210-101, inscrita no CNPJ sob nº 04.028.583/0001-10, a utilizar os Procedimentos Simplificados de Exportação de petróleo bruto, produzido em seus estabelecimentos exportadores e unidade de produção abaixo discriminados, conforme IN/RFB 1.381/2013, única e exclusivamente na modalidade de embarque prevista em seu artigo 7º, inciso I.

§1º Os estabelecimentos em terra (filiais) também habilitados a utilizar os referidos procedimentos, além do estabelecimento matriz, são:

a) no CNPJ nº 04.028.583/0002-09, Fazenda Saco Dantas S/N - Lote A12, Projetada 5, primeiro andar, Distrito Industrial, Cidade de São João da Barra (RJ)

b) no CNPJ nº 04.028.583/0003-81, Fazenda Saco Dantas S/N - Lote A12, Projetada 5, sala B01101, Distrito Industrial, Cidade de São João da Barra (RJ)

c) no CNPJ nº 04.028.583/0014-34, Fazenda Saco Dantas S/N - Lote A12, Projetada 5, sala B01101, Distrito Industrial, Cidade de São João da Barra (RJ)

§2º As exportações serão realizadas a partir da seguinte unidade de produção no mar:

Unidade flutuante: FPSO PEREGRINO
Área de Concessão: Campo Peregrino
Localização Geográfica: Latitude: -23,31917° Longitude: -41,25834°

Art. 2º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o referido procedimento simplificado tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto no artigo 4º, Parágrafo Único da IN RFB nº 1.381/2013.

Art. 3º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme o disposto nos artigos 5º a 9º da IN RFB nº 1.381/2013.

Art. 4° - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF08 Nº 43, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 20/2012, que reconhece a situação de fiscalização em caráter permanente do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX que menciona

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo §2º do artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 114, de 31 de dezembro de 2001, nos termos e condições desta mesma norma c/c Portaria SRRF08 nº 93, de 29 de novembro de 2004, e à vista do que consta do processo nº 11128.721665/2018-78, declara:

Art. 1º. Fica alterado o item 1 do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 20, de 24/02/2012, publicado na Seção 1 do D.O.U. de 05/03/2012, que passará a viger com a seguinte redação:

"1. Fica renovada, a título precário, nos termos e condições da Instrução Normativa SRF nº 114/2001 c/c Portaria SRRF08 nº 93/2004, a situação de fiscalização em caráter permanente do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX situado na Rua Aurélio Batista Félix, 2.817 - bairro Alemoa - Santos/SP, com área total de 16.416,00 m², administrado por SIGMA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 01.984.600/0003-66, código Siscomex nº 8.93.27.75."

Art. 2º. Seguem inalteradas, válidas e eficazes as demais disposições do Ato Declaratório Executivo ora alterado.

Art. 3º. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 30, de 25/06/2020, publicado no D.O.U de 30/06/2020, sem interrupção de sua força normativa.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO KOJI KAWABATA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/STS Nº 23, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de embarque mediante transbordo e despacho aduaneiro de exportação de petróleo em área marítima situada em águas jurisdicionais brasileiras.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 4.º da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013, assim como o que consta nos autos do processo n.º 13032.200.955/2021-72, declara:

Art. 1º - Fica a empresa CNODC BRASIL PETRÓLEO E GÁS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 19.233.194/0001-01, situada na Praia de Botafogo 228, sala 1.001, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22250-906, habilitada a utilizar os procedimentos simplificados para o embarque mediante TRANSBORDO e o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto em área geográfica exclusiva localizada ao largo da costa do estado de São Paulo, na modalidade de embarque prevista no inciso II do art. 7º da Instrução Normativa RFB Nº 1.381, de 31 de julho de 2013, discriminada nas coordenadas abaixo elencadas.

Prestadora de serviço AET BRASIL SERVIÇOS STS LTDA, CNPJ 17.328.869/0001-62, nas áreas autorizadas pela Marinha do Brasil e Ibama, a saber:

Área 1:
Ponto A: Lat. 25°11'29,508" S; Long. 46°49'08,364" W
Ponto B: Lat. 25°01'09,876" S; Long. 46°20'52,008" W
Ponto C: Lat. 25°01'51,024" S; Long. 46°14'36,384" W
Ponto D: Lat. 24°56'16,584" S; Long. 45°52'28,920" W
Ponto E: Lat. 25°08'22,056" S; Long. 45°42'01,188" W
Ponto F: Lat. 25°21'34,452" S; Long. 45°27'43,632" W

Ponto G: Lat. 25°28'10,632" S; Long. 45°39'13,104" W
Área 2:
Ponto A: Lat. 25°31'09,063" S; Long. 47°11'15,823" W
Ponto B: Lat. 25°05'11,688" S; Long. 46°48'03,060" W
Ponto C: Lat. 25°07'15,168" S; Long. 46°37'40,476" W
Ponto D: Lat. 25°01'20,172" S; Long. 46°20'52,008" W
Ponto E: Lat. 25°02'01,320" S; Long. 46°14'56,976" W
Ponto F: Lat. 25°16'10,308" S; Long. 46°09'22,536" W
Ponto G: Lat. 25°20'43,008" S; Long. 46°26'36,744" W
Ponto H: Lat. 25°28'00,336" S; Long. 46°38'52,512" W
Ponto I: Lat. 25°47'02,580" S; Long. 46°54'44,388" W

Art. 2º - Estão autorizados por este Ato como estabelecimentos comerciais que realizarão as referidas exportações de petróleo, nos termos do artigo 3.º, § 2.º, inciso II da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013:

Unidade Flutuante de Produção - Campo - Endereço - Localização Geográfica FPSO - CNPJ

FPSO - PIONEIRO DE LIBRA Campo de Libra - Praia de Botafogo nº 228 - 10º andar - sala 1001 (parte), Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22950-906 Latitude - 24º32´24.179" Longitude - 42º7´54.637" 19.233.194/0002-84

PETROBRAS 74 (P-74) Campo de Búzios - Praia de Botafogo nº 228 - 10º andar - sala 1001 (parte), Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22950-906 Latitude - 24º38'58.743" Longitude - 42º 30'51,976" 19.233.194/0004-46

PETROBRAS 75 (P-75) Campo de Búzios - Praia de Botafogo nº 228 - 10º andar - sala 1001 (parte), Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22950-906 Latitude - 24º 47' 20" Longitude - 42º 30' 35" 19.233.194/0003-65

PETROBRAS 76 (P-76) Campo de Búzios - Praia de Botafogo nº 228 - 10º andar - sala 1001 (parte), Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22950-906 Latitude - 24º 41' 20" Longitude - 42º 30' 21" 19.233.194/0006-08

PETROBRAS 77 (P-77) Campo de Búzios - Praia de Botafogo nº 228 - 10º andar - sala 1001 (parte), Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22950-906 Latitude - 24º 38' 11" Longitude - 42º 24' 43" 19.233.194/0005-27

Art. 3º - O petróleo destinado a exportação será extraído das seguintes unidades de produção/estocagem (artigo 3.º, § 2.º, inciso VI da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013):

unidade Flutuante de Produção - Campo - Endereço - Localização Geográfica FPSO - CNPJ

FPSO - PIONEIRO DE LIBRA Campo de Libra - Praia de Botafogo nº 228 - 10º andar - sala 1001 (parte), Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22950-906 Latitude - 24º32´24.179" Longitude - 42º7´54.637" 19.233.194/0002-84

PETROBRAS 74 (P-74) Campo de Búzios - Praia de Botafogo nº 228 - 10º andar - sala 1001 (parte), Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22950-906 Latitude - 24º38'58.743" Longitude - 42º 30'51,976" 19.233.194/0004-46

PETROBRAS 75 (P-75) Campo de Búzios - Praia de Botafogo nº 228 - 10º andar - sala 1001 (parte), Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22950-906 Latitude - 24º 47' 20" Longitude - 42º 30' 35" 19.233.194/0003-65

PETROBRAS 76 (P-76) Campo de Búzios - Praia de Botafogo nº 228 - 10º andar - sala 1001 (parte), Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22950-906 Latitude - 24º 41' 20" Longitude - 42º 30' 21" 19.233.194/0006-08

PETROBRAS 77 (P-77) Campo de Búzios - Praia de Botafogo nº 228 - 10º andar - sala 1001 (parte), Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22950-906 Latitude - 24º 38' 11" Longitude - 42º 24' 43" 19.233.194/0005-27

Art. 4º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme disposto no art. 5º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 5º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar os referidos procedimentos simplificados tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 6º - Este Ato Declaratório Executivo torna sem efeito o Ato Declaratório Executivo ALF/STS Nº30, de 23 de novembro de 2021, e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICHARD FERNANDO AMOEDO NEUBARTH

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF8ª/RFB Nº 240, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.409041/2022-56, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08190/01695, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 00.790.507/0001-96
Razão Social: DRUCK COMUNICACAO E DESENV DE VISUAIS GRAFICOS LTDA
Endereço: Rua Ministro Hipolito, 168 - Cidade Aracília
CEP: 07250-010 - Guarulhos - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF8ª/RFB Nº 241, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.409007/2022-81, declara:

Art. 1º Concedido, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição GP-08111/00146, para atividade de GRÁFICA, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 00.790.507/0001-96
Razão Social: DRUCK COMUNICACAO E DESENV DE VISUAIS GRAFICOS LTDA
Endereço: Rua Ministro Hipolito, 168 - Cidade Aracilia
CEP: 07250-010 - Guarulhos - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo, entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF8/RFB Nº 242, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de importador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo § 1º do artigo 5º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022 (publicada no Diário Oficial da União em 05/07/2022, seção 1, página 186) e considerando-se o que consta no processo nº 13032.473416/2022-31, declara:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0126 ao estabelecimento SADDI CENTER - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., CNPJ nº 68.064.104/0001-01 situado à Rua Guarará, 76, Jardim Paulista, CEP 01425-000, São Paulo/SP, para a atividade específica de IMPORTADOR.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ROBERTO FONSECA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF8/RFB Nº 243, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de engarrafador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo § 1º do artigo 5º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, e no processo administrativo nº 13032.310064/2022-12, declara:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0127 ao estabelecimento ALAMBIQUE MOENDA VELHA LTDA, CNPJ nº 42.131.350/0001-37, situado na Rua Dois, 38 - Bairro São Roque Velho, Bofete/SP, para a atividade específica de ENGARRAFADOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF09 Nº 465, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre regulamentação e serviços atendidos por meio da caixa corporativa instituída no Correio Eletrônico para recebimento de mensagens eletrônicas externas no âmbito do Atendimento ao Contribuinte na 9ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2088, de 15 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º A caixa de correio eletrônico corporativo com endereço eletrônico: atendimentorfb.09@rfb.gov.br, criada para receber mensagens no âmbito do atendimento aos contribuintes na 9ª Região Fiscal será exclusivamente utilizada para os seguintes serviços relativos ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF): alteração, inscrição, regularização e pesquisa do número de CPF.

§ 1º Deverá ser implementada resposta automática às mensagens enviadas ao endereço eletrônico por meio da qual o remetente seja informado sobre a restrição do atendimento ao serviço indicado no caput, direcionando-o aos demais canais de atendimento, virtual ou presencial, oferecidos pela RFB.

§ 2º Solicitações de serviços não mencionados no art. 1º não serão respondidas, tendo em vista a orientação já realizada por meio da resposta automática de que trata o § 1º, devendo ser arquivadas.

Art. 2º As mensagens recebidas na caixa de correio eletrônico corporativo de que trata o art. 1º devem conter:

I - no campo destinado ao preenchimento do assunto, o serviço requerido, que poderá ser:

a) CPF - inscrição;
b) CPF - alteração;
c) CPF - regularização; ou
d) CPF - comprovante de inscrição.

II - os seguintes arquivos anexados, digitalizados:

a) protocolo de atendimento efetuado por meio do site da Receita Federal do Brasil ou junto aos conveniados;

b) documento de identificação oficial com foto, do requerente contribuinte ou do responsável, no caso de contribuinte menor de 16 (dezesseis) anos;

c) documento de identificação oficial, ou certidão de nascimento do contribuinte menor de 16 (dezesseis) anos representado pelos pais, ou do contribuinte representado por tutor ou guardião, acompanhado, nesse caso, do termo de tutela, curatela ou guarda;

d) se obrigado ao alistamento eleitoral apresentar, alternativamente: título de eleitor, certidão eleitoral, comprovante de votação ou documento expedido pela da Justiça Eleitoral;

e) comprovante de endereço atualizado em nome do contribuinte ou declaração de endereço, assinada pelo mesmo ou responsável legal, conforme o Anexo Único;

f) foto de rosto (selfie) do requerente segurando o documento de identidade, de forma que se possa visualizar a frente e o verso do documento, onde deverá aparecer o rosto e os dados do documento legíveis. Se menor de 16 anos ou incapaz, a foto de rosto (selfie) será do responsável legal com o próprio documento; e

g) certidão de nascimento ou casamento, nos casos em que os dados do documento de identificação estejam desatualizados ou não contenham os dados necessários para inscrição ou alteração do cadastro.

§1º O não preenchimento do assunto da mensagem não prejudicará o atendimento desde que o conteúdo da mensagem e seus anexos possibilitem concluir o que se pretende.

§2º A não apresentação do protocolo de atendimento de que trata a alínea "a" do inciso II não prejudicará o atendimento desde que a mensagem contenha os documentos e dados necessários à conclusão do serviço requerido.

§3º Nas solicitações de inscrição ou de alteração de nome de mãe do CPF, será necessária a apresentação de documento oficial que indique a filiação do contribuinte.

§4º No atendimento dos serviços de inscrição de CPF de estrangeiros, caso não apresentado documento oficial que indique a filiação do contribuinte, poderá ser aceita a filiação declarada pelo contribuinte no ato da solicitação.

§5º Nas solicitações de inscrição ou de alteração de endereço, caso não seja apresentado comprovante de endereço, ou declaração de endereço de que trata a alínea "e" do inciso II, poderá ser

aceito o protocolo efetivado em uma das conveniadas, em que conste o endereço declarado presencialmente pelo contribuinte.

§6º Em caso de dúvida fundada a respeito da veracidade dos documentos ou havendo ausência de dados que possibilitem a conclusão do serviço requerido, outros documentos poderão ser solicitados.

Art. 3º Além das regras estabelecidas nessa Portaria, o atendimento dos serviços requeridos por meio da caixa corporativa da 9ª Região Fiscal deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos na legislação específica, no Manual Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte (SISCAC), e utilizar as respostas padrão disponíveis no manual da caixa corporativa da Diate SRRF09.

Art. 4º A Divisão Regional de Atendimento (Diate) poderá estabelecer normas operacionais complementares necessárias à prestação dos serviços de que trata esta Portaria.

Art. 5º O sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento (SAGA) não deve ser utilizado para registro das atividades realizadas no âmbito das atividades da caixa corporativa.

Art. 6º As solicitações serão processadas em dias úteis, das 8h às 18h.

Art. 7º Serão designados servidores para atuação junto à equipe da Caixa Corporativa Regional no âmbito da 9ª Região Fiscal, conforme alocação e percentual de dedicação constantes do arquivo do link abaixo, localizado na Intranet da 9ª Região Fiscal: https://intranet.receita.fazenda/administracao/rf09/estrutura-organizacional/superintendencia-regional/diate/regionalizacao-gestao-do-atendimento/caixa-corporativa.

Art. 8º Revoga-se a Portaria SRRF09 nº 103, de 6 de abril de 2021.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO BLONSK

ANEXO ÚNICO

DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO
Eu, _____,
(nome)
nascido(a) em _____ de _____ de _____,
(data de nascimento)
filho de _____,
(mãe/pai. Preferencialmente indicar nome da mãe)
DECLARO, nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, que resido no seguinte endereço:
Logradouro: _____, nº_____,
(rua/avenida/praça)
Complemento: _____ Bairro: _____
(bloco/apto/casa)
Município: _____UF: _____ CEP: _____ - _____
_____, _____ de _____de 20_____.
(local/município) (data)
_____
(assinatura conforme documento apresentado, do contribuinte ou responsável)

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 4

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 135, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 583 a 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 10906.239979/2022-88, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a pessoa jurídica ARAXA ENERGIA SOLAR S.A, CNPJ nº 14.752.126/0001-27, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UFV Caldeirão Grande VII, matriculado no CEI sob nº 90.010.16378/78, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria SPE nº 193, de 19 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 22/06/2015, Seção 1, Págs. 117/118, com prazo estimado de operação em teste até 30/11/2022 e operação comercial até 01/02/2023, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada, firmado entre CONSÓRCIO ELASTRI E ARAXÁ - CALDEIRÃO GRANDE 2, CNPJ 44.636.548/0001-06, como empreiteiro (parte contratada), e a pessoa jurídica CENTRAL GERADORA SOLAR JAPURÁ S.A, CNPJ 12.960.117/0001-04, dentre outras pessoas jurídicas vinculadas, como parte contratante.

Art. 2º A beneficiária da concessão é integrante do CONSÓRCIO ELASTRI E ARAXÁ - CALDEIRÃO GRANDE 2, com participarão em todas as obrigações, direitos, riscos, lucros ou perdas, na proporção de 30%, e com as consorciadas respondendo, individual e solidariamente, pelas obrigações e responsabilidades assumidas, na forma e nos limites previstos no Contrato de Constituição de Consórcio.

Art. 3º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 60, de 6 de maio de 2022, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI, publicado no DOU de 10/05/2022, Seção 1, Pág. 52.

Art. 4º A presente concessão se restringe ao projeto UFV Caldeirão Grande VII e à pessoa jurídica beneficiária, devendo a outra consorciada requerer coabilitação, caso pretenda faturar à contratante com uso do benefício, em consonância com o disposto no § 3º do art. 5º e no art. 8º do Decreto nº 6.144/2007 e no § 2º do art. 580 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 5º A interessada fica ciente da obrigação de, concluída a sua participação no projeto, requerer o cancelamento da respectiva coabilitação, no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, sob pena de sanção, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 6º A interessada fica ciente da sua obrigação de manter-se em regularidade fiscal, quanto a impostos e contribuições federais, e em cumprimento aos requisitos que ensejaram a coabilitação, sob pena de cancelamento de ofício, conforme estabelece o art. 10, inciso II, do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 136, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 583 a 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 10906.240019/2022-61, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a pessoa jurídica ARAXA ENERGIA SOLAR S.A, CNPJ nº 14.752.126/0001-27, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UFV Caldeirão Grande III, matriculado no CEI sob nº 90.010.16267/76, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria SPE nº 198, de 25 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 26/06/2015, Seção 1, Pág. 41, com prazo estimado de operação em teste até 30/11/2022 e operação comercial até 01/02/2023, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada, firmado entre CONSÓRCIO ELASTRI E ARAXÁ - CALDEIRÃO GRANDE 2, CNPJ 44.636.548/0001-06, como empreiteiro (parte contratada), e a pessoa jurídica CENTRAL GERADORA SOLAR LIRA S.A, CNPJ 12.964.095/0001-42, dentre outras pessoas jurídicas vinculadas, como parte contratante.

Art. 2º A beneficiária da concessão é integrante do CONSÓRCIO ELASTRI E ARAXÁ - CALDEIRÃO GRANDE 2, com participarão em todas as obrigações, direitos, riscos, lucros ou perdas, na proporção de 30%, e com as consorciadas respondendo, individual e solidariamente, pelas obrigações e responsabilidades assumidas, na forma e nos limites previstos no Contrato de Constituição de Consórcio.

Art. 3º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 61, de 6 de maio de 2022, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI, publicado no DOU de 10/05/2022, Seção 1, Pág. 52.

Art. 4º A presente concessão se restringe ao projeto UFV Caldeirão Grande III e à pessoa jurídica beneficiária, devendo a outra consorciada requerer coabilitação, caso pretenda faturar à contratante com uso do benefício, em consonância com o disposto no § 3º do art. 5º e no art. 8º do Decreto nº 6.144/2007 e no § 2º do art. 580 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 5º A interessada fica ciente da obrigação de, concluída a sua participação no projeto, requerer o cancelamento da respectiva coabilitação, no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, sob pena de sanção, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 6º A interessada fica ciente da sua obrigação de manter-se em regularidade fiscal, quanto a impostos e contribuições federais, e em cumprimento aos requisitos que ensejaram a coabilitação, sob pena de cancelamento de ofício, conforme estabelece o art. 10, inciso II, do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 137, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 583 a 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 10906.240067/2022-59, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a pessoa jurídica ARAXA ENERGIA SOLAR S.A, CNPJ nº 14.752.126/0001-27, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UFV Caldeirão Grande VI, matriculado no CEI sob nº 90.010.16378/78, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria SPE nº 191, de 17 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 18/06/2015, Seção 1, Pág. 78, com prazo estimado de operação em teste até 30/11/2022 e operação comercial até 01/02/2023, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada, firmado entre CONSÓRCIO ELASTRI E ARAXÁ - CALDEIRÃO GRANDE 2, CNPJ 44.636.548/0001-06, como empreiteiro (parte contratada), e a pessoa jurídica CENTRAL GERADORA SOLAR NÓTUS S.A, CNPJ 12.960.127/0001-31, dentre outras pessoas jurídicas vinculadas, como parte contratante.

Art. 2º A beneficiária da concessão é integrante do CONSÓRCIO ELASTRI E ARAXÁ - CALDEIRÃO GRANDE 2, com participarão em todas as obrigações, direitos, riscos, lucros ou perdas, na proporção de 30%, e com as consorciadas respondendo, individual e solidariamente, pelas obrigações e responsabilidades assumidas, na forma e nos limites previstos no Contrato de Constituição de Consórcio.

Art. 3º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 62, de 6 de maio de 2022, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI, publicado no DOU de 10/05/2022, Seção 1, Pág. 52.

Art. 4º A presente concessão se restringe ao projeto UFV Caldeirão Grande VI e à pessoa jurídica beneficiária, devendo a outra consorciada requerer coabilitação, caso pretenda faturar à contratante com uso do benefício, em consonância com o disposto no § 3º do art. 5º e no art. 8º do Decreto nº 6.144/2007 e no § 2º do art. 580 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 5º A interessada fica ciente da obrigação de, concluída a sua participação no projeto, requerer o cancelamento da respectiva coabilitação, no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, sob pena de sanção, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 6º A interessada fica ciente da sua obrigação de manter-se em regularidade fiscal, quanto a impostos e contribuições federais, e em cumprimento aos requisitos que ensejaram a coabilitação, sob pena de cancelamento de ofício, conforme estabelece o art. 10, inciso II, do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 48, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - SACIT/ALF/CURITIBA, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e pelos poderes delegados pela Portaria ALF/CTA n° 3, de 12 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas físicas:

- LUCAS GABRIEL QUIRINO, CPF nº 104.771.919-32, PROCESSO nº 10906.359278/2022-64.

- ELTON AIRTON GAYARDO, CPF nº 051.979.179-70, PROCESSO nº 10906.286805/2022-12.

Art. 2º Os Ajudantes de Despachantes Aduaneiros supramencionados deverão incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros. O número de registro do Ajudante de Despachante Aduaneiro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) na RFB, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAPHAEL SCHEFFER CONTIN

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

DESPACHO DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.104388/2021-01
Interessado: Município de Dom Pedrito (RS).
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia à operação de crédito interna, a ser celebrada entre o Município de Dom Pedrito (RS) e a Caixa Econômica Federal (CAIXA), no valor de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), cujos recursos são destinados à despesas de capital classificadas como investimentos, conforme autorização dada pela Lei Municipal nº 2.586, de 18/11/2021.
Despacho: Aprovo o PARECER SEI Nº 12926/2022/ME, de 13/09/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria ME nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 57, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Publica Protocolos celebrados entre os Estados e o Distrito Federal.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos arts. 39 e 40 desse mesmo diploma,

CONSIDERANDO as manifestações favoráveis das unidades federadas registradas no processo SEI nº 12004.100562/2022-15 e nos demais processos correlatos, faz publicar os seguintes protocolos ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda, Economia, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, que receberam manifestação favorável na 189ª Reunião Ordinária da COTEPE/ICMS, realizada nos dias 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2022:

PROTOCOLO ICMS Nº 49, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 26/10, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

Os Estados do Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS nº 26, de 20 de janeiro de 2010, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção e congêneres.";

II - o "caput" da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com bens e mercadorias relacionadas no Anexo XI do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, destinadas aos Estados do Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - do § 1º da cláusula terceira:

a) o inciso I:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com as mercadorias mencionadas no "caput" da cláusula primeira deste protocolo;";

b) o inciso III:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias mencionadas no "caput" da cláusula primeira deste protocolo.";

IV - a cláusula quinta:

"Cláusula quinta O imposto retido pelo sujeito passivo por substituição será recolhido na forma e no prazo previstos na cláusula quarta Convênio ICMS nº 142/18.".

Cláusula segunda Os incisos VIII e IX ficam acrescidos ao "caput" cláusula segunda do Protocolo ICMS nº 26/10, com as seguintes redações:

"VIII - com bens e mercadorias classificados nos CEST 10.030.01, 10.039.00 e 10.050.00, quando tiverem como origem ou destino o Estado do Rio de Janeiro;

IX - com bens e mercadorias classificados nos CEST 10.001.00 e 10.027.00, quando tiverem como origem ou destino o Estado de Minas Gerais.".

Cláusula terceira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS nº 26/10 ficam revogados:

I - o § 4º da cláusula terceira;

II - o § 1º da cláusula sexta;

II - o Anexo Único.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do segundo dia do mês subsequente ao da publicação.

Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires.

PROTOCOLO ICMS Nº 50, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 85/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

Os Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Sergipe e o Distrito Federal, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, Tributação ou Economia, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS nº 85, de 30 de setembro de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção e congêneres.";

II - o "caput" da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com bens e mercadorias relacionadas no Anexo XI do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, destinadas aos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Sergipe e ao Distrito Federal, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - do § 1º da cláusula segunda:

a) o inciso I :

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com as mercadorias mencionadas no caput da cláusula primeira deste protocolo;";

b) o inciso III:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias mencionadas no caput da cláusula primeira deste protocolo.";

IV - a cláusula quarta:

"Cláusula quarta O imposto retido pelo sujeito passivo por substituição será recolhido na forma e no prazo previstos na cláusula décima quarta do Convênio ICMS nº 142/18.".

Cláusula segunda Os incisos III a V ficam acrescidos ao § 2º da cláusula primeira do Protocolo ICMS nº 85/11 com as seguintes redações:

"III - com bens e mercadorias classificados nos CEST 10.030.01, 10.039.00 e 10.050.00, quando tiverem como origem ou destino o Estado do Rio de Janeiro;

IV - com bens e mercadorias classificados nos CEST 10.001.00, 10.004.00, 10.017.00, 10.025.00, 10.026.00, 10.027.00, 10.028.00, 10.029.00, 10.030.01, 10.045.00, 10.050.00, 10.069.00, quando tiverem como origem ou destino o Distrito Federal;

V - com bens e mercadorias classificados nos CEST 10.001.00 e 10.027.00, quando tiverem como origem ou destino o Estado de Minas Gerais.".

Cláusula terceira O Anexo Único do Protocolo ICMS nº 85/11 fica revogado.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do segundo dia do mês subsequente ao da publicação.

Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Distrito Federal - José Itamar Feitosa - Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto , Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Sergipe - Marco Antônio Queiroz.

PROTOCOLO ICMS Nº 51, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 196/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

Os Estados do Amapá, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS nº 196, de 11 de dezembro de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção e congêneres.";

II - o "caput" da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com bens e mercadorias relacionadas no Anexo XI do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, destinadas aos Estados do Amapá, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - do § 1º da cláusula terceira:

a) o inciso I:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com as mercadorias mencionadas no "caput" da cláusula primeira deste protocolo;";

b) o inciso III:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias mencionadas no "caput" da cláusula primeira deste protocolo.";

IV - a cláusula quinta:

"Cláusula quinta O imposto retido pelo sujeito passivo por substituição será recolhido na forma e no prazo previstos na cláusula décima quarta do Convênio ICMS nº 142/18.".

Cláusula segunda Os incisos VI a VIII ficam acrescidos ao "caput" da cláusula segunda do Protocolo ICMS nº 196/09 com as seguintes redações:

"VI - com bens e mercadorias classificados nos CEST 10.030.01, 10.039.00 e 10.050.00, quando tiverem como origem ou destino o Estado do Rio de Janeiro;

VII - com bens e mercadorias classificados nos CEST 10.011.00, 10.017.00, 10.030.01, 10.045.00, 10.050.00, 10.069.00, quando destinadas ao Estado do Rio Grande do Sul;

VIII - com bens e mercadorias classificados nos CEST 10.001.00 e 10.027.00, quando tiverem como origem ou destino o Estado de Minas Gerais.".

Cláusula terceira O Anexo Único do Protocolo ICMS nº 196/09 fica revogado.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do segundo dia do mês subsequente ao da publicação.

Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto.

PROTOCOLO ICMS Nº 52, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 188/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

Os Estados de Alagoas, Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS nº 188, de 11 de dezembro de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o preâmbulo:

"Os Estados de Alagoas, Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina, neste ato representados por seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte";

II - o "caput" da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com bens e mercadorias relacionadas no Anexo XVII do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, destinadas aos Estados de Alagoas, Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - da cláusula segunda:

a) o inciso V:

"V - na remessa, para estabelecimento de contribuinte localizado no Estado do Rio de Janeiro, de produtos classificados nos CEST 17.026.00, 17.052.00, 17.062.03, 17.065.00, 17.076.00, 17.077.00, 17.077.01, 17.078.00, 17.079.00, 17.079.01, 17.079.02, 17.079.03, 17.079.04, 17.079.05, 17.079.06, 17.079.07, 17.080.00, 17.080.01, 17.081.00, 17.096.00, 17.096.04 e 17.096.05.";

b) o inciso VI:

"VI - às operações com os produtos classificados nos CEST 17.006.01, 17.016.01 a 17.018.01, 17.019.01, 17.019.03, 17.020.01, 17.021.01, 17.022.00, 17.023.01 a 17.024.05, 17.025.01, 17.025.02, 17.027.01, 17.028.00 a 17.029.00, 17.033.01, 17.044.00 a 17.046.16, 17.053.01, 17.054.01, 17.062.02, 17.062.03, 17.067.01, 17.067.02, 17.075.00, 17.083.00 a 17.087.02, 17.088.01, 17.089.01, 17.090.01, 17.091.01, 17.092.01, 17.093.01, 17.094.01, 17.096.00 a 17.096.05, 17.117.00, quando tiverem como destino ou origem o Estado de Minas Gerais;";

c) o inciso VII:

"VII - na remessa, para estabelecimento de contribuinte localizado no Estado do Amapá, de produtos classificados nos CEST 17.026.00, 17.027.00, 17.027.01, 17.027.02 e 17.049.00;";

d) o inciso VIII:

"VIII às operações com os produtos classificados nos CEST 17.012.00, 17.016.00, 17.016.01, 17.017.00, 17.017.01, 17.018.00, 17.018.01, 17.024.00, 17.024.01, 17.024.02, 17.024.03, 17.024.04, 17.024.05, 17.025.00, 17.025.01, 17.025.02, 17.026.00, 17.027.00, 17.027.01, 17.027.02, 17.028.00, 17.028.01, 17.029.00, 17.044.00, 17.044.01, 17.044.02, 17.044.03, 17.044.04, 17.044.05, 17.044.06, 17.044.07, 17.044.08, 17.044.09, 17.044.10, 17.044.11, 17.044.12, 17.044.13, 17.044.14, 17.044.15, 17.044.16, 17.044.17, 17.044.18, 17.044.19, 17.044.20, 17.044.21, 17.044.22, 17.044.23, 17.044.24, 17.044.25, 17.044.26, 17.044.27, 17.045.00, 17.046.00, 17.046.01, 17.046.02, 17.046.03, 17.046.04, 17.046.05, 17.046.06, 17.046.07, 17.046.08, 17.046.09, 17.046.10, 17.046.11, 17.046.12, 17.046.13, 17.046.14, 17.046.15, 17.046.16, 17.047.00, 17.047.01, 17.048.00, 17.048.01, 17.048.02, 17.049.00, 17.049.01, 17.049.02, 17.049.03, 17.049.04, 17.049.05, 17.049.06, 17.049.07, 17.050.00, 17.051.00, 17.052.00, 17.053.00, 17.053.01, 17.053.02, 17.054.00, 17.054.01, 17.054.02, 17.056.00, 17.056.01, 17.056.02, 17.057.00, 17.058.00, 17.059.00, 17.060.00, 17.062.00, 17.062.01, 17.062.02, 17.062.03, 17.063.00, 17.064.00, 17.065.00, 17.066.00, 17.067.00, 17.067.01, 17.067.02, 17.068.00, 17.069.00, 17.069.01, 17.070.00, 17.071.00, 17.072.00, 17.073.00, 17.074.00, 17.075.00, 17.078.00, 17.083.00, 17.083.01, 17.084.00, 17.085.00, 17.086.00, 17.087.00, 17.087.01, 17.087.02, 17.088.00, 17.088.01, 17.089.00, 17.089.01, 17.090.00, 17.090.01, 17.091.00, 17.091.01, 17.092.00, 17.092.01, 17.093.00, 17.093.01, 17.094.00, 17.094.01, 17.095.00, 17.095.01, 17.096.00, 17.096.01, 17.096.02, 17.096.03, 17.096.04, 17.096.05, 17.098.00, 17.099.00, 17.099.01, 17.099.02, 17.100.00, 17.100.01, 17.100.02, 17.101.00, 17.101.01, 17.101.02, 17.102.00, 17.102.01, 17.102.02, 17.103.00, 17.103.01, 17.103.02, 17.104.00, 17.104.01, 17.104.02, 17.105.00, 17.105.01 e 17.105.02, quando tiverem como destino o Estado do Paraná.";

IV - da cláusula terceira:

a) o "caput":

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XVII do Convênio ICMS nº 142/18, observado o disposto na cláusula segunda.";

b) o inciso I do § 1º:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com as mercadorias mencionadas no "caput" da cláusula primeira;";

c) o inciso III do § 1º:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias mencionadas no "caput" da cláusula primeira.";

V - a cláusula quinta:

"Cláusula quinta O imposto retido pelo sujeito passivo por substituição será recolhido na forma e no prazo previstos na cláusula quarta Convênio ICMS nº 142/18.".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS nº 188/09 ficam revogados:

I - os §§ 3º e 4º da cláusula segunda;

II - os §§ 1º e 3º da cláusula sexta;

III - o Anexo Único.

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do segundo dia do mês subsequente ao da publicação.

Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, Santa Catarina - Paulo Eli.

PROTOCOLO ICMS Nº 53, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Protocolo ICM nº 17/85, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com lâmpada elétrica, diodos e aparelhos de iluminação.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, neste ato representado pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, Economia, Finanças, Receita ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no § 2º da cláusula segunda do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira O § 5º da cláusula terceira do Protocolo ICM nº 17, de 25 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 5º Nas operações destinadas aos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e São Paulo, a MVA-ST original a ser aplicada é a prevista em sua legislação interna para as mercadorias mencionadas no Anexo Único.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2022.

Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, São Paulo - Felipe Scudeler Salto - Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Júlio Edstron Secundino Santos.

PROTOCOLO ICMS Nº 54, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 95/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

Os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, e no Decreto Estadual nº 56.633, de 29 de agosto de 2022, do Estado do Rio Grande do Sul, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira O "caput" da cláusula primeira do Protocolo ICMS nº 95, de 23 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com bens e mercadorias relacionadas no Anexo XVII do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, com exceção aos Códigos Especificadores da Substituição Tributária, 17.006.01, 17.016.01 a 17.018.01, 17.019.01, 17.019.03, 17.020.01, 17.021.01, 17.022.00, 17.023.01 a 17.024.05, 17.025.01, 17.025.02, 17.027.01, 17.028.00 a 17.029.00, 17.033.01, 17.044.00 a 17.046.16, 17.053.01, 17.054.01, 17.062.02, 17.062.03, 17.064.00, 17.067.01, 17.067.02, 17.075.00, 17.083.00 a 17.087.02, 17.088.01, 17.089.01, 17.090.01, 17.091.01, 17.092.01, 17.093.01, 17.094.01, 17.095.01, 17.096.01 a 17.096.03, 17.099.02 a 17.100.02, 17.101.02 a 17.102.02, 17.103.02 a 17.105.02, 17.116.00 e 17.117.00, destinadas ao Estado de Rio Grande do Sul ou ao Estado de São Paulo, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.".

Cláusula segunda O Protocolo ICMS nº 95/09 fica revogado.

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos:

I - a partir de 1º de setembro de 2022, quanto à cláusula primeira;

II - a partir de 1º de outubro de 2022, quanto à cláusula segunda.

Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 55, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga o Protocolo ICMS nº 3/20, Dispõe sobre a não aplicação, ao Estado do Rio Grande do Sul, de dispositivos do Protocolo ICMS 11/91, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cerveja, refrigerantes, água mineral ou potável e gelo.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, Economia, Finanças, Receita ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) e no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira O Protocolo ICMS nº 3, de 13 de abril de 2020, fica revogado.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2022.

Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Felipe Scudeler Salto - Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Júlio Edstron Secundino Santos.

PROTOCOLO ICMS Nº 56, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga o Protocolo ICMS nº 93/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza relacionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.

Os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, no § 2º da cláusula segunda do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, e no Decreto Estadual nº 56.633, de 29 de agosto de 2022, do Estado do Rio Grande do Sul, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira O Protocolo ICMS nº 93, de 23 de julho de 2009, fica revogado.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2022.

Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 57, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 197/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza relacionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.

Os Estados do Amapá, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no § 2º da cláusula segunda do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira O "caput" da cláusula primeira do Protocolo ICMS nº 197, de 11 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, destinadas aos Estados do Amapá, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.".

Cláusula segunda Os §§ 3º e 4º da cláusula segunda do Protocolo ICMS nº 197/09 ficam revogados.

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2022.

Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, Santa Catarina - Paulo Eli.

PROTOCOLO ICMS Nº 58, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga o Protocolo ICMS nº 23/20, dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza relacionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.

Os Estados do Mato Grosso e Rio Grande do Sul, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, no § 2º da cláusula segunda do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, e no Decreto Estadual nº 56.633, de 29 de agosto de 2022, do Estado do Rio Grande do Sul, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira o Protocolo ICMS nº 23, de 19 de outubro de 2020, fica revogado.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2022.

Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto.

PROTOCOLO ICMS Nº 59, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga o Protocolo ICMS nº 16/13, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com material de limpeza.

O Estado do Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda e Economia, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, no § 2º da cláusula segunda do Convênio ICMS 142, de 14 de dezembro de 2018, e no Decreto Estadual nº 56.633, de 29 de agosto de 2022, do Estado do Rio Grande do Sul, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira O Protocolo ICMS nº 16, de 24 de janeiro de 2013, fica revogado.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2022.

Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto.

PROTOCOLO ICMS Nº 60, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga o Protocolo ICMS nº 15/13, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

O Estado do Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda e Economia, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, no § 2º da cláusula segunda do Convênio ICMS 142, de 14 de dezembro de 2018, e no Decreto Estadual nº 56.633, de 29 de agosto de 2022, do Estado do Rio Grande do Sul, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira O Protocolo ICMS nº 15, de 24 de janeiro de 2013, fica revogado.

Cláusula segunda Este Protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2022.

Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto.

PROTOCOLO ICMS Nº 61, DE 19 SETEMBRO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 64/15, que dispõe sobre remessas de petróleo bruto para formação de lote para posterior exportação.

Os Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira O estabelecimento a seguir indicado do Anexo Único do Protocolo ICMS nº 64, de 18 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"

NOME DA EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
CNODC BRASIL PETRÓLEO E GÁS LTDA	19.233.194/0002-84	87.394.018

".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 62, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 132/08, que dispõe sobre a remessa de soja em grão do Estado de Goiás para industrialização, por encomenda, no Estado de Minas Gerais com suspensão do ICMS.

Os Estados de Goiás e Minas Gerais, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Estado da Economia e da Fazenda, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, resolvem celebrar o seguinte protocolo

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS nº 132, de 5 de dezembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - os incisos I e II do § 1º da clausula primeira:

"I - abrange a remessa de até 600.000 (seiscentos mil) toneladas de soja em grão para industrialização no Estado de Minas Gerais, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2025;

II - fica condicionada ao retorno, real ou simbólico, dos produtos resultantes do processo industrial para o ENCOMENDANTE, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da respectiva saída;";

II - a cláusula nona:

"Cláusula nona Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2025.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir:

I - da data da sua publicação relativamente ao inciso II da cláusula primeira;

II - de 1º de janeiro de 2023 relativamente ao inciso I da cláusula primeira.

Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa.

PROTOCOLO ICMS Nº 63, 19 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a exclusão do Estado do Piauí do Protocolo ICMS 40/07, que institui o Sistema de Compartilhamento Lógico dos Postos Fiscais (SCOMP) e o PTC - Protocolo de Transferência de Carga.

Os Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe neste ato representados pelos respectivos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, tendo em vista o disposto no art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional e considerando o disposto no inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, segundo o qual as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, atuarão de forma integrada, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira O Estado do Piauí fica excluído das disposições do Protocolo ICMS nº 40, de 6 de julho de 2007.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Alagoas - George André Palermo Santoro, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Sergipe - Marco Antônio Queiroz.

PROTOCOLO ICMS Nº 64, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a exclusão do Estado do Piauí do Protocolo ICMS nº 22/03, que cria o Portal Interestadual de Informações Fiscais e dá outras providências.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Estado da Fazenda, Economia, Receita, Finanças, Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte protocolo.

Cláusula primeira O Estado do Piauí fica excluído das disposições do Protocolo ICMS nº 22, de 10 de outubro de 2003.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Felipe Scudeler Salto - Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Júlio Edstron Secundino Santos.

PROTOCOLO ICMS Nº 65, 19 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a exclusão do Estado do Piauí do Protocolo ICMS nº 10/03, que cria o Sistema de Controle Interestadual de Mercadorias em Trânsito (SCIMT) e institui o Passe Fiscal Interestadual PFI.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, neste ato representados pelos respectivos Secretários de Fazenda, Economia, Finanças ou Tributação, tendo em vista o disposto nos artigos 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira O Estado do Piauí fica excluído das disposições do Protocolo ICMS nº 10, de 4 de abril de 2003.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Felipe Scudeler Salto - Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Júlio Edstron Secundino Santos.

PROTOCOLO ICMS Nº 66, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 21/91, que dispõe sobre substituição tributária nas operações com açúcar de cana.

O Estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira O § 3º fica acrescido à cláusula primeira do Protocolo ICMS nº 21, de 7 de agosto de 1991, com a seguinte redação:

"§ 3º O disposto neste protocolo não se aplica às operações entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação.

Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 67, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 28/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

Os Estados de Minas Gerais e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira O "caput" da cláusula primeira do Protocolo ICMS nº 28, de 5 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com bens e mercadorias relacionadas no Anexo XVII do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, com exceção aos Códigos Especificadores da Substituição Tributária - CEST - 17.005.00, 17.005.01, 17.006.01, 17.016.01 a 17.018.01, 17.019.01, 17.019.03, 17.020.01, 17.021.01, 17.022.00, 17.023.01 a 17.024.05, 17.025.01, 17.025.02, 17.027.01, 17.028.00 a 17.029.00, 17.033.01, 17.044.00 a 17.046.16, 17.053.01, 17.053.02, 17.054.01, 17.054.02, 17.062.02, 17.062.03, 17.067.01, 17.067.02, 17.075.00, 17.083.00 a 17.087.02, 17.088.01, 17.089.01, 17.090.01, 17.091.01, 17.092.01, 17.093.01, 17.094.01, 17.096.00 a 17.096.05, 17.117.00, destinadas ao Estado de Minas Gerais ou ao Estado de São Paulo, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, São Paulo - Felipe Scudeler Salto.

PROTOCOLO ICMS Nº 68, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Protocolo ICMS nº 30/13, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

O Estado de Minas Gerais e o Distrito Federal, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e no Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte protocolo:

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS nº 30, de 15 de março de 2013, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o "caput" da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com bens e mercadorias relacionadas no Anexo XVII do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

II - da cláusula terceira:

a) o "caput":

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com produtos mencionados no "caput" da cláusula primeira.";

b) o inciso I do § 1º:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produtos mencionados no "caput" da cláusula primeira;";

c) o inciso III do § 1º:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com produtos mencionados no "caput" da cláusula primeira.";

III - a cláusula quinta:

"Cláusula quinta O imposto retido pelo sujeito passivo por substituição será recolhido na forma e no prazo previstos na cláusula quarta do Convênio ICMS nº 142/18.".

Cláusula segunda Os incisos VI e VII ficam acrescidos à cláusula segunda do Protocolo ICMS nº 30/13 com as seguintes redações:

"VI - nas operações com os Códigos Especificadores da Substituição Tributária - CEST - 17.006.01, 17.016.01 a 17.018.01, 17.019.01, 17.019.03, 17.020.01, 17.021.01, 17.022.00, 17.023.01 a 17.024.05, 17.025.01, 17.025.02, 17.027.01, 17.028.00 a 17.029.00, 17.033.01, 17.044.00 a 17.046.16, 17.053.01, 17.054.01, 17.062.02, 17.062.03, 17.067.01, 17.067.02, 17.075.00, 17.083.00 a 17.087.02, 17.088.01, 17.089.01, 17.090.01, 17.091.01, 17.092.01, 17.093.01, 17.094.01, 17.096.00 a 17.096.05, 17.117.00, quando destinadas ao Estado de Minas Gerais;

VII - nas operações com os CEST 17.004.01, 17.006.01, 17.016.00 a 17.018.01, 17.019.01, 17.019.03, 17.020.01, 17.021.01, 17.022.00, 17.023.01 a 17.024.05, 17.025.01, 17.025.02, 17.027.01, 17.028.00 a 17.029.00, 17.031.01, 17.031.02, 17.033.01, 17.044.00 a 17.046.16, 17.047.01, 17.048.02, 17.049.03 a 17.049.09, 17.052.00, 17.053.01, 17.054.01, 17.062.02, 17.062.03, 17.064.00, 17.067.01, 17.067.02, 17.075.00, 17.076.00, 17.079.01 a 17.079.07, 17.080.01, 17.083.00 a 17.087.02, 17.088.01, 17.089.01, 17.090.01, 17.091.01, 17.092.01, 17.093.01, 17.094.01, 17.095.01 a 17.096.05, 17.099.00 a 17.105.01, 17.109.00, 17.116.00 a 17.117.00, quando destinadas ao Distrito Federal.".

Cláusula terceira O Anexo Único do Protocolo ICMS nº 30/13 fica revogado.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação.

Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 1.580, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria SETO/ME nº 3.473, de 19 de abril de 2022, e a portaria STN nº 1.339, de 13 de maio de 2022, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria SETO/ME nº 3.599, de 25 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de agosto de 2022:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
1519	02/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	1	03/08/2022	6,0720	1.000.000	4.024.956.871,97	0	0,00
1519	02/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	2	03/08/2022	6,0720	32.781	131.942.111,21	0	0,00
1520	02/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	03/08/2022	6,2240	130.150	516.017.440,62	0	0,00
1520	02/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2035	2	04/08/2022	6,2240	37.499	148.679.443,82	0	0,00
1520	02/08/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	1	03/08/2022	6,2899	150.000	590.926.099,77	0	0,00
1520	02/08/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	2	04/08/2022	6,2899	35.498	139.848.539,92	0	0,00
1521	02/08/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	03/08/2022	0,1750	750.000	8.889.927.260,19	0	0,00
1521	02/08/2022	Venda	LFT	01/09/2028	2	03/08/2022	0,1750	73.368	869.648.244,27	0	0,00
1526	04/08/2022	Venda	LTN	01/10/2023	1	05/08/2022	13,4399	500.000	432.474.757,92	0	0,00
1526	04/08/2022	Venda	LTN	01/10/2023	2	08/08/2022	13,4365	118.328	102.398.973,08	0	0,00
1526	04/08/2022	Venda	LTN	01/10/2024	1	05/08/2022	12,5499	304.200	236.028.406,34	0	0,00
1526	04/08/2022	Venda	LTN	01/10/2024	2	08/08/2022	12,5457	124.994	97.028.351,21	0	0,00
1526	04/08/2022	Venda	LTN	01/01/2026	1	05/08/2022	12,3699	9.000.000	6.052.536.184,64	0	0,00
1526	04/08/2022	Venda	LTN	01/01/2026	2	08/08/2022	12,3588	2.249.998	1.513.832.600,05	0	0,00
1527	04/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	05/08/2022	12,6630	150.000	135.221.853,90	0	0,00
1527	04/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	08/08/2022	12,6580	25.500	22.998.589,24	0	0,00
1527	04/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	05/08/2022	12,7239	150.000	129.308.250,00	0	0,00
1527	04/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	2	08/08/2022	12,7239	25.500	21.992.973,41	0	0,00
1530	09/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	10/08/2022	5,6394	500.000	2.034.788.427,98	0	0,00
1530	09/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2025	2	10/08/2022	5,6394	0	0,00	0	0,00
1531	09/08/2022	Venda	NTN-B	15/08/2032	1	10/08/2022	5,7690	212.200	883.157.958,94	0	0,00
1531	09/08/2022	Venda	NTN-B	15/08/2032	2	11/08/2022	5,7690	0	0,00	0	0,00
1531	09/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2045	1	10/08/2022	5,9740	284.150	1.151.723.996,81	0	0,00
1531	09/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2045	2	11/08/2022	5,9740	7.750	31.412.791,66	0	0,00
1532	09/08/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	10/08/2022	0,1791	300.000	3.564.169.480,17	0	0,00
1532	09/08/2022	Venda	LFT	01/09/2028	2	10/08/2022	0,1791	49.879	592.590.698,29	0	0,00
1534	11/08/2022	Venda	LTN	01/04/2023	1	12/08/2022	13,7427	1.000.000	921.517.651,50	0	0,00
1534	11/08/2022	Venda	LTN	01/04/2023	2	15/08/2022	13,7383	225.998	208.367.561,50	0	0,00
1534	11/08/2022	Venda	LTN	01/10/2024	1	12/08/2022	12,3489	1.500.000	1.171.116.157,77	0	0,00
1534	11/08/2022	Venda	LTN	01/10/2024	2	15/08/2022	12,3406	374.998	292.913.003,22	0	0,00
1534	11/08/2022	Venda	LTN	01/01/2026	1	12/08/2022	12,0295	14.000.000	9.532.623.179,48	0	0,00
1534	11/08/2022	Venda	LTN	01/01/2026	2	15/08/2022	12,0241	3.499.993	2.384.226.251,97	0	0,00
1535	11/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	12/08/2022	12,2587	1.000.000	918.946.648,25	0	0,00
1535	11/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	15/08/2022	12,2581	249.998	229.840.442,46	0	0,00
1535	11/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	12/08/2022	12,4663	1.000.000	876.916.250,40	0	0,00

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
1535	11/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	2	15/08/2022	12,4628	249.998	219.330.127,02	0	0,00
1539	16/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	1	17/08/2022	5,6680	1.500.000	6.129.859.742,97	0	0,00
1539	16/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	2	17/08/2022	5,6680	372.280	1.521.349.456,62	0	0,00
1540	16/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	17/08/2022	5,8198	750.000	3.075.322.895,98	0	0,00
1540	16/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2035	2	18/08/2022	5,8198	74.466	305.388.571,27	0	0,00
1540	16/08/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	1	17/08/2022	5,9064	500.000	2.019.038.174,45	0	0,00
1540	16/08/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	2	18/08/2022	5,9064	80.722	326.011.421,12	0	0,00
1541	16/08/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	17/08/2022	0,1780	593.900	7.074.561.380,31	0	0,00
1541	16/08/2022	Venda	LFT	01/09/2028	2	17/08/2022	0,1780	96.189	1.145.807.349,02	0	0,00
1547	18/08/2022	Venda	LTN	01/10/2023	1	19/08/2022	13,3029	1.000.000	870.444.200,70	0	0,00
1547	18/08/2022	Venda	LTN	01/10/2023	2	22/08/2022	13,3008	0	0,00	0	0,00
1547	18/08/2022	Venda	LTN	01/10/2024	1	19/08/2022	12,2850	2.000.000	1.566.862.811,33	6.400.000	5.013.960.998,40
1547	18/08/2022	Venda	LTN	01/10/2024	2	22/08/2022	12,2805	0	0,00	0	0,00
1547	18/08/2022	Venda	LTN	01/01/2026	1	19/08/2022	11,9498	20.000.000	13.685.548.288,33	14.500.000	9.922.022.503,00
1547	18/08/2022	Venda	LTN	01/01/2026	2	22/08/2022	11,9345	0	0,00	0	0,00
1548	18/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	19/08/2022	12,0185	500.000	465.225.537,10	0	0,00
1548	18/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	22/08/2022	12,0173	0	0,00	0	0,00
1548	18/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	19/08/2022	12,1569	150.000	134.194.687,05	0	0,00
1548	18/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	2	22/08/2022	12,1508	0	0,00	0	0,00
1550	23/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	24/08/2022	5,9540	500.000	2.020.534.453,47	0	0,00
1550	23/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2025	2	24/08/2022	5,9540	118.994	480.862.953,44	0	0,00
1551	23/08/2022	Venda	NTN-B	15/08/2032	1	24/08/2022	5,8677	500.000	2.008.747.924,97	2.500.000	10.043.739.625,56
1551	23/08/2022	Venda	NTN-B	15/08/2032	2	25/08/2022	5,8677	118.996	478.138.561,75	0	0,00

1551	23/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2045	1	24/08/2022	5,9530	85.400	347.193.967,68	0	0,00
1551	23/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2045	2	25/08/2022	5,9530	35.698	145.152.840,68	0	0,00
1552	23/08/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	24/08/2022	0,1740	992.050	11.850.637.330,07	840.000	10.034.308.106,90
1552	23/08/2022	Venda	LFT	01/09/2028	2	24/08/2022	0,1740	52.347	625.316.579,11	0	0,00
1556	25/08/2022	Venda	LTN	01/04/2023	1	26/08/2022	13,7480	1.000.000	926.203.627,57	0	0,00
1556	25/08/2022	Venda	LTN	01/04/2023	2	29/08/2022	13,7452	0	0,00	0	0,00
1556	25/08/2022	Venda	LTN	01/10/2024	1	26/08/2022	12,3990	3.000.000	2.350.866.543,70	0	0,00
1556	25/08/2022	Venda	LTN	01/10/2024	2	29/08/2022	12,3911	713.998	559.764.679,39	0	0,00
1556	25/08/2022	Venda	LTN	01/01/2026	1	26/08/2022	12,0090	15.000.000	10.269.483.424,09	0	0,00
1556	25/08/2022	Venda	LTN	01/01/2026	2	29/08/2022	11,9920	248.299	170.070.084,91	0	0,00
1557	25/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	26/08/2022	12,1379	300.000	278.531.505,25	0	0,00
1557	25/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	29/08/2022	12,1224	0	0,00	0	0,00
1557	25/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	26/08/2022	12,2384	300.000	267.710.527,11	0	0,00
1557	25/08/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	2	29/08/2022	12,2357	0	0,00	0	0,00
1560	30/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	1	31/08/2022	5,8980	1.000.000	4.052.918.360,00	0	0,00
1560	30/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	2	31/08/2022	5,8980	0	0,00	0	0,00
1561	30/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	31/08/2022	5,9187	150.000	610.361.001,42	0	0,00
1561	30/08/2022	Venda	NTN-B	15/05/2035	2	01/09/2022	5,9187	9.410	38.294.849,86	0	0,00
1561	30/08/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	1	31/08/2022	6,0099	300.000	1.194.075.201,88	0	0,00
1561	30/08/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	2	01/09/2022	6,0099	60.385	240.377.343,25	0	0,00
1562	30/08/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	31/08/2022	0,1775	765.150	9.161.811.824,31	0	0,00
1562	30/08/2022	Venda	LFT	01/09/2028	2	31/08/2022	0,1775	60.484	724.227.963,63	0	0,00

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 8.340, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 42, caput, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e

Considerando a frustação da fonte 53 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social, e a possibilidade de utilização do excesso de arrecadação das fontes 00 - Recursos Primários de Livre Aplicação, 42 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos, 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação, 80 - Recursos Próprios Financeiros e 88 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação; e do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, referente às fontes 36 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas, 42, 50, 80 e 86 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas, no intuito de garantir a execução de ações prioritárias, no âmbito do Fundo Nacional de Saúde, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no que concerne ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAYTON LUIZ MONTES

ANEXO I

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5017	Assistência Farmacêutica no SUS							442.669.487
		ATIVIDADES							
10 303	5017 20AE	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde							72.569.487
10 303	5017 20AE 0001	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - Nacional							72.569.487
			S	3	1	90	6	188	72.569.487
10 303	5017 20YR	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade							370.100.000
10 303	5017 20YR 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade - Nacional							370.100.000
			S	3	2	90	6	188	370.100.000
	5018	Atenção Especializada à Saúde							13.621.927.284
		ATIVIDADES							
10 302	5018 8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade							13.621.927.284
10 302	5018 8585 0001	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Nacional							4.630.469.700
			S	3	1	31	6	100	964.980.100
			S	3	1	31	6	188	1.606.994.906
			S	3	1	41	6	100	2.089.600
			S	3	1	41	6	188	2.056.405.094
10 302	5018 8585 0011	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Rondônia							105.200.000
			S	3	1	31	6	100	105.200.000
10 302	5018 8585 0012	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Acre							55.500.000
			S	3	1	31	6	100	55.500.000
10 302	5018 8585 0013	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Amazonas							116.300.000
			S	3	1	31	6	100	111.350.000
			S	3	1	41	6	100	4.900.000
			S	3	1	90	6	100	50.000
10 302	5018 8585 0014	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Roraima							33.900.000
			S	3	1	31	6	100	33.900.000
10 302	5018 8585 0015	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Pará							273.200.000
			S	3	1	41	6	100	273.180.000
			S	3	1	90	6	100	20.000
10 302	5018 8585 0016	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Amapá							29.000.000
			S	3	1	31	6	100	29.000.000
10 302	5018 8585 0017	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Tocantins							99.600.000
			S	3	1	31	6	100	97.800.000
			S	3	1	41	6	100	1.800.000
10 302	5018 8585 0021	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Maranhão							226.200.000
			S	3	1	31	6	100	21.985.000
			S	3	1	41	6	100	203.500.000
			S	3	1	90	6	100	715.000

10 302	5018 8585 0022	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Piauí								187.567.676
			S	3	1	41	6	100		187.500.000
			S	3	1	90	6	100		67.676
10 302	5018 8585 0023	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Ceará								483.418.866
			S	3	1	31	6	100		10.600.000
			S	3	1	41	6	100		470.800.000
			S	3	1	90	6	100		2.018.866
10 302	5018 8585 0024	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio Grande do Norte								153.200.000
			S	3	1	31	6	100		17.280.000
			S	3	1	41	6	100		135.400.000
			S	3	1	90	6	100		520.000
10 302	5018 8585 0025	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado da Paraíba								186.000.000
			S	3	1	31	6	100		12.000.000
			S	3	1	41	6	100		174.000.000
10 302	5018 8585 0026	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Pernambuco								570.500.000
			S	3	1	31	6	100		560.040.000
			S	3	1	41	6	100		9.900.000
			S	3	1	90	6	100		560.000
10 302	5018 8585 0027	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Alagoas								209.400.000
			S	3	1	31	6	100		1.300.000
			S	3	1	41	6	100		208.100.000
10 302	5018 8585 0028	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Sergipe								111.200.000
			S	3	1	31	6	100		104.000.000
			S	3	1	41	6	100		7.200.000
10 302	5018 8585 0029	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado da Bahia								580.700.000
			S	3	1	41	6	100		577.170.000
			S	3	1	90	6	100		3.530.000
10 302	5018 8585 0031	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Minas Gerais								812.357.622
			S	3	1	31	6	100		25.400.000
			S	3	1	41	6	100		783.457.622
			S	3	1	90	6	100		3.500.000
10 302	5018 8585 0032	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Espírito Santo								184.700.000
			S	3	1	31	6	100		184.100.000
			S	3	1	90	6	100		600.000
10 302	5018 8585 0033	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio de Janeiro								669.913.916
			S	3	1	41	6	100		669.300.000
			S	3	1	90	6	100		613.916
10 302	5018 8585 0035	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de São Paulo								1.490.218.641
			S	3	1	31	6	100		218.641
			S	3	1	41	0	142		132.000.000
			S	3	1	41	0	342		334.896.309
			S	3	1	41	6	100		284.620.068
			S	3	1	41	6	150		14.897.311
			S	3	1	41	6	180		2.239.439
			S	3	1	41	6	188		408.000.000
			S	3	1	41	6	336		260.039.783
			S	3	1	41	6	350		48.590.888
			S	3	1	41	6	380		2.109.469
			S	3	1	41	6	386		2.606.733
10 302	5018 8585 0041	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Paraná								656.425.823
			S	3	1	41	6	100		655.075.823
			S	3	1	90	6	100		1.350.000
10 302	5018 8585 0042	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Santa Catarina								397.400.000
			S	3	1	31	6	100		12.100.000
			S	3	1	41	6	100		384.400.000
			S	3	1	90	6	100		900.000
10 302	5018 8585 0043	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio Grande do Sul								617.988.959
			S	3	1	41	6	100		615.019.413
			S	3	1	90	6	100		2.969.546
10 302	5018 8585 0051	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Mato Grosso								152.000.000
			S	3	1	41	6	100		152.000.000
10 302	5018 8585 0052	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Goiás								329.400.000
			S	3	1	41	6	100		328.900.000
			S	3	1	90	6	100		500.000
10 302	5018 8585 0053	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Distrito Federal								87.766.081
			S	3	1	31	6	100		87.166.081
			S	3	1	90	6	100		600.000
10 302	5018 8585 0054	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Mato Grosso do Sul								172.400.000
			S	3	1	41	6	100		172.300.000
			S	3	1	90	6	100		100.000
	5019	Atenção Primária à Saúde								3.303.489.305
		ATIVIDADES								
10 301	5019 219A	Piso de Atenção Primária à Saúde								3.303.489.305
10 301	5019 219A 0001	Piso de Atenção Primária à Saúde - Nacional								174.100.000
			S	3	1	41	6	188		174.100.000
10 301	5019 219A 0011	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Rondônia								27.618.199
			S	3	1	41	6	188		27.618.199
10 301	5019 219A 0012	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Acre								7.495.145
			S	3	1	41	6	188		7.495.145
10 301	5019 219A 0013	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Amazonas								17.044.119
			S	3	1	41	6	188		17.044.119
10 301	5019 219A 0014	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Roraima								9.990.168
			S	3	1	41	6	188		9.990.168
10 301	5019 219A 0015	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Pará								95.735.985
			S	3	1	41	6	188		95.735.985
10 301	5019 219A 0016	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Amapá								10.042.039
			S	3	1	41	6	188		10.042.039
10 301	5019 219A 0017	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Tocantins								27.108.753
			S	3	1	41	6	188		27.108.753

10 301	5019 219A 0021	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Maranhão							118.732.169
			S	3	1	41	6	188	118.732.169
10 301	5019 219A 0022	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Piauí							79.618.976
			S	3	1	41	6	188	79.618.976
10 301	5019 219A 0023	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Ceará							173.189.236
			S	3	1	41	6	188	173.189.236
10 301	5019 219A 0024	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Rio Grande do Norte							89.701.238
			S	3	1	41	6	188	89.701.238
10 301	5019 219A 0025	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado da Paraíba							116.358.185
			S	3	1	41	6	188	116.358.185
10 301	5019 219A 0026	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Pernambuco							192.021.556
			S	3	1	41	6	188	192.021.556
10 301	5019 219A 0027	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Alagoas							74.962.011
			S	3	1	41	6	188	74.962.011
10 301	5019 219A 0028	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Sergipe							40.279.349
			S	3	1	41	6	188	40.279.349
10 301	5019 219A 0029	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado da Bahia							217.081.084
			S	3	1	41	6	188	217.081.084
10 301	5019 219A 0031	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Minas Gerais							290.916.559
			S	3	1	41	6	188	290.916.559
10 301	5019 219A 0032	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Espírito Santo							47.115.310
			S	3	1	41	6	188	47.115.310
10 301	5019 219A 0033	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Rio de Janeiro							251.601.172
			S	3	1	41	6	188	251.601.172
10 301	5019 219A 0035	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de São Paulo							563.241.510
			S	3	1	41	6	188	563.241.510
10 301	5019 219A 0041	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Paraná							132.600.836
			S	3	1	41	6	188	132.600.836
10 301	5019 219A 0042	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Santa Catarina							112.164.664
			S	3	1	41	6	188	112.164.664
10 301	5019 219A 0043	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul							197.814.928
			S	3	1	41	6	188	197.814.928
10 301	5019 219A 0051	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Mato Grosso							27.668.736
			S	3	1	41	6	188	27.668.736
10 301	5019 219A 0052	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Goiás							141.742.387
			S	3	1	41	6	188	141.742.387
10 301	5019 219A 0053	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Distrito Federal							6.199.020
			S	3	1	31	6	188	6.199.020
10 301	5019 219A 0054	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Mato Grosso do Sul							61.345.971
			S	3	1	41	6	188	61.345.971
	5021	Gestão e Organização do SUS							158.458.917
		ATIVIDADES							
10 128	5021 20YD	Educação e Formação em Saúde							101.874.614
10 128	5021 20YD 0001	Educação e Formação em Saúde - Nacional							101.874.614
			S	3	2	90	6	188	101.874.614
10 126	5021 20YN	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)							56.584.303
10 126	5021 20YN 0001	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude) - Nacional							56.584.303
			S	3	2	90	6	188	56.584.303
	5022	Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena							338.794.521
		ATIVIDADES							
10 423	5022 20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena							338.794.521
10 423	5022 20YP 0001	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - Nacional							338.794.521
			S	3	2	90	6	188	338.794.521
	5023	Vigilância em Saúde							1.276.919.911
		ATIVIDADES							
10 305	5023 20AL	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde							511.605.782
10 305	5023 20AL 0001	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Nacional							450.900.000
			S	3	1	31	6	188	34.300.000
			S	3	1	41	6	188	221.600.000
			S	3	1	80	6	188	90.000.000
			S	3	1	90	6	188	105.000.000
10 305	5023 20AL 0031	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Minas Gerais							27.083.233
			S	3	1	41	6	188	27.083.233
10 305	5023 20AL 0035	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de São Paulo							33.622.549
			S	3	1	41	6	188	33.622.549
10 305	5023 20YE	Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças							750.000.000
10 305	5023 20YE 0001	Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças - Nacional							750.000.000
			S	3	1	90	6	188	700.000.000
			S	4	1	90	6	188	50.000.000
10 305	5023 20YJ	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde							15.314.129
10 305	5023 20YJ 0001	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - Nacional							15.314.129
			S	3	2	90	6	188	15.314.129
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									19.142.259.425
TOTAL - GERAL									19.142.259.425

ANEXO II

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5017	Assistência Farmacêutica no SUS							442.669.487
		ATIVIDADES							
10 303	5017 20AE	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde							72.569.487
10 303	5017 20AE 0001	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - Nacional							72.569.487

			S	3	1	90	6	153	72.569.487
10 303	5017 20YR	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade							370.100.000
10 303	5017 20YR 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade - Nacional							370.100.000
			S	3	2	90	6	153	370.100.000
	5018	Atenção Especializada à Saúde							13.621.927.284
		ATIVIDADES							
10 302	5018 8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade							13.621.927.284
10 302	5018 8585 0001	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Nacional							4.630.469.700
			S	3	1	31	6	153	2.571.975.006
			S	3	1	41	6	153	2.058.494.694
10 302	5018 8585 0011	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Rondônia							105.200.000
			S	3	1	31	6	153	105.200.000
10 302	5018 8585 0012	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Acre							55.500.000
			S	3	1	31	6	153	55.500.000
10 302	5018 8585 0013	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Amazonas							116.300.000
			S	3	1	31	6	153	111.350.000
			S	3	1	41	6	153	4.900.000
			S	3	1	90	6	153	50.000
10 302	5018 8585 0014	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Roraima							33.900.000
			S	3	1	31	6	153	33.900.000
10 302	5018 8585 0015	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Pará							273.200.000
			S	3	1	41	6	153	273.180.000
			S	3	1	90	6	153	20.000
10 302	5018 8585 0016	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Amapá							29.000.000
			S	3	1	31	6	153	29.000.000
10 302	5018 8585 0017	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Tocantins							99.600.000
			S	3	1	31	6	153	97.800.000
			S	3	1	41	6	153	1.800.000
10 302	5018 8585 0021	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Maranhão							226.200.000
			S	3	1	31	6	153	21.985.000
			S	3	1	41	6	153	203.500.000
			S	3	1	90	6	153	715.000
10 302	5018 8585 0022	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Piauí							187.567.676
			S	3	1	41	6	153	187.500.000
			S	3	1	90	6	153	67.676
10 302	5018 8585 0023	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Ceará							483.418.866
			S	3	1	31	6	153	10.600.000
			S	3	1	41	6	153	470.800.000
			S	3	1	90	6	153	2.018.866
10 302	5018 8585 0024	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio Grande do Norte							153.200.000
			S	3	1	31	6	153	17.280.000
			S	3	1	41	6	153	135.400.000
			S	3	1	90	6	153	520.000
10 302	5018 8585 0025	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado da Paraíba							186.000.000
			S	3	1	31	6	153	12.000.000
			S	3	1	41	6	153	174.000.000
10 302	5018 8585 0026	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Pernambuco							570.500.000
			S	3	1	31	6	153	560.040.000
			S	3	1	41	6	153	9.900.000
			S	3	1	90	6	153	560.000
10 302	5018 8585 0027	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Alagoas							209.400.000
			S	3	1	31	6	153	1.300.000
			S	3	1	41	6	153	208.100.000
10 302	5018 8585 0028	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Sergipe							111.200.000
			S	3	1	31	6	153	104.000.000
			S	3	1	41	6	153	7.200.000
10 302	5018 8585 0029	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado da Bahia							580.700.000
			S	3	1	41	6	153	577.170.000
			S	3	1	90	6	153	3.530.000
10 302	5018 8585 0031	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Minas Gerais							812.357.622
			S	3	1	31	6	153	25.400.000
			S	3	1	41	6	153	783.457.622
			S	3	1	90	6	153	3.500.000
10 302	5018 8585 0032	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Espírito Santo							184.700.000
			S	3	1	31	6	153	184.100.000
			S	3	1	90	6	153	600.000
10 302	5018 8585 0033	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio de Janeiro							669.913.916
			S	3	1	41	6	153	669.300.000
			S	3	1	90	6	153	613.916
10 302	5018 8585 0035	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de São Paulo							1.490.218.641
			S	3	1	31	6	153	218.641
			S	3	1	41	6	153	1.490.000.000
10 302	5018 8585 0041	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Paraná							656.425.823
			S	3	1	41	6	153	655.075.823

			S	3	1	90	6	153	1.350.000
10 302	5018 8585 0042	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Santa Catarina							397.400.000
			S	3	1	31	6	153	12.100.000
			S	3	1	41	6	153	384.400.000
			S	3	1	90	6	153	900.000
10 302	5018 8585 0043	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio Grande do Sul							617.988.959
			S	3	1	41	6	153	615.019.413
			S	3	1	90	6	153	2.969.546
10 302	5018 8585 0051	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Mato Grosso							152.000.000
			S	3	1	41	6	153	152.000.000
10 302	5018 8585 0052	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Goiás							329.400.000
			S	3	1	41	6	153	328.900.000
			S	3	1	90	6	153	500.000
10 302	5018 8585 0053	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Distrito Federal							87.766.081
			S	3	1	31	6	153	87.166.081
			S	3	1	90	6	153	600.000
10 302	5018 8585 0054	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Mato Grosso do Sul							172.400.000
			S	3	1	41	6	153	172.300.000
			S	3	1	90	6	153	100.000
	5019	Atenção Primária à Saúde							3.303.489.305
		ATIVIDADES							
10 301	5019 219A	Piso de Atenção Primária à Saúde							3.303.489.305
10 301	5019 219A 0001	Piso de Atenção Primária à Saúde - Nacional							174.100.000
			S	3	1	41	6	153	174.100.000
10 301	5019 219A 0011	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Rondônia							27.618.199
			S	3	1	41	6	153	27.618.199
10 301	5019 219A 0012	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Acre							7.495.145
			S	3	1	41	6	153	7.495.145
10 301	5019 219A 0013	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Amazonas							17.044.119
			S	3	1	41	6	153	17.044.119
10 301	5019 219A 0014	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Roraima							9.990.168
			S	3	1	41	6	153	9.990.168
10 301	5019 219A 0015	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Pará							95.735.985
			S	3	1	41	6	153	95.735.985
10 301	5019 219A 0016	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Amapá							10.042.039
			S	3	1	41	6	153	10.042.039
10 301	5019 219A 0017	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Tocantins							27.108.753
			S	3	1	41	6	153	27.108.753
10 301	5019 219A 0021	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Maranhão							118.732.169
			S	3	1	41	6	153	118.732.169
10 301	5019 219A 0022	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Piauí							79.618.976
			S	3	1	41	6	153	79.618.976
10 301	5019 219A 0023	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Ceará							173.189.236
			S	3	1	41	6	153	173.189.236
10 301	5019 219A 0024	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Rio Grande do Norte							89.701.238
			S	3	1	41	6	153	89.701.238
10 301	5019 219A 0025	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado da Paraíba							116.358.185
			S	3	1	41	6	153	116.358.185
10 301	5019 219A 0026	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Pernambuco							192.021.556
			S	3	1	41	6	153	192.021.556
10 301	5019 219A 0027	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Alagoas							74.962.011
			S	3	1	41	6	153	74.962.011
10 301	5019 219A 0028	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Sergipe							40.279.349
			S	3	1	41	6	153	40.279.349
10 301	5019 219A 0029	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado da Bahia							217.081.084
			S	3	1	41	6	153	217.081.084
10 301	5019 219A 0031	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Minas Gerais							290.916.559
			S	3	1	41	6	153	290.916.559
10 301	5019 219A 0032	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Espírito Santo							47.115.310
			S	3	1	41	6	153	47.115.310
10 301	5019 219A 0033	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Rio de Janeiro							251.601.172
			S	3	1	41	6	153	251.601.172
10 301	5019 219A 0035	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de São Paulo							563.241.510
			S	3	1	41	6	153	563.241.510
10 301	5019 219A 0041	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Paraná							132.600.836
			S	3	1	41	6	153	132.600.836
10 301	5019 219A 0042	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Santa Catarina							112.164.664
			S	3	1	41	6	153	112.164.664
10 301	5019 219A 0043	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul							197.814.928
			S	3	1	41	6	153	197.814.928
10 301	5019 219A 0051	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Mato Grosso							27.668.736
			S	3	1	41	6	153	27.668.736
10 301	5019 219A 0052	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Goiás							141.742.387
			S	3	1	41	6	153	141.742.387
10 301	5019 219A 0053	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Distrito Federal							6.199.020
			S	3	1	31	6	153	6.199.020
10 301	5019 219A 0054	Piso de Atenção Primária à Saúde - No Estado de Mato Grosso do Sul							61.345.971
			S	3	1	41	6	153	61.345.971
	5021	Gestão e Organização do SUS							158.458.917
		ATIVIDADES							
10 128	5021 20YD	Educação e Formação em Saúde							101.874.614
10 128	5021 20YD 0001	Educação e Formação em Saúde - Nacional							101.874.614
			S	3	2	90	6	153	101.874.614
10 126	5021 20YN	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)							56.584.303

10 126	5021 20YN 0001	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude) - Nacional	S	3	2	90	6	153	56.584.303 56.584.303
	5022	Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena							338.794.521
		ATIVIDADES							
10 423	5022 20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena							338.794.521
10 423	5022 20YP 0001	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - Nacional	S	3	2	90	6	153	338.794.521 338.794.521
	5023	Vigilância em Saúde							1.276.919.911
		ATIVIDADES							
10 305	5023 20AL	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde							511.605.782
10 305	5023 20AL 0001	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Nacional							450.900.000
			S	3	1	31	6	153	34.300.000
			S	3	1	41	6	153	221.600.000
			S	3	1	80	6	153	90.000.000
			S	3	1	90	6	153	105.000.000
10 305	5023 20AL 0031	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Minas Gerais							27.083.233
			S	3	1	41	6	153	27.083.233
10 305	5023 20AL 0035	Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de São Paulo							33.622.549
			S	3	1	41	6	153	33.622.549
10 305	5023 20YE	Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças							750.000.000
10 305	5023 20YE 0001	Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças - Nacional							750.000.000
			S	3	1	90	6	153	700.000.000
			S	4	1	90	6	153	50.000.000
10 305	5023 20YJ	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde							15.314.129
10 305	5023 20YJ 0001	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - Nacional							15.314.129
			S	3	2	90	6	153	15.314.129
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									19.142.259.425
TOTAL - GERAL									19.142.259.425

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 252, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para sistemas de medição dinâmica equipados com medidores para quantidades de líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 291/2021; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.012596/2021-68, resolve:

Aprovar o modelo 20JX101 - Skid de medição de produção para o Tanque de Carga, de sistema de medição e abastecimento para fluidos-óleo, classe de exatidão 0.3, marca ODS do Brasil Sistemas de Medição, de acordo com as condições de aprovação, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

Ministério da Educação

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

CAMPUS ALTA FLORESTA

PORTARIA Nº 120 - ALF-CRH/ALF-DAP/ALF-DG/CALF/RTR/IFMT, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ALTA FLORESTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT nº 734, de 19.04.2021, publicada no D.O.U. em 20.04.2021, Considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 08/2022 (Processo SUAP nº 23747.000652.2022-30), resolve:

Art. 1º. Aplicar sanção à empresa EFA ACRIS LTDA., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 29.708.632/0001-96, na modalidade de Impedimento de licitar e contratar com a União, e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme o artigo 47 da Lei 12.462/2011, incisos III (ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado) e VII (der causa à inexecução total ou parcial do contrato), reiterados pelo Item 15.2, alínea d, do Projeto Básico anexo ao Edital do RDC Eletrônico nº 03/2020, UASG: 158972.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MARCOS LUIZ PEIXOTO COSTA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS

PORTARIA GABREITOR/IFSUDMG Nº 890, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Substituto do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria GABREITOR/IFMGSE nº 354/2021, de 27-04-2021, publicada no Diário Oficial da União, Edição nº 78, de 28-04-2021, Seção 2, página 27, e, considerando o Processo Administrativo nº 23223.002594/2022-98, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) a proceder, no SIORG, à realocação de funções e acerto na hierarquia das unidades administrativas do Campus Juiz de Fora, com base na Resolução nº 23/2018 - Conselho do Campus Juiz de Fora, conforme a seguir: - Realocar uma (01) FG-02 da Diretoria de Ensino para a Secretaria da Diretoria de Ensino; - Realocar duas (02) FG-01 da Diretoria de Ensino para a Diretoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação;- Acertar a hierarquia do Departamento Acadêmico de Educação e Ciência, bem como do Departamento Acadêmico de Educação e Tecnologia, vinculando-os à Direção-Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DAMIÃO DE SOUSA VIEIRA JÚNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 1.131, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 16/11/2022, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 03/2019, DOU de 29/11/2019, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1114, DOU de 16/11/2021.

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento: CIÊNCIA POLÍTICA
Área de Conhecimento: Metodologia de Pesquisa e Instituições Políticas
Classe: Adjunto A Regime de Trabalho: DE

JEILSON BARRETO ANDRADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA NORMATIVA Nº 37, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta do Processo digital nº 23068.063759/2021-57, resolve:

Alterar, em parte, a Portaria Normativa nº 34/2022-R, publicada no DOU em 30/08/2022, Seção 1, pág. 190, referente à prorrogação da validade do Concurso Público, de que trata o Edital nº 59/2019-R, publicado do DOU em 04/07/2019, homologado conforme Edital nº 131/2019-R, publicado no DOU em 04/12/2019, da seguinte forma: onde se lê "...a partir de 16/09/2022...", leia-se "...a partir de 16/09/2023...", a partir de 30/08/2022, ficando ratificados os demais termos.

RONEY PIGNATON DA SILVA
Vice-Reitor

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

PORTARIA Nº 160, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O Presidente da FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.196, de 31 de dezembro de 2019, e Considerando o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e na Portaria Interministerial nº 428, de 6 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º - Instituir o Plano de Metas Institucionais da Fundação Joaquim Nabuco para o período de 1º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023 composto pelas seguintes metas globais: Meta I Produzir e submeter 37 (trinta e sete) artigos a revistas científicas com qualificação Qualis B3 ou superior. Meta II - Realizar 46 (quarenta e seis) orientações de pós-graduação ou graduação, em parcerias com universidades onde os servidores sejam colaboradores, contribuindo para a formação de novos pesquisadores. Meta III - Publicar 39 (trinta e nove) títulos por meio de livros, catálogos, revistas, notas técnicas, vídeos e multimídia, resultantes de estudos, pesquisas e/ou eventos. Meta IV - Elaborar e submeter para publicação 12 (doze) artigos científicos e 10 (dez) artigos de divulgação científica em congressos/simpósio e/ou periódicos (em meio digital ou impresso). Meta V - Realizar 2 (dois) projetos/ações que possuam caráter de extensão e/ou de pesquisa-ação e/ou de intervenção social. Meta VI - Realizar 93 (noventa e três) eventos educacionais e/ou culturais para divulgação e difusão do conhecimento nos campos da Educação, da Cultura, das Ciências Sociais e Humanas e do conhecimento técnico-científico. Meta VII - Promover 48 (quarenta e oito) cursos, (entre presenciais e remotos) para o aprimoramento técnico-científico e o desenvolvimento local sustentável. Meta VIII - Realizar 10 (dez) pesquisas nos campos da Educação, da Cultura e das Ciências Sociais e Humanas. Meta IX - Realizar 2 (dois) projetos de pesquisa. Meta X - Disponibilizar 3 (três) bancos de dados para uso do público externo. Meta XI- Apresentar 25 (vinte e cinco) trabalhos em eventos (presenciais ou remotos). Meta XII - Desenvolver 13 (treze) conteúdos para publicação de caráter científico e educativo. Meta XIII - Realizar 300 (trezentas) exibições de filmes, entre mostras especiais, sessões de acessibilidade e outros. Meta XIV - Realizar 3 (três) concursos, visando estimular a produção cultural, de caráter inovador Meta XV - Conservar e Restaurar 34.188 (trinta e quatro mil cento e oitenta e oito) acervos bibliográficos e documentais. Meta XVI - Preservar 700.000 (setecentos mil) acervos históricos, administrativos e artísticos, par ao fortalecimento do patrimônio. Meta XVII - Desenvolver os acervos - 5.602 itens dos acervos (produção, aquisição por compra, doação). Meta XVIII - Digitalizar 350.700 (trezentos e cinquenta mil e setecentos) acervos. Meta XIX - Tratar tecnicamente 44.978 (quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e oito) documentos do acervo. Meta XX - Participar de 17 (dezessete) bancas de defesa de trabalhos de conclusão, monografias, dissertações ou teses. Meta XXI - Ampliar em 10% o número de acesso à conteúdos da Diretoria de Pesquisas Sociais na internet, em relação ao ano de 2021. Meta XXII - Participar de 3 (três) comissões julgadoras de Concurso/Prêmio/Cooperação cinetífica e cultural. Meta XXIII - Oferecer dois cursos stricto sensu. Meta XXIV- Oferecer três cursos lato sensu. Meta XXV 0- Submeter à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES projeto de mestrado acadêmico em políticas públicas em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO RICARDO ACCIOLY CAMPOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.637, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) Pró-Reitor(a) Adjunto de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.007889/2021-86; resolve:

Art. 1º.Prorrogar por um ano, contado a partir de 21 de Setembro de 2022, a validade do Processo Seletivo realizado para Professor Substituto, para a área de Economia: Métodos Quantitativos, do Departamento de Economia (DEECO) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), de que trata o Edital PROGEP nº 52/2021, cujo resultado foi homologado pela Portaria PROGEP nº 1406 de 13 de Setembro de 2021.

ISABELA PERUCCI ESTEVES FAGUNDES

PORTARIA Nº 1.640, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) Pró-Reitor(a) Adjunto de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.008304/2021-45; resolve:

Art. 1º. Prorrogar por um ano, contado a partir de 21 de Setembro de 2022, a validade do Processo Seletivo realizado para Professor Substituto, para a área de: Teoria Econômica: Macroeconomia, do Departamento de Economia (DEECO) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), de que trata o Edital PROGEP nº 55/2021, cujo resultado foi homologado pela Portaria PROGEP nº 1389 de 08 de Setembro de 2021.

ISABELA PERUCCI ESTEVES FAGUNDES

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 9.191, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE e O SUPERINTENDENTE DE AÇÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas respectivamente os Art. 35, inciso VII, e o art. Art. 36, inciso II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016,

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 21; e

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 00066.011894/2022-12, resolvem:

Art. 1º Tornar pública a suspensão cautelar da venda de artigos aeronáuticos pela H8ALS Indústria Aeronáutica LTDA. para pessoas que não sejam detentoras de uma aprovação de produção emitida pela ANAC segundo o RBAC nº 21.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO
Superintendente de Aeronavegabilidade

CLÁUDIO BESCHIZZA IANELLI
Superintendente de Ação Fiscal

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 9.020, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00058.047210/2022-10, resolve:

Art. 1º Excluir o Aeródromo Privado abaixo do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Fernando João Pereira dos Santos Filho;
II - código identificador de aeródromo - CIAD: PE0017;
III - município (UF): Brejo da Madre de Deus (PE);
IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 08° 09' 28'' S / 036° 10' 54'' W.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 124/SIA, de 25 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2011, Seção 1, página 21.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.164, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.031695/2022-31, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Cachoeira Preta;
II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0189;
III - município (UF): Água Clara (MS);
IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20° 01' 17'' S / 053° 12' 58'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2157/SIA de 11 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2012, Seção 1 Página 7.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.178, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.029515/2022-51, resolve:

Art. 1º Inscrever o Heliponto privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Pontal de Jaguaripe;
II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0423;
III - município (UF): Jaguaripe (BA);
IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 13° 06' 48'' S / 038° 52' 31'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.181, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1.422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.039618/2022-29, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: FPSO Fluminense;
II - Indicador de localidade: 9PFL;
III - Indicativo de chamada da EPTA: FPSO Fluminense;
IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Flutuante;
V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;
VI - Altitude em relação ao nível do mar: 29,83 metros;
VII - Resistência do pavimento: 10 toneladas;
VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 19,5 metros;
IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;
X - Classe: 1;
XI - Categoria: H2; e
XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 26 de setembro de 2025.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 3.292/SIA, de 23 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 29 de outubro de 2019, Seção 1, página 51.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 9.190, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL no uso das atribuições que lhes conferem o Art. 8º da Portaria nº 4.919/SPO, de 30 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC n°91 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.031651/2022-08, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da Especificações Operativas (EO), emitido em 19 de março de 2019, emitidas em favor da sociedade empresária Eagle Servicos Aereos Especializados ltda, CNPJ 30.264.314/0001-62.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

PORTARIA Nº 9.194, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL no uso das atribuições que lhes conferem o Art. 8º da Portaria nº 4.919/SPO, de 30 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC n°135 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.002025/2022-05, resolve:

Art. 1º Tornar Pública a revisão 03 do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2011-08-4CNM-01-03, emitido em 13 de setembro de 2022, em favor da sociedade empresária SPCTA TÁXI AÉREO LTDA, CNPJ - 11.105.172/001-46.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIA Nº 9.128, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022 (*)

Altera a Portaria nº 764/SAS, de 11 de março de 2019.

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32, incisos II, V, VII e XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 39 da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, e 1º, § 3º, da Instrução Normativa nº 121, de 4 de maio de 2018, e na Portaria nº 697, de 28 de fevereiro de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00058.008426/2019-64, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 764/SAS, de 11 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março 2019, Seção 1, página 39, que dispõe sobre o uso do sistema de solução alternativa de conflitos Consumidor.gov.br pelos transportadores sujeitos à Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013, e à Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º O transportador deverá informar código classificador, conforme as especificações elencadas e exemplificadas nos anexos desta Portaria, para as manifestações registradas no Consumidor.gov.br, dentro do prazo para sua resposta final ao consumidor.

.....

§ 2º A informação dos dados ou a sua retificação deverá ser feita obrigatoriamente por meio do sistema Portal de Classificação das Reclamações dos Consumidores.

§ 3º O descumprimento pelo transportador do disposto neste artigo configurará as infrações previstas nos itens FDI-VI e RFL-V da Tabela CBA art. 299 do Anexo II da Resolução nº 472, de 6 de junho de 2018." (NR)

"Art. 4º O cadastramento de profissionais com permissão de acesso de usuário administrador ao sistema de que trata o art. 3º, § 2º, desta Portaria deverá ser solicitado por meio de documento devidamente assinado pelo representante legal da empresa, destinado à GCON, contemplando as seguintes informações de cada usuário:

I - nome completo;

II - conta no sistema;

III - telefone para contato;

IV - endereço de correio eletrônico; e

V - empresa aérea à qual o usuário informará os dados.

§ 1º O transportador que seja ativado no Consumidor.gov.br após a entrada em vigor desta Portaria terá 2 (dois) dias úteis, contados da data de sua ativação, para designar seus interlocutores com permissão de acesso de usuário administrador.

§ 2º Alterações das permissões de acessos de usuários administradores deverão observar os mesmos procedimentos definidos neste artigo.

§ 3º Os usuários administradores são responsáveis pelas inclusões, alterações e exclusões dos demais usuários com perfil de acesso comum de cada empresa aérea.

§ 4º O descumprimento pelo transportador do disposto neste artigo configurará as infrações previstas nos itens FDI-VI e RFL-V da Tabela CBA art. 299 do Anexo II da Resolução nº 472, de 2018." (NR)

Parágrafo único. Ficam incluídos os Anexos I, II, e III na Portaria nº 764/SAS, de 2019, na forma dos Anexos desta Portaria.

Art. 2º Ficam revogados:

I - o § 5º do art. 4º da Portaria nº 764/SAS, de 11 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março 2019, Seção 1, página 39; e

II - a Portaria nº 867/SAS, de 21 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2019, Seção1, página 27.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

ANEXO I

ANEXO I À PORTARIA Nº 764/SAS, DE 11 DE MARÇO DE 2019

ESPECIFICAÇÕES DO CÓDIGO CLASSIFICADOR		
Sequencial	Descrição	Instruções de preenchimento
1	Abertura	Preencher com XXX.
2	Atendimento	Preencher com S, caso haja reclamação sobre o atendimento* da empresa aérea; N, caso não haja.
3	Avaliação	Na avaliação da empresa aérea, preencher com P, caso a reclamação seja procedente; I, caso seja improcedente; M, caso seja parcialmente procedente; N, caso a empresa aérea opte por não informar a sua avaliação.
4	Local 1	Designador IATA de 3 caracteres do aeroporto em que ocorreu o problema reclamado. Se o problema não ocorreu em um aeroporto, preencher W para ocorrências no website da empresa aérea; A, no aplicativo mobile; T, no atendimento telefônico; L, em loja própria fora do aeroporto; G, em agência de turismo; O, em outro local.
5	Operação 1	Preencher D, caso a operação seja doméstica; I, caso internacional; N, caso não conhecida/não aplicável.
6	Operador 1	Preencher P tratando-se de voo operado pela própria empresa aérea; tratando-se de voo operado por empresa aérea terceira, preencher o respectivo designador IATA de 2 caracteres; N, caso não conhecido/não aplicável.
7	Assuntos 1	Código(s) correspondente(s) aos assuntos relacionados ao Local 1, à Operação 1 e ao Operador 1.
8	...	Repetição do grupo sequencial Local, Operação, Operador e Assuntos, caso necessário, até o limite de cinco grupos (Local 5, Operação 5, Operador 5 e Assuntos 5).
9	Encerramento	Preencher com XXX.
Separadores	;	Entre cada sequencial, exceto após a abertura e antes do encerramento, preencher com ";".
	/	Entre cada código de assunto, preencher com "/".
*Isto é, em relação ao atendimento eventualmente prestado pela empresa aérea antes do registro da reclamação no Consumidor.gov.br, se houve reclamação do consumidor de que não conseguiu atendimento, de que o atendimento foi demorado, descortês, ou nele foram repassadas informações incompletas ou erradas.		

ANEXO II

ANEXO II À PORTARIA Nº 764/SAS, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

CÓDIGOS DOS ASSUNTOS			
Tema	Subtema	Assunto	Código
Oferta e compra	Informações durante a compra da passagem	Apresentação do valor da passagem	0105
		Regras e multas para no-show, cancelamento, remarcação e reembolso	0110
		Tempo de conexão e eventual troca de aeroportos	0115
		Procedimentos e horário de embarque	0120
		Prazo de validade da passagem	0125
		Outras informações durante a compra da passagem	0199
	Informações durante a compra de bagagens	Apresentação do valor da bagagem de mão	0205
		Regras e multas da bagagem de mão	0210
		Apresentação do valor da bagagem despachada	0215
		Regras e multas da bagagem despachada	0220
		Regras de itens frágeis	0225
		Apresentação do valor da bagagem especial	0230
		Regras e multas da bagagem especial	0235
		Itens proibidos	0240
		Declaração especial de valor	0245
		Outras informações durante a compra de bagagens	0299
	Informações durante a compra de itens opcionais	Apresentação do valor da marcação de assentos	0305
		Regras e multas da marcação de assentos	0310
		Regras de alocação de criança e responsável em assentos	0315
		Apresentação do valor do serviço de acompanhamento de menor	0320
		Regras e multas no serviço de acompanhamento de menor	0325
		Apresentação do valor de seguro viagem	0330
		Regras e multas do seguro viagem	0335
		Apresentação do valor de alimentação a bordo	0340

		Regras e multas da alimentação a bordo	0345
		Apresentação do valor da Internet/Wi-Fi a bordo	0350
		Regras e multas da Internet/Wi-Fi a bordo	0355
		Apresentação do valor do entretenimento a bordo	0360
		Regras e multas do entretenimento a bordo	0365
		Apresentação do valor do transporte de animais	0370
		Regras e multas do transporte de animais	0375
		Apresentação do valor do transporte de cargas	0380
		Regras e multas do transporte de cargas	0385
		Apresentação do valor de outros itens opcionais	0398
		Regras e multas de outros itens opcionais	0399
	Preços praticados	Passagem	0405
		Bagagem de mão	0410
		Bagagem despachada	0415
		Bagagem especial	0420
		Declaração especial de valor	0425
		Marcação de assentos	0430
		Serviço de acompanhamento de menor	0435
		Seguro viagem	0440
		Alimentação a bordo	0445
		Internet/Wi-Fi a bordo	0450
		Entretenimento a bordo	0455
		Transporte de animais	0460
		Transporte de cargas	0465
		Outros itens opcionais	0499
	Comprovante de passagem	Não recebimento do comprovante	0505
		2ª via do comprovante	0510
		Informações apresentadas no comprovante	0515
		Outros problemas com o comprovante	0599
	Cancelamento da compra da passagem pela empresa aérea		0600
	Funcionamento dos canais de comercialização	Dificuldade em acessar o canal	0705
		Dificuldade em concluir a compra	0710
	Outros problemas durante a compra	Reserva não localizada	0905
		Promoções	0910
		Compra não reconhecida pelo consumidor	0915
		Cobrança em duplicidade	0920
		Divergência do valor cobrado	0925
		Divergência no parcelamento	0930
		Estorno	0935
		Nota fiscal	0940
		Outros	0999
Alteração pelo passageiro	Desistência da compra em 24 horas (art. 11, Resolução ANAC nº 400)		1100
	Desistência da compra em 7 dias (art. 49, Código de Defesa do Consumidor)		1200
	Cancelamento automático do retorno (não comparecimento na ida)		1300
	Multas contratuais		1400
	Diferença tarifária	Diferença da tarifa aérea	1505
		Diferença da tarifa aeroportuária	1510
	Correção de nome na passagem		1600
	Troca de titularidade da passagem		1700
	Funcionamento dos canais para alterações contratuais	Dificuldade em acessar o canal	1805
		Dificuldade em alterar ou corrigir dados (exceto o nome do passageiro)	1810
		Dificuldade em remarcar o voo	1815
		Dificuldade em solicitar o reembolso	1820
		Outros problemas nos canais para alterações contratuais	1899
Alteração pela empresa aérea	Aviso de alterações ou cancelamentos programados	Não houve aviso	2105
		Aviso com menos de 72 horas de antecedência da data do voo	2110
	Alternativas em alterações ou cancelamentos programados (reacomodação, reembolso integral ou outra modalidade de transporte)	Não foi ofertada reacomodação	2205
		Não foi ofertado reembolso integral	2210
		Não foi ofertada execução por outra modalidade de transporte	2215
		Não foi ofertada nenhuma das alternativas anteriores	2220
		Discorda das alternativas de reacomodação	2225
		Retorno ao aeroporto de origem	2230
		Falha na execução por outra modalidade de transporte	2235
	Assistência material (comunicação, alimentação, hospedagem e traslado)	Comunicação	2305
		Alimentação	2310
		Hospedagem	2315
		Hospedagem PNAE	2320
		Traslado	2325
		Traslado PNAE	2330
		Não foi ofertada nenhuma das assistências anteriores	2335
	Outros problemas na alteração pela empresa aérea	Pedido de indenização por danos	2905
		Outros	2999
Execução do voo	Problemas com check-in e embarque	Dificuldade em realizar o check-in	3105
		Documentação não aceita para embarque	3110
		Embarque negado por atraso do passageiro	3115
		Embarque negado pelas condições de saúde do passageiro	3120
		Lista de espera	3125
		2ª via do cartão de embarque	3130
		Raios-x e imigração	3135
		Mudança de portão	3140
		Chamada para embarque	3145
		Qualidade dos avisos de som	3150
		Problemas com a infraestrutura do aeroporto	3155
		Outros problemas durante o check-in e embarque	3199
	Comunicação no aeroporto aos passageiros sobre atrasos, cancelamentos, interrupção do serviço ou preterição	Ausência, demora ou insuficiência das informações	3205
		Atualização das informações	3210
		Informação por escrito	3215
	Alternativas em atrasos, cancelamentos, interrupção do serviço ou preterição (reacomodação, reembolso integral ou outra modalidade de transporte)	Não foi ofertada reacomodação	3305
		Não foi ofertado reembolso integral	3310
		Não foi ofertada execução por outra modalidade de transporte	3315
		Não foi ofertada nenhuma das alternativas anteriores	3320
		Discorda das alternativas de reacomodação	3325
		Retorno ao aeroporto de origem	3330
		Falha na execução por outra modalidade de transporte	3335
	Assistência material (comunicação, alimentação, hospedagem e traslado)	Comunicação	3405
		Alimentação	3410
		Hospedagem	3415

		Hospedagem PNAE	3420
		Traslado	3425
		Traslado PNAE	3430
		Não foi ofertada nenhuma das assistências anteriores	3435
	Compensação negociada ou por preterição (negativa de embarque)	Discorda da preterição	3505
		Discorda do valor da compensação	3510
		Discorda da forma de pagamento da compensação	3515
		Ausência ou demora no pagamento da compensação	3520
	Outros problemas na execução do voo	Alocação de criança e responsável em assentos	3905
		Decolagem	3910
		Voo	3915
		Pouso	3920
		Estado de conservação da aeronave	3925
		Demora para desembarque	3930
		Tempo de conexão	3935
		Transporte entre aeroportos	3940
		Pedido de indenização por danos	3945
		Outros	3999
Transporte de bagagem	Extravio da bagagem despachada	Dificuldade em registrar o extravio	4105
		Demora na devolução da bagagem extraviada	4110
		Ressarcimento de despesas ao passageiro que estiver fora do seu domicílio	4115
		Indenização da bagagem não localizada	4120
		Restituição do valor pago pelo transporte da bagagem não localizada	4125
	Avaria da bagagem despachada	Dificuldade em registrar a avaria	4205
		Reparo ou substituição da bagagem avariada	4210
		Indenização da bagagem avariada	4215
	Violação da bagagem despachada	Dificuldade em registrar a violação	4305
		Indenização da bagagem violada	4310
	Outros problemas com a bagagem despachada	Dificuldade em utilizar a franquia contratada	4405
		Bagagem fora dos padrões (nº de volumes, dimensão, peso)	4410
		Dificuldade ou negativa de realizar declaração especial de valor	4415
		Negativa de transporte da bagagem por seu conteúdo ou características especiais	4420
		Demora no despacho	4425
		Demora na restituição da bagagem no desembarque	4430
		Outros	4499
	Problemas com a bagagem de mão	Dificuldade em utilizar a franquia contratada	4505
		Bagagem fora dos padrões (nº de volumes, dimensão, peso)	4510
		Necessidade de despacho da bagagem de mão durante o embarque	4515
		Acomodação a bordo	4520
		Outros	4599
Reembolso	Valor do reembolso	Reembolso decorrente de alteração da passagem pelo passageiro	5105
		Reembolso decorrente de alteração ou cancelamento programados pela empresa aérea	5110
		Reembolso decorrente de atrasos, cancelamentos, interrupção do serviço ou preterição	5115
	Devolução da tarifa de embarque		5200
	Prazo de reembolso		5300
	Reembolso em créditos (informações, validade, utilização)	Informações sobre regras e validade dos créditos	5405
		Não concorda com o reembolso em créditos	5410
		Dificuldade em utilizar os créditos	5415
Assistência ao PNAE	Procedimentos prévios à viagem	Atendimento prioritário	6105
		Questionamento ao PNAE sobre assistências especiais necessárias	6110
		MEDIF/documento médico	6115
		FREMEC	6120
		Desconto na cobrança de assento adicional necessário ao PNAE	6125
		Desconto na cobrança de excesso de bagagem para ajuda técnica ou equipamento médico	6130
		Outros problemas relacionados a procedimentos prévios à viagem	6199
	Assistência durante a viagem	Atendimento prioritário	6205
		Assistência no check-in e despacho de bagagem	6210
		Assistência no deslocamento do balcão de check-in até a aeronave	6215
		Assistência no embarque	6220
		Assistência na acomodação no assento na aeronave	6225
		Assistência na acomodação da bagagem de mão na aeronave	6230
		Assistência no desembarque	6235
		Assistência no deslocamento até a área de restituição de bagagem	6240
		Assistência no recolhimento da bagagem despachada	6245
		Assistência nos controles de fronteira e de segurança	6250
		Assistência na saída da área de desembarque e acesso à área pública	6255
		Assistência na transferência ou conexão entre voos	6260
		Condução às instalações sanitárias	6265
		Outros problemas na assistência durante a viagem	6299
	Ajudas técnicas e equipamentos médicos	Transporte gratuito de ajuda técnica	6305
		Extravio ou avaria de ajuda técnica ou de equipamento médico	6310

		Outros problemas com ajudas técnicas e equipamentos médicos	6399
	Acompanhante		6400
	Cão-guia		6500
	Designação de assentos e mecanismos de contenção	Disponibilidade de sistema de contenção para criança de colo	6605
		Disponibilidade de assento especial na aeronave	6610
		Disponibilidade de mecanismo de retenção adicional	6615
		Outros problemas com designação de assentos e mecanismos de contenção	6699
	Outros problemas enfrentados pelo PNAE		6900
Utilização de itens opcionais	Marcação de assentos		7100
	Serviço de acompanhamento de menor		7200
	Seguro viagem		7300
	Alimentação a bordo		7400
	Internet/Wi-Fi a bordo		7500
	Entretenimento a bordo		7600
	Transporte de animais		7700
	Transporte de cargas		7800
	Outros itens opcionais		7900
Programas de fidelidade			8000
Outros	Passageiro indisciplinado		9100
	Declaração de embarque		9200
	Outros		9900

ANEXO III

ANEXO III À PORTARIA Nº 764/SAS, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

EXEMPLOS	
Exemplo 1	
Texto fictício de reclamação	Compra de promoção de 3.000 (três mil) pontos a serem cobrados em cartão de crédito em parcelas de R$ 99,00 (noventa e nove reais), sendo descontado desde dezembro de 2018. Até a presente data, nada foi creditado em minha conta. Após inúmeros telefonemas, só obtenho como resposta que o meu caso está "sendo analisado para tratativa". Na data de hoje, mais uma vez, fiz contato e a resposta é a mesma, enquanto continuam sendo cobradas as parcelas no cartão. Quero a devolução dos valores descontados em minha fatura do cartão de crédito desde janeiro de 2019.
Abertura	XXX
Atendimento	Sim, há reclamação sobre o atendimento - S
Avaliação	Improcedente - I
Local 1	Atendimento telefônico - T
Operação 1	Não conhecida/não aplicável - N
Operador 1	Não conhecido/não aplicável - N
Assuntos 1	Tema: Programas de fidelidade - 8000
Encerramento	XXX
Código classificador	XXXS;I;T;N;N;8000XXX
Exemplo 2	
Texto fictício de reclamação	Bom dia! Lá em Congonhas, vocês se prontificaram a realizar o reembolso do voo que cancelaram e até hoje não é possível visualizar na fatura de meu cartão de crédito o pagamento. Aguardo o ressarcimento e gostaria de saber se foi realmente realizado.
Abertura	XXX
Atendimento	Não há reclamação sobre o atendimento - N
Avaliação	Parcialmente procedente - M
Local 1	Aeroporto - CGH
Operação 1	Doméstica - D
Operador 1	Própria empresa aérea - P
Assuntos 1	Tema: Reembolso Subtema: Prazo de reembolso - 5300
Encerramento	XXX
Código classificador	XXXN;M;CGH;D;P;5300XXX
Exemplo 3	
Texto fictício de reclamação	Meu voo de Guarulhos para Nova York atrasou por mais de cinco horas e não deram nada pra gente comer enquanto esperávamos, nem ofereceram pra voar outro dia. Não bastasse isso, quando chegamos a Nova York e fomos pegar nossas malas, elas estavam totalmente destruídas e não tinha ninguém para fazer o registro do problema. Como isso fica, vão consertar as malas?
Abertura	XXX
Atendimento	Sim, há reclamação sobre o atendimento - S
Avaliação	A empresa aérea optou por não informar a sua avaliação - N
Local 1	Aeroporto - GRU
Operação 1	Internacional - I
Operador 1	Própria empresa aérea - P
Assuntos 1	Tema: Execução do voo Subtema: Assistência material (comunicação, alimentação, hospedagem e traslado) Assunto: Alimentação - 3410 Tema: Execução do voo Subtema: Alternativas em atrasos, cancelamentos, interrupção do serviço ou preterição (reacomodação, reembolso integral ou outra modalidade de transporte) Assunto: Não foi ofertada reacomodação - 3305
Local 2	Aeroporto - JFK
Operação 2	Internacional - I
Operador 2	Empresa aérea terceira - XX
Assuntos 2	Tema: Transporte de bagagem Subtema: Avaria da bagagem despachada Assunto: Dificuldade em registrar a avaria - 4205
Encerramento	XXX
Código classificador	XXXS;N;GRU;I;P;3410/3305;JFK;I;XX;4205XXX

(*) Republicado por conter erros no original publicado no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2022, Seção 1, página 155.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO

DELIBERAÇÃO Nº 5, DE 15 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 50300.000318/2020-36. Fiscalizado: ZPORT APOIO PORTUÁRIO LTDA., CNPJ nº 21.567.030/0001-54. Objeto e Fundamento Legal: O Gerente de Apoio Técnico (GAT), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 58-A do Regimento Interno, decide pela subsistência do Auto de Infração nº 4325-7 (SEI 1024854) lavrado em face da empresa; aplicação da penalidade de multa no valor de R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), pelo cometimento da infração tipificada no art. 27, inciso IV, da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ; e dar conhecimento à setorial de outorgas acerca dos autos, considerando a necessidade de análise prévia da adequação das embarcações a serem futuramente incluídas nas frotas das EBNs.

FÁBIO QUEIROZ FONSECA
Gerente de Apoio Técnico

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 137, DE 17 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.004931/2021-11, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa IRMÃOS GÓES INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA., CNPJ nº 14.542.161/0001-11, constante no Termo de Autorização nº 935-ANTAQ, de 8 de março de 2013.

Art. 2º A extinção da autorização em tela não exime a empresa de eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 3º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 874, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objetos da modificação operacional constam da Licença Operacional - LOP de nº 54; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.161272/2022-36, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da REAL EXPRESSO LTDA., CNPJ nº 25.634.551/0001-38, para a implantação do Terminal Rodoviário de Aparecida de Goiânia (GO) e do Terminal Rodoviário de Osasco (SP), como terminais adicionais, para a realização de embarque e desembarque de passageiros na linha ANÁPOLIS (GO) - SÃO PAULO (SP), via CALDAS NOVAS (GO), prefixo 12-0655-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 876, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de operação simultânea constam da Licença Operacional - LOP de nº 98; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.144262/2022-36, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da VIAÇÃO OURO E PRATA S/A., CNPJ nº 92.954.106/0001-42, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais PORTO ALEGRE (RS) - SANTARÉM (PA), prefixo nº 10-0019-00, e CUIABÁ (MT) - SANTARÉM (PA), prefixo nº 11-0083-00, no trecho de CUIABÁ (MT) para SANTARÉM (PA).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 877, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 48; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.165362/2022-04, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA UNIDA MANSUR & FILHOS LTDA., CNPJ nº 21.566.120/0001-20, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha UBÁ (MG) - RIO DE JANEIRO (RJ), prefixo nº 06-0185-00; e

II - implantar a linha UBÁ (MG) - RIO DE JANEIRO (RJ), prefixo nº 06-0185-60, com as seções de TOCANTINS (MG) e RIO POMBA (MG) para RIO DE JANEIRO (RJ).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 878, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 114; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.134767/2022-92, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EXPRESSO TRANSPORTE TURISMO LTDA., CNPJ nº 05.263.312/0001-01, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha UBERLÂNDIA (MG) - RIBEIRÃO PRETO (SP), prefixo 06-0553-60, com as seguintes seções:

I - de IGARAPAVA (SP), ITUVERAVA (SP), ORLÂNDIA)SP) e SÃO JOAQUIM DA BARRA (SP) para UBERABA (MG) e UBERLÂNDIA (MG); e

II - de UBERABA (MG) para RIBEIRÃO PRETO (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 879, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.176578/2022-97, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha MACEIÓ (AL) - RIO DE JANEIRO (RJ), prefixo nº 20-0020-00; e

II - implantar a linha MACEIÓ (AL) - RIO DE JANEIRO (RJ), prefixo nº 20-0020-60, com as seguintes seções:

a) de MACEIÓ (AL) para ITABUNA (BA), EUNAPOLIS (BA), VITÓRIA (ES) e CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ);

b) de PORTO REAL DO COLEGIO (AL), PROPRIA (SE), CRUZ DAS ALMAS (BA), SANTO ANTONIO DE JESUS (BA) para RIO DE JANEIRO (RJ); e

c) de UBAITABA (BA), ITABUNA (BA), EUNAPOLIS (BA) e TEIXEIRA DE FREITAS (BA) para CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ) e RIO DE JANEIRO (RJ).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 880, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objetos da modificação operacional constam da Licença Operacional - LOP de nº 54; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.162044/2022-83, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da REAL EXPRESSO LTDA., CNPJ nº 25.634.551/0001-38, para a implantação do Terminal Rodoviário de Aparecida de Goiânia (GO) e do Terminal Rodoviário de Osasco (SP), como terminais adicionais, para a realização de embarque e desembarque de passageiros na linha GOIÂNIA (GO) - SÃO PAULO (SP), via CALDAS NOVAS (GO), prefixo 12-0479-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 881, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 51; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.173216/2022-44, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, CNPJ nº 23.542.573/0001-42, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha RIO DE JANEIRO (RJ) - SÃO SEBASTIÃO (SP), prefixo 07-0224-60, com as seguintes seções:

I - de RESENDE (RJ) e VOLTA REDONDA (RJ) para APARECIDA (SP), SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), TAUBATÉ (SP); e

II - de RIO DE JANEIRO (RJ) para APARECIDA (SP), CARAGUATATUBA (SP), SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), TAUBATÉ (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 882, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 54; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.166121/2022-74, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da REAL EXPRESSO LTDA, CNPJ nº 25.634.551/0001-38, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha GOIÂNIA (GO) - SANTOS (SP), prefixo 12-0697-60, com as seguintes seções:

I - de GOIÂNIA (GO) para UBERLÂNDIA (MG), CAMPINAS (SP) e SÃO PAULO (SP); e

II - de UBERLÂNDIA (MG) para CAMPINAS (SP), SÃO PAULO (SP), SANTOS (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 883, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de operação simultânea constam da Licença Operacional - LOP de nº 036; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.146758/2022-44, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais ALMENARA (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixos nºs 06-0153-00 e 06-0153-61, e CARAÍ (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 06-0543-00, no trecho compreendido entre TEÓFILO OTONI (MG) - SÃO PAULO (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 884, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de seção constam da Licença Operacional - LOP de nº 98; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.172137/2022-16, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da VIAÇÃO OURO E PRATA S/A., CNPJ nº 92.954.106/0001-42, para modificar a prestação do serviço com a implantação da seção de PORTO UNIÃO (SC) para CURITIBA (PR), na linha CURITIBA (PR) - SANTA ROSA (RS), prefixo nº 09-0323-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 885, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de seção constam da Licença Operacional - LOP de nº 63; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.173977/2022-04, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S/A., CNPJ nº 32.285.454/0001-42, para modificar a prestação do serviço com a implantação da seção PARAÍBA DO SUL (RJ) - SÃO PAULO (SP), na linha VIÇOSA (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo 06-0018-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 258, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DLL - 018, de 12 de setembro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.032902/2021-85, delibera:

Art. 1º Aprovar a 6ª Revisão Ordinária, a 9ª Revisão Extraordinária e o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP aplicável ao trecho concedido da BR-163/MT, explorado pela Concessionária Rota do Oeste S/A - CRO, com base nas seguintes alterações:

I - alteração da Tarifa Básica de Pedágio quilométrica contratual de R$ 0,02917 para R$ 0,02915;

II - alteração da Tarifa Básica de Pedágio quilométrica acumulada nos diversos Fluxos de Caixa Marginais de R$ 0,00449 para R$ 0,00382;

III - aplicação do Índice de Reajustamento Tarifário - IRT, de 1,69076, sobre a Tarifa Básica de Pedágio, que representa o percentual positivo de 8,99% (oito inteiros e noventa e nove por cento), correspondente à variação do IPCA no período;

IV - aplicação do desconto de reequilíbrio de 32,46053%, sobre a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica contratual, correspondente ao Fator D;

V - aplicação do Fator Q de 0,00%;

VI - aplicação do Fator X de 0,00%, e

VII - aplicação do Fator C negativo de R$ 1,29613 na Tarifa de Pedágio reajustada.

Art. 2º Alterar, em consequência, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 06 de setembro de 2021, a Tarifa de Pedágio, após o arredondamento, nas praças de pedágio P1, em Itiquira/MT, P2, em Rondonópolis/MT, P3, em Campo Verde/Santo Antônio de Leverger/MT, P4, em Cuiabá/Santo Antônio de Leverger/MT, P5, em Acorizal/MT, P6, em Diamantino/MT, P7, em Nova Mutum/MT, P8, em Lucas do Rio Verde/MT, P9, em Sorriso/MT, na forma da seguinte tabela:

Categoria de Veículo	Valores a serem Praticados (R$)								
	P1	P 2	P 3	P 4	P5	P6	P7	P8	P9
1	2,20	2,70	1,90	1,90	3,00	2,30	1,60	2,50	4,10

Art. 3º Em virtude da Ordem Processual nº 6, com a decisão do Juiz Arbitral, no âmbito do Procedimento Arbitral CCI 23960/GSS/PFF, de que não deve ocorrer descontos tarifários relacionados aos eventos e pleitos discutidos na referida arbitragem, suspender a eficácia dos artigos 1º e 2º, e aprovar as seguintes alterações:

I - alteração da Tarifa Básica de Pedágio quilométrica contratual de R$ 0,02917 para R$ 0,02915;

II - alteração da Tarifa Básica de Pedágio quilométrica acumulada nos diversos Fluxos de Caixa Marginais de R$ 0,00449 para R$ 0,00431;

III - aplicação do Índice de Reajustamento Tarifário - IRT, de 1,69076, sobre a Tarifa Básica de Pedágio, que representa o percentual positivo de 8,99% (oito inteiros e noventa e nove centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período;

IV - aplicação do desconto de reequilíbrio de 0,00%, sobre a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica contratual, correspondente ao Fator D;

V - aplicação do Fator Q de 0,00%;

VI - aplicação do Fator X de 0,00%; e

VII - aplicação do Fator C negativo de R$ 0,23313 na Tarifa de Pedágio reajustada.

Art. 4º Alterar, em consequência, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 6 de setembro de 2021, a Tarifa de Pedágio, após o arredondamento, nas praças de pedágio P1, em Itiquira/MT, P2, em Rondonópolis/MT, P3, em Campo Verde/Santo Antônio de Leverger/MT, P4, em Cuiabá/Santo Antônio de Leverger/MT, P5, em Acorizal/MT, P6, em Diamantino/MT, P7, em Nova Mutum/MT, P8, em Lucas do Rio Verde/MT, P9, em Sorriso/MT, na forma do "Quadro 11: Tabela de Tarifas" da Nota Técnica - ANTT 4543 (SEI Nº 12418244).

Art. 5º Ficam prejudicados ou indeferidos os pedidos formulados pela Concessionária Rota do Oeste S/A - CRO não contemplados na revisão de que trata esta Deliberação, na forma das manifestações técnicas e jurídicas constantes dos autos.

Art. 6º Postergar o impacto tarifário decorrente desta deliberação, considerando o Decreto nº 11.122, de 6 de julho de 2022, que qualificou, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, o empreendimento público federal da Rodovia BR-163/MT, no trecho entre a divisa dos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul e o entroncamento com a Rodovia MT-220, explorado pela Concessionária Rota do Oeste S/A - CRO, para fins de relicitação.

Ar.t 7º Determinar que os efeitos recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato sejam considerados em sede de Haveres e Deveres, mantendo a Tarifa de Pedágio, a ser praticada, nas praças de pedágio P1, em Itiquira/MT, P2, em Rondonópolis/MT, P3, em Campo Verde/Santo Antônio de Leverger/MT, P4, em Cuiabá/Santo Antônio de Leverger/MT, P5, em Acorizal/MT, P6, em Diamantino/MT, P7, em Nova Mutum/MT, P8, em Lucas do Rio Verde/MT, P9, em Sorriso/MT, na forma da tabela em anexo.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

Tabela

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)								
					Praça 1	Praça 2	Praça 3	Praça 4	Praça 5	Praça 6	Praça 7	Praça 8	Praça 9
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	4,50	5,10	4,10	4,10	5,50	4,60	3,70	4,80	7,00
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	9,00	10,20	8,20	8,20	11,00	9,20	7,40	9,60	14,00
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	6,75	7,65	6,15	6,15	8,25	6,90	5,55	7,20	10,50
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	13,50	15,30	12,30	12,30	16,50	13,80	11,10	14,40	21,00

5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	9,00	10,20	8,20	8,20	11,00	9,20	7,40	9,60	14,00
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	18,00	20,40	16,40	16,40	22,00	18,40	14,80	19,20	28,00
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	22,50	25,50	20,50	20,50	27,50	23,00	18,50	24,00	35,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	27,00	30,60	24,60	24,60	33,00	27,60	22,20	28,80	42,00
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Dupla	0,5	2,25	2,55	2,05	2,05	2,75	2,30	1,85	2,40	3,50
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	Dupla	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DELIBERAÇÃO Nº 259, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 083, de 12 de setembro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.031773/2021-16, delibera:

Art. 1º Deferir o parcelamento de débitos requerido pela empresa Paraibuna Transportes Ltda, CNPJ nº 20.448.221/0001-34, nas seguintes condições:

I - valor total do débito: R$ 135.965,38 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos); e

II - quantidade de parcelas: 60 (sessenta) parcelas.

Parágrafo único. Os valores das parcelas deverão ser fixados de acordo com o art. 12 da Resolução nº 5.830, de 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 260, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 084, de 12 de setembro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.342544/2015-78, delibera:

Art. 1º Extinguir, mediante cassação, o Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR nº 31, da empresa Viação Uberlândia Ltda, CNPJ nº 07.097.539/0001-50, por perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros - SUPAS que notifique a interessada acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento ao inciso II do art. 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 262, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DLL - 025, de 12 de setembro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.137963/2022-19, delibera:

Art. 1º Deferir o parcelamento de débitos requerido pela empresa Neuza Transportes e Turismo Ltda, CNPJ nº 08.408.420/0001-13, nas seguintes condições:

I - valor total do débito: R$ 300.322,59 (trezentos mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos); e

II - quantidade de parcelas: 60 (sessenta) parcelas.

§ 1º Em consonância com o disposto no art. 10, §§ 4º e 5º, da Resolução nº 5.830, de 10 de outubro de 2018, foi efetuado o pagamento do valor de R$ 4.844,31 (quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e um centavos).

§ 2º Os valores das demais parcelas deverão ser fixados de acordo com o art. 12 da Resolução nº 5.830, de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 263, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DLL - 027, de 12 de setembro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.141540/2022-01, delibera:

Art. 1º Declarar a perda de eficácia da Deliberação nº 82, de 18 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 264, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DLL - 026, de 12 de setembro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.097367/2022-99, delibera:

Art. 1º Aprovar a assinatura de Termo de Credenciamento entre esta Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a empresa Especializados Brasil - Cursos de Capacitação Profissional Ltda, CNPJ nº 44.229.922/0001-40, para a aplicação da prova de conhecimento eletrônica, com emissão de certificado, para comprovação da aprovação de Transportador Autônomo de Cargas - TAC e/ou Responsável Técnico - RT em curso específico estabelecida na Resolução nº 5.982, de 23 de junho de 2022.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 265, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentadas no Voto DCG - 003, de 8 de setembro de 2022 e no que consta do Processo nº 50500.126851/2022-32, delibera:

Art. 1º Deferir, com base na Resolução nº 5.830, de 10 de outubro de 2018, o parcelamento de débitos requerido por TSV Transportes Rápidos Ltda, CNPJ nº 00.634.453/0001-70, nas seguintes condições:

I - valor total do débito: R$ 92.873,75 (noventa e dois mil, oitocentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos); e

II - quantidade de parcelas: 60 (sessenta) parcelas.

§ 1º Em consonância com o disposto no art. 10, §§ 4º e 5º, da Resolução nº 5.830, de 2018, foi efetuado o pagamento do valor de R$ 1.349,61 (um mil trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos).

§ 2º Os valores das demais parcelas deverão ser fixados de acordo com o art. 12 da Resolução nº 5.830, de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 266, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCG - 001, de 8 de setembro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.333721/2015-25, delibera:

Art. 1º Extinguir, mediante cassação, a autorização para prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros da empresa Viação Goiânia Ltda, CNPJ nº 01.564.418/0001-94, por perda das condições indispensáveis ao cumprimento de seu objeto, com fundamento no art. 48 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 24 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e art. 5º da Resolução nº 4.987, de 8 de janeiro de 2016.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros que notifique a empresa Viação Goiânia Ltda dos termos desta decisão e sobre a extinção dos efeitos do Termo de Autorização de Serviços Regulares nº 79 e da Licença Operacional nº 9.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 267, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCG - 002, de 19 de setembro de 2022, e no que consta do processo nº 50500.048106/2022-45, delibera:

Art. 1º Aprovar a proposta de Termo de Recebimento Definitivo referente ao Contrato de Subconcessão da Rumo Malha Central S/A, a ser celebrado entre a ANTT, VALEC Engenharia, Construções e Ferrovia S/A e Rumo Malha Central S/A, nos termos dos anexos desta Deliberação disponibilizados no sítio eletrônico da ANTT: Anexo I - Minuta do Termo de Recebimento Definitivo, Anexo II - Inventário de Bens Reversíveis RMC, Anexo III - Invasões por Terceiros RMC e Anexo IV - Processos de Desapropriação RMC.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO SUROD Nº 295, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a implantação de passagem superior tipo viaduto ferroviário na rodovia BR-163/MT, sob concessão à Concessionária Rota do Oeste S.A - Interessado: Rumo S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.116928/2022-66, decide:

Art.1º Autorizar a implantação de Passagem Superior tipo Viaduto Ferroviário, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MT, sob concessão à Concessionária Rota do Oeste S.A., por meio de travessia no km 98+100m, no município de Rondonópolis/MT de interesse da Rumo S.A.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Rumo S.A. e a Concessionária Rota do Oeste S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - RUMO S.A.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 21S	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
PONTO 1	747.743,412		8.155.561,602	
PONTO 2	747.804,831		8.155.595,283	

Ministério da Justiça e Segurança Pública

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE INDULTO E ALTERNATIVAS PENAIS

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2021

No dia vinte e dois de julho do ano de dois mil e vinte e um, os membros da Comissão de Indulto e Alternativas Penais reuniram-se ordinariamente por meio de videoconferência. Participaram: a Presidente Salise Monteiro Sanchotene e os seguintes membros da comissão: Paulo Eduardo de Almeida Sorci, na qualidade de relator, Gustavo Emelau Marchiori, na qualidade de sub-relator, Juliana Zappalá Porcaro Bisol, Luiz Carlos Rezende e Santos, Ulysses de Oliveira Gonçalves Jr. e Walter Nunes da Silva Jr, além do Secretário Executivo do CNPCP, Rafael de Sousa Costa. A Presidente da Comissão, Conselheira Salise Monteiro Sanchotene, iniciou a reunião dando abertura aos trabalhos. Feitas as comunicações iniciais sobre a escolha do relator e do sub-relator e sobre as dificuldades de realização de audiência pública, o que seria mais indicado como preparação para o decreto do indulto, trazendo a ideia, conforme conversado com o Secretário Executivo do CNPCP, Rafael de Sousa Costa, de que no lugar seja realizada uma consulta pública, com prazo de publicação de 30 dias, oficiados determinados órgãos e divulgação mais ampla possível para a sociedade civil, coleta de sugestões, compilação do material obtido e elaboração de propostas pela comissão. Após, passou a palavra ao Conselheiro Relator, Paulo Eduardo de Almeida Sorci, que se manifestou de acordo com a realização da consulta pública e pontuou que seria benéfico já estabelecer um cronograma. Passada a palavra ao Conselheiro Sub-Relator, Gustava Emelau Marchiori, que igualmente manifestou acordo com a consulta pública. Ponderou, todavia, ser relator de outra comissão do CNPCP, sobre as PPPs, na qual há um farto material para análise, circunstância que poderá motivar conflito de pautas e reuniões, bem como implicar dificuldade de acompanhamento do cronograma desta comissão sobre o indulto. Aberta a palavra aos demais participantes, todos concordaram com a realização de consulta pública, com publicação do respectivo edital na segunda-feira 26/07/2021 e com reunião no final de agosto, após o decurso do prazo da publicação. Para a próxima reunião, foi acordado pelos integrantes o dia 1º de setembro de 2021, quarta-feira, às 10h. Sobre a audiência pública, o Conselheiro Ulysses de Oliveira Gonçalves Jr informou que foi relator da comissão do indulto do ano de 2019 e que realizaram consulta pública, com uma única reunião em Brasília, sendo baixo o comparecimento presencial, mas elevado o número de sugestões recebidas dos órgãos de execução. Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP, informou que para a audiência pública seriam oficiados os Tribunais de Justiça, o Ministério Público, Ministério Público Federal, os Tribunais Regionais Federais, o Conselho Penitenciário, a Secretaria de Administração Penitenciária, as Defensorias Públicas e Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, além dos Secretários de Estado; a publicidade para a sociedade civil no geral e as entidades de classe é feita por meio da área de comunicação social do Ministério da Justiça, após a publicação do chamamento no Diário Oficial da União, por meio dos canais de imprensa. O Conselheiro Ulysses de Oliveira Gonçalves Jr sugeriu atenção especial para os comandos das polícias militares dos Estados e da associação nacional dos agentes penitenciários, notadamente os que atuam nos presídios de segurança máxima, porque em projeto anterior formulou proposição de que seriam insuscetíveis de indulto os crimes praticados contra policiais militares e agentes penitenciários. O Conselheiro Walter Nunes da Silva Jr consultou sobre a diretriz da comissão de indulto, se será seguida a mesma ideia do último decreto do ano de 2020, sem ocasionar qualquer alteração mais profunda, mas fazendo uma visão crítica em relação ao atendimento dos seus objetivos, bem como daquilo que foi disciplinado e que ocasionou mais problema, seja em termos de crítica externa ou de dificuldades do juiz de aplicar o decreto. O Conselheiro Gustava Emelau Marchiori referiu, sobre a consulta pública, perceber que as páginas de internet do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP estão desatualizadas, com a composição antiga, sendo de difícil consulta pela sociedade. Para a instituição ter visibilidade, seria relevante ter uma reformulação, para que seja noticiado e divulgado de forma eficiente o chamamento para a consulta pública. Sobre a linha a ser adotada pela comissão de indulto, referiu concordar com o Conselheiro Walter Nunes da Silva Jr, porque, particularmente por ter votado na comissão de indulto de 2020 na linha que foi à época adotada, vai seguir o entendimento neste ano de 2021, claro que sempre aberto a outras ideias. O indulto é visto como mera soltura, sem outro sentido de indulto, para a redução da população carcerária. Recentemente, o CNPCP tem recebido os pedidos individuais de graça ou indulto. O CNPCP, como órgão de execução, deveria fazer um levantamento sobre a situação atual, sobre o nível de reincidência, para que não sejam liberadas pessoas que não correspondam ao conceito do indulto. Durante muitos anos o indulto foi concedido a pessoas que em poucos dias voltavam a praticar crimes, retornando ao sistema prisional por outras vias que não a execução da pena. O Conselheiro Paulo Eduardo de Almeida Sorci considerou prematuro definir desde já o direcionamento da comissão, sendo possível postergar essa decisão e reservar o debate para momento posterior às propostas e abordar o tema em reunião futura. A Conselheira Juliana Zappalá Porcaro Bisol adiantou que a comissão CNPCP é órgão consultivo e que defenderá a existência de prerrogativa do Presidente da República para o decreto de indulto, mesmo que vencida, como já foi em outra oportunidade neste ponto. Embora o órgão seja de aconselhamento e deva bem expressar suas posições, entende que a comissão não pode divergir totalmente do Presidente da República, em face da citada prerrogativa, e que, por esse motivo, não será favorável a proposta de indulto na linha dos anos anteriores, com direção contrária a pedido expresso do Presidente da República. Sinalou que não há lei particular e que será necessária a análise de caso a caso, mas que a questão geral para forças policiais/militares é justa, razão pela qual defenderá o ponto. O Conselheiro Luiz Carlos Rezende e Santos manifestou acordo com o Conselheiro Relator Paulo Eduardo de Almeida Sorci, no sentido de que não haveria necessidade de se antecipar. Propôs a reflexão de que, em razão da pandemia, as penas restritivas de direitos ficaram sem local para encaminhamento de apenados, de modo que os executados que se encontravam cumprindo pena privativa de liberdade ou prisão domiciliar, ficaram em situação até mais favorável do que aqueles que estavam aguardando a pena restritiva de direito. Na situação desses apenados, poderia ser feita comutação da pena. Outra questão que trouxe para discussão é a consequência da decisão do Superior Tribunal de Justiça de que o pagamento da multa é condição da extinção da punibilidade, uma vez que há uma grande insolvência. Compartilhou experiência do Tribunal Regional Eleitoral, no qual há recomendação da Advocacia-Geral da União admitindo a extinção da punibilidade com débitos até o limite de R$ 10.000,00. Acrescentou que o decreto de indulto talvez pudesse abranger situações para pessoas insolventes, considerando o valor objetivo, que não fossem contribuintes, não fazem declaração do imposto de renda, não possuem renda alguma. Deixou a reflexão como uma semente para estes dois aspectos. O Conselheiro Ulysses de Oliveira Gonçalves Jr referiu que, na comissão de indulto do ano de 2019, condicionaram a concessão do indulto ao pagamento da multa, não isentando o apenado desse pagamento, porque já vinha de um outro decreto a existência de um limite mínimo de UFIRs que ele deveria suportar. Mas manifestou concordância com o Conselheiro Luiz Carlos Rezende e Santos, pois a condição prevista no decreto ficou somente no plano da retórica; na questão prática, não há como obrigar o indivíduo a pagar, porque muitas vezes são pequenas quantidades de entorpecentes, de coisas furtadas ou roubadas, de modo que os executados conseguem arcar com a multa penal. O decreto de indulto deve ter uma objetividade e praticidade de interesse do Poder Executivo para efetivamente implementar o decreto, visto que a proposta sofre muitas alterações na Casa Civil da Presidência de República. O Conselheiro Gustava Emelau Marchiori referiu concordar que é preciso considerar a questão da multa, mas a experiência que tem em vara criminal e execuções penais é de que a legislação brasileira acaba propiciando que não haja cumprimento da pena. Registrou que existem mais de 1.050 crimes na legislação penal e que para apenas 28 deles há previsão para cumprimento em regime fechado, de modo que já existe uma limitação acentuada de vários aspectos de cumprimento de pena. Compreende que a pandemia foi um período atípico, que não foi possível viabilizar a prestação de serviço à comunidade e que a exigência de prestação financeira durante as medidas de saúde pública também é inadequada, mas que não vê motivos para dispensar o cumprimento dessas penas. Com as alternativas penais, o réu já chega no sistema prisional com condenações a muitos delitos e baixa resolutividade nas alternativas penais. O indulto deveria ser uma situação efetivamente excepcionalíssima, limitada a questões humanitárias, porque temos inúmeros recursos para mitigar o cumprimento das penas. Referiu que está de acordo com medidas de postergar o pagamento, prorrogar o pagamento, parcelar pagamento, prorrogar parcela; mas não é favorável a indultar pessoa que não cumpriu a pena de multa, por qualquer situação que seja, porque ampliará a sensação de impunidade e não trará efeitos sobre a pessoa, que perceberá que pode continuar praticando crimes. O Conselheiro Paulo Eduardo de Almeida Sorci frisou ser justamente essa finalidade da multa, porque as pessoas podem ficar devendo para estabelecimentos da sociedade, mas não para o Poder Judiciário. A Conselheira Salise Monteiro Sanchotene apontou que existem os casos de reincidência, ou de contumácia, como nos crimes de contrabando, bem como que as pessoas que cumprem pena às vezes têm património, mas não o vendem para pagar a multa. O Conselheiro Ulysses de Oliveira Gonçalves Jr propõe que não sejam indultados sem o pagamento de multa os condenados por crimes de milionários, estabelecendo-se um patamar máximo de valor que viabilize a concessão do indulto para pequenos criminosos, para pequenos delitos. O Conselheiro Ulysses de Oliveira Gonçalves Jr ressaltou a sugestão para que não haja autorização de indulto quanto a crimes cometidos contra a Administração Pública. Além disso, precisam ser sopesadas, em relação à multa, questões que chegam aos tribunais, como pessoas em vulnerabilidade social que furtam um par de havaianas, ou quatro barras de chocolate, que muitas vezes são drogaditos e sem condição de efetuar o pagamento. A situação é muito diferente do grande banqueiro, grande empresário, que pratica crimes contra o sistema financeiro ou contra a ordem tributária. Em última intervenção, o Conselheiro Ulysses de Oliveira Gonçalves Jr pontuou que a sociedade brasileira está muito atenta aos acontecimentos ruins no País em termos de corrupção, sendo que a comissão do indulto tem a possibilidade de manejar um instrumento com condições de dar a perspectiva de que ainda há juízes que se preocupam com o combate a esse tipo de criminalidade, elaborando normas com previsão não só para as pessoas desvalidas, mas para grandes criminosos, com o que a sociedade poderá se sentir mais protegia ou melhor atendida. A Conselheira Salise Monteiro Sanchotene considerou que foram lançadas as ideias pelos integrantes da comissão, as quais serão mais tarde debatidas neste âmbito, e encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Luciana Felicio Rublescki, Chefe de Gabinete da Desembargadora Federal Salise Monteiro Sanchotene, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

RAFAEL DE SOUSA COSTA
Secretário-Executivo

SALISE MONTEIRO SANCHOTENE
Presidente da Comissão

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2021

No dia primeiro de setembro do ano de dois mil e vinte e um, os membros da Comissão de Indulto e Alternativas Penais reuniram-se ordinariamente por meio de videoconferência. Participaram: a Presidente Salise Monteiro Sanchotene e os seguintes membros da comissão: Paulo Eduardo de Almeida Sorci, na qualidade de relator, Gustavo Emelau Marchiori, na qualidade de sub-relator, Luiz Carlos Rezende e Santos, Ulysses de Oliveira Gonçalves Jr. e Secretário Executivo do CNPCP, Rafael de Sousa Costa. Justificadas as ausências da Conselheira Juliana Zappalá Porcaro Bisol e Conselheiro Walter Nunes da Silva Jr. O Relator da Comissão, Conselheiro Paulo Sorci, iniciou a reunião dando abertura aos trabalhos. Feitas as comunicações iniciais apresentou Ata da 1ª Reunião da Comissão, realizada no dia 22 de julho do corrente ano, sendo aprovada por unanimidade. Conselheiro Paulo Sorci, relata que após breve leitura das sugestões recebidas pelo CNPCP, concluiu que todas as manifestações apontam para o problema da superlotação e superencarceramento, contudo, estão baseadas em dados antigos do DEPEN e CNJ. Salienta que a Comissão não tem razões para ampliar as duas últimas propostas de indulto editadas pelo CNPCP. Informa que basicamente, a intenção da proposta de indulto de 2021, é de repetir as propostas dos anos de 2019 e 2020. Conselheiro Luiz Carlos fez algumas ponderações. Noticiou as dificuldades que ocorreram com relação as penas restritivas de direito, em razão da pandemia. Ressaltou que as pessoas beneficiadas com a pena restritiva de direito ficaram sem condições de cumprir a pena, de modo que os executados que se encontravam cumprindo pena privativa de liberdade ou prisão domiciliar, ficaram em situação até mais favorável do que aqueles que estavam aguardando a pena restritiva de direito. Diante do problema de distorção que houve, em razão da pandemia, sugeriu que o Conselho pensasse em algo para compensar esse público. Outro ponto levantado foi com relação ao pagamento da pena de multa, que devido a interpretação do Supremo Tribunal Federal, adotada pelo Superior Tribunal de Justiça, não se pode declarar a extinção da punibilidade, mesmo que cumprida a pena privativa de liberdade, se não foi paga a pena de multa. Frisou que há uma grande massa de pessoas que não tem condições de realizar o pagamento da multa. Conselheiro Ulysses Gonçalves, fazendo um adendo quanto a manifestação do Conselheiro Luiz Carlos, pontua que o problema de não pagamento das multas é antigo. Alertou que atualmente precisa haver melhor reflexão quanto ao assunto, tendo em vista as multas impostas nas operações lava jato e mensalão. Opina no sentido de que o Conselho pudesse pensar em valor teto para indulto de multa. A Presidente Salise Sanchotene, informa que a questão das multas na justiça federal tem complicadores. Acompanha a proposta do Conselheiro Paulo Sorci em limitar a repetir o que houve em anos anteriores, focando nas questões humanitárias. Conselheiro Gustavo Marchiori manifesta concordância quanto a proposta do Conselheiro Paulo Sorci. Comunga das preocupações expostas pelo Conselheiro Luiz Carlos quanto a extinção do processo. Frisou que a temática não se resolve no processo de decreto de indulto. Ressaltou que os valores arrecadados com o pagamento das multas são direcionados ao FUNPEN, e a isenção do pagamento dessas multas, seja por indulto ou qualquer outro meio, acaba tirando recursos próprios do DEPEN, que são destinados a melhoria do sistema prisional. Pensa que enquanto Conselho Nacional, e na preocupação que o Conselho tem de manter e melhorar a estrutura do sistema prisional com o pagamento dessas multas, esse assunto não deva ser tratado na esfera do indulto, sem prejuízo de que em cada comarca o magistrado avalie a situação. Por fim, afirma seguir a linha das propostas anteriores de indulto humanitário, sem prejuízo de discutir em plenário do CNPCP a questão da extinção do processo. Presidente Salise Sanchotene, informou que a Diretora-Geral do DEPEN, Dra. Tânia Fogaça, está fazendo campanha em todo o país para falar da importância da arrecadação da multa, por conta da diminuição das verbas do DEPEN. Conselheiro Ulysses Gonçalves corrobora com o Conselheiro Gustavo Marchiori, no sentido de que o indulto deve ser prioritariamente humanitário e não instrumento de política criminal. Frisou ser contrário ao indulto por pena de multa, pois, estaríamos indultando os multados com prisão e multa, em operações milionárias feitas durante a operação lava jato. Conselheiro Luiz Carlos reencaminhará a matéria de que trata a extinção do processo ao Plenário do CNPCP para conhecimento e debate. Por fim, fica deliberado que o Relator da proposta, Conselheiro Paulo Sorci, encaminhe relatório final aos demais membros da Comissão na última semana do mês de setembro para debates finais. Após a matéria será encaminhada para ser pautada na próxima reunião do Plenário, a ser realizada no dia 07 de outubro de 2021. A Presidente Salise Sanchotene encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Isabelle Christinne Araújo Costa, técnica em secretariado do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

RAFAEL DE SOUSA COSTA
Secretário-Executivo

SALISE MONTEIRO SANCHOTENE
Presidente da Comissão

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0023268/2021
Código: 023.355
Interessado: ABDOU AKIM TOURE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art. 65, da Lei nº 13.445, em razão do recorrente não ter apresentado a proficiência em língua portuguesa em conformidade com o previsto no inciso II do art. 5°, da Portaria 623/2020.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0021991/2021
Código: 022.078
Interessado: WILNER PAUL
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV, do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidões da Justiça Federal e Estadual.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0117477/2021
Código: 121.654
Interessado: AQUILES JOSE GONZALEZ CASORIA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, certidão da Justiça estadual e apostilamento da certidão de antecedentes criminais do país de origem.

FLAVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.078, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos Arts. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:

JOANA CORREIA DE OLIVEIRA DE PORTUGAL PEREIRA - V895793-0, natural de Portugal, nascida em 13 de julho de 1982, filha de José Carlos Gomes de Portugal Pereira e de Maria do Rosário Correia de Oliveira, residente no Estado do Rio de Janeiro/RJ (Processo nº 08018.049610/2022-48).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.084, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.001626/2018-72, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CHRISTIAN GARAY SAEZ, de nacionalidade chilena, filho de Boris Garay e de Ismelda Saez, nascido na República do Chile, em 9 de janeiro de 1989, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 2 (dois) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.085, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 68 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

FERNANDO JORGE GONÇALVES PIRES, natural de Portugal, nascido em 08 de setembro de 1966, filho de Laura das Dores Gonçalves Pires e de José Maria Pires (Processo nº 08018.049733/2022-89) e

JEAN GILLMORE EVERS, natural do Chile, nascida em 28 de outubro de 1964, filha Ingeborg Evers Merino e de Norman Luis Gillmore Astorga (Processo nº 08018.050109/2022-24).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.086, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDULLAH ABDULKAREM ABDULLAH FADHEL - F114412-9, natural do Iêmen, nascido em 28 de julho de 1993, filho de Abdulkareem Abdullah Hamood Fadhel e de Khadega Ebrahim Abdullah Afandi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0253958/2022);

ABDULLA AL AWADI - G054980-L, natural da Síria, nascido em 08 de março de 1990, filho de Yousef Al Awadi e de Badera Allham, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0066283/2021);

ABDUL BARI ABDUL MAJID - F307912-3, natural do Afeganistão, nascido em 17 de junho de 1996, filho de Abdul Majeed Ahmad Gul e de Maryam Payenda Mohd, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0164974/2022);

ABIER AYAD OMARO ALGALAL - F372179-N, natural da Líbia, nascida em 01 de fevereiro de 1985, filha de Ayad Amr Ayad Ghelal e de Salleemah Ahmed Masoud, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0237495/2022);

ABU MOHAMMED - G231279-A, natural de Gana, nascido em 25 de março de 1982, filho de Mohammed Ussifu e de Salamatu Ussifu, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0104661/2021);

AHMED SERHAL - G363285-H, natural do Líbano, nascido em 13 de abril de 1992, filho de Mohmad Serhal e de Amina Ismail, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0240552/2022);

ALAA ALDEEN AL NASSAR - G438841-0, natural da Síria, nascido em 02 de janeiro de 1993, filho de Ahmad Alnassar e de Amna Alnassar, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0124233/2021);

AL MOUTASEM AL REFAI - F200198-4, natural da Síria, nascido em 27 de fevereiro de 1989, filho de Sayel Al Refai e de Sabah Al Jahmani, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0260414/2022);

ALI ALSADDEEQ RAMADHAN BADI - F371431-7, natural da Líbia, nascido em 04 de setembro de 1994, filho de Alsideeq Ramadan Saleh Badi e de Najia Mohamed Ali Mousa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0237801/2022);

FARAH BRILLANT - G216729-T, natural do Haiti, nascida em 15 de março de 1987, filha de Jean Meres Brillant e de Simone Chrispin, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 235881.0259571/2022);

HAIA AL TAYAN - G392519-5, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1993, filho de Amer Al Tayan e de Hayffa Abd Alall, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0218630/2022);

HEBA ALDOKKI - F200254-K, natural da Síria, nascida em 21 de fevereiro de 1990, filha de Mhdriad Aldokki e de Nuha Hafez, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0260438/2022);

HEND ELSAYED AMIN MOHAMED ELHAWAN - V923749-B, natural do Egito, nascida em 01 de janeiro de 1971, filha de Elsayed Amin Mohamed Elhawan e de Fatma Mahmoud Abd Elsalam, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0191003/2022);

JEAN WILKENSON JUSTIN - V790966-R, natural do Haiti, nascido em 07 de fevereiro de 1986, filho de Jean Christian Justin e de Marie Anicia Charles, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 235881.0124806/2021);

KAREEMAH SALEM MOHAMMED ABU HAMEDAH - F067290-X, natural da Líbia, nascida em 01 de janeiro de 1987, filha de Salem Mohammed Abu Hamedah e de Lutfia Giuma Ben Saeid, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0265834/2022);

LEYTHER ELIAS HECHAVARRÍA - G069245-K, natural de Cuba, nascido em 11 de novembro de 1983, filho de Pedro Elias Medina e de Maria Luísa Hechavarría Rodriguez, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 235881.0131320/2021);

MANAR DAOODI - G392520-K, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1988, filho de Mohamad Muetaz Daoodi e de Rihab Kassas, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0218627/2022);

MARAL TOKMAKJIAN - F274459-E, natural da Síria, nascida em 21 de julho de 1991, filha de Watcheh Tokmakjian e de Lina Halajian, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0021378/2021);

MARIE OMINA SAINT MEXAN DERISMA - G354289-A, natural do Haiti, nascida em 10 de janeiro de 1989, filha de Jean Romain Saint Mexan e de Maricile Orelien, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0117497/2021);

MOLIERE ESTINOBLE - G268567-Q, natural do Haiti, nascido em 08 de outubro de 1990, filho de Meprise Estinoble e de Elefine Alceresse, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0257141/2022);

NOUDELINE PRESUME THELISMA - G214372-H, natural do Haiti, nascida em 29 de março de 1986, filha de Charlestin Thelisma e de Marie Josee Thimote, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0262237/2022);

REGOR MOLINA REYES - V932972-7, natural de Cuba, nascido em 30 de dezembro de 1983, filho de Barbara Reyes Delgado, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0101433/2021);

RICHARD ETIENNE - G353054-5, natural do Haiti, nascido em 15 de julho de 1985, filho de Maluc Etienne e de Wistha Tibeaux, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 235881.0266142/2022);

SEZAR MERTKHANIAN - G351588-F, natural da Síria, nascido em 18 de março de 1985, filho de Agop Mertkhanian e de Takouhi Mertkhanian, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0027324/2021);

TALAL FRAG A AL WERFELLI - F067306-7, natural da Líbia, nascido em 01 de janeiro de 1977, filho de Frag A Al Werfelli e de Hawaa Mohamed Almgasabi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0264909/2022);

TAREK EL SAMADI - G401036-3, natural do Líbano, nascido em 01 de dezembro de 1981, filho de Zakaria El Samadi e de Ghada El Samadi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0148685/2021);

THERESE NDONGO MPESSA - F110845-Z, natural de Camarões, nascida em 06 de julho de 1986, filha de Benga Ngangue Mpessa e de Adele Anne Ndjanguelli, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0262323/2022);

VALANDO LUBERISSE - G369670-L, natural do Haiti, nascido em 03 de fevereiro de 1990, filho de Clerge Luberisse e de Edide Maurice, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0076308/2021);

WILLIAM ENTSIWAH - G354093-R, natural de Gana, nascido em 03 de março de 1988, filho de Francis Entsiwah e de Juliana Tamakloe, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0127421/2021);

YELENA OSES ROQUERO MAYER - G007133-3, natural de Cuba, nascida em 18 de novembro de 1981, filha de Jorge Oses Bustillo e de Tania Roquero Recio, residente no Estado do Acre (Processo nº 235881.0179558/2022) e

YOSEF ALHASNAWI - F172394-X, natural da Síria, nascido em 05 de julho de 1979, filho de Mohammad Deeb Alhasnawi e de Ferial Fatal, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0242367/2022).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.087, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ABDULHAMEED FAEZ SAID HAYOUB - F650195-Q, natural da Líbia, nascido em 03 de outubro de 2015, filho de Faez Said Abdulaati Hayoub e de Amina Abduhamid Mohamed Shamash, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0265142/2022);

ABDULRAMAN FAEZ SAID HAYOUB - F650228-0, natural da Líbia, nascido em 19 de março de 2013, filho de Faez Said Abdulaati Hayoub e de Amina Abduhamid Mohamed Shamash, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0265135/2022);

ALDANA FLEURINE - G111483-U, natural do Haiti, nascida em 27 de abril de 2011, filha de Alexandre Fleurine e de Marie Monique Saint Jean, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0255942/2022);

ASHLY OHENNE - F142703-R, natural do Haiti, nascida em 01 de janeiro de 2010, filha de Guesly Ohenne e de Farah Brillant, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 235881.0260661/2022);

CHINAYDA DERILUS - F008333-Z, natural do Haiti, nascida em 03 de setembro de 2011, filha de Jocelyn Derilus e de Wisline Saintil, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0258581/2022);

CHINAYLOVE DERILUS - F008337-R, natural do Haiti, nascida em 03 de novembro de 2015, filha de Jocelyn Derilus e de Wisline Saintil, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0258624/2022);

DAYANA DORESTHAN - G357011-3, natural do Haiti, nascida em 07 de fevereiro de 2008, filha de Lerinel Doresthan e de Saintherese Doresthan Massolas, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 235881.0131874/2021);

DEVENA CARRA ARILUS - F352666-O, natural do Haiti, nascida em 28 de outubro de 2017, filha de Tisony Arilus e de Modelyne Verdieu, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0260569/2022);

ESPELANCIA ESTERIL - F360695-L, natural do Haiti, nascida em 15 de junho de 2016, filha de Rosemond Esteril e de Marie Elicia Joicilus, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0259903/2022);

FATUMATA CAMARA - F095052-4, natural de Guiné-Bissau, nascida em 08 de novembro de 2011, filha de Iafai Camara e de Njenabu Sawlane, residente no Estado de São Paulo (Processo nº235881.0077026/2021);

GAELLE MITCHSAIDA CHOUCOUNE - F246992-4, natural do Haiti, nascida em 27 de julho de 2014, filha de Jean Moise Choucoune e de Loveline Choucoune Morancie, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0266474/2022);

NASEBIRALPH DENIS - G400686-6, natural do Haiti, nascido em 16 de outubro de 2011, filho de Georges Denis e de Eliana Briphile, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0263114/2022);

RODRIGUES MALABA NTUMBA - F389840-I, natural da Angola, nascido em 07 de dezembro de 2014, filho de Enock Basongo Ntumba e de Irene Malamba, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0130633/2021);

WINNIE KAREN PRESUME - G214442-M, natural do Haiti, nascida em 04 de outubro de 2008, filha de Hector Presume e de Noudeline Presume Thelisma, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0259093/2022) e

WILSON CHERVILUS - G442560-V, natural do Haiti, nascido em 13 de março de 2012, filho de Eli Chervilus e de Lucianne Gabriel, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0130771/2021).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHO Nº 68/2022

Despacho Nº 68/2022/DINAC_PERDA_DE _NACIONALIDADE/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento de pedido
Processo MJSP nº: 08018.040649/2022-08
Interessado(a): JI RAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria MJSP Nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020, resolve:

INDEFERIR o processo de Perda da Nacionalidade de JI RAN, tendo em vista o não atendimento da intimação para complementar a documentação necessária à apreciação do seu pleito, em observância aos art. 29 e 30 da Portaria MJSP nº 623, de 13 de novembro de 2020, não tendo sido demonstrado o cumprimento do art. 251 do Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017 (Processo nº 08018.040649/2022-08).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0084536/2021.
Código: 086.162
Interessado: FLOR CONSUELO MUNOZ AROTAYPE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como o comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, a certidão da Justiça Federal e a certidão de antecedentes criminais do país de origem com a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0090927/2021
Código: 092.922
Interessado: ABDERRAZZAK LAHCHIMI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0091736/2021
Código: 093.790
Interessado: MD SAYFUL ALOM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como, apresentou a certidão da Justiça Estadual (São Paulo) desatualizada e não apresentou a Certidão da Justiça Federal (TRF 1), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0071067/2021
Código: 071.905
Interessado: IZIS ILAIRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0217838/2022
Código: 236.145
Interessado: JHONSONS JOACHIM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no Parágrafo Único do art. 70 Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0095594/2021.
Código: 097.853
Interessado: MARIE CECILE GABRIEL HYACINTHE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial e sem histórico escolar, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0070486/2021.
Código: 071.280
Interessado: ELHADJI MAHANTA NDIAYE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº: 235881.0069477/2021
Código: 070.226
Interessado: MARC OLIVER LOS BANOS BUENA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou

documento que comprove a residência pelo período de quatro anos, bem como, certidão da Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, documentos estes necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso II e IV, do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0092914/2021
Código: 094.997
Interessado: MARCO ANTONY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0095070/2021.
Código: 097.285
Interessado: MICHAL ADAM KOJDER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017." Considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0086348/2021.
Código: 088.082
Interessado: RAOUF AHMADIAN YAZDI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0134543/2021.
Código: 139.975
Interessado: HANTZ OSCAR DARIUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado a apresentação do cópia da Carteira de Registro Nacional Migratório - RNM do(a) menor e comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020, o qual apresentou somente cópia da Carteira de Registro Nacional Migratório - RNM do representante, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0134574/2021.
Código: 140.003
Interessado: GAEL DORVILIER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado a apresentação do comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0137972/2021.
Código: 143.710
Interessado: CASSANDRA ELVEUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0140128/2021.
Código: 146.043
Interessado: GABRIELA NOELLE CAROLINE SCRIVENER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0072791/2021.
Código: 073.720
Interessado: DAME SOW

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos e cópia do documento de viagem internacional, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0090187/2021
Código: 092.131
Interessado: OLALEKAN OLUMIDE JOHNSON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como, também não apresentou a certidão da Justiça Estadual e Federal. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0095816/2021.
Código: 098.093
Interessado: ZOFIA MARIA KWIECINSKA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020." Indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou a certidão da Justiça Estadual, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº: 235881.0067762/2021
Código: 068.416
Interessado: FRANCOIS XAVIER ERIC DANIEL MAILLART

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão da Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, documentos estes necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso IV, do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0064487/2021.
Código: 064.808
Interessado: GUYTON DESSOURCES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente teve como amparo de sua residência o art. 16 c/c art. 18 da Le nº 6.815 c/c e não convalidou para residência por tempo indeterminado à época da solicitação da naturalização e além disso, não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido: cópia da Carteira de Registro Nacional Migratório; comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, comprovantes de residência; cópia do documento de viagem internacional; e, documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa.

Foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0079208/2021.
Código: 080.504
Interessado: ANNA ROSE LOUIDOR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como os antecedentes criminais do país de origem, os antecedentes criminais das justiças, Estadual e Federal, e o comprovante de língua português com a avaliação presencial, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0099154/2021.
Código: 101.621
Interessado: FREDERICO MACHADO ALMEIDA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020,?indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 anos, bem como, o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0093344/2021
Código: 095.449
Interessado: NILSA GABRIELA BARRIENTOS CARDONA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0094785/2021.
Código: 096.996
Interessado: ANTHONY GABRIEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta

biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0096418/2021.
Código: 098.724
Interessado: YSMAN PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente deixou de apresentar, Antecedentes criminais do país de origem (só apresentou tradução) e Certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial, evidenciando assim, o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0092494/2021.
Código: 094.567
Interessado: MUHAMMAD ZUBAIR ALI QURESHI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Comprovante da capacidade de se comunicar em língua portuguesa - foi anexada Certificado de extensão em Proficiência de língua portuguesa, não faz menção a prova presencial, apenas a concessão do espaço físico), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0092622/2021.
Código: 094.693
Interessado: RONEL ALCINOR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão de antecedentes criminais da justiça estadual, certidão de antecedentes criminais do país de origem devidamente legalizado, comprovante de tempo para confirmar residência no Brasil, certificado de que sabe se comunicar em língua portuguesa não consta que houve prova presencial.), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0102627/2021.
Código: 105.367
Interessado: RODRIGUE POMPEE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como comprovante da capacidade de se comunicar em língua portuguesa com a avaliação presencial e certidão de antecedentes criminais do país de origem com a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.

Processo Naturalizar-se nº 235881.0092707/2021.
Código: 094.777
Interessado: ISMAILLE GIROT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Legalização do Antecedente Criminal do país de origem e certidão de antecedentes criminais emitido pela justiça federal.), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0102712/2021.
Código: 105.464
Interessado: FATOUMATA BINTA BAH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão de antecedentes criminais da justiça estadual, o comprovante de residência atualizado e a avaliação presencial no comprovante de requisito da língua portuguesa, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0095714/2021.
Código: 097.983
Interessado: HUSSEIN SHIBLY SHIBLY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0102696/2021.
Código: 105.447
Interessado: KENETA ALEXIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0089629/2021.
Código: 091.545
Interessado: MOHAMED SABRI ABDEL WAHAB AWAD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0102664/2021.
Código: 105.409
Interessado: VOLNY GESSE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como certidão das justiças, Federal e Estadual, certidão de antecedentes criminais do país de origem, comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0101672/2021.
Código: 104.329
Interessado: MIKE LAFLEUR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem (só apresentou tradução que indica original fora do prazo de validade) e não apresentou certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial, sem conteúdo programático e sem histórico escolar, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0101492/2021.
Código: 104.127
Interessado: ESMERALDA CORREIRA PEREIRA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, com seu nome incorreto, divergindo do CRNM, evidenciando assim, o descumprimento à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0103909/2021.
Código: 106.787
Interessado: MARIE SOLANGE PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente (a Carteira Registro Nacional Migratório - CRNM), deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0101560/2021.
Código: 104.213
Interessado: BASIL ONYEBUCHI ORABUCHI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0090450/2021.
Código: 092.394
Interessado: LUDOVICA LEONE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas; Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; Comprovante de residência ATUALIZADO; Cópia do passaporte completo; foi notificada a complementar e não respondeu às exigências no prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017".

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0072782/2021.
Código: 073.711
Interessado: GUYRRA FRANCOIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Cópia dos dois lados do RNM, comprovante de endereço válido e atualizado, certidão de antecedentes criminais expedido pelo país de origem), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0088424/2021.
Código: 090.245
Interessado: JUNQIANG TAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 15 (quinze) anos, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem legalizada e traduzida, no Brasil, por tradutor público juramentado, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0072686/2021.
Código: 073.590
Interessado: GIOVANNI SAVIO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por 1.252 dias do Brasil e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0091712/2021
Código: 093.761
Interessado: MASAMBA LUBUANDU MAMIE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não comprovou a proficiência em língua portuguesa com documento recepcionado no § 4º, do art. 5º da Portaria retromencionada, e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso III do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0105680/2021.
Código: 108.768
Interessado: OSVALDO ADRIAN LOPEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0073423/2021.
Código: 074.356
Interessado: SANDRA MILENA VÉLEZ ECHEVERRY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que a requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido por tradutor oficial no Brasil, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0073690/2021.
Código: 074.633
Interessado: MODOU FALL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido no Brasil; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0073709/2021.
Código: 074.654
Interessado: KEHINDE SAMSON ABIOYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; certidão de casamento atualizada e declaração conjunta de ambos os cônjuges ou companheiros, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0101280/2021.
Código: 103.891
Interessado: NADIA DA COSTA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0103862/2021.
Código: 106.731
Interessado: ALY BABACAR KEBE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido (Não apresentou o passaporte completo, não apresentou um certificado da língua portuguesa no conformes da portaria), foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020."

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0101997/2021
Código: 104.697
Interessado: TANISHA ROY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que foi solicitado para à requerente a apresentação da certidão da Justiça Estadual/Federal, e que não foi apresentada até a presente data, tendo em vista o não cumprimento do Parágrafo Único do art. 70 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0072779/2021.
Código: 073.708
Interessado: OSAMA GAZY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0090332/2021.
Código: 092.276
Interessado: PRISNOR TIMOLUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem vencida e sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e apresentou documento emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, portanto não atende à exigência contida no inciso III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0067753/2021.
Código: 068.407
Interessado: MALICK KAIRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0101821/2021.
Código: 104.488
Interessado: LOKENSON FLERIUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0102688/2021.
Código: 105.438
Interessado: SAINTILIA GESSE EXAVIER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou os seguintes documentos: certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Documento internacional de viagem e comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0110622/2021.
Código: 114.149
Interessado: YAMEN AL SALTY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0072355/2021.
Código: 073.248
Interessado: LUIS ALFONSO HIDALGO RODRIGUEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e cópia do documento de viagem internacional, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0072538/2021.
Código: 073.432
Interessado: ADIARIS RODRIGUEZ GOMEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que a requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0072562/2021.
Código: 073.456
Interessado: TUNÍSIA VICTORIA FRANCISCO DO NASCIMENTO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que a requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e cópia do documento de viagem internacional, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0073197/2021.
Código: 074.136
Interessado: MOHAMMAD JIBAN AHMAD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido no Brasil; cópia do documento de viagem internacional; declaração conjunta de ambos os cônjuges, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0083367/2021.
Código: 084.903
Interessado: EDUARDO AVEL LEAL APARICIO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não se enquadra na redução de prazo prevista em lei, por não possuir um ano de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende o disposto no inciso II do art. 65, c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0073856/2021.
Código: 074.808
Interessado: VALENTINA GAONA SUAREZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0072719/2021.
Código: 073.627
Interessado: JOSÉ ALEJANDRO OSORIO CASTILLO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0102173/2021
Código: 104.887
Interessado: SHAHID NADEEM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência atualizado, do ano imediatamente anterior a data do pedido, bem como, não apresentou o atestado de antecedentes criminais do país de origem, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0088247/2021.
Código: 090.056
Interessado: NORMA BEATRIZ CHACMANA SALAZAR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 anos, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, legalizada e traduzida, no Brasil, por tradutor público juramentado, bem como não apresentou certidões de antecedentes criminais Federal e Estadual, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0090839/2021
Código: 092.822
Interessado: MAMADOU NGOM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, tais como, a certidão de casamento atualizada, e documentos que comprovem a residência pelo período de 1 ano. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0101991/2021
Código: 104.689
Interessado: THEOPHILUS UCHENNA ADINDE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência atualizado, do ano imediatamente anterior a data do pedido, não apresentou o atestado de antecedentes criminais do país de origem, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0070840/2021.
Código: 071.677
Interessado: EVENS LAGRENADE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido no Brasil; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0097713/2021
Código: 100.091
Interessado: PATRICK LESPINAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida, por tradutor público juramentando. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0065095/2021.
Código: 065.440
Interessado: LULCHARME PETION

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e apresentou certificado de língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, evidenciando o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0104257/2021
Código: 107.186
Interessado: BARRA FALL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual (Acre, Maranhão e Rio Grande do Sul) e Federal (TRF 1 e TRF 4), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0064554/2021.
Código: 064.875
Interessado: GUYTON DESSOURCES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem (só apresentou tradução que indica original fora do prazo de validade), não apresentou certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual e não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0073840/2021.
Código: 074.792
Interessado: OUSMANE BA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido tendo em vista que já foi concedida a naturalização através do processo 235881.0003491/2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0104362/2021
Código: 107.313
Interessado: MAHMOUD BADRAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0103529/2021.
Código: 106.362
Interessado: ABD ALHAMID AMER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial, bem como apresentou Certidão do CONARE e Comprovante de situação cadastral do CPF, com seu nome incorreto, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 e na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0105404/2021.
Código: 108.446
Interessado: JUAN CARLOS CORONEL POMA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão de antecedentes criminais do país de origem com a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, a certidão da Justiça Federal e o documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0103501/2021.
Código: 106.329
Interessado: NOBERT LAGUERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0073589/2021
Código: 074.530
Interessado: JEANETTE JULIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Desta forma, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0065167/2021
Código: 065.514
Interessado: JEAN PIERRE ARIAS URIBE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado, e traduzido no Brasil, por tradutor público juramentado e cópia do documento de viagem internacional; e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0071041/2021
Código: 071.877
Interessado: PAULA ILAIRE RENFORT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão original de antecedentes criminais expedida pelo país de origem, legalizada e traduzida, comprovante de endereço válido e atualizado), foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0086951/2021
Código: 088.704
Interessado: ROOD LEONARDO LUCCES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0078752/2021
Código: 080.026
Interessado: PATRICK FRANCOIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0111120/2021
Código: 114.703
Interessado: MISAEL INEKELA QUIBANGA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou nenhum dos documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0111895/2021
Código: 115.536
Interessado: DEUNICE INTUMBO UTCHENA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0098520/2021
Código: 100.956
Interessado: PENELOPE JADE CHARLOTTE MAGNIN D AGREVES MAGNIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0193098/2022
Código: 235881.0193098/2022
Interessado: KODJO FINANGNON AHONANKPON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0104181/2021
Código: 107.104
Interessado: LORENA KAROL RAMOS DOS SANTOS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0104525/2021
Código: 107.497
Interessado: YANELIS FERNANDEZ MARTINEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil e fora do prazo de validade; bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu no último ano, documentos estes necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0114142/2021
Código: 117.969
Interessado: MARTA MAKELE TSHIMAYI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0114091/2021
Código: 117.905
Interessado: DANIELA MAKELE TSHIMAYI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Arquivamento do pedido
Processo: 235881.0115509/2021
Código: 119.489
Interessado: SCHNEIKA DOMINIQUE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que já existe outro pedido em andamento em nome da requerente, número 119.366.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0264714/2022
Código: 290.488
Interessado: NELSONDER LOUISIUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0265132/2022
Código: 290.895
Interessado: FABIAN MUJICA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0046918/2021
Código: 046.989
Interessado: ERNSEAU ADMETTRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0041498/2021
Código: 041.574
Interessado: SHEDELINE CHOULOUTE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como comprovante de residência referente aos 4 (quatro) anos imediatamente anteriores a solicitação, Certificado de proficiência em Língua Portuguesa em conformidade com a Portaria n°623 de 13 de novembro de 2020, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0039912/2021
Código: 039.988
Interessado: HATEM KAMAL ALI MAHMOUD GADALLA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não comprovou a residência no Brasil, no ano imediatamente anterior à data do pedido por possuir prole brasileira, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, bem como apresentou certidão da Justiça Estadual desatualizada e não apresentou a certidão da Justiça Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0039856/2021
Código: 039.932
Interessado: DAVID KAYODE OLUSEGUN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, certificado de curso de português-EAD (FASUL/MG), sem histórico escolar e sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafos 4º e 5º da supramencionada portaria e, embora notificado a complementar o processo, o requerente não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem conferência dos documentos originais e sem coleta dos dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, inciso III da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0039259/2021.
Código: 039.335
Interessado: ANASTICIA ONYINYECHI ANODERE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa de acordo com o previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, bem como, a legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0039040/2021
Código: 039.116
Interessado: TOUSSAINT WILKEN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não comprovou a residência no país, nos 04 (quatro) anos imediatamente anteriores à data do pedido, já que não consta no sistema registros de que realizou a convalidação (RN 97), até 90 dias antes do seu vencimento, não possuindo prazo de residência por prazo indeterminado para requerer a naturalização ordinária, bem como, apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e fora do prazo de validade, foi notificado e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0038709/2021
Código: 038.785
Interessado: RONY JEANS BAPTISTE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0038303/2021
Código: 038.379
Interessado: MARTINHO FAZENDA DUCAL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido tendo em vista que que já existe outro pedido de naturalização em trâmite, em nome do requerente, processo nº 235881.0029137/2021.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0038315/2021
Código: 038.391
Interessado: MD SALA AKRAM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos que comprovem residência pelo período de 04 (quatro) anos ininterruptos, bem como, apresentou documento da proficiência em língua portuguesa, certificado de curso-EAD (IF/RS), sem histórico escolar e sem informação de prova presencial, em desacordo com o art. 5ª, inciso I, "d", parágrafos 4º e 5º da supramencionada portaria e, embora notificado para coleta de dados biométricos e verificações documentais de praxe, não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem conferência dos documentos originais e coleta dos dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências prevista no art. 65, inciso II e III da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0037398/2021
Código: 037.474
Interessado: RAWAN KHADER ASS AD BUQAILEH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como o comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou documento que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020 e a apresentação da certidão da Justiça Federal, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0036698/2021
Código: 036.774
Interessado: ABDUR RAHMAN SUJON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0036253/2021
Código: 036.329
Interessado: VALERY GISCAL NGANGUM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (o requerente apresentou documento que sabe se comunicar em língua portuguesa que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0036113/2021
Código: 036.189
Interessado: PEMBELE BIANDI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0034112/2021
Código: 034.188
Interessado: THERESE CAMARA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como a apresentação da certidão das Justiças Estadual e Federal e a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0032897/2021
Código: 032.973
Interessado: DJENABOU DIALLO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0032028/2021
Código: 032.104
Interessado: THIERNO SAADOU DIALLO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como o atestado de antecedentes criminais do país de origem com a devida legalização e tradução por tradutor público juramentado, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0030177/2021
Código: 030.253
Interessado: IBRAHIM MABRUCKI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não comprovou a proficiência em língua portuguesa em conformidade com o previsto no § 4°, inciso I, letra "d", do art. 5°, já que não foi juntada documentação demonstrando a realização de avaliação presencial do discente, que é domiciliado em local diverso da sede, em instituição de educação superior conveniada ao estabelecimento responsável e também credenciada pelo Ministério da Educação, não apresentou as certidões de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Federal Estadual dos locais onde residiu nos últimos 04 (quatro) anos, bem como que apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem legalizada na Embaixada do Brasil no exterior, porém, a tradução não foi realizada no Brasil, por tradutor público juramentado e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, do art. 65, da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0030105/2021
Código: 030.181
Interessado: EVANGELINA NOEMI RODRIGUEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando de apresentar as certidões de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos 04 (quatro) anos, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso IV, do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029851/2021
Código: 029.927
Interessado: CENEL PERTINAT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 04 anos, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029031/2021
Código: 029.108
Interessado: GIACOMO DOGI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da tradução e a legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, bem como, a apresentação da certidão da Justiça Estadual, que não foram apresentadas até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0028328/2021
Código: 028.414
Interessado: PILOS TSASA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência atualizado, do ano imediatamente anterior a data do pedido, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0020872/2021
Código: 020.959
Interessado: QI SHUWEN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0014388/2020
Código: 014.474
Interessado: AKRAM J. A. HANNOONA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando o requerente não conseguiu se comunicar durante o atendimento presencial/entrevista e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0059206/2021
Código: 059.309
Interessado: DJENSEN DORCELIE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, faltando o documento de identificação civil do representante ou do assistente legal da criança ou do adolescente. Foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0055845/2021
Código: 055.916
Interessado: KETH KATUMBA KAMUANYA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0052522/2021
Código: 052.593
Interessado: NANIELIE DESSIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0052048/2021
Código: 052.119
Interessado: FAIZA BEGUM LABONI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor e grupo familiar encontram-se no exterior sem previsão de retorno, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0051961/2021
Código: 052.032
Interessado: LEV SOLUIANOVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor e grupo familiar encontram-se no exterior sem previsão de retorno, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049459/2021
Código: 049.530
Interessada: WINNECHINA ANAEL LINCY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049459/2021
Código: 049.530
Interessada: WINNECHINA ANAEL LINCY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0038973/2021
Código: 039.049
Interessado: FERNANDO EMANUEL CAPITAO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o/a requerente foi notificado/a e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0037068/2021
Código: 037.144
Interessado: MARIAM WAEL SAID SAYED HASSAN HALYL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0032894/2021
Código: 032.970
Interessado: JEAN FEDNEL PIERRE LOUIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0116249/2021.
Código: 120.300
Interessado: CHRISTIAN MAMBOTE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional; e, documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0116081/2021.
Código: 120.117
Interessado: RIAD NAJI ANKA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado para o requerente a apresentação comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei 13.445/2017 c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0114071/2021.
Código: 117.883
Interessado: SAMANTA BATAMO KABUIKU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou CRNM (Carteira de Registro Nacional Migratório) com o nome de seu genitor de forma divergente aos demais documentos, foi notificada a fazer a correção e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, evidenciando assim o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0113477/2021
Código: 117.285
Interessado: CHLOE MARIE NICOLE PAUL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0114063/2021.
Código: 117.873
Interessado: YSENIE GEFFRARD.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial e sem o histórico escolar, evidenciando assim, o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0113226/2021.
Código: 117.038
Interessado: MAMADOU SALL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Comprovante da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, o apresentado não consta que houve avaliação presencial, Comprovante de residência dos anos de 2018 e 2019, só foi apresentado o de 2020.), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0113053/2021.
Código: 116.866
Interessado: JAMESLY TOUSSAINT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão de antecedentes criminais da justiça estadual e federal não foram apresentadas), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Código: 116.765
Processo: 235881.0112958/2021
Interessado: ERTHA VILNA FELISMA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão de antecedentes criminais do país de origem, faltou estar legalizada), foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0112348/2021
Código: 116.048
Interessado: ANIKE BILIKISU IBRAHIM AROLU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou certidão de nascimento de filho brasileiro, para comprovar a redução de prazo, não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, bem como, apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e sem a tradução, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0111587/2021.
Código: 115.215
Interessado: ALDINA PEREIRA LEAL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (a certidão de antecedentes criminais do país de origem não foi apresentada conforme exige a legislação, faltando a original), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0111403/2021
Código: 115.006
Interessado: NURY ETHEL BUTRON ITURRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0110612/2021.
Código: 114.139
Interessado: ANASTASIO DEMOSTHENE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a apresentação de comprovante de realização de prova presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0110551/2021.
Código: 114.079
Interessado: ROSE OBIANA OWUNIKE ENEMUO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão das Justiças, Estadual e Federal, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0110444/2021.
Código: 113.972
Interessado: EMMANUEL PAUL CHUKS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a apresentação de comprovante de realização de prova presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0109933/2021.
Código: 113.404
Interessado: YOLENE NELSON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0109039/2021.
Código: 112.422
Interessado: PATRICK TOCHUKWU AMAOBI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem avaliação presencial, evidenciando assim o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109930/2021
Código: 113.401
Interessado: MARTHA LUCIA TALERO MENDOZA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109835/2021
Código: 113.303
Interessado: OLIVER CHIKEZIE NWAFOR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do

pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109835/2021
Código: 113.303
Interessado: OLIVER CHIKEZIE NWAFOR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109808/2021
Código: 113.274
Interessado: BRYAN JOSÉ ZERPA SALAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109705/2021
Código: 113.154
Interessado: RAMON TAMAYO DIAZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a Polícia Federal constatou que o requerente não se enquadra na redução de prazo, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II do art. 65, c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c o inciso II do art. 235 do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109612/2021
Código: 113.048
Interessado: GORA DIENG

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, bem como, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109548/2021
Código: 112.979
Interessado: CARLOS SIGA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109434/2021
Código: 112.866
Interessado: CALEB NORDAIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109433/2021
Código: 112.865
Interessado: KIAMENGA MASSAMBA BOB

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109309/2021
Código: 112.734
Interessado: ELODIE DIMBU NZONKATU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0109188/2021.
Código: 112.602
Interessado: RENEL JOSEPH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a tradução e sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como não apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa e não apresentou certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0108922/2021.
Código: 112.296
Interessado: CARLOS ARIEL RECALDE GARAY.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 04 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0108796/2021.
Código: 112.165
Interessado: JAFRUL HUSSAIN HIRUL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, fora do prazo de validade e sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, evidenciando assim, o descumprimento à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0108749/2021.
Código: 112.114
Interessado: SUNIL KUMAR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, sem a apostila e não apresentou certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, de curso à distância, sem a informação de avaliação presencial, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0108372/2021.
Código: 111.699
Interessado: SHUFENG FAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, bem como não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, evidenciando assim, o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0108307/2021.
Código: 111.636
Interessado: SHELDA LOUIS CHARLES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem (só apresentou tradução) e não apresentou certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, de curso à distância, sem a informação de avaliação presencial, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0108222/2021.
Código: 111.540
Interessado: JOSE EUSEBIO DA SILVA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0107926/2021
Código: 111.227
Interessado: ABDOULAYE SYLLA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo:235881.0107780/2021
Código: 111.073
Interessado: STINDER LOUIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documentos que comprovem residência no ano imediatamente anterior a solicitação do pedido, bem como não apresentou Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa em conformidade com a Portaria n°623 de 13 de novembro de 2020, caput do art. 5° alínea "d" c/c §4° Para a instrução do procedimento previsto no inciso I do art. 1º, é indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, consideradas as condições do requerente, a apresentação de um dos seguintes documentos: alínea d) conclusão, com aproveitamento satisfatório, de curso de língua portuguesa direcionado a imigrantes realizado em instituição de educação superior credenciada pelo Ministério da Educação. § 4º O curso referido na alínea "d" do inciso I poderá ser realizado na modalidade a distância, desde que o aluno, previamente identificado, seja submetido a pelo menos uma avaliação presencial no estabelecimento responsável ou, no caso de discente domiciliado em local diverso da sede, em instituição de educação superior a ele conveniado e credenciada pelo Ministério da Educação." Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0107633/2021.
Código: 110.929
Interessado: TALLA KANE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, de curso à distância, sem a informação de avaliação presencial, evidenciando assim o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0107275/2021.
Interessado: MOHAMMAD FORHAD AHMED.
Código: 110.570

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial, sem conteúdo programático e sem histórico escolar, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0107213/2021.
Código: 110.504
Interessado: LIVINUS UCHENNA UDEAKU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a tradução e sem a legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país; bem como apresentou certificado de língua portuguesa, sem a informação da avaliação presencial, evidenciando o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0107205/2021.
Código: 110.495
Interessado: DANIEL ALEJANDRO MANTILLA GOMEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 04 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0107116/2021.
Código: 110.392
Interessado: JOHN CARLOS MANTILLA OCHOA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem (só apresentou a tradução), e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0107078/2021.
Código: 110.348
Interessado: FERDINAND UCHE EDEH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a tradução e sem Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, apresentou também, comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial, sem histórico escolar e sem conteúdo programático; bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, evidenciando assim, o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0107063/202
Código: 110.331
Interessado: CARDY ANDRE LOUIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0106767/2021
Código: 110.017
Interessado: RONY ESPIEGLE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0106757/2021
Código: 110.007
Interessado: CARL HENRY PIERRE LOUIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0106749/2021
Código: 109.999
Interessado: ANNOUAR BAKO ESSOYOM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0106726/2021
Código: 109.975
Interessado: DEBORAH NDEFRU LUTETE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0106192/2021.
Código: 109.370
Interessado: NATALIE ESTIME.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 anos, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0105875/2021.
Código: 108.992
Interessado: HIBA HAJIR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como a apresentação de comprovante de realização de prova presencial, a qual não apresentou, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0105680/2021.
Código: 108.768
Interessado: OSVALDO ADRIAN LOPEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0105527/2021.
Código: 108.574
Interessado: POTES CHARLES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão da Justiça Estadual, a certidão de antecedentes criminais do país de origem e o documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0105404/2021.
Código: 108.446
Interessado: JUAN CARLOS CORONEL POMA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão de antecedentes criminais do país de origem com a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, a certidão da Justiça Federal e o documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0105345/2021.
Código: 108.387
Interessado: VENETTE BRUDENT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, certidão de antecedentes criminais do país de origem e certidão das Justiças, Estadual e Federal, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0105213/2021.
Código: 108.244
Interessado: VENERT SYLIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a apresentação da certidão das Justiças, Estadual e Federal, a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem e a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua

portuguesa, já que o requerente apresentou documento não previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0105196/2021
Código: 108.223
Interessado: KWANI NTI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0105146/2021
Código: 108.159
Interessado: PEDRO FAVIO SUAREZ GUTIERREZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0105073/2021
Código: 108.075
Interessado: MOUNIR NANNA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0105017/2021.
Código: 108.003
Interessado: AMAR KEBE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão de antecedentes criminais da justiça federal, Certidão original de antecedentes criminais expedida pelo país de origem, Certificado do curso de português está em desacordo com a legislação.), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0104362/2021
Código: 107.313
Interessado: MAHMOUD BADRAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0104525/2021
Código: 107.497
Interessado: YANELIS FERNANDEZ MARTINEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil e fora do prazo de validade; bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu no último ano, documentos estes necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0104257/2021
Código: 107.186
Interessado: BARRA FALL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual (Acre, Maranhão e Rio Grande do Sul) e Federal (TRF 1 e TRF 4), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0104207/2021
Código: 107.130
Interessado: DARINKA DE CHUMACERO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou o atestado de antecedentes criminais do país de origem, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Federal, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0104181/2021.
Código: 107.104
Interessado: LORENA KAROL RAMOS DOS SANTOS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0104131/2021.
Código: 107.057
Interessado: SIDY KA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, bem como, foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou certificado de curso sem a informação de conclusão, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, bem como, o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e portanto não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0104013/2021.
Código: 106.918
Interessado: NANA AQAQAWE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0103955/2021.
Código: 106.849
Interessado: ISEL DE VARONA MIYARES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, e o requerente apresentou o documento fora do prazo de validade, bem como, foi solicitado a apresentação da certidão da Justiça Estadual e Federal, que não foram apresentados até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0103868/2021.
Código: 106.739
Interessado: MAHBUBUR RAHMAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o/a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido(Atestado de antecedentes criminais do pais de origem legalizada e traduzida, antecedentes criminais estadual e federal, cronograma do estudo do diploma da língua portuguesa) foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Código: 106.282
Processo: 235881.0103461/2021.
Interessado: HUSSEIN ABDULKAREEM HASSAN AL BANAA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0103365/2021.
Código: 106.165
Interessado: MAWUSSE KOSSI WODIH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado; cópia do documento de viagem internacional; documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa e declaração conjunta de ambos os companheiros, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 1.383 - Ato de Concentração nº 08700.006926/2022-47. Requerentes: Paper Box Saq. Indústria de Embalagens Ltda e Smurfit Kappa do Brasil Indústria de Embalagens S.A. Advogados: Cristiano Diogo de Faria e Michelle Sobreira Ricciardi. Decido pela aprovação sem restrições.Publique-se.

Nº 1.387 - Ato de Concentração nº 08700.006929/2022-81. Requerentes: Mitsui & Co. Ltd. e Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Amanda Athayde Linhares Martins Rivera, José Carlos Berardo, Juliana Daniel e outros. Decido pela aprovação sem restrições.Publique-se

Nº 1.388 - Ato de Concentração nº 08700.006612/2022-44. SGA Niterói Veículos e Peças S.A, RBV - Rede Brasileira de Veículos Ltda. e Toyota Sulpar Ltda. Advogados: Bruno Droghetti Magalhães Santos, Edson Junio Dias de Sousa e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MMA Nº 245, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Divulga a listagem de atos normativos inferiores a decreto vigentes até 1º de agosto de 2022, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a Decreto, e o que consta do processo nº 02000.005172/2020-57, resolve:

Art. 1º Publicar, em cumprimento ao art. 19-A do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, a listagem de atos normativos inferiores a decreto vigentes até 1º de agosto de 2022, na forma do Anexo a esta portaria.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria MMA nº 457, de 19 de outubro de 2021; e

II - a Portaria nº 80, de 28 de março 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE RIBEIRO DE MELLO

ANEXO

ANO	ATO NORMATIVO
1999	Portaria MMA nº 345, de 15 de setembro de 1999.
2000	Instrução Normativa MMA nº 03, de 07 de fevereiro de 2000
2000	Instrução Normativa MMA nº 05, de 04 de agosto de 2000
2001	Instrução Normativa MMA nº 01, de 10 de maio de 2001
2001	Instrução Normativa MMA nº 02, de 10 de maio de 2001
2001	Instrução Normativa MMA nº 03, de 10 de maio de 2001
2001	Portaria MMA nº 183, de 10 de maio de 2001
2001	Portaria MMA nº 203, de 30 de maio de 2001
2002	Instrução Normativa MMA nº 03, de 04 de março de 2002
2003	Portaria MMA nº 278, de 04 de julho de 2003
2003	Portaria MMA nº 303, de 30 de julho de 2003
2003	Portaria MMA nº 319, de 15 de agosto de 2003
2003	Portaria MMA nº 32, de 14 de outubro de 2003
2004	Portaria MMA nº 89, de 22 de abril de 2004
2005	Portaria MMA nº 353, de 06 de dezembro de 2005
2005	Portaria MMA nº 380, de 27 de dezembro de 2005
2005	Portaria MMA nº 76, de 11 de março de 2005
2006	Instrução Normativa MMA nº 04, de 11 de dezembro de 2006
2006	Instrução Normativa MMA nº 05, de 11 de dezembro de 2006
2006	Instrução Normativa MMA nº 06, de 15 de dezembro de 2006
2006	Portaria MMA nº 150, de 08 de março de 2006
2006	Portaria MMA nº 17, de 08 de agosto de 2006
2006	Portaria MMA nº 253, de 18 de agosto de 2006
2006	Portaria MMA nº 349, de 11 de dezembro de 2006
2006	Portaria MMA nº 350, de 11 de dezembro de 2006
2006	Portaria MMA nº 351, de 11 de dezembro de 2006
2007	Instrução Normativa MMA nº 02, de 27 de junho de 2007
2007	Portaria MMA nº 449 de 20 de agosto de 2007
2008	Instrução Normativa MMA nº 03, de 16 de abril de 2008
2008	Instrução Normativa MMA nº 04, de 25 de junho de 2008
2008	Portaria MMA nº 159, de 19 de junho de 2008
2008	Portaria MMA nº 189, de 1º de julho de 2008
2008	Portaria MMA nº 197, de 08 de julho de 2008
2008	Portaria MMA nº 236, de 08 de agosto de 2008
2008	Portaria MMA nº 61, de 15 de maio de 2008
2008	Portaria MMA nº 96, de 27 de março de 2008
2009	Instrução Normativa MMA nº 05, de 08 de setembro de 2009
2009	Portaria MMA nº 128, de 24 de abril de 2009
2009	Portaria MMA nº 140, de 06 de maio de 2009
2009	Portaria MMA nº 160, de 19 de maio de 2009
2009	Portaria MMA nº 358, de 30 de setembro de 2009
2009	Portaria MMA nº 51, de 03 de fevereiro de 2009
2009	Portaria MMA nº 84, de 14 de setembro de 2009
2010	Portaria Conjunta MMA/IBAMA nº 297, de 09 de agosto de 2010
2010	Portaria MMA nº 348, de 08 de setembro de 2010
2010	Portaria MMA nº 444, de 26 de novembro de 2010
2010	Portaria MMA nº 481, de 14 de dezembro de 2010
2010	Portaria MMA nº 482, de 14 de dezembro de 2010
2010	Portaria MMA nº 483, de 14 de dezembro de 2010
2010	Portaria MMA nº 489, de 17 de dezembro de 2010
2010	Portaria MMA nº 492, de 17 de dezembro de 2010
2011	Portaria Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 225, de 30 de junho de 2011
2011	Portaria Interministerial MMA/SEP/PR nº 425, de 26 de outubro de 2011
2011	Portaria MMA nº 162, de 12 de maio de 2011
2011	Portaria MMA nº 245, de 25 de julho de 2011
2011	Portaria MMA nº 332, de 25 de agosto de 2011
2011	Portaria MMA nº 421, de 26 de outubro de 2011
2011	Portaria MMA nº 422, de 26 de outubro de 2011
2011	Portaria MMA nº 424, de 26 de outubro de 2011
2011	Portaria MMA nº 432, de 03 de novembro de 2011
2011	Portaria MMA nº 441, de 11 de novembro de 2011
2012	Portaria MMA nº 212, de 26 junho de 2012
2012	Portaria MMA nº 54, de 30 de março de 2012
2013	Norma Operacional SECEX nº 01, de 09 de dezembro de 2013
2013	Portaria Interministerial MMA/MC nº 271, de 10 de julho de 2013
2013	Portaria Interministerial MMA/MC nº 492, de 11 de dezembro de 2013
2013	Portaria MMA nº 04, de 03 de janeiro de 2013
2013	Portaria MMA nº 12, de 14 de janeiro de 2013
2013	Portaria MMA nº 29, de 19 de julho de 2013
2013	Portaria MMA nº 465, de 26 de novembro de 2013
2013	Portaria MMA nº 468, de 28 de novembro de 2013
2013	Portaria MMA nº 85, de 13 de maio de 2013
2014	Portaria MMA nº 06, de 13 de janeiro de 2014
2014	Portaria MMA nº 154, de 02 de maio de 2014
2014	Portaria MMA nº 180, de 11 de agosto de 2014
2014	Portaria MMA nº 187, de 22 de maio de 2014
2014	Portaria MMA nº 190, de 22 de maio de 2014
2014	Portaria MMA nº 280, de 18 de dezembro de 2014
2014	Portaria MMA nº 349, de 26 de setembro de 2014
2014	Portaria MMA nº 43, de 31 de janeiro de 2014
2014	Portaria MMA nº 443, de 17 de dezembro de 2014
2014	Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014
2014	Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014
2014	Portaria MMA nº 447, de 17 de dezembro de 2014
2015	Instrução Normativa MMA nº 01, de 12 de fevereiro de 2015
2015	Instrução Normativa MMA nº 02, de 10 de julho de 2015
2015	Portaria Interministerial MMA/MJ/MINC/MS nº 60, de 24 de março de 2015
2015	Portaria Interministerial MMA/MMIRDH/MEC/MDA nº 390, de 18 de novembro de 2015
2015	Portaria MMA nº 116, de 24 de junho de 2015
2015	Portaria MMA nº 163, de 08 de junho de 2015
2015	Portaria MMA nº 206, de 08 de julho de 2015
2015	Portaria MMA nº 226, de 16 de julho de 2015
2015	Portaria MMA nº 263, de 24 de agosto de 2015
2015	Portaria MMA nº 278, de 03 de setembro de 2015
2015	Portaria MMA nº 315 de 02 de outubro de 2015
2015	Portaria MMA nº 348, de 29 de outubro de 2015
2015	Portaria MMA nº 365, de 27 de novembro de 2015
2015	Portaria MMA nº 370, de 02 de dezembro de 2015
2015	Portaria MMA nº 98, de 28 de abril de 2015
2016	Portaria MMA nº 02, de 06 de janeiro de 2016
2016	Portaria MMA nº 120, de 25 de abril de 2016
2016	Portaria MMA nº 149, de 10 de maio de 2016
2016	Portaria MMA nº 15, de 11 de fevereiro de 2016
2016	Portaria MMA nº 150, de 10 de maio de 2016
2016	Portaria MMA nº 162, de 11 de maio de 2016
2016	Portaria MMA nº 234, de 23 de junho de 2016
2016	Portaria MMA nº 294, de 21 de julho de 2016
2016	Portaria MMA nº 295, de 21 de julho de 2016
2016	Portaria MMA nº 300, de 21 de julho de 2016
2016	Portaria MMA nº 417, de 22 de setembro de 2016
2016	Portaria MMA nº 427, de 29 de setembro de 2016
2016	Portaria MMA nº 434, de 29 de setembro de 2016
2016	Portaria MMA nº 481, de 1º de dezembro de 2016
2016	Portaria MMA nº 514, de 07 de dezembro de 2016
2016	Portaria MMA nº 519, de 07 de dezembro de 2016
2016	Portaria MMA nº 93, de 06 de abril de 2016
2017	Instrução Normativa MMA nº 02, de 30 de agosto de 2017
2017	Portaria Interministerial MMA/MAPA nº 230, de 14 de novembro de 2017
2017	Portaria Interministerial MMA/MAPA nº 232, de 28 de junho de 2017
2017	Portaria MMA nº 01, de 26 de setembro de 2017
2017	Portaria MMA nº 161, de 20 de abril de 2017
2017	Portaria MMA nº 184, de 17 de maio de 2017
2017	Portaria MMA nº 216, de 19 de junho de 2017
2017	Portaria MMA nº 217, de 19 de junho de 2017
2017	Portaria MMA nº 240, de 13 de julho de 2017
2017	Portaria MMA nº 245, de 21 de julho de 2017
2017	Portaria MMA nº 303, de 04 de agosto de 2017
2017	Portaria MMA nº 346, de 30 de agosto de 2017
2017	Portaria MMA nº 348, de 30 de agosto de 2017
2017	Portaria MMA nº 349, de 30 de agosto de 2017
2017	Portaria MMA nº 370, de 13 de setembro de 2017
2017	Portaria MMA nº 377, de 25 de setembro de 2017
2017	Portaria MMA nº 381, de 03 de outubro de 2017
2017	Portaria MMA nº 39, de 20 de fevereiro de 2017
2017	Portaria MMA nº 416, de 26 de outubro de 2017
2017	Portaria MMA nº 422, de 06 de novembro de 2017
2017	Portaria MMA nº 469, de 13 de dezembro de 2017
2017	Portaria MMA nº 483, de 22 de dezembro de 2017
2017	Portaria MMA nº 57, de 06 de março de 2017
2017	Portaria MMA nº 98, de 28 de junho de 2017
2018	Norma operacional SPOA nº 02, de 25 de junho de 2018
2018	Norma Operacional SPOA nº 05, de 03 de dezembro de 2018
2018	Portaria Conjunta MMA/ICMBIO nº 261, de 29 de junho de 2018
2018	Portaria Conjunta MMA/MTUR/ICMBIO nº 407, de 19 de outubro de 2018
2018	Portaria MMA nº 01, de 02 de fevereiro de 2018
2018	Portaria MMA nº 01, de 05 de abril de 2018
2018	Portaria MMA nº 02, de 30 de julho de 2018
2018	Portaria MMA nº 07, de 10 de outubro de 2018
2018	Portaria MMA nº 127, de 27 de abril de 2018
2018	Portaria MMA nº 128, de 27 de abril de 2018
2018	Portaria MMA nº 129, de 27 de abril de 2018
2018	Portaria MMA nº 130, de 27 de abril de 2018
2018	Portaria MMA nº 149, de 17 de maio de 2018
2018	Portaria MMA nº 16, de 25 de janeiro de 2018
2018	Portaria MMA nº 19, de 20 de fevereiro de 2018
2018	Portaria MMA nº 205, de 09 de outubro de 2018
2018	Portaria MMA nº 213, de 11 de junho de 2018
2018	Portaria MMA nº 227, de 14 de junho de 2018
2018	Portaria MMA nº 228, de 14 de junho de 2018
2018	Portaria MMA nº 229, de 14 de junho de 2018
2018	Portaria MMA nº 230, de 14 de junho de 2018
2018	Portaria MMA nº 259, de 29 de junho de 2018
2018	Portaria MMA nº 260, de 29 de junho de 2018
2018	Portaria MMA nº 275, de 05 de julho de 2018
2018	Portaria MMA nº 287, de 27 de julho de 2018
2018	Portaria MMA nº 288, de 13 de julho de 2018
2018	Portaria MMA nº 292, de 18 de julho de 2018

2018	Portaria MMA nº 324, de 09 de agosto de 2018
2018	Portaria MMA nº 327, de 15 de agosto de 2018
2018	Portaria MMA nº 367, de 13 de setembro de 2018
2018	Portaria MMA nº 368, de 13 de setembro de 2018
2018	Portaria MMA nº 373, de 19 de setembro de 2018
2018	Portaria MMA nº 378, de 1º de outubro de 2018
2018	Portaria MMA nº 391, de 11 de outubro de 2018
2018	Portaria MMA nº 413, de 31 de outubro de 2018
2018	Portaria MMA nº 429, de 16 de novembro de 2018
2018	Portaria MMA nº 444, de 26 de novembro de 2018
2018	Portaria MMA nº 445, de 27 de novembro de 2018
2018	Portaria MMA nº 463, de 18 de dezembro de 2018
2018	Portaria MMA nº 466, de 20 de dezembro de 2018
2018	Portaria MMA nº 473, de 28 de dezembro de 2018
2018	Portaria MMA nº 73, de 26 de março de 2018
2018	Portaria MMA nº 75, de 26 de março de 2018
2018	Portaria MMA nº 76, de 27 de março de 2018
2018	Portaria MMA nº 79, de 26 de março de 2018
2018	Portaria MMA nº 84, de 28 de março de 2018
2018	Portaria SBIO nº 03, de 16 de agosto de 2018
2019	Portaria Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 298, de 23 de abril de 2019
2019	Portaria Conjunta MMA/ICMBIO nº 453, de 22 de julho de 2019
2019	Portaria Interministerial MMA/MME nº 274, de 30 de abril de 2019
2019	Portaria MMA nº 17, de 21 de janeiro de 2019
2019	Portaria MMA nº 209, de 22 de março de 2019
2019	Portaria MMA nº 28, de 29 de maio de 2019
2019	Portaria MMA nº 307, de 30 de abril de 2019
2019	Portaria MMA nº 31, de 12 de abril de 2019
2019	Portaria MMA nº 32, de 12 de abril de 2019
2019	Portaria MMA nº 32, de 23 de janeiro de 2019
2019	Portaria MMA nº 326, de 03 de maio de 2019
2019	Portaria MMA nº 412, de 25 de junho de 2019
2019	Portaria MMA nº 439, de 16 de julho de 2019
2019	Portaria MMA Nº 443, DE 11 DE JULHO DE 2019
2019	Portaria MMA Nº 444, DE 11 DE JULHO DE 2019
2019	Portaria MMA nº 449, de 18 de julho de 2019
2019	Portaria MMA nº 465, de 30 de julho de 2019
2019	Portaria MMA nº 55, de 27 de dezembro de 2019
2019	Portaria MMA nº 577, de 18 de outubro de 2019
2019	Portaria MMA nº 610, de 17 de outubro de 2019
2019	Portaria MMA nº 630, de 05 de novembro de 2019
2019	Portaria MMA nº 641, de 12 de novembro de 2019
2020	Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio nº 01, de 29 de janeiro de 2020
2020	Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio nº 03, de 29 de janeiro de 2020
2020	Instrução Normativa MMA nº 04, de 19 de agosto de 2020
2020	Portaria CGGP nº 03, de 17 de setembro 2020
2020	Portaria Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 589, de 27 de novembro de 2020
2020	Portaria Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO/JBRJ nº 266, de 17 de junho de 2020
2020	Portaria Conjunta MMA/MTUR/ICMBIO nº 500, de 15 de setembro de 2020
2020	Portaria DFMA nº 02, de 12 de novembro de 2020
2020	Portaria Interministerial MMA/MAPA nº 348, de 31 de julho de 2020
2020	Portaria Interministerial MMA/MI nº 01, de 04 de novembro de 2020
2020	Portaria Interministerial MMA/MS nº 155, de 03 de abril de 2020
2020	Portaria MMA nº 558, de 26 de outubro de 2020
2020	Portaria MMA nº 03, de 03 de fevereiro de 2020
2020	Portaria MMA nº 100, de 05 de março de 2020
2020	Portaria MMA nº 124, de 18 de março de 2020
2020	Portaria MMA nº 143, de 30 de março de 2020
2020	Portaria MMA nº 145, de 04 de junho de 2020
2020	Portaria MMA nº 161, de 15 de abril de 2020
2020	Portaria MMA nº 161, de 17 de julho de 2020
2020	Portaria MMA nº 162, de 15 de abril de 2020
2020	Portaria MMA nº 199, de 22 de abril de 2020
2020	Portaria MMA nº 219, de 29 de abril de 2020
2020	Portaria MMA nº 225, de 11 de maio de 2020
2020	Portaria MMA nº 230, de 14 de maio de 2020
2020	Portaria MMA nº 256, de 10 de junho de 2020
2020	Portaria MMA nº 267, de 18 de junho de 2020
2020	Portaria MMA nº 280, de 29 de junho de 2020
2020	Portaria MMA nº 287, de 1º de julho de 2020
2020	Portaria MMA nº 288, de 02 de julho de 2020
2020	Portaria MMA nº 326, de 23 de julho de 2020
2020	Portaria MMA nº 333, de 29 de julho de 2020
2020	Portaria MMA nº 334, de 29 de julho de 2020
2020	Portaria MMA nº 335, de 29 de julho de 2020
2020	Portaria MMA nº 341, de 30 de julho de 2020
2020	Portaria MMA nº 349, de 05 de agosto de 2020
2020	Portaria MMA nº 353, de 06 de agosto de 2020
2020	Portaria MMA nº 365, de 19 de agosto de 2020
2020	Portaria MMA nº 372, de 19 de agosto de 2020
2020	Portaria MMA nº 376, de 08 de setembro de 2020
2020	Portaria MMA nº 391, de 08 de setembro de 2020
2020	Portaria MMA nº 48, de 30 de janeiro de 2020
2020	Portaria MMA nº 504, de 21 de setembro de 2020
2020	Portaria MMA nº 510, de 23 de setembro de 2020
2020	Portaria MMA nº 518, de 29 de setembro de 2020
2020	Portaria MMA nº 523, de 30 de setembro de 2020
2020	Portaria MMA nº 543, de 18 de novembro de 2020
2020	Portaria MMA nº 544, de 26 de outubro de 2020
2020	Portaria MMA nº 575, de 11 de novembro de 2020
2020	Portaria MMA nº 593, de 1º de dezembro de 2020
2020	Portaria MMA nº 603, de 10 de dezembro de 2020
2020	Portaria MMA nº 627, de 17 de dezembro de 2020
2020	Portaria MMA nº 76, de 18 de fevereiro de 2020
2020	Portaria MMA nº 98, de 05 de março de 2020
2020	Portaria MMA nº 99, de 05 de março de 2020
2020	Portaria SECEX nº 16, de 02 de outubro de 2020
2020	Portaria SPOA nº 201, de 28 de agosto de 2020
2021	Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 01, de 12 de abril de 2021
2021	Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 02, de 26 de abril de 2021
2021	Portaria Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO/JBRJ nº 548, de 14 de dezembro de 2021
2021	Portaria CONJUR nº 01, de 06 de outubro de 2021
2021	Portaria Interministerial MMA/MAPA nº 218, de 10 de junho de 2021
2021	Portaria MMA nº 09, de 11 de janeiro de 2021
2021	Portaria MMA nº 109, de 24 de março de 2021
2021	Portaria MMA nº 110, de 12 de março de 2021
2021	Portaria MMA Nº 111, de 12 de março de 2021
2021	Portaria MMA nº 112, de 12 de março de 2021
2021	Portaria MMA nº 120, de 22 de março de 2021
2021	Portaria MMA nº 127, de 29 de março de 2021
2021	Portaria MMA nº 13, de 30 de agosto de 2021
2021	Portaria MMA nº 138, de 06 de abril de 2021
2021	Portaria MMA nº 144, de 22 de abril de 2021
2021	Portaria MMA nº 145/SPOA, de 21 de outubro de 2021
2021	Portaria MMA nº 175, de 22 de abril de 2021
2021	Portaria MMA nº 194, de 19 de maio de 2021
2021	Portaria MMA nº 20, de 14 de janeiro de 2021
2021	Portaria MMA nº 219, de 02 de junho de 2021
2021	Portaria MMA nº 251, de 24 de junho de 2021
2021	Portaria MMA nº 252, de 24 de junho de 2021
2021	Portaria MMA nº 277, de 02 de julho de 2021
2021	Portaria MMA nº 280, de 02 de julho de 2021
2021	Portaria MMA nº 281, de 02 de julho de 2021
2021	Portaria MMA nº 286, de 22 de julho de 2021
2021	Portaria MMA nº 290, de 02 de julho de 2021
2021	Portaria MMA nº 295, de 07 de julho de 2021
2021	Portaria MMA nº 296, de 07 de julho de 2021
2021	Portaria MMA nº 34, de 02 de fevereiro de 2021
2021	Portaria MMA nº 359, de 04 de agosto de 2021
2021	Portaria MMA nº 385, de 12 de agosto de 2021
2021	Portaria MMA nº 386, de 23 de agosto de 2021
2021	Portaria MMA nº 393, de 31 de agosto de 2021
2021	Portaria MMA nº 394, de 17 de agosto de 2021
2021	Portaria MMA nº 414, de 31 de agosto de 2021
2021	Portaria MMA nº 416, de 08 de setembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 42, de 02 de fevereiro de 2021
2021	Portaria MMA nº 423, de 06 de setembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 439, de 16 de setembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 444, de 28 de setembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 446, de 28 de setembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 447, de 28 de setembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 455, de 05 de outubro de 2021
2021	Portaria MMA nº 457, de 19 de outubro de 2021
2021	Portaria MMA nº 47, de 04 de fevereiro de 2021
2021	Portaria MMA nº 472, de 18 de outubro de 2021
2021	Portaria MMA nº 474, de 19 de outubro de 2021
2021	Portaria MMA nº 475, de 21 de outubro de 2021
2021	Portaria MMA nº 480, de 10 de novembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 482, de 28 de outubro de 2021
2021	Portaria MMA nº 482, de 28 de outubro de 2021 - RETIFICAÇÃO
2021	Portaria MMA nº 487, de 26 de outubro de 2021
2021	Portaria MMA nº 489, de 10 de novembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 509, de 10 de novembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 528, de 29 de novembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 543, de 29 de novembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 554, de 14 de dezembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 561, de 15 de dezembro de 2021
2021	Portaria MMA nº 73, de 25 de fevereiro de 2021
2021	Portaria MMA nº 78, de 03 de março de 2021
2021	Portaria MMA/SECEX nº 01 , de 04 de fevereiro de 2021
2021	Portaria MMA/SECEX nº 05, de 21 de junho de 2021
2021	Portaria MMA/SECEX nº 53, de 21 de setembro de 2021
2021	Portaria SECEX nº 48, de 14 de setembro de 2021
2022	Portaria Conjunta MMA/ICMBio nº 14, de 25 de janeiro de 2022
2022	Portaria Conjunta SAS/SAPE/SBIO/SCRI/SQA/MMA, de 11 de maio de 2022
2022	Portaria GM/MMA nº 169, de 13 de julho de 2022
2022	Portaria GM/MMA nº 194, de 25 de julho de 2022
2022	Portaria Interministerial MMA/MAPA nº 26, de 31 de janeiro de 2022
2022	Portaria Interministerial MMA/MME nº 107, de 25 de abril de 2022
2022	Portaria Interministerial SBIO-MMA/SAP-MAPA/SECEX-SECINT-ME nº 01, de 08 de fevereiro de 2022
2022	Portaria MMA nº 04, de 06 de janeiro de 2022
2022	Portaria MMA nº 04, de 10 de fevereiro de 2022
2022	Portaria MMA nº 05, de 10 de fevereiro de 2022
2022	Portaria MMA nº 06, de 11 de fevereiro de 2022
2022	Portaria MMA nº 07, de 09 de fevereiro de 2022
2022	Portaria MMA nº 102, de 11 de abril de 2022
2022	Portaria MMA nº 105, de 06 de maio de 2022
2022	Portaria MMA nº 148, de 07 de junho de 2022
2022	Portaria MMA nº 152, de 10 de junho de 2022
2022	Portaria MMA nº 154, de 14 de junho de 2022
2022	Portaria MMA nº 156, de 14 de junho de 2022
2022	Portaria MMA nº 157, de 14 de junho de 2022
2022	Portaria MMA nº 158, de 15 de junho de 2022
2022	Portaria MMA nº 165, de 24 de junho de 2022
2022	Portaria MMA nº 168, de 24 de junho de 2022
2022	Portaria MMA nº 17, de 27 de janeiro de 2022
2022	Portaria MMA nº 188, de 13 de julho de 2022
2022	Portaria MMA nº 191, de 22 de julho de 2022
2022	Portaria MMA nº 43/SPOA, de 31 de janeiro de 2022
2022	Portaria MMA nº 44, de 11 de março de 2022
2022	Portaria MMA nº 48/SPOA, de 03 de fevereiro de 2022
2022	Portaria MMA nº 66, de 28 de abril de 2022
2022	Portaria MMA nº 70, de 10 de março de 2022
2022	Portaria MMA nº 71, de 21 de março de 2022
2022	Portaria MMA nº 74, de 15 de março de 2022
2022	Portaria MMA nº 78, de 17 de março de 2022
2022	Portaria MMA nº 80, de 28 de março 2022
2022	Portaria MMA nº 87, de 24 de março de 2022
2022	Portaria MMA nº 89, de 28 de março de 2022
2022	Portaria MMA nº 90, de 1º de abril de 2022
2022	Portaria MMA/SECEX nº 06, de 22 de março de 2022
2022	Portaria SECEX/MMA nº 121, de 29 de junho de 2022
2022	Portaria SECEX/MMA nº 59, de 28 de abril de 2022
2022	Portaria SPOA/MMA nº 145, de 27 de abril de 2022

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.638, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 48500.000121/2012-99. Interessado: SPE 1 - Central Eólica Mundo Novo S.A. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Mundo Novo V, cadastrada no CEG sob o nº EOL.CV.RN.033552-5.01. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.647, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, o disposto na Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, e o que consta do Processo nº 48500.005500/2020-85, decide: alterar para 21 de agosto de 2023 a vigência do Despacho 3.354, de 27 de novembro de 2020, que concedeu à Empresa Cris Participações e Administração de Bens Ltda., inscrita no CNPJ nº 10.374.912/0001-87, o Registro para Revisão dos Inventário Hidrelétrico do rio das Cinzas e seu afluente o rio Laranjinha, no trecho entre a nascente e a foz do rio Paranapanema, integrantes da sub-bacia 64, no estado do Paraná, cadastrado sob o código de inventários - CINV;INV.64.0002.01-1.

RENATO MARQUES BATISTA

DESPACHO Nº 2.650, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 48500.001943/2014-59. Interessado: PCH Fartura Energética Ltda. Decisão: Registrar a CGH Fartura, localizada no município de Angelina, no estado de Santa Catarina, e outras providências. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

RETIFICAÇÃO

Na íntegra dos Despachos nº 711, 713, 714, 715, 716, e 717, de 13 de março de 2020, cujos resumos foram publicados no D.O.U. de 17.03.2020, Seção 1, p. 49, v. 158, n. 52, onde se lê "compartilhada com as EOL Jerusalém II, Jerusalém III, Jerusalém IV, Jerusalém V e Jerusalém VI", leia-se: "compartilhada com as EOL Jerusalém II, Jerusalém III, Jerusalém IV, Jerusalém V e Jerusalém VI, Boqueirão I e Boqueirão II"

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 2.561, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004111/2017-37, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A., CNPJ nº 15.413.826/0001-50, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

MARIO HAUBRICHT FILHO	NOVAES & HOKI LTDA	MDA TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA
ABENET PROVEDORA DE ACESSO A INTERNET LTDA - ME	REDE INFORMÁTICA E INTERNET LTDA	MITAS - INTERNET BANDA LARGA LTDA
CLEITON CORREIA DE SOUZA		

DESPACHO Nº 2.625, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março de 2016, alterada pela Portaria ANEEL nº 6.619, de 15 de dezembro de 2020, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004328/2022-12, decide dar provimento ao Pedido de Reconsideração contra o Despacho nº 2.023, de 2022 e autorizar a implantação de reforço em instalação sob responsabilidade da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf, CNPJ nº 33.541.368/0001-16, conforme Anexo, com prazo para início da operação comercial a contar da data de publicação deste Despacho.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

Concessionária	SGPMR	Instalação	Tensão (kV)	Descrição do reforço	Data de Necessidade	Prazo (*)
CHESF	0001826/2021	Igaporã III	500	Instalação de um 1 (um) Módulo de Manobra de Interligação de Barras 500 kV (15D5), arranjo Disjuntor e Meio, na SE Igaporã III.	Imediata	0

*O prazo é de 0 meses em decorrência da obra já ter sido concluída.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.649, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.029, de 25 de julho de 2022, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004105/2007-16, decide restabelecer a operação comercial da unidade geradora (UG) 1B da Central Geradora Termelétrica (UTE) Três Lagoas, Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTEGNMS027975-7, localizada no município de Três Lagoas, estado do Mato Grosso do Sul, de propriedade da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JUNIOR

DESPACHOS DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 20 de setembro de 2022.

Nº 2.654 Processo nº: 48500.005876/2020-90. Interessados: Ventos de São Ciro Energias Renováveis S/A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Ciro. Unidades Geradoras: UG1 a UG3, de 4.400,00 kW cada. Localização: Município de Betânia do Piauí, no estado do Piauí.

Nº 2.655 Processo nº: 48500.005875/2020-45. Interessados: Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S/A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Crispim. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 4.400,00 kW cada. Localização: Municípios de Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí, no estado do Piauí.

Nº 2.656 Processo nº: 48500.003611/2018-32. Interessados: Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Vale do Pontal 2. Unidades Geradoras: UG1, de 25.000,00 kW. Localização: Município de Limeira do Oeste, no estado de Minas Gerais.

Nº 2.657 Processo nº: 48500.001135/2019-04. Interessados: Central Eólica Monte Verde I S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Monte Verde I. Unidades Geradoras: UG1 a UG16, de 4.200,00 kW cada. Localização: Município de Pedro Avelino, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.658 Processo nº: 48500.001131/2019-18. Interessados: Central Eólica Monte Verde V S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Monte Verde V. Unidades Geradoras: UG1 a UG8, de 4.200,00 kW cada. Localização: Município de Pedro Avelino, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.659 Processo nº: 48500.002321/2020-96. Interessados: Baraúnas XV Energética S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Baraúnas XV (Antiga Massaroca I). Unidades Geradoras: UG4 e UG5, de 3.465,00 kW cada. Localização: Município de Sento Sé, no estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 2.613, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.006152/2022-25, decide: (i) conhecer e dar provimento à reclamação interposta pela Industria e Comércio de Bebidas Imperial S.A., CNPJ nº 00.552.646/0001-81; (ii) determinar à Enel Distribuição Goiás CELG Distribuição S.A. - CELG D, CNPJ nº 01.543.032/0001-04 realizar a compensação, nos termos do art. 151 da Resolução Normativa nº 414, de 2010, referente à violação do prazo estabelecido no art. 197 da mesma Resolução Normativa para apresentação de resposta e solução de reclamações, referente às 11 reclamações apresentadas pela empresa consumidora (108772, 108774, 108775, 108779, 108784, 108786, 108787, 108790, 108792, 108793 e 108854); e (iii) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de até 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ RUELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 2.651, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, e o que consta do Processo nº 48500.007560/2022-02, decide: (i) homologar o Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCESUP, celebrado entre a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner - CERSAD (suprida), CNPJ nº 11.615.872/0001-80 e a Celesc Distribuição S.A. - CELESC (supridora), CNPJ nº 08.336.783/0001-90 ressalvada a ineficácia das Cláusulas 18, 19 e 20 e do Anexo I; (ii) não homologar os 1º e 2º Termos Aditivos ao contrato; (iii) homologar o 3º Termo Aditivo ao contrato, ressalvados os montantes de janeiro a julho de 2022 (conforme tabela abaixo); e (iv) determinar que as partes aditem o contrato para adequá-lo ao fato de a CERSAD não ser mais exclusivamente suprida.

Mês	3º Termo Aditivo (kWh)				
	2022	2023	2024	2025	2026
Janeiro	8.950*	114.000	116.280	118.024	119.794
Fevereiro	8.950*				
Março	8.950*				
Abril	8.950*				
Maio	8.950*				
Junho	8.950*				
Julho	8.950*				
Agosto	8.950				
Setembro	8.950				
Outubro	8.950				
Novembro	8.950				
Dezembro	8.950				

* Valor não homologado.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 112/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
867.360/2010-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-ALVARÁ N°7790/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
866.587/2016-ALTAIR FERREIRA DA SILVA- Alvará n°1223/2017 - Cessionario:866.529/2022-Rafael Piva Battaglini- CPF ou CNPJ 017.772.171-56
866.587/2016-ALTAIR FERREIRA DA SILVA- Alvará n°1223/2017 - Cessionario:866.530/2022-Rafael Piva Battaglini- CPF ou CNPJ 017.772.171-56
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
866.815/2008-BRITA FORTE S/A- Alvará n°4020/2009 - Cessionário: GDMBrasil Geologia e Desenvolvimento Mineral Ltda- CNPJ 19.072.118/0001-53
866.695/2006-BRITA FORTE S/A- Alvará n°1149/2007 - Cessionário: GDMBrasil Geologia e Desenvolvimento Mineral Ltda- CNPJ 19.072.118/0001-53
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
866.036/2005-ÁGUA MINERAL DO VALE LTDA EPP- Clarinha do Vale - Àgua Mineral Natural Prisma - Embalagem de 20 L- JACIARA/MT
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
866.003/2017-GRANDO MINERAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:Pavesi Construtora e Incorporadora Ltda- CPF ou CNPJ 16.751.362/0001-54- Alvará n°4524/2017
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
866.468/1994-VALDEMIR CARLOS DE SOUZA- Cessionário:Valdinei Mauro de Souza- CNPJ 568.360.581-49- PLG n°78/1995
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.354/2022-ELIEL JORDAM DIAS DE OLIVEIRA-OF. N°29892/2022-CAREAS

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RORAIMA

DESPACHO
Relação nº 15/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
884.015/2013-ESPARTA EMPREENDIMENTOS E EXPLORAÇÃO LTDA-OF. N°40760/2022
884.103/2005-RIO GRANDE MINERACAO S.A-OF. N°40713/2022
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
884.083/2011-AURIO TESSARO
884.063/2009-RIO GRANDE MINERACAO S.A
884.037/2011-RIO GRANDE MINERACAO S.A
884.031/2014-ANTONIA RODRIGUES DE SOUZA
884.135/2011-OLIVEIRA & OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA
884.036/2011-RIO GRANDE MINERACAO S.A
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
884.153/2021-LUCERGIO BARREIRA ABREU DA SILVA- Cessionário:DIEGO GONÇALVES MINERADORA LTDA- CPF ou CNPJ 45.433.574/0001-91- Alvará n°7441/2021
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
884.022/2013-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
884.112/2014-L KOTINSCKI-OF. N°42736/2022
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
884.084/2010-PEDRA NORTE EXTRAÇÃO DE PEDRA LTDA- Registro de Licença N° 094/2010 - Vencimento em 04/04/2023
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(346)
884.220/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DO BRASIL-OF. N°17501/2022
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
884.020/2019-COOPERATIVA MINERADORA MISTA DOS SÓCIOS DO SINDICATO DOS GARIMPEIROS DO ESTADO D
884.249/2021-PRINTEC MINERACOES E SERVICOS LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
884.205/2022-EUZADIR PEREIRA DA SILVA-OF. N°40346/2022
884.206/2022-ADRIANO BARREIRA ABREU-OF. N°40361/2022
884.209/2022-JAIME DIAS ZOZIMO-OF. N°40139/2022
884.210/2022-EDILSON AIRES DA SILVA-OF. N°40122/2022
884.211/2022-QUEBRANTADO CONSULTORIA RURAL LTDA-OF. N°39364/2022
884.187/2022-JUCILENE ROCHA ANDRADE-OF. N°42674/2022
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
884.020/2022-LUIZ FELLIPE LEAL WEISSHEIMER

PEDRO ANTONIO DORIA SANTIAGO DOS SANTOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 532/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50) Celso da Silva - 815325/19

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 82/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.528/2017-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA
800.082/2018-MILGRAN INDUSTRIA E COMERCIO DE GRANITOS LTDA
800.122/2018-BR STONE MINERACAO, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA
800.473/2006-INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA.
800.882/2011-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.424/2018-SPLENDOUR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-GRANJA/CE, VIÇOSA DO CEARÁ/CE - Guia n° 103/2022-6.400toneladas-quartzito- Vigência da Guia:03 anos
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.696/2016-THOR GRANITOS E MARMORES LTDA-OF. N°40894/2022
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.241/2007-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME-OF. N°N° 23956/2022

VANESSA MARIA MAMEDE CAVALCANTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO
Relação nº 18/2022

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

890.368/1984-GRANITOS LARANJEIRA LTDA. - Publicado DOU de 19/09/1991, Relação n° 724/91, Seção 1, pág. 20.118- Onde se Lê: "... nos Municípios de Pancas e Itueta, Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, ... Em virtude da não comprovação da substância pesquisada em toda área, ... cuja descrição é a seguinte: tem um vértice a 1.414 metros no rumo verdadeiro de 45°NW da confluência ... " Leia-se: "... nos municípios de Baixo Guandu e Itueta, ES/MG, ... Em virtude da não comprovação da substância pesquisada em toda área, ... cuja descrição é a seguinte: tem um vértice a 1.414 metros no rumo verdadeiro de 45°SW da confluência ... "

896.017/1998-GRAMACAP GRANITOS E MARMORES CAPIXABA LTDA. EPP - Publicado DOU de 19/09/2001, Relação n° 526/2001, Seção 42/43, pág. 1- As reservas aprovadas pelo Despacho de aprovação do RFP constante à folha 109, pelas reservas constantes no Despacho N 97161/SEFIS-ES/ANM/2022.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 525/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Ljmpr Mineradora LTDA. me - 826201/19, 826202/19, 826203/19, 826205/19
Royal Mineração do Brasil me - 826297/18

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 140/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
810.834/2008-JOSÉ AUGUSTO PEREIRA OPPELT-Alvará N°2358/2019
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
810.502/2016-AURI DE CASTRO - PLG Nº 3/2017 de 31/08/2017- Vencimento em 21/09/2027
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.633/2020-ELISIANE SPESSOTTO-OF. N°43474/2022
811.219/2013-CERÂMICA LINHA NOVA LTDA ME-OF. N°43477/2022
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.769/2018-KILDER LEANDRO RODRIGUES MENEZES ME- Registro de Licença N° 140/2018 - Vencimento em 01/09/2027
810.064/2011-PEDREIRA MAQUINÉ LTDA.- Registro de Licença N° 64/2011 - Vencimento em 26/07/2027
810.645/2017-DREHER CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA- Registro de Licença N° 129/2020 - Vencimento em 06/10/2023
810.867/2015-PEDRO AMORETTI DA SILVA E CIA LTDA ME- Registro de Licença N° 252/2015 - Vencimento em 09/04/2023
811.043/2015-MARIA EUGENIA C. MUNIZ- Registro de Licença N° 177/2016 - Vencimento em 22/12/2025
810.215/2013-SALTIEL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA- Registro de Licença N° 100/2013 - Vencimento em 24/09/2025
810.739/2018-JUACIR LUIZ DRIS- Registro de Licença N° 141/2018 - Vencimento em 01/09/2026
811.591/2014-PIETRE COLLORATE MOSAICO INDUSTRIA COMERCIO LTDA- Registro de Licença N° 72/2015 - Vencimento em 07/07/2026
810.468/2017-BRITAGEM CONTE EIRELI- Registro de Licença N° 193/2017 - Vencimento em 05/05/2026
810.577/2007-ADÃO P. DE QUADROS ME- Registro de Licença N° 18/2008 - Vencimento em 27/06/2026
810.073/2004-CSL - CONSTRUTORA SACCHI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL- Registro de Licença N° 2838/2005 - Vencimento em 01/07/2026
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
811.141/2014-BEBIDAS FRUKI S.A.-OF. N°44004/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.186/2022-ELMO BORGES PADILHA-OF. N°43476/2022
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.585/2022-MAC ENGENHARIA EIRELI-Registro de Licença N° 132/2022 - Vencimento em 15/04/2025
810.517/2022-GEDERSON PAZ DE FIGUEIREDO-Registro de Licença N° 133/2022 - Vencimento em 04/11/2025
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.062/2018-MINERACAO SANTA MARIA LTDA.-OF. N°42936/2022
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
810.707/2021-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°40628/2021/SEREM-RS/ANM
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
811.452/2016-MINERAÇÃO PALMA LTDA ME
810.823/2018-RALF SIEWERDT
810.824/2018-RALF SIEWERDT
810.822/2018-RALF SIEWERDT

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 141/2022

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito despacho de indeferimento(769)
810.073/2004-CSL - CONSTRUTORA SACCHI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL- Publicado DOU de 13/06/2022
810.073/2004-CSL - CONSTRUTORA SACCHI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL- Publicado DOU de 13/06/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 528/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Mav Mineração Ltda - 811270/14
Wilibaldo Isquierdo Tomaz - 810034/21

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

DIVISÃO NACIONAL DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 524/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41) Gustavo Angelo Mandalozzo - 826254/21
Lucas Braun - 826402/18
Marcio Alexandro Brasinha da Silva - 826541/18

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Chefe de Divisão

DESPACHO
Relação nº 531/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41) Agua e Vida Pocos Artesianos Eireli - 815260/20

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Chefe de Divisão

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

ALVARÁ Nº 7.389, DE 18 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860745/2022-56-FORTALEZA MINERADORA LTDA (Documento SEI: 5006527)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.390, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860747/2022-45-FORTALEZA MINERADORA LTDA (Documento SEI: 5010377)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.391, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860748/2022-90-FORTALEZA MINERADORA LTDA (Documento SEI: 5011069)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48072.858089/2022-01-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS E MINERADORES DA REGIAO NORTE (Documento SEI: 5006020)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.183, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/MT0246380	ARGEU BARBAO	46.782.031/0001-42	48610.218541/2022-54
GLP/RJ0246381	DISTRIBUIDORA DE GAS AGUA BRANCA LTDA	44.122.396/0001-15	48610.214320/2022-15
GLP/SP0246382	J. L. DA SILVA COMERCIO DE GAS AGUA E CARVAO LTDA	46.948.720/0001-84	48610.221084/2022-85
GLP/SC0246383	J.B. COMERCIO DE GAS LTDACOMERCIO DE GAS LTDA	73.591.802/0003-59	48610.219027/2022-36
GLP/BA0246384	JOAO JUSTO DOS SANTOS NETO	45.546.012/0001-54	48610.220049/2022-49
GLP/PA0246385	M C DA SILVA CANDEIRA	47.085.918/0001-44	48610.218448/2022-40
GLP/DF0246386	PISTAO SUL COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI	32.636.071/0001-71	48610.215326/2022-00
GLP/ES0246387	PLACIDO COMERCIO DE GAS LTDA	47.421.010/0001-64	48610.221126/2022-88
GLP/MT0246388	SILVANA A. DA SILVA ME	47.194.207/0001-08	48610.221140/2022-81

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.184, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/CE0229446	A PEREIRA DA COSTA	27.220.881/0002-93	48610.220151/2022-44
PR/PA0229456	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS PRIME LTDA	44.414.557/0001-44	48610.220333/2022-15
PR/PR0229436	AUTO POSTO PETRO LTDA	47.215.435/0001-17	48610.221453/2022-30
PR/PA0229443	AUTO POSTO PETRODADO EIRELI	39.405.289/0001-64	48610.219012/2022-78
PR/RS0229440	COMERCIAL DRB DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	47.408.162/0001-27	48610.220777/2022-51
PR/SC0229438	MPS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	37.435.735/0011-20	48610.220647/2022-18
PR/CE0229439	NILTON CESAR GOMES VASCONCELOS	34.102.569/0001-80	48610.220681/2022-92
PR/PE0229445	POSTO DE COMBUSTIVEIS CB LTD	46.895.970/0001-01	48610.221304/2022-71
PR/MG0229442	POSTO KINNY RAIKKONEN LTDA	42.368.863/0001-66	48610.221610/2022-15
PR/AL0229444	POSTO SÃO JOSE LTDA	46.530.600/0001-62	48610.221460/2022-31
PR/BA0229441	REVENDEDORA DE COMBUSTIVEIS SAUBARA LTDA	42.393.230/0001-08	48610.220718/2022-82
PR/MT0229437	VITORIA 77 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	41.779.350/0001-85	48610.205883/2022-12

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 670, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, tendo em vista o constante no processo ANP nº 48610.221898/2022-10, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica Geoflux Exploração e Produção de Petróleo Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 32.385.032/0001-49, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

Art. 2º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) a granel e para a realização de Projeto para Uso Próprio e de Projeto Estruturante, cuja outorga é disciplinada pela Resolução ANP nº 41, de 05 de dezembro de 2007, republicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2010.

Art. 3º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Liquefeito (GNL) a granel, cuja outorga é disciplinada pela Portaria ANP nº 118, de 11 de julho de 2000.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 10, 11, 12 e 13 da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011.

Art. 5º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DESPACHO SIM-ANP Nº 1.182, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo n° 48610.221898/2022-10, resolve:

1.Fica Geoflux Exploração e Produção de Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.385.032/0001-49, registrada como Agente Vendedor de gás natural com o nº 03.29.33.32385032.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

RESOLUÇÃO Nº 65, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre as deliberações aprovadas na 113ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso I, do Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019, observando o disposto no Decreto Legislativo nº 06 de 2020, dando cumprimento ao deliberado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em sua 113ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 14 de setembro de 2022, por vídeo conferência, resolve:

Art. 1º Aprovar as atas:

I - 112ª Reunião Ordinária ocorrida no dia 08/06/2022;

II - Reunião Extraordinária ocorrida no dia 18/07/2022.

Art. 2º Aprovar o regulamento para Diplomação dos estados que apresentarem crescimento na criação de conselhos e fundo do idoso.

Art. 3º Aprovar, por maioria, a adequação orçamentária dos recursos do Fundo Nacional previstos na Resolução nº 64/2022, no valor de R$27.334,80 (vinte e sete mil trezentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) para: adquirir placas para diplomação dos estados Amigo da Pessoa Idosa e para atender as despesas com o concurso literário, conforme editais nº 1/2022 e nº 2/2022 itens 1.1 e 3.3.

Art. 4º Aprovar, por maioria, a Recomendação para a alteração dos nomes dos conselhos, para substituir as expressões "idoso(a)" e "idosos (as)" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas".

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO FERNANDES TONINHO COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 15, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.182106/2020-03, interposto pela SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICÊNCIA DE SÃO CAETANO DO SUL/SP, CNPJ nº 59.307.074/0001-18, contra a decisão de indeferimento do pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAES/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 3.563, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Suspende na parcela julho de 2022, a transferência de incentivos financeiros das equipes e serviços da Atenção Primária, com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, abril e maio de 2022, e

Considerando as informações técnicas pertinentes a esta Portaria constantes no processo administrativo de Número Único de Protocolo - NUP 25000.115460/2022-86, do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Saúde (SEI/MS), resolve:

Art. 1º Suspender na parcela julho de 2022 a transferência de incentivos financeiros das equipes e serviços da Atenção Primária dos municípios constantes nos Anexos I e II a esta Portaria, que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES por duas competências consecutivas.

Parágrafo único. As informações sobre suspensão de que trata esta Portaria estão disponibilizadas no endereço eletrônico do e-Gestor AB da Secretaria de Atenção Primária (SAPS) do Ministério da Saúde.

Art. 2º A partir da regularização da informação do profissional no SCNES, o custeio do incentivo financeiro é reestabelecido automaticamente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

Equipes (INE) suspensas por duplicidade profissional na parcela julho de 2022

UF	IBGE	Município	INE	Tipo de equipe
AL	270140	CAMPO ALEGRE	0000163309	Equipe Saúde da Família
AM	130260	MANAUS	0001700545	Equipe Saúde da Família
BA	291430	IRAMAIA	0000195146	Equipe Saúde da Família
BA	291560	ITAMARAJU	0001692992	Equipe Saúde da Família
BA	292110	MEDEIROS NETO	0000203297	Equipe Saúde da Família
BA	292530	PORTO SEGURO	0001671561	Equipe Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0000211753	Equipe Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0000212733	Equipe Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0001694561	Equipe Saúde da Família
BA	293250	UNA	0001621599	Equipe Saúde da Família
CE	230260	CAMOCIM	0002186411	Equipe Saúde da Família
ES	320335	MARILÂNDIA	0000283177	Equipe Saúde da Família
MG	310460	ASTOLFO DUTRA	0000222992	Equipe Saúde da Família
MG	311770	CONCEIÇÃO DO RIO VERDE	0000238511	Equipe Saúde da Família
MG	313130	IPATINGA	0001643789	Equipe Saúde da Família

MG	313670	JUIZ DE FORA	0000252786	Equipe Saúde da Família
MG	313720	LAGOA DA PRATA	0000253057	Equipe Saúde da Família
MG	313760	LAGOA SANTA	0001633716	Equipe Saúde da Família
MG	314040	MARMELÓPOLIS	0000255408	Equipe Saúde da Família
MG	314700	PARACATU	0000260967	Equipe Saúde da Família
MG	315210	PONTE NOVA	0000264814	Equipe Saúde da Família
MG	316870	TIMÓTEO	0000274372	Equipe Saúde da Família
MG	316890	TIROS	0000274550	Equipe Saúde da Família
MG	317030	UMBURATIBA	0000276839	Equipe Saúde da Família
MS	500320	CORUMBÁ	0000441252	Equipe Saúde da Família
MT	510774	SANTA CRUZ DO XINGU	0000451789	Equipe Saúde da Família
PA	150240	CASTANHAL	0000022594	Equipe Saúde da Família
PA	150460	MOCAJUBA	0000026611	Equipe Saúde da Família
PB	250060	ALHANDRA	0000118117	Equipe Saúde da Família
PB	250080	ARAÇAGI	0000118427	Equipe Saúde da Família
PB	250750	JOÃO PESSOA	0000124648	Equipe Saúde da Família
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0000145661	Equipe Saúde da Família
PI	220040	ALTOS	0000064998	Equipe Saúde da Família
PI	220545	JOCA MARQUES	0000069906	Equipe Saúde da Família
PI	220840	PIRIPIRI	0000073601	Equipe Saúde da Família
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0000385042	Equipe Saúde da Família
PR	411520	MARINGÁ	0000390496	Equipe Saúde da Família
PR	411520	MARINGÁ	0000391026	Equipe Saúde da Família
PR	411950	PIRAQUARA	0001519034	Equipe Saúde da Família
PR	412510	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	0000397059	Equipe Saúde da Família
PR	412770	TOLEDO	0001492128	Equipe Saúde da Família
RJ	330040	BARRA MANSA	0001552716	Equipe Saúde da Família
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0000291420	Equipe Saúde da Família
RJ	330330	NITERÓI	0000295795	Equipe Saúde da Família
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0000298883	Equipe Saúde da Família
RS	430460	CANOAS	0000421553	Equipe Saúde da Família
RS	430460	CANOAS	0001716751	Equipe Saúde da Família
RS	430460	CANOAS	0001501747	Equipe Saúde da Família
RS	430468	CAPELA DE SANTANA	0000421944	Equipe Saúde da Família
RS	431240	MONTENEGRO	0001705202	Equipe Saúde da Família
RS	431240	MONTENEGRO	0000427292	Equipe Saúde da Família
RS	431490	PORTO ALEGRE	0000430323	Equipe Saúde da Família
RS	431490	PORTO ALEGRE	0000431125	Equipe Saúde da Família
RS	431515	PROGRESSO	0000431656	Equipe Saúde da Família
SC	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	0000400653	Equipe Saúde da Família
SC	420280	BRAÇO DO NORTE	0002208946	Equipe Saúde da Família
SC	420290	BRUSQUE	0000402508	Equipe Saúde da Família
SC	420460	CRICIÚMA	0000404772	Equipe Saúde da Família
SC	420730	IMBITUBA	0002237903	Equipe Saúde da Família
SC	420820	ITAJAÍ	0001659634	Equipe Saúde da Família
SE	280290	ITABAIANA	0002128993	Equipe Saúde da Família
SP	350030	AGUAÍ	0001589571	Equipe Saúde da Família
SP	350060	ÁGUAS DE SÃO PEDRO	0002172119	Equipe Saúde da Família
SP	350460	BADY BASSITT	0001639242	Equipe Saúde da Família
SP	351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	0001538861	Equipe Saúde da Família
SP	351690	GENERAL SALGADO	0001529250	Equipe Saúde da Família
SP	351870	GUARUJÁ	0000330191	Equipe Saúde da Família
SP	351870	GUARUJÁ	0001581538	Equipe Saúde da Família
SP	351870	GUARUJÁ	0000330426	Equipe Saúde da Família
SP	351870	GUARUJÁ	0001582992	Equipe Saúde da Família
SP	351870	GUARUJÁ	0000330167	Equipe Saúde da Família
SP	351880	GUARULHOS	0000331252	Equipe Saúde da Família
SP	352320	ITARARÉ	0000334944	Equipe Saúde da Família
SP	352980	MINEIROS DO TIETÊ	0001569333	Equipe Saúde da Família
SP	354100	PRAIA GRANDE	0001657070	Equipe Saúde da Família
SP	354100	PRAIA GRANDE	0001611003	Equipe Saúde da Família
SP	354100	PRAIA GRANDE	0000345873	Equipe Saúde da Família
SP	354600	SANTA BRANCA	0000348996	Equipe Saúde da Família
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0000353736	Equipe Saúde da Família
SP	355030	SÃO PAULO	0000365025	Equipe Saúde da Família
SP	355040	SÃO PEDRO	0001531204	Equipe Saúde da Família
TO	171820	PORTO NACIONAL	0000039330	Equipe Saúde da Família
AL	270460	MARAVILHA	0001949993	Equipe de Saúde Bucal
BA	290760	CENTRAL	0001964984	Equipe de Saúde Bucal
CE	230110	ARACATI	0001992538	Equipe de Saúde Bucal
GO	520810	FORMOSO	0002061457	Equipe de Saúde Bucal
MG	311580	CENTRALINA	0002083841	Equipe de Saúde Bucal
MG	312200	DIVINO	0001898213	Equipe de Saúde Bucal
MG	312230	DIVINÓPOLIS	0002046873	Equipe de Saúde Bucal
MG	315670	SABARÁ	0002071274	Equipe de Saúde Bucal
MG	315670	SABARÁ	0002163101	Equipe de Saúde Bucal
MS	500150	BANDEIRANTES	0002045206	Equipe de Saúde Bucal
PR	411500	MARILENA	0002057654	Equipe de Saúde Bucal
PR	412700	TEIXEIRA SOARES	0001885499	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718568	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001817930	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071843	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072114	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072122	Equipe de Saúde Bucal
81 MUNICÍPIOS			99 EQUIPES	

ANEXO II

Quantidade de Agentes Comunitários de Saúde suspensos por duplicidade profissional na parcela julho de 2022

UF	IBGE	Município	Quantidade
BA	290600	CAMPO FORMOSO	1
BA	292740	SALVADOR	1
DF	530010	BRASÍLIA	2
ES	320320	LINHARES	1
ES	320520	VILA VELHA	1
GO	521250	LUZIÂNIA	1
MA	210660	MATÕES	1
MA	210825	PEDRO DO ROSÁRIO	1
MA	211130	SÃO LUÍS	8
MG	310620	BELO HORIZONTE	3
MG	312230	DIVINÓPOLIS	6
MG	315280	PRATA	2
MG	315950	SANTA RITA DO ITUETO	2
MG	317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	1
MS	500124	ARAL MOREIRA	1

MS	500620	NOVA ANDRADINA	1
PA	150060	ALTAMIRA	2
PA	150080	ANANINDEUA	1
PA	150140	BELÉM	1
PE	260170	BELO JARDIM	1
PE	260260	BREJO DA MADRE DE DEUS	1
PE	260410	CARUARU	1
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	3
PR	411810	PARANACITY	1
PR	412190	RIBEIRÃO DO PINHAL	1
RJ	330045	BELFORD ROXO	3
RJ	330270	MARICÁ	1
RN	240810	NATAL	3
RO	110005	CEREJEIRAS	6
RS	430210	BENTO GONÇALVES	2
RS	430720	ERVAL GRANDE	3
RS	431230	MIRAGUAÍ	2
RS	431240	MONTENEGRO	2
RS	431842	SÃO JOÃO DA URTIGA	1
RS	432200	TRIUNFO	1
SC	420230	BIGUAÇU	3
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	1
SC	420730	IMBITUBA	3
SC	421110	MONTE CASTELO	1
SE	280480	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	1
SP	351060	CARAPICUÍBA	2
SP	351870	GUARUJÁ	1
SP	351907	HORTOLÂNDIA	1
SP	352590	JUNDIAÍ	2
SP	353110	MONGAGUÁ	1
SP	354100	PRAIA GRANDE	4
SP	354520	SALTO	1
SP	355030	SÃO PAULO	2
48 MUNICÍPIOS			92 ACS

PORTARIA GM/MS Nº 3.566, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Sertânia, no Estado de Pernambuco, em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretária da Saúde do Estado de Pernambuco, especialmente no que tange ao descumprimento de carga horária, conforme preconiza, conforme preconiza o artigo 4º, item V, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 2 de junho de 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Primária transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidade na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro da Atenção Primária à Saúde para a Estratégia Saúde da Família, integrante do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, resolve:

Art. 1º Suspender a transferência do incentivo financeiro referente à Estratégia de Saúde da Família, a partir da competência financeira setembro de 2022, do Município de Sertânia/PE, do Estado de Pernambuco.

Art. 2º Em conformidade com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1 de junho de 2021, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 1 (uma) equipe de Saúde da Família e perdurará até a adequação da irregularidade por parte do município, devidamente comprovadas por meio de supervisão técnica por parte da Secretaria de Estado da Saúde de Pernambuco.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 3.569, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Suspende na parcela julho de 2022, a transferência de incentivos financeiros das equipes e serviços da Atenção Primária, com ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB, identificadas nas competências CNES março, abril e maio de 2022; e

Considerando as informações técnicas pertinentes a esta Portaria constantes no processo administrativo de Número Único de Protocolo - NUP 25000.115525/2022-93, do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Saúde (SEI/MS), resolve:

Art 1º Suspender na parcela julho de 2022, a transferência de incentivos financeiros das equipes e serviços da Atenção Primária constantes nos Anexos I e II a esta Portaria, com ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) por três competências consecutivas.

Parágrafo único. As informações sobre suspensão de que trata esta Portaria estão disponibilizadas no endereço eletrônico do e-Gestor AB da Secretaria de Atenção Primária (SAPS) do Ministério da Saúde.

Art 2º A partir da regularização das informações no SISAB, o custeio do incentivo financeiro é reestabelecido automaticamente.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

Equipes (INE) com ausência de alimentação do SISAB, suspensas na parcela julho de 2022.

UF	IBGE	Município	INE	Tipo
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001602209	Equipe Consultoria na Rua
AC	120030	FEIJÓ	0001860062	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0001956558	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0001959026	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0002059711	Equipe de Saúde Bucal
AM	130170	HUMAITÁ	0001749544	Equipe de Saúde Bucal
AM	130230	JUTAÍ	0002107627	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001721631	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001721976	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001723642	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001725904	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001726994	Equipe de Saúde Bucal
AM	130280	MARAÃ	0002132168	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002089793	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002094002	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002094355	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002129396	Equipe de Saúde Bucal
BA	290060	AIQUARA	0002094649	Equipe de Saúde Bucal
BA	290060	AIQUARA	0002140721	Equipe de Saúde Bucal
BA	290120	ANAGÉ	0001783289	Equipe de Saúde Bucal
BA	290270	BARRA	0002162695	Equipe de Saúde Bucal
BA	290300	BARRA DO MENDES	0001890921	Equipe de Saúde Bucal
BA	290327	BARROCAS	0001742620	Equipe de Saúde Bucal
BA	290440	BREJOLÂNDIA	0001961632	Equipe de Saúde Bucal
BA	290570	CAMAÇARI	0002073544	Equipe de Saúde Bucal
BA	290570	CAMAÇARI	0002108828	Equipe de Saúde Bucal
BA	290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	0001836048	Equipe de Saúde Bucal

BA	290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	0001836633	Equipe de Saúde Bucal
BA	290670	CÂNDIDO SALES	0001847627	Equipe de Saúde Bucal
BA	290685	CAPELA DO ALTO ALEGRE	0001819941	Equipe de Saúde Bucal
BA	290710	CARINHANHA	0002085399	Equipe de Saúde Bucal
BA	290860	CONDE	0001872710	Equipe de Saúde Bucal
BA	290940	COTEGIPE	0001956086	Equipe de Saúde Bucal
BA	290940	COTEGIPE	0001956361	Equipe de Saúde Bucal
BA	291000	DÁRIO MEIRA	0001951203	Equipe de Saúde Bucal
BA	291000	DÁRIO MEIRA	0001952447	Equipe de Saúde Bucal
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	0002013401	Equipe de Saúde Bucal
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	0002097168	Equipe de Saúde Bucal
BA	291170	GUANAMBI	0001917781	Equipe de Saúde Bucal
BA	291190	IAÇU	0001761099	Equipe de Saúde Bucal
BA	291360	ILHÉUS	0001790811	Equipe de Saúde Bucal
BA	291465	ITABELA	0002058731	Equipe de Saúde Bucal
BA	291465	ITABELA	0002058766	Equipe de Saúde Bucal
BA	291480	ITABUNA	0001869108	Equipe de Saúde Bucal
BA	291480	ITABUNA	0001919199	Equipe de Saúde Bucal
BA	291560	ITAMARAJU	0002056283	Equipe de Saúde Bucal
BA	291630	ITAPEBI	0002020882	Equipe de Saúde Bucal
BA	291670	ITAQUARA	0002121697	Equipe de Saúde Bucal
BA	291835	JOÃO DOURADO	0002034158	Equipe de Saúde Bucal
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	0001872109	Equipe de Saúde Bucal
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	0001872133	Equipe de Saúde Bucal
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	0001872184	Equipe de Saúde Bucal
BA	292150	MONTE SANTO	0001810618	Equipe de Saúde Bucal
BA	292170	MORRO DO CHAPÉU	0001905147	Equipe de Saúde Bucal
BA	292200	MUCURI	0001991043	Equipe de Saúde Bucal
BA	292200	MUCURI	0001991086	Equipe de Saúde Bucal
BA	292200	MUCURI	0001991221	Equipe de Saúde Bucal
BA	292210	MUNDO NOVO	0001787764	Equipe de Saúde Bucal
BA	292230	MURITIBA	0001884670	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002065401	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002066033	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002067978	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002068427	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002068613	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002069830	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002069873	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002070235	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0001855956	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002055880	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002055899	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002128527	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002128535	Equipe de Saúde Bucal
BA	292860	SANTO AMARO	0001917536	Equipe de Saúde Bucal
BA	292860	SANTO AMARO	0001917889	Equipe de Saúde Bucal
BA	292860	SANTO AMARO	0002104822	Equipe de Saúde Bucal
BA	292880	SANTO ESTÊVÃO	0002066734	Equipe de Saúde Bucal
BA	292905	SÃO FÉLIX DO CORIBE	0001758047	Equipe de Saúde Bucal
BA	292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE	0002000393	Equipe de Saúde Bucal
BA	292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE	0002000482	Equipe de Saúde Bucal
BA	292970	SÁTIRO DIAS	0002012014	Equipe de Saúde Bucal
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002053926	Equipe de Saúde Bucal
BA	293120	TAPEROÁ	0001999788	Equipe de Saúde Bucal
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	0001758594	Equipe de Saúde Bucal
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	0001760637	Equipe de Saúde Bucal
BA	293320	VERA CRUZ	0001934775	Equipe de Saúde Bucal
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	0002038986	Equipe de Saúde Bucal
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	0002041391	Equipe de Saúde Bucal
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	0002110091	Equipe de Saúde Bucal
BA	293340	WAGNER	0002007037	Equipe de Saúde Bucal
BA	293340	WAGNER	0002007320	Equipe de Saúde Bucal
CE	230030	ACOPIARA	0001931946	Equipe de Saúde Bucal
CE	230110	ARACATI	0001992740	Equipe de Saúde Bucal
CE	230150	ARNEIROZ	0001985000	Equipe de Saúde Bucal
CE	230170	AURORA	0001873504	Equipe de Saúde Bucal
CE	230170	AURORA	0002114801	Equipe de Saúde Bucal
CE	230195	BARREIRA	0001870262	Equipe de Saúde Bucal
CE	230410	CRATEÚS	0001837303	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001785664	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001786555	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001794396	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001798316	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001866656	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001868365	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001868691	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001869051	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001888692	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001902504	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001903500	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001904329	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001904418	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001905635	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001906062	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001914626	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001916602	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001916661	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001931520	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001931784	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001937545	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001938762	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001939017	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001940007	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001953141	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001954024	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0002180022	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0002212579	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0002234505	Equipe de Saúde Bucal
CE	230450	FRECHEIRINHA	0001927183	Equipe de Saúde Bucal
CE	230725	JIJOCA DE JERICOACOARA	0001817434	Equipe de Saúde Bucal
CE	230800	MASSAPÊ	0001800442	Equipe de Saúde Bucal
CE	230860	MONSENHOR TABOSA	0001894927	Equipe de Saúde Bucal
CE	230890	MORRINHOS	0001995278	Equipe de Saúde Bucal
CE	230890	MORRINHOS	0001995316	Equipe de Saúde Bucal
CE	231200	SANTANA DO ACARAÚ	0001818821	Equipe de Saúde Bucal

CE	231260	SÃO LUÍS DO CURU	0002091739	Equipe de Saúde Bucal
CE	231280	SENADOR SÁ	0001963376	Equipe de Saúde Bucal
CE	231300	SOLONÓPOLE	0001943723	Equipe de Saúde Bucal
CE	231320	TAMBORIL	0001775774	Equipe de Saúde Bucal
CE	231350	TRAIRI	0001846035	Equipe de Saúde Bucal
CE	231355	TURURU	0001832239	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0001909746	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0001909797	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0001909940	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0002019000	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0002062690	Equipe de Saúde Bucal
ES	320060	ARACRUZ	0001847058	Equipe de Saúde Bucal
ES	320160	CONCEIÇÃO DA BARRA	0001972995	Equipe de Saúde Bucal
ES	320180	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	0001912909	Equipe de Saúde Bucal
ES	320180	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	0001912941	Equipe de Saúde Bucal
ES	320230	GUAÇUÍ	0001968319	Equipe de Saúde Bucal
ES	320230	GUAÇUÍ	0001968440	Equipe de Saúde Bucal
ES	320230	GUAÇUÍ	0001968483	Equipe de Saúde Bucal
ES	320250	IBIRAÇU	0002051699	Equipe de Saúde Bucal
ES	320255	IBITIRAMA	0002034352	Equipe de Saúde Bucal
ES	320255	IBITIRAMA	0002034360	Equipe de Saúde Bucal
ES	320313	JOÃO NEIVA	0001973657	Equipe de Saúde Bucal
ES	320320	LINHARES	0001787748	Equipe de Saúde Bucal
ES	320320	LINHARES	0001827332	Equipe de Saúde Bucal
ES	320320	LINHARES	0001827855	Equipe de Saúde Bucal
ES	320335	MARILÂNDIA	0002145103	Equipe de Saúde Bucal
ES	320410	PINHEIROS	0001728067	Equipe de Saúde Bucal
ES	320450	SANTA LEOPOLDINA	0002173913	Equipe de Saúde Bucal
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001814400	Equipe de Saúde Bucal
ES	320490	SÃO MATEUS	0001737805	Equipe de Saúde Bucal
ES	320490	SÃO MATEUS	0001821571	Equipe de Saúde Bucal
ES	320500	SERRA	0002009803	Equipe de Saúde Bucal
ES	320520	VILA VELHA	0001816411	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001825852	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001826050	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001879944	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001910744	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001932551	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001983687	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0002085852	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0002085860	Equipe de Saúde Bucal
GO	520010	ABADIÂNIA	0001749021	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001820796	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001821024	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001821067	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822292	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822470	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822497	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822500	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822527	Equipe de Saúde Bucal
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152711	Equipe de Saúde Bucal
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152916	Equipe de Saúde Bucal
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152940	Equipe de Saúde Bucal
GO	520355	BONFINÓPOLIS	0001732676	Equipe de Saúde Bucal
GO	520410	CACHOEIRA ALTA	0001763873	Equipe de Saúde Bucal
GO	520410	CACHOEIRA ALTA	0001767321	Equipe de Saúde Bucal
GO	520490	CAMPOS BELOS	0001990322	Equipe de Saúde Bucal
GO	520830	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	0001987720	Equipe de Saúde Bucal
GO	520800	FORMOSA	0002050269	Equipe de Saúde Bucal
GO	520800	FORMOSA	0002060329	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002025760	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002025957	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002026856	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002034107	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002034212	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002034328	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002072432	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002072580	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074281	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074494	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074508	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074672	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074893	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002080664	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002080672	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002084104	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002084422	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002084430	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002085240	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002085496	Equipe de Saúde Bucal
GO	520880	GOIANIRA	0001849743	Equipe de Saúde Bucal
GO	520990	IACIARA	0002026740	Equipe de Saúde Bucal
GO	521040	ITABERAÍ	0002021080	Equipe de Saúde Bucal
GO	521040	ITABERAÍ	0002021129	Equipe de Saúde Bucal
GO	521150	ITUMBIARA	0001899422	Equipe de Saúde Bucal
GO	521150	ITUMBIARA	0001903276	Equipe de Saúde Bucal
GO	521210	JOVIÂNIA	0001748939	Equipe de Saúde Bucal
GO	521230	LEOPOLDO DE BULHÕES	0001894668	Equipe de Saúde Bucal
GO	521230	LEOPOLDO DE BULHÕES	0001894730	Equipe de Saúde Bucal
GO	521250	LUZIÂNIA	0002064901	Equipe de Saúde Bucal

GO	521550	OUVIDOR	0001995855	Equipe de Saúde Bucal
GO	521940	SANTA RITA DO ARAGUAIA	0001898310	Equipe de Saúde Bucal
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002054620	Equipe de Saúde Bucal
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073854	Equipe de Saúde Bucal
GO	522160	URUAÇU	0001857355	Equipe de Saúde Bucal
MA	210090	ARAIOSES	0001738526	Equipe de Saúde Bucal
MA	210203	BOM JESUS DAS SELVAS	0001786482	Equipe de Saúde Bucal
MA	210203	BOM JESUS DAS SELVAS	0001786652	Equipe de Saúde Bucal
MA	210220	BURITI	0001733613	Equipe de Saúde Bucal
MA	210220	BURITI	0002076365	Equipe de Saúde Bucal
MA	210230	BURITI BRAVO	0002136201	Equipe de Saúde Bucal
MA	210315	CENTRO DO GUILHERME	0002169738	Equipe de Saúde Bucal
MA	210405	ESTREITO	0002133814	Equipe de Saúde Bucal
MA	210405	ESTREITO	0002153149	Equipe de Saúde Bucal
MA	210470	GRAÇA ARANHA	0001751832	Equipe de Saúde Bucal
MA	210520	IGARAPÉ GRANDE	0001993542	Equipe de Saúde Bucal
MA	210800	PASTOS BONS	0001999516	Equipe de Saúde Bucal
MA	210927	PRESIDENTE SARNEY	0001752480	Equipe de Saúde Bucal
MA	211050	SÃO BENTO	0002180480	Equipe de Saúde Bucal
MA	211130	SÃO LUÍS	0002131471	Equipe de Saúde Bucal
MA	211130	SÃO LUÍS	0002165244	Equipe de Saúde Bucal
MA	211153	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	0001811959	Equipe de Saúde Bucal
MA	211153	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	0001811983	Equipe de Saúde Bucal
MA	211160	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	0001769391	Equipe de Saúde Bucal
MA	211174	SENADOR ALEXANDRE COSTA	0001858033	Equipe de Saúde Bucal
MA	211270	VARGEM GRANDE	0001736531	Equipe de Saúde Bucal
MG	310160	ALFENAS	0002073269	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976656	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976699	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976729	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976796	Equipe de Saúde Bucal
MG	310285	ANGELÂNDIA	0001816152	Equipe de Saúde Bucal
MG	310285	ANGELÂNDIA	0002042630	Equipe de Saúde Bucal
MG	310540	BARÃO DE COCAIS	0002065290	Equipe de Saúde Bucal
MG	310620	BELO HORIZONTE	0001761536	Equipe de Saúde Bucal
MG	310620	BELO HORIZONTE	0001781774	Equipe de Saúde Bucal
MG	310620	BELO HORIZONTE	0001792881	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001866850	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867555	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867571	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867628	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867741	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867806	Equipe de Saúde Bucal
MG	310730	BOCAIÚVA	0001923609	Equipe de Saúde Bucal
MG	310820	BONFINÓPOLIS DE MINAS	0001921630	Equipe de Saúde Bucal
MG	310890	BRAZÓPOLIS	0002152274	Equipe de Saúde Bucal
MG	310940	BURITIZEIRO	0001951335	Equipe de Saúde Bucal
MG	310970	CACHOEIRA DE MINAS	0002070669	Equipe de Saúde Bucal
MG	311130	CAMPO DO MEIO	0001828061	Equipe de Saúde Bucal
MG	311300	CARAÍ	0001901451	Equipe de Saúde Bucal
MG	311420	CARMO DO CAJURU	0001968998	Equipe de Saúde Bucal
MG	311690	COMENDADOR GOMES	0002126338	Equipe de Saúde Bucal
MG	311860	CONTAGEM	0001765396	Equipe de Saúde Bucal
MG	311860	CONTAGEM	0001766155	Equipe de Saúde Bucal
MG	312015	CRISÓLITA	0002090996	Equipe de Saúde Bucal
MG	312610	FORMIGA	0001740458	Equipe de Saúde Bucal
MG	312695	FREI LAGONEGRO	0001823531	Equipe de Saúde Bucal
MG	312710	FRUTAL	0001986937	Equipe de Saúde Bucal
MG	312710	FRUTAL	0001987615	Equipe de Saúde Bucal
MG	312980	IBIRITÉ	0001955896	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801430	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801724	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801910	Equipe de Saúde Bucal
MG	313170	ITABIRA	0001844962	Equipe de Saúde Bucal
MG	313260	ITAMARATI DE MINAS	0002221020	Equipe de Saúde Bucal
MG	313270	ITAMBACURI	0001807072	Equipe de Saúde Bucal
MG	313330	ITAOBIM	0002014882	Equipe de Saúde Bucal
MG	313490	JACUTINGA	0002209810	Equipe de Saúde Bucal
MG	313490	JACUTINGA	0002209845	Equipe de Saúde Bucal
MG	313490	JACUTINGA	0002209861	Equipe de Saúde Bucal
MG	313520	JANUÁRIA	0002105152	Equipe de Saúde Bucal
MG	313820	LAVRAS	0001881884	Equipe de Saúde Bucal
MG	313820	LAVRAS	0001882279	Equipe de Saúde Bucal
MG	313970	MARAVILHAS	0001861131	Equipe de Saúde Bucal
MG	314000	MARIANA	0001765043	Equipe de Saúde Bucal
MG	314000	MARIANA	0001765051	Equipe de Saúde Bucal
MG	314070	MATEUS LEME	0001768093	Equipe de Saúde Bucal
MG	314510	NOVA RESENDE	0002051389	Equipe de Saúde Bucal
MG	314675	PALMÓPOLIS	0001923366	Equipe de Saúde Bucal
MG	314860	PEÇANHA	0001809830	Equipe de Saúde Bucal
MG	314860	PEÇANHA	0001870963	Equipe de Saúde Bucal
MG	315020	PIEDADE DE PONTE NOVA	0001943448	Equipe de Saúde Bucal
MG	315120	PIRAPORA	0002053667	Equipe de Saúde Bucal
MG	315120	PIRAPORA	0002053845	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047128	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047144	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047195	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047209	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047217	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002133792	Equipe de Saúde Bucal
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	0001955543	Equipe de Saúde Bucal
MG	315700	SALINAS	0002236559	Equipe de Saúde Bucal
MG	315780	SANTA LUZIA	0002102765	Equipe de Saúde Bucal
MG	315780	SANTA LUZIA	0002102773	Equipe de Saúde Bucal
MG	316450	SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO	0002059746	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0001870572	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002091232	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002091259	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002092115	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095343	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095351	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095378	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095386	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095394	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095408	Equipe de Saúde Bucal

MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095416	Equipe de Saúde Bucal
MG	316990	UBÁ	0001876325	Equipe de Saúde Bucal
MG	316990	UBÁ	0001876368	Equipe de Saúde Bucal
MG	317010	UBERABA	0001830686	Equipe de Saúde Bucal
MG	317010	UBERABA	0001850237	Equipe de Saúde Bucal
MG	317080	VÁRZEA DA PALMA	0002009552	Equipe de Saúde Bucal
MG	317120	VESPASIANO	0002099411	Equipe de Saúde Bucal
MG	317120	VESPASIANO	0002099462	Equipe de Saúde Bucal
MG	317120	VESPASIANO	0002099497	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001727664	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001731017	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001755218	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001755307	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0002164620	Equipe de Saúde Bucal
MS	500370	DOURADOS	0001909436	Equipe de Saúde Bucal
MS	500370	DOURADOS	0001909665	Equipe de Saúde Bucal
MS	500370	DOURADOS	0002054019	Equipe de Saúde Bucal
MS	500410	GUIA LOPES DA LAGUNA	0002134861	Equipe de Saúde Bucal
MS	500480	JAPORÃ	0001735136	Equipe de Saúde Bucal
MS	500630	PARANAÍBA	0001798154	Equipe de Saúde Bucal
MS	500780	SELVÍRIA	0001963996	Equipe de Saúde Bucal
MS	500780	SELVÍRIA	0001964011	Equipe de Saúde Bucal
MT	510010	ACORIZAL	0001976265	Equipe de Saúde Bucal
MT	510025	ALTA FLORESTA	0001787705	Equipe de Saúde Bucal
MT	510160	BARÃO DE MELGAÇO	0001949721	Equipe de Saúde Bucal
MT	510330	COMODORO	0002106213	Equipe de Saúde Bucal
MT	510410	GUARANTÃ DO NORTE	0001962906	Equipe de Saúde Bucal
MT	510410	GUARANTÃ DO NORTE	0001963333	Equipe de Saúde Bucal
MT	510500	JAURU	0002042665	Equipe de Saúde Bucal
MT	510515	JUÍNA	0001999508	Equipe de Saúde Bucal
MT	510520	JUSCIMEIRA	0002054655	Equipe de Saúde Bucal
MT	510520	JUSCIMEIRA	0002054663	Equipe de Saúde Bucal
MT	510624	NOVA UBIRATÃ	0001982095	Equipe de Saúde Bucal
MT	510637	PEDRA PRETA	0002137216	Equipe de Saúde Bucal
MT	510760	RONDONÓPOLIS	0001888269	Equipe de Saúde Bucal
MT	510730	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	0001738836	Equipe de Saúde Bucal
MT	510835	VALE DE SÃO DOMINGOS	0001890735	Equipe de Saúde Bucal
MT	510550	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	0002130327	Equipe de Saúde Bucal
PA	150040	ALENQUER	0002076225	Equipe de Saúde Bucal
PA	150140	BELÉM	0001944266	Equipe de Saúde Bucal
PA	150145	BELTERRA	0002050137	Equipe de Saúde Bucal
PA	150170	BRAGANÇA	0002165775	Equipe de Saúde Bucal
PA	150170	BRAGANÇA	0002168308	Equipe de Saúde Bucal
PA	150275	CONCÓRDIA DO PARÁ	0002113260	Equipe de Saúde Bucal
PA	150309	GOIANÉSIA DO PARÁ	0002100851	Equipe de Saúde Bucal
PA	150440	MARAPANIM	0002001799	Equipe de Saúde Bucal
PA	150480	MONTE ALEGRE	0001912224	Equipe de Saúde Bucal
PA	150480	MONTE ALEGRE	0001912356	Equipe de Saúde Bucal
PA	150480	MONTE ALEGRE	0001912410	Equipe de Saúde Bucal
PA	150520	OEIRAS DO PARÁ	0001753185	Equipe de Saúde Bucal
PA	150563	PIÇARRA	0002125757	Equipe de Saúde Bucal
PA	150580	PORTEL	0001927159	Equipe de Saúde Bucal
PA	150690	SANTARÉM NOVO	0002085933	Equipe de Saúde Bucal
PA	150730	SÃO FÉLIX DO XINGU	0001720120	Equipe de Saúde Bucal
PA	150740	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	0002168642	Equipe de Saúde Bucal
PB	250180	BAYEUX	0001885073	Equipe de Saúde Bucal
PB	250180	BAYEUX	0001885294	Equipe de Saúde Bucal
PB	250180	BAYEUX	0001885316	Equipe de Saúde Bucal
PB	250480	COREMAS	0002143259	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001771353	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001772597	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001790374	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001790420	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791133	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791249	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791257	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791265	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791273	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001804332	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001808397	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001808745	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001808761	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0002178567	Equipe de Saúde Bucal
PB	251080	PATOS	0001841483	Equipe de Saúde Bucal
PB	251080	PATOS	0001842668	Equipe de Saúde Bucal
PB	251080	PATOS	0001842994	Equipe de Saúde Bucal
PB	251210	POMBAL	0001735853	Equipe de Saúde Bucal
PB	251280	RIACHO DOS CAVALOS	0002054892	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001769170	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001769677	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001770802	Equipe de Saúde Bucal
PB	251520	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	0002113325	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001988972	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001990039	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001990128	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001990306	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001990675	Equipe de Saúde Bucal
PE	260280	BUÍQUE	0001833014	Equipe de Saúde Bucal
PE	260410	CARUARU	0001800922	Equipe de Saúde Bucal
PE	260450	CHÃ GRANDE	0002057581	Equipe de Saúde Bucal
PE	260460	CONDADO	0002002205	Equipe de Saúde Bucal
PE	260650	IATI	0001771671	Equipe de Saúde Bucal
PE	260680	IGARASSU	0002019264	Equipe de Saúde Bucal
PE	260700	INAJÁ	0001751891	Equipe de Saúde Bucal
PE	260720	IPOJUCA	0002040042	Equipe de Saúde Bucal
PE	260775	ITAPISSUMA	0001928783	Equipe de Saúde Bucal
PE	260820	JOAQUIM NABUCO	0002023652	Equipe de Saúde Bucal
PE	260820	JOAQUIM NABUCO	0002023679	Equipe de Saúde Bucal
PE	260820	JOAQUIM NABUCO	0002023687	Equipe de Saúde Bucal
PE	260820	JOAQUIM NABUCO	0002023709	Equipe de Saúde Bucal
PE	260840	JUREMA	0001735896	Equipe de Saúde Bucal
PE	260875	LAGOA GRANDE	0001816500	Equipe de Saúde Bucal
PE	261050	PASSIRA	0002022702	Equipe de Saúde Bucal
PE	261050	PASSIRA	0002166356	Equipe de Saúde Bucal
PE	261080	PEDRA	0001735578	Equipe de Saúde Bucal
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897802	Equipe de Saúde Bucal

PE	261520	TERRA NOVA	0001854658	Equipe de Saúde Bucal
PE	261540	TORITAMA	0002124823	Equipe de Saúde Bucal
PE	261620	VERTENTES	0001962698	Equipe de Saúde Bucal
PI	220040	ALTOS	0001894390	Equipe de Saúde Bucal
PI	220115	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	0002078333	Equipe de Saúde Bucal
PI	220130	BARREIRAS DO PIAUÍ	0002058707	Equipe de Saúde Bucal
PI	220270	COCAL	0001920162	Equipe de Saúde Bucal
PI	220793	PEDRO LAURENTINO	0001992090	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001908138	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001914251	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001950274	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001955268	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001979590	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001990020	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001996843	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001997505	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0002152347	Equipe de Saúde Bucal
PI	221110	UNIÃO	0001975196	Equipe de Saúde Bucal
PI	221110	UNIÃO	0001975242	Equipe de Saúde Bucal
PR	410010	ABATIÁ	0002035170	Equipe de Saúde Bucal
PR	410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0001746650	Equipe de Saúde Bucal
PR	410045	ALTAMIRA DO PARANÁ	0001799495	Equipe de Saúde Bucal
PR	410045	ALTAMIRA DO PARANÁ	0001799738	Equipe de Saúde Bucal
PR	410110	ANDIRÁ	0002077450	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002099446	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002099519	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002100193	Equipe de Saúde Bucal
PR	410210	ASTORGA	0001818945	Equipe de Saúde Bucal
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072289	Equipe de Saúde Bucal
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072297	Equipe de Saúde Bucal
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072319	Equipe de Saúde Bucal
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072327	Equipe de Saúde Bucal
PR	410310	BOCAIÚVA DO SUL	0001830333	Equipe de Saúde Bucal
PR	410310	BOCAIÚVA DO SUL	0001864289	Equipe de Saúde Bucal
PR	410360	CAMBARÁ	0001805541	Equipe de Saúde Bucal
PR	410370	CAMBÉ	0001833685	Equipe de Saúde Bucal
PR	410390	CAMPINA DA LAGOA	0001782460	Equipe de Saúde Bucal
PR	410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	0002113465	Equipe de Saúde Bucal
PR	410405	CAMPO BONITO	0001783076	Equipe de Saúde Bucal
PR	410425	CAMPO MAGRO	0001796755	Equipe de Saúde Bucal
PR	410440	CÂNDIDO DE ABREU	0001792598	Equipe de Saúde Bucal
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	0001724932	Equipe de Saúde Bucal
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	0001725424	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001861328	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001886800	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001887203	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001891154	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001891162	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001911546	Equipe de Saúde Bucal
PR	412863	DOUTOR ULYSSES	0001991183	Equipe de Saúde Bucal
PR	412863	DOUTOR ULYSSES	0001991396	Equipe de Saúde Bucal
PR	410760	FAXINAL	0002039311	Equipe de Saúde Bucal
PR	410760	FAXINAL	0002042592	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002025531	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209551	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209594	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209608	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209616	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002220709	Equipe de Saúde Bucal
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	0001818201	Equipe de Saúde Bucal
PR	410870	GRANDES RIOS	0001855840	Equipe de Saúde Bucal
PR	410870	GRANDES RIOS	0002002698	Equipe de Saúde Bucal
PR	410975	IBEMA	0001738151	Equipe de Saúde Bucal
PR	410980	IBIPORÃ	0001805312	Equipe de Saúde Bucal
PR	410990	ICARAÍMA	0001805991	Equipe de Saúde Bucal
PR	410990	ICARAÍMA	0001815490	Equipe de Saúde Bucal
PR	411007	IMBAÚ	0001889982	Equipe de Saúde Bucal
PR	411070	IRATI	0002097605	Equipe de Saúde Bucal
PR	411120	ITAPEJARA D'OESTE	0001811932	Equipe de Saúde Bucal
PR	411125	ITAPERUÇU	0001858602	Equipe de Saúde Bucal
PR	411240	JAPURÁ	0001805436	Equipe de Saúde Bucal
PR	411260	JARDIM OLINDA	0002067137	Equipe de Saúde Bucal
PR	411370	LONDRINA	0001750011	Equipe de Saúde Bucal
PR	411370	LONDRINA	0001750054	Equipe de Saúde Bucal
PR	411435	MANFRINÓPOLIS	0001992473	Equipe de Saúde Bucal
PR	411520	MARINGÁ	0001841432	Equipe de Saúde Bucal
PR	411650	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	0002136120	Equipe de Saúde Bucal
PR	411710	NOVA LONDRINA	0002057964	Equipe de Saúde Bucal
PR	411721	NOVA SANTA BÁRBARA	0002100819	Equipe de Saúde Bucal
PR	411730	ORTIGUEIRA	0002193035	Equipe de Saúde Bucal
PR	411770	PALMEIRA	0001891472	Equipe de Saúde Bucal
PR	411770	PALMEIRA	0001916874	Equipe de Saúde Bucal
PR	411780	PALMITAL	0001749463	Equipe de Saúde Bucal
PR	411840	PARANAVAÍ	0002225379	Equipe de Saúde Bucal
PR	411890	PÉROLA	0001924710	Equipe de Saúde Bucal
PR	411900	PÉROLA D'OESTE	0001981919	Equipe de Saúde Bucal
PR	411915	PINHAIS	0002176599	Equipe de Saúde Bucal
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0002030683	Equipe de Saúde Bucal
PR	411950	PIRAQUARA	0001859897	Equipe de Saúde Bucal
PR	411960	PITANGA	0001866133	Equipe de Saúde Bucal
PR	411995	PONTAL DO PARANÁ	0002109387	Equipe de Saúde Bucal
PR	412000	PORECATU	0001796496	Equipe de Saúde Bucal
PR	412050	PRIMEIRO DE MAIO	0001797808	Equipe de Saúde Bucal
PR	412080	QUATRO BARRAS	0002079941	Equipe de Saúde Bucal
PR	412125	RAMILÂNDIA	0001795325	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001817191	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001817485	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001817663	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001817876	Equipe de Saúde Bucal

PR	412170	RESERVA	0001818600	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001818767	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001818880	Equipe de Saúde Bucal
PR	412175	RESERVA DO IGUAÇU	0002031124	Equipe de Saúde Bucal
PR	412370	SANTA ISABEL DO IVAÍ	0002031876	Equipe de Saúde Bucal
PR	412395	SANTA MÔNICA	0002021269	Equipe de Saúde Bucal
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	0002034344	Equipe de Saúde Bucal
PR	412500	SÃO JOÃO DO IVAÍ	0001874365	Equipe de Saúde Bucal
PR	412500	SÃO JOÃO DO IVAÍ	0001874438	Equipe de Saúde Bucal
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0001806076	Equipe de Saúde Bucal
PR	412670	TAMBOARA	0002107562	Equipe de Saúde Bucal
PR	412710	TELÊMACO BORBA	0001865749	Equipe de Saúde Bucal
PR	412760	TIJUCAS DO SUL	0001724215	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114283	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114437	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114518	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114593	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114607	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330022	AREAL	0002005425	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	0001885987	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0001915290	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002080869	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330200	ITAGUAÍ	0001959352	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330230	LAJE DO MURIAÉ	0002169916	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330230	LAJE DO MURIAÉ	0002169932	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330250	MAGÉ	0001940732	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330320	NILÓPOLIS	0002043181	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330320	NILÓPOLIS	0002043211	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330320	NILÓPOLIS	0002043246	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001966375	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969455	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969633	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969773	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969900	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969927	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330360	PARACAMBI	0001980815	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330380	PARATY	0002111403	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330380	PARATY	0002111837	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330380	PARATY	0002111845	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330380	PARATY	0002111861	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330452	RIO DAS OSTRAS	0001745352	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001865137	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0002230364	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330470	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	0002093421	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	0001725602	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330515	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	0002110717	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	0002058014	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330575	TANGUÁ	0001853147	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330580	TERESÓPOLIS	0002112833	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330580	TERESÓPOLIS	0002156644	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330580	TERESÓPOLIS	0002235706	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330590	TRAJANO DE MORAES	0002042940	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001816640	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001820850	Equipe de Saúde Bucal
RN	240110	AREIA BRANCA	0001767089	Equipe de Saúde Bucal
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002014793	Equipe de Saúde Bucal
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002014912	Equipe de Saúde Bucal
RN	240800	MOSSORÓ	0002051206	Equipe de Saúde Bucal
RN	240800	MOSSORÓ	0002070758	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001961144	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001961594	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001988360	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001993682	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001993771	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001993844	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001994425	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001994441	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001994662	Equipe de Saúde Bucal
RN	240325	PARNAMIRIM	0002100908	Equipe de Saúde Bucal
RN	240325	PARNAMIRIM	0002100967	Equipe de Saúde Bucal
RN	240325	PARNAMIRIM	0002102935	Equipe de Saúde Bucal
RN	240325	PARNAMIRIM	0002102978	Equipe de Saúde Bucal
RN	241120	SANTA CRUZ	0001825127	Equipe de Saúde Bucal
RO	110002	ARIQUEMES	0001857991	Equipe de Saúde Bucal
RO	110002	ARIQUEMES	0001858572	Equipe de Saúde Bucal
RO	110045	BURITIS	0002206706	Equipe de Saúde Bucal
RO	110060	CACAULÂNDIA	0002156865	Equipe de Saúde Bucal
RO	110080	CANDEIAS DO JAMARI	0002035111	Equipe de Saúde Bucal
RO	110090	CASTANHEIRAS	0001949136	Equipe de Saúde Bucal
RO	110008	COSTA MARQUES	0001892347	Equipe de Saúde Bucal
RO	110010	GUAJARÁ-MIRIM	0001852590	Equipe de Saúde Bucal
RO	110010	GUAJARÁ-MIRIM	0001852701	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0001889095	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0001889788	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0001997793	Equipe de Saúde Bucal
RO	110025	PRESIDENTE MÉDICI	0001986627	Equipe de Saúde Bucal
RO	110032	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	0001723170	Equipe de Saúde Bucal
RR	140020	CARACARAÍ	0001748955	Equipe de Saúde Bucal
RS	430030	ALECRIM	0001958011	Equipe de Saúde Bucal
RS	430130	ARROIO GRANDE	0001969188	Equipe de Saúde Bucal
RS	430163	BALNEÁRIO PINHAL	0001954571	Equipe de Saúde Bucal
RS	430355	CAMARGO	0002033313	Equipe de Saúde Bucal
RS	430450	CANGUÇU	0001746189	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848062	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848127	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848267	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848380	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848801	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848887	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848909	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001849263	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001849417	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001849433	Equipe de Saúde Bucal
RS	430471	CARAÁ	0002142791	Equipe de Saúde Bucal
RS	430630	DAVID CANABARRO	0001978292	Equipe de Saúde Bucal
RS	430630	DAVID CANABARRO	0001978314	Equipe de Saúde Bucal

RS	430705	ERNESTINA	0001754939	Equipe de Saúde Bucal
RS	430810	FELIZ	0002095823	Equipe de Saúde Bucal
RS	430830	FONTOURA XAVIER	0002130769	Equipe de Saúde Bucal
RS	430910	GRAMADO	0002020653	Equipe de Saúde Bucal
RS	430965	HULHA NEGRA	0001913174	Equipe de Saúde Bucal
RS	431070	ITATIBA DO SUL	0001915541	Equipe de Saúde Bucal
RS	431075	IVORÁ	0002130440	Equipe de Saúde Bucal
RS	431120	JÚLIO DE CASTILHOS	0002108836	Equipe de Saúde Bucal
RS	431162	LINDOLFO COLLOR	0002098857	Equipe de Saúde Bucal
RS	431180	MARAU	0001798928	Equipe de Saúde Bucal
RS	431390	PANAMBI	0002031736	Equipe de Saúde Bucal
RS	431410	PASSO FUNDO	0002195860	Equipe de Saúde Bucal
RS	431410	PASSO FUNDO	0002196026	Equipe de Saúde Bucal
RS	431410	PASSO FUNDO	0002196085	Equipe de Saúde Bucal
RS	431450	PINHEIRO MACHADO	0001976397	Equipe de Saúde Bucal
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002013371	Equipe de Saúde Bucal
RS	431575	RIOZINHO	0002117282	Equipe de Saúde Bucal
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	0001860089	Equipe de Saúde Bucal
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	0001860259	Equipe de Saúde Bucal
RS	431645	SALTO DO JACUÍ	0002005883	Equipe de Saúde Bucal
RS	431673	SANTA CECÍLIA DO SUL	0002058995	Equipe de Saúde Bucal
RS	431695	SANTA MARIA DO HERVAL	0001813390	Equipe de Saúde Bucal
RS	431740	SANTIAGO	0001967800	Equipe de Saúde Bucal
RS	431795	SANTO EXPEDITO DO SUL	0002125641	Equipe de Saúde Bucal
RS	431800	SÃO BORJA	0001825828	Equipe de Saúde Bucal
RS	431800	SÃO BORJA	0001825984	Equipe de Saúde Bucal
RS	431800	SÃO BORJA	0001826018	Equipe de Saúde Bucal
RS	431848	SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO	0002114151	Equipe de Saúde Bucal
RS	431850	SÃO JOSÉ DO NORTE	0001729918	Equipe de Saúde Bucal
RS	431850	SÃO JOSÉ DO NORTE	0001729942	Equipe de Saúde Bucal
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	0001795384	Equipe de Saúde Bucal
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	0001796364	Equipe de Saúde Bucal
RS	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	0002004852	Equipe de Saúde Bucal
RS	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	0002004933	Equipe de Saúde Bucal
RS	431912	SÃO MARTINHO DA SERRA	0002136163	Equipe de Saúde Bucal
RS	431950	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	0002200872	Equipe de Saúde Bucal
RS	432020	SEBERI	0002029065	Equipe de Saúde Bucal
RS	432040	SERAFINA CORRÊA	0002010550	Equipe de Saúde Bucal
RS	432067	SINIMBU	0001882341	Equipe de Saúde Bucal
RS	432070	SOBRADINHO	0001756427	Equipe de Saúde Bucal
RS	432090	TAPEJARA	0001735977	Equipe de Saúde Bucal
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002029855	Equipe de Saúde Bucal
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002029871	Equipe de Saúde Bucal
SC	420020	AGROLÂNDIA	0001842404	Equipe de Saúde Bucal
SC	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	0001994506	Equipe de Saúde Bucal
SC	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	0001994905	Equipe de Saúde Bucal
SC	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	0001994921	Equipe de Saúde Bucal
SC	420213	BELA VISTA DO TOLDO	0002061589	Equipe de Saúde Bucal
SC	420315	CALMON	0001964178	Equipe de Saúde Bucal
SC	420380	CANOINHAS	0002135892	Equipe de Saúde Bucal
SC	420390	CAPINZAL	0002084570	Equipe de Saúde Bucal
SC	420390	CAPINZAL	0002084600	Equipe de Saúde Bucal
SC	420415	CELSO RAMOS	0001997068	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002022427	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002022494	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002028018	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002189186	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002189208	Equipe de Saúde Bucal
SC	420700	IÇARA	0001803387	Equipe de Saúde Bucal
SC	420740	IMBUIA	0002011166	Equipe de Saúde Bucal
SC	420780	IRANI	0001875787	Equipe de Saúde Bucal
SC	420820	ITAJAÍ	0001924966	Equipe de Saúde Bucal
SC	420820	ITAJAÍ	0001952293	Equipe de Saúde Bucal
SC	420820	ITAJAÍ	0001953168	Equipe de Saúde Bucal
SC	420820	ITAJAÍ	0001954490	Equipe de Saúde Bucal
SC	420910	JOINVILLE	0002154382	Equipe de Saúde Bucal
SC	420910	JOINVILLE	0002154382	Equipe de Saúde Bucal
SC	421190	PALHOÇA	0002081261	Equipe de Saúde Bucal
SC	421250	PENHA	0002180154	Equipe de Saúde Bucal
SC	421265	PESCARIA BRAVA	0002056917	Equipe de Saúde Bucal
SC	421265	PESCARIA BRAVA	0002056933	Equipe de Saúde Bucal
SC	421335	PONTE ALTA DO NORTE	0002053721	Equipe de Saúde Bucal
SC	421370	POUSO REDONDO	0002056631	Equipe de Saúde Bucal
SC	421580	SÃO BENTO DO SUL	0002062437	Equipe de Saúde Bucal
SC	421650	SÃO JOAQUIM	0002086166	Equipe de Saúde Bucal
SC	421660	SÃO JOSÉ	0002143003	Equipe de Saúde Bucal
SC	421680	SÃO JOSÉ DO CERRITO	0002109859	Equipe de Saúde Bucal
SC	421870	TUBARÃO	0001767097	Equipe de Saúde Bucal
SC	421870	TUBARÃO	0001801929	Equipe de Saúde Bucal
SC	421880	TURVO	0001739557	Equipe de Saúde Bucal
SC	421960	XAVANTINA	0001743449	Equipe de Saúde Bucal
SC	421985	ZORTÉA	0001798200	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002011492	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002013967	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002029618	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002116618	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002116782	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002116871	Equipe de Saúde Bucal
SE	280390	MALHADOR	0001980742	Equipe de Saúde Bucal
SE	280570	PROPRIÁ	0001977776	Equipe de Saúde Bucal
SE	280670	SÃO CRISTÓVÃO	0001798413	Equipe de Saúde Bucal
SE	280750	TOMAR DO GERU	0001810405	Equipe de Saúde Bucal
SE	280750	TOMAR DO GERU	0001810480	Equipe de Saúde Bucal
SP	350130	ÁLVARES MACHADO	0001981331	Equipe de Saúde Bucal
SP	350190	AMPARO	0001891634	Equipe de Saúde Bucal
SP	350190	AMPARO	0002017040	Equipe de Saúde Bucal
SP	350210	ANDRADINA	0001818244	Equipe de Saúde Bucal
SP	350210	ANDRADINA	0001819119	Equipe de Saúde Bucal
SP	350315	ARAPEÍ	0002124165	Equipe de Saúde Bucal
SP	350360	AREIÓPOLIS	0002028638	Equipe de Saúde Bucal
SP	350360	AREIÓPOLIS	0002028646	Equipe de Saúde Bucal
SP	350810	BURITAMA	0002053055	Equipe de Saúde Bucal
SP	350925	CAJATI	0002049880	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001917838	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918001	Equipe de Saúde Bucal

SP	350940	CAJURU	0001918044	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918052	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918079	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918095	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918125	Equipe de Saúde Bucal
SP	350950	CAMPINAS	0001833553	Equipe de Saúde Bucal
SP	350950	CAMPINAS	0002027755	Equipe de Saúde Bucal
SP	350990	CANANÉIA	0001811886	Equipe de Saúde Bucal
SP	351010	CÂNDIDO RODRIGUES	0002094703	Equipe de Saúde Bucal
SP	351140	CERQUEIRA CÉSAR	0002111675	Equipe de Saúde Bucal
SP	351340	CRUZEIRO	0002056593	Equipe de Saúde Bucal
SP	351350	CUBATÃO	0001961608	Equipe de Saúde Bucal
SP	351350	CUBATÃO	0001961888	Equipe de Saúde Bucal
SP	351350	CUBATÃO	0001961950	Equipe de Saúde Bucal
SP	351370	DESCALVADO	0001984101	Equipe de Saúde Bucal
SP	351380	DIADEMA	0001948687	Equipe de Saúde Bucal
SP	351380	DIADEMA	0001949330	Equipe de Saúde Bucal
SP	351470	ECHAPORÃ	0002103095	Equipe de Saúde Bucal
SP	351490	ELIAS FAUSTO	0001909053	Equipe de Saúde Bucal
SP	351495	EMBAÚBA	0001913964	Equipe de Saúde Bucal
SP	351510	EMBU-GUAÇU	0001954334	Equipe de Saúde Bucal
SP	351515	ENGENHEIRO COELHO	0001980297	Equipe de Saúde Bucal
SP	351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	0001736817	Equipe de Saúde Bucal
SP	351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	0001736841	Equipe de Saúde Bucal
SP	351630	FRANCISCO MORATO	0002118556	Equipe de Saúde Bucal
SP	351710	GLICÉRIO	0001942654	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071835	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071878	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071894	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071908	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071991	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072017	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072068	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072084	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072092	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072106	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002073293	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0001884247	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002002868	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002002884	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002002906	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002003732	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002003740	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002003791	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002004003	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002004062	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002004569	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002004585	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006294	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006308	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006359	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006413	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006464	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006472	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006499	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006502	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006510	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006537	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006545	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006588	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006634	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006758	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006766	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006790	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006839	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006944	Equipe de Saúde Bucal
SP	351907	HORTOLÂNDIA	0001829467	Equipe de Saúde Bucal
SP	351907	HORTOLÂNDIA	0001829645	Equipe de Saúde Bucal
SP	351925	IARAS	0002086484	Equipe de Saúde Bucal
SP	351980	ICÉM	0002079291	Equipe de Saúde Bucal
SP	352010	IGARAPAVA	0001862065	Equipe de Saúde Bucal
SP	352240	ITAPEVA	0002119560	Equipe de Saúde Bucal
SP	352240	ITAPEVA	0002160137	Equipe de Saúde Bucal
SP	352240	ITAPEVA	0002201100	Equipe de Saúde Bucal
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002190125	Equipe de Saúde Bucal
SP	352320	ITARARÉ	0002116995	Equipe de Saúde Bucal
SP	352340	ITATIBA	0001837966	Equipe de Saúde Bucal
SP	352480	JALES	0001829696	Equipe de Saúde Bucal
SP	352920	MARTINÓPOLIS	0002092263	Equipe de Saúde Bucal
SP	352940	MAUÁ	0002079615	Equipe de Saúde Bucal
SP	352940	MAUÁ	0002084473	Equipe de Saúde Bucal
SP	352940	MAUÁ	0002086751	Equipe de Saúde Bucal
SP	352980	MINEIROS DO TIETÊ	0001786725	Equipe de Saúde Bucal
SP	353160	MONTE CASTELO	0001728474	Equipe de Saúde Bucal
SP	353180	MONTE MOR	0002017695	Equipe de Saúde Bucal
SP	353180	MONTE MOR	0002020645	Equipe de Saúde Bucal
SP	353180	MONTE MOR	0002066386	Equipe de Saúde Bucal
SP	353190	MORRO AGUDO	0001838768	Equipe de Saúde Bucal
SP	353290	NOVA EUROPA	0001862707	Equipe de Saúde Bucal
SP	353320	NOVA INDEPENDÊNCIA	0002156636	Equipe de Saúde Bucal
SP	353560	PARAIBUNA	0002076721	Equipe de Saúde Bucal
SP	353580	PARANAPANEMA	0002147815	Equipe de Saúde Bucal
SP	353980	POÁ	0002042487	Equipe de Saúde Bucal
SP	354050	PORANGABA	0002076683	Equipe de Saúde Bucal
SP	354260	REGISTRO	0002118769	Equipe de Saúde Bucal
SP	354320	RIBEIRÃO DO SUL	0001950827	Equipe de Saúde Bucal
SP	354380	RINÓPOLIS	0002103621	Equipe de Saúde Bucal
SP	354380	RINÓPOLIS	0002103648	Equipe de Saúde Bucal
SP	354670	SANTA GERTRUDES	0002108321	Equipe de Saúde Bucal
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0001828797	Equipe de Saúde Bucal
SP	354950	SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	0002030624	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001896709	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897144	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897233	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897594	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897640	Equipe de Saúde Bucal

SP	355030	SÃO PAULO	0001897667	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897691	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001906410	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001945971	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001946196	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001946250	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001946900	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001947176	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002024594	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002086069	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002099128	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002104989	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002192853	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002195607	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002199882	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002203189	Equipe de Saúde Bucal
SP	355040	SÃO PEDRO	0001908464	Equipe de Saúde Bucal
SP	355040	SÃO PEDRO	0001911341	Equipe de Saúde Bucal
SP	355040	SÃO PEDRO	0002136880	Equipe de Saúde Bucal
SP	355220	SOROCABA	0002143801	Equipe de Saúde Bucal
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0001879995	Equipe de Saúde Bucal
SP	355320	TAIÚVA	0001922912	Equipe de Saúde Bucal
SP	355365	TAQUARAL	0002063735	Equipe de Saúde Bucal
SP	355440	TERRA ROXA	0001851748	Equipe de Saúde Bucal
SP	355440	TERRA ROXA	0001851756	Equipe de Saúde Bucal
SP	355535	UBARANA	0001959735	Equipe de Saúde Bucal
SP	355580	URÂNIA	0002029960	Equipe de Saúde Bucal
SP	355640	VARGEM GRANDE DO SUL	0002118998	Equipe de Saúde Bucal
TO	170100	ANANÁS	0001931067	Equipe de Saúde Bucal
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	0002014939	Equipe de Saúde Bucal
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	0002015080	Equipe de Saúde Bucal
TO	170755	FÁTIMA	0002119420	Equipe de Saúde Bucal
TO	170950	GURUPI	0002107058	Equipe de Saúde Bucal
TO	172025	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	0002212862	Equipe de Saúde Bucal
AM	130080	BORBA	0000007773	Equipe Saúde da Família
BA	291360	ILHÉUS	0001553984	Equipe de Atenção Primária Prisional
BA	291840	JUAZEIRO	0001690965	Equipe de Atenção Primária Prisional
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0000201413	Equipe de Atenção Primária Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212377	Equipe de Atenção Primária Prisional
BA	292740	SALVADOR	0001691635	Equipe de Atenção Primária Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212431	Equipe de Atenção Primária Prisional
BA	292740	SALVADOR	0001663011	Equipe de Atenção Primária Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212342	Equipe de Atenção Primária Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212245	Equipe de Atenção Primária Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212229	Equipe de Atenção Primária Prisional
BA	293290	VALENÇA	0001578421	Equipe de Atenção Primária Prisional
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	0000220051	Equipe de Atenção Primária Prisional
DF	530010	BRASÍLIA	0001486799	Equipe de Atenção Primária Prisional
MG	310670	BETIM	0002169010	Equipe de Atenção Primária Prisional
MG	313270	ITAMBACURI	0002233266	Equipe de Atenção Primária Prisional
MG	313440	ITURAMA	0001631365	Equipe de Atenção Primária Prisional
MG	315120	PIRAPORA	0002236923	Equipe de Atenção Primária Prisional
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001586130	Equipe de Atenção Primária Prisional
MG	316860	TEÓFILO OTONI	0001687441	Equipe de Atenção Primária Prisional
MG	317010	UBERABA	0000276111	Equipe de Atenção Primária Prisional
MS	500240	CAARAPÓ	0001565524	Equipe de Atenção Primária Prisional
MS	500270	CAMPO GRANDE	0002222205	Equipe de Atenção Primária Prisional
MS	500370	DOURADOS	0001679651	Equipe de Atenção Primária Prisional
MS	500630	PARANAÍBA	0001554395	Equipe de Atenção Primária Prisional
PA	150080	ANANINDEUA	0000222333	Equipe de Atenção Primária Prisional
PB	251450	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	0002234785	Equipe de Atenção Primária Prisional
PE	260120	ARCOVERDE	0002215004	Equipe de Atenção Primária Prisional
PE	260380	CAPOEIRAS	0001639609	Equipe de Atenção Primária Prisional
PE	260410	CARUARU	0002214970	Equipe de Atenção Primária Prisional
PE	260760	ILHA DE ITAMARACÁ	0002214873	Equipe de Atenção Primária Prisional
PE	260780	ITAQUITINGA	0002215047	Equipe de Atenção Primária Prisional
PE	260890	LIMOEIRO	0002214946	Equipe de Atenção Primária Prisional
PE	261110	PETROLINA	0002215039	Equipe de Atenção Primária Prisional
PE	261230	SALOÁ	0001661485	Equipe de Atenção Primária Prisional
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0002214989	Equipe de Atenção Primária Prisional
PE	261470	TACAIMBÓ	0002214997	Equipe de Atenção Primária Prisional
PI	220700	OEIRAS	0001624947	Equipe de Atenção Primária Prisional
PI	221100	TERESINA	0001548743	Equipe de Atenção Primária Prisional
PI	221100	TERESINA	0001548751	Equipe de Atenção Primária Prisional
RS	430700	ERECHIM	0002218216	Equipe de Atenção Primária Prisional
RS	430700	ERECHIM	0001545256	Equipe de Atenção Primária Prisional
SC	420820	ITAJAÍ	0001575074	Equipe de Atenção Primária Prisional
SC	420820	ITAJAÍ	0001574620	Equipe de Atenção Primária Prisional
SC	420940	LAGUNA	0001570188	Equipe de Atenção Primária Prisional
SC	421930	VIDEIRA	0001684035	Equipe de Atenção Primária Prisional
TO	170610	CRISTALÂNDIA	0001580019	Equipe de Atenção Primária Prisional
TO	172100	PALMAS	0000040541	Equipe de Atenção Primária Prisional
502 MUNICÍPIOS			932 EQUIPES	

ANEXO II

Serviços (CNES) com ausência de alimentação do SISAB, suspensas na parcela julho de 2022.

UF	IBGE	Município	CNES	Tipo
AM	130110	CAREIRO	9218262	Unidade Odontológica Móvel
AM	130360	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	9284508	Unidade Odontológica Móvel
AP	160023	FERREIRA GOMES	9095756	Unidade Odontológica Móvel
BA	290130	ANDARAÍ	7113811	Unidade Odontológica Móvel
BA	290450	BROTAS DE MACAÚBAS	6876714	Unidade Odontológica Móvel
BA	290720	CASA NOVA	6994849	Unidade Odontológica Móvel
BA	290880	CONTENDAS DO SINCORÁ	7113633	Unidade Odontológica Móvel
BA	291300	IBITIARA	7956614	Unidade Odontológica Móvel
BA	291310	IBITITÁ	6911021	Unidade Odontológica Móvel
BA	291810	JEREMOABO	7302371	Unidade Odontológica Móvel
BA	291835	JOÃO DOURADO	6869157	Unidade Odontológica Móvel
BA	292020	MALHADA	7829426	Unidade Odontológica Móvel
BA	292190	MUCUGÊ	7098030	Unidade Odontológica Móvel
BA	292225	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	7903715	Unidade Odontológica Móvel
BA	292260	NILO PEÇANHA	9295453	Unidade Odontológica Móvel
BA	292340	PALMAS DE MONTE ALTO	7184476	Unidade Odontológica Móvel
BA	292580	QUEIMADAS	6918719	Unidade Odontológica Móvel

BA	292665	RIBEIRÃO DO LARGO	7187394	Unidade Odontológica Móvel
BA	293180	TREMEDAL	9067280	Unidade Odontológica Móvel
BA	293360	XIQUE-XIQUE	7255500	Unidade Odontológica Móvel
ES	320405	PEDRO CANÁRIO	7136129	Unidade Odontológica Móvel
GO	520310	BALIZA	7113390	Unidade Odontológica Móvel
GO	520465	CAMPINAÇU	7133413	Unidade Odontológica Móvel
GO	520552	COLINAS DO SUL	7118643	Unidade Odontológica Móvel
GO	521460	NIQUELÂNDIA	7186266	Unidade Odontológica Móvel
GO	521490	NOVA ROMA	7206623	Unidade Odontológica Móvel
GO	521560	PADRE BERNARDO	6440053	Unidade Odontológica Móvel
GO	522108	TERESINA DE GOIÁS	7213921	Unidade Odontológica Móvel
MA	210060	AMARANTE DO MARANHÃO	9219455	Unidade Odontológica Móvel
MA	210070	ANAJATUBA	9228926	Unidade Odontológica Móvel
MA	210240	CAJAPIÓ	9219307	Unidade Odontológica Móvel
MA	210317	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	9267751	Unidade Odontológica Móvel
MA	210407	FEIRA NOVA DO MARANHÃO	9710779	Unidade Odontológica Móvel
MA	210408	FERNANDO FALCÃO	7041764	Unidade Odontológica Móvel
MA	210535	ITAIPAVA DO GRAJAÚ	7857403	Unidade Odontológica Móvel
MA	210547	JENIPAPO DOS VIEIRAS	9220615	Unidade Odontológica Móvel
MA	210667	MILAGRES DO MARANHÃO	9292977	Unidade Odontológica Móvel
MA	210780	PARNARAMA	9582835	Unidade Odontológica Móvel
MA	210845	PERITORÓ	7868197	Unidade Odontológica Móvel
MA	211023	SANTANA DO MARANHÃO	9257268	Unidade Odontológica Móvel
MA	211107	SÃO JOÃO DO SOTER	9344799	Unidade Odontológica Móvel
MG	310470	ATALÉIA	9282637	Unidade Odontológica Móvel
MG	311615	CHAPADA GAÚCHA	7311761	Unidade Odontológica Móvel
MG	313065	INDAIABIRA	7341237	Unidade Odontológica Móvel
MG	313400	ITINGA	5349761	Unidade Odontológica Móvel
MG	314085	MATIAS CARDOSO	7306261	Unidade Odontológica Móvel
MG	314655	PAI PEDRO	9214062	Unidade Odontológica Móvel
MG	315560	RIO PARDO DE MINAS	7184158	Unidade Odontológica Móvel
MG	315600	RIO VERMELHO	6895875	Unidade Odontológica Móvel
MG	316695	SERRANÓPOLIS DE MINAS	6968902	Unidade Odontológica Móvel
MG	317040	UNAÍ	9401652	Unidade Odontológica Móvel
MS	500560	MIRANDA	7170742	Unidade Odontológica Móvel
MS	500755	SANTA RITA DO PARDO	7131747	Unidade Odontológica Móvel
MT	510617	NOVA NAZARÉ	9227539	Unidade Odontológica Móvel
PA	150020	ACARÁ	9246568	Unidade Odontológica Móvel
PA	150060	ALTAMIRA	7429045	Unidade Odontológica Móvel
PA	150100	AVEIRO	9391282	Unidade Odontológica Móvel
PA	150110	BAGRE	9500316	Unidade Odontológica Móvel
PA	150190	BUJARU	6989403	Unidade Odontológica Móvel
PA	150195	CACHOEIRA DO PIRIÁ	7043104	Unidade Odontológica Móvel
PA	150345	IPIXUNA DO PARÁ	6776566	Unidade Odontológica Móvel
PA	150480	MONTE ALEGRE	7348037	Unidade Odontológica Móvel
PA	150549	PALESTINA DO PARÁ	6918271	Unidade Odontológica Móvel
PA	150600	PRAINHA	9261761	Unidade Odontológica Móvel
PB	250750	JOÃO PESSOA	9235639	Unidade Odontológica Móvel
PE	260050	ÁGUAS BELAS	7035322	Unidade Odontológica Móvel
PE	260180	BETÂNIA	7330561	Unidade Odontológica Móvel
PE	260392	CARNAUBEIRA DA PENHA	7506058	Unidade Odontológica Móvel
PE	260980	OROCÓ	0181463	Unidade Odontológica Móvel
PI	220105	ASSUNÇÃO DO PIAUÍ	7080956	Unidade Odontológica Móvel
PI	220191	BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ	9588833	Unidade Odontológica Móvel
PI	220255	CARIDADE DO PIAUÍ	7087993	Unidade Odontológica Móvel
PI	220300	CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ	9266127	Unidade Odontológica Móvel
PI	220620	MIGUEL ALVES	9236430	Unidade Odontológica Móvel
PI	220660	MONTE ALEGRE DO PIAUÍ	9200797	Unidade Odontológica Móvel
PI	220750	PALMEIRAIS	9236368	Unidade Odontológica Móvel
PI	221062	SEBASTIÃO BARROS	9263365	Unidade Odontológica Móvel
PR	410020	ADRIANÓPOLIS	7124147	Unidade Odontológica Móvel
PR	412863	DOUTOR ULYSSES	7111037	Unidade Odontológica Móvel
PR	412090	QUEDAS DO IGUAÇU	6952631	Unidade Odontológica Móvel
PR	412250	RONCADOR	7241127	Unidade Odontológica Móvel
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	9094245	Unidade Odontológica Móvel
RN	240810	NATAL	9232664	Unidade Odontológica Móvel
RO	110094	CUJUBIM	7912455	Unidade Odontológica Móvel
RS	430510	CAXIAS DO SUL	7348622	Unidade Odontológica Móvel
RS	430710	HERVAL	7276001	Unidade Odontológica Móvel
RS	431115	JÓIA	7601816	Unidade Odontológica Móvel
RS	431450	PINHEIRO MACHADO	7268610	Unidade Odontológica Móvel
RS	431700	SANTANA DA BOA VISTA	6803776	Unidade Odontológica Móvel
RS	431915	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	7107935	Unidade Odontológica Móvel
RS	431980	SÃO VICENTE DO SUL	7360614	Unidade Odontológica Móvel
RS	432020	SEBERI	7345550	Unidade Odontológica Móvel
SC	421227	PASSOS MAIA	7248113	Unidade Odontológica Móvel
SP	355030	SÃO PAULO	9106316	Unidade Odontológica Móvel
SP	355030	SÃO PAULO	9106308	Unidade Odontológica Móvel
SP	355030	SÃO PAULO	9106294	Unidade Odontológica Móvel
SP	355180	SETE BARRAS	6993907	Unidade Odontológica Móvel
TO	170130	ARAGOMINAS	7591845	Unidade Odontológica Móvel
TO	170510	CHAPADA DA NATIVIDADE	7333129	Unidade Odontológica Móvel
TO	171270	MATEIROS	7151047	Unidade Odontológica Móvel
TO	171360	MONTE DO CARMO	7096615	Unidade Odontológica Móvel
TO	171800	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	7216041	Unidade Odontológica Móvel
100 MUNICÍPIOS			102 ESTABELECIMENTOS	

DESPACHO Nº 103, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 25000.079065/2020-61

Interessado: HOSPITAL BATISTA MEMORIAL

Assunto: Recurso administrativo interposto contra a decisão de Cancelamento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na Nota Técnica nº 127/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

Ministro

DESPACHO Nº 104, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 25000.110203/2012-86

Interessado: Serviço de Assistência Social Evangélico - SASE/RJ, CNPJ: 33.974.106/0001-45.

Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na Nota Técnica 141/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS (0029207198), bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

Ministro

DESPACHO Nº 105, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 25000.151027/2020-42
Interessado: Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul - CNPJ nº 92.741.016/0001-73
Assunto: Recurso administrativo interposto contra a decisão que indeferiu o requerimento de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na Nota Técnica nº 125/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.120, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da FMRP-USP-FAEPA
CNPJ: 57.722.118/0001-40
Município/UF: Ribeirão Preto/SP
Título do projeto: Eficácia da Terapia por pressão negativa no tratamento de feridas crônicas por neuropatia em pessoas com deficiência.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (SCTIE/MS).
Tipo de análise: Execução física
Processo NUP: 25000.001125/2017-34
Período analisado: Exercício 2021.
Embasamento: Parecer Técnico nº 66/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0028539918).
Resultado: APROVADA.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.122, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer
CNPJ: 40.226.946/0001-95
Município/UF: Rio de janeiro/RJ
Título do projeto: Estudo piloto para avaliação de segurança e eficácia da terapia de linfócitos T modificados geneticamente com Receptores Quiméricos de Antígenos (CARs) anti-CD19 para o tratamento de leucemias e linfomas.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (SCTIE/MS).
Tipo de análise: Execução física
Processo NUP: 25000.028256/2019-21
Período analisado: Exercício 2021.
Embasamento: Parecer Técnico nº 68/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0028591010).
Resultado: APROVADA.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.124, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fortaleza
CNPJ: 07.143.845/0001-85
Município/UF: Fortaleza/CE
Título do projeto: Qualificação e Inserção no Mercado de Trabalho de Jovens com Deficiência Intelectual.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Execução física
Processo NUP: 25000.000372/2020-19
Período analisado: Exercício 2021.
Embasamento: Parecer de Mérito nº 394/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028362175).
Resultado: APROVADA.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.125, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD):

DADOS DA INSTITUIÇÃO
NUP: 25000.035044/2021-14
Razão Social: Instituto de Tecnologia Social - ITS BRASIL
CNPJ: 04.782.112/0001-00
Município/UF: Diadema/SP
DADOS DO PROJETO
Título do Projeto: Serviços de preparação para inserção e reinserção de Pessoas com Deficiência no emprego formal em Diadema.
Extrato do Projeto (Resumo): Contribuir com as finalidades do PRONAS/PCD do Ministério da Saúde, realizando atividades em consonância com a área prioritária de "preparação, capacitação e adaptação para inserção e/ou reinserção da pessoa com deficiência no trabalho.
Prazo de execução inicialmente aprovado: 24 meses
Valor inicialmente aprovado: R$ 1.756.795,38 (um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil setecentos e noventa e cinco reais e trinta e oito centavos).
DADOS DO PEDIDO
Valor de readequação solicitado: R$ 2.108.112,40 (dois milhões, cento e oito mil cento e doze reais e quarenta centavos)
Fundamento Legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS.
DADOS DA ANÁLISE DO PROJETO
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Mérito.
Parecer conclusivo: Parecer de Mérito nº 421/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028811128).
Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR.
Valor aprovado da readequação: R$ 2.108.112,40 (dois milhões, cento e oito mil cento e doze reais e quarenta centavos).

Art. 2º Revogar o inciso LXXXVI, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 577, de 02 de dezembro de 2021, publicada no DOU nº 229, na data de 07 de dezembro de 2021, Seção 1, página 152.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.127, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Serra
CNPJ: 27.564.699/0001-79
Município/UF: Serra/ES
Título do projeto: "Qualificação e Ampliação do atendimento interdisciplinar à pessoa com deficiência intelectual e múltipla".
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Processo NUP: 25000.018755/2018-29
Período analisado: Exercício 2021.
Embasamento: Parecer de Mérito nº 380/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028272789).
Resultado: APROVADA.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 549, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Sociedade Hospital Beneficente de Condor, com sede em Condor (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 268/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.077448/2021-85, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Hospital Beneficente de Condor, CNPJ nº 91.983.874/0001-61, com sede em Condor (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 24 de novembro de 2021 a 23 de novembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 550, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação de Saúde Dilson de Quadros Godinho, com sede em Montes Claros (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 274/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.084380/2021-91, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação de Saúde Dilson de Quadros Godinho, CNPJ nº 00.991.591/0001-06, com sede em Montes Claros (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 8 de junho de 2021 a 7 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 551, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga a vigência da Portaria SAES/MS nº 826, de 8 de julho de 2019, que concede o CEBAS da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Içara, com sede em Içara (SC).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nos 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nos 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 123/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.001094/2019-83, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Içara, CNPJ nº 80.168.735/0001-68, com sede em Içara (SC), concedido por meio da Portaria SAES/MS nº 826, de 8 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial a União (DOU) nº 132, de 11 de julho de 2019, seção 1, página 60, em observância ao disposto no §1º do art.40, da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 11 de julho de 2019 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Fica a Entidade notificada para apresentar requerimento de renovação no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação, nos termos do disposto no § 1º do art. 37 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 553, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Palmeira D'Oeste, com sede em Palmeira D'Oeste (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 270 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.077604/2021-16, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Palmeira D'Oeste, CNPJ nº 50.570.753/0001-00, com sede em Palmeira D'Oeste (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 554, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Reconsidera a decisão que Cancela o CEBAS do Hospital de Misericórdia de Altinópolis, com sede em Altinópolis (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 7/2022-CGSUP/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 3542, constante NUP-SEI 25000.086815/2021-31, que conclui, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica reconsiderada a decisão que Cancela o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido ao Hospital de Misericórdia de Altinópolis, CNPJ nº 56.889.595/0001-32, com sede em Altinópolis (SP).

Art. 2º Fica sem efeito a Portaria SAES/MS nº 1.119, de 17 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 217, de 19 de novembro de 2021, seção 1, página 201.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 555, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Indefere a Concessão do CEBAS da Fundação Dr. João Carlos Lyra, com sede em Maceió (AL).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 277/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.157691/2021-86, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Fundação Dr. João Carlos Lyra, CNPJ nº 18.216.973/0001-28, com sede em Maceió (AL).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislações pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 556, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Concessão do CEBAS da Liga Feminina de Combate ao Câncer no RGSUL, com sede em Porto Alegre (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar aplicam-se as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 271/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.000089/2015-20, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com a legislação vigente, da Liga Feminina de Combate ao Câncer no RGSUL, CNPJ nº 92.870.500/0001-00, com sede em Porto Alegre (RS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (Três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 557, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital Espirita de Marilia, com sede em Marilia (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 278/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.087344/2021-89, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Espirita de Marilia, CNPJ nº 52.050.010/0001-35, com sede em Marilia (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 558, DE 11 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Concessão do CEBAS da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Garibaldi, com sede em Garibaldi (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 286/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.182348/2020-99, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Garibaldi, CNPJ nº 91.985.663/0001-68, com sede em Garibaldi (RS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 559, DE 11 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga a vigência da Portaria SAES/MS nº 858, de 17 de julho de 2019, que renova o CEBAS, do SISNOR - Sistema Integrado de Saúde do Norte do Paraná, com sede em Campo Mourão (PR).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nos 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nos 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 124/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.227319/2018-49, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do SISNOR - Sistema Integrado de Saúde do Norte do Paraná, CNPJ nº 06.353.041/0001-48, com sede em Campo Mourão (PR), renovado por meio da Portaria SAES/MS nº 858, de 17 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial a União (DOU) nº 139, de 22 de julho de 2019, seção 1, página 66, em observância ao disposto no §1º do art.40, da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 1º novembro de 2019 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Fica a Entidade notificada para apresentar requerimento de renovação no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação, nos termos do disposto no § 1º do art. 37 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 560, DE 11 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis, com sede em Fernandópolis (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 279/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.153164/2020-11, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis, CNPJ nº 47.844.287/0001-08, com sede em Fernandópolis (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 561, DE 11 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mutuípe, com sede em Mutuípe (BA).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 280/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.099098/2021-16, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mutuípe, CNPJ nº 14.812.333/0001-20, com sede em Mutuípe (BA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 16 de julho de 2021 a 15 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 562, DE 11 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Jacareí, com sede em Jacareí (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 293/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.114656/2021-72, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Jacareí, CNPJ nº 50.471.564/0001-80, com sede em Jacareí (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 22 de agosto de 2021 a 21 de agosto de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 563, DE 11 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital Evangélico de Rio Verde, com sede em Rio Verde (GO).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 292/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.111026/2021-46, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Evangélico de Rio Verde, CNPJ nº 02.608.131/0001-81, com sede em Rio Verde (GO).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 5 de novembro de 2021 a 4 de novembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 564, DE 11 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Beneficente de Assistência Social Nossa Senhora do Pari, com sede em São Paulo (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 288/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.182643/2021-26, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente de Assistência Social Nossa Senhora do Pari, CNPJ nº 05.245.390/0001-83, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 4 de maio de 2022 a 3 de maio de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 565, DE 11 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da entidade AUPACC-Amigos Unidos por Amor Contra o Câncer, com sede em Paulínia (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 262/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.107181/2021-68, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, da entidade AUPACC- Amigos Unidos por Amor Contra o Câncer, CNPJ nº 07.679.571/0001-43, com sede em Paulínia (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 5 de abril de 2022 a 4 de abril de 2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 566, DE 11 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar, com sede em Fortaleza (CE).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 287/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.130993/2021-15, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar, CNPJ nº 05.268.526/0001-70, com sede em Fortaleza (CE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 14 de dezembro de 2021 a 13 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 567, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da entidade Conferência São José do Avaí, com sede em Itaperuna (RJ).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 283/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.104582/2021-66, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da entidade Conferência São José do Avaí, CNPJ nº 29.640.612/0001-20, com sede em Itaperuna (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 568, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Araucária, com sede em São José do Ouro (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 296/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.183618/2020-89, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Araucária, CNPJ nº 96.704.333/0001-70, com sede em São José do Ouro (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 569, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Antônia Maria da Conceição, com sede em Aurora (CE).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 273 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.082003/2021-17, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Antônia Maria da Conceição, CNPJ nº 06.747.463/0001-06, com sede em Aurora (CE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 24 de agosto de 2021 a 23 de agosto de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 570, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia N. S. das Dores de Gal. Salgado, com sede em General Salgado (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 295/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.183676/2021-93, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%(sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia N. S. das Dores de Gal. Salgado, CNPJ nº 48.433.452/0001-93, com sede em General Salgado (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 20 de fevereiro de 2022 a 19 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 571, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Irm do Sr Bom Jesus dos Passos da Sta. Casa Mis. Brg. Pta, com sede em Bragança Paulista (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 291 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.107171/2021-22, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irm do Sr Bom Jesus dos Passos da Sta. Casa Mis. Brg. Pta, CNPJ nº 45.615.309/0001-24, com sede em Bragança Paulista (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 572, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Indefere a Renovação do CEBAS da Associação Saúde da Família, com sede em São Paulo (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar aplicam-se as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 266 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.209369/2018-44, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação Saúde da Família, CNPJ nº 68.311.216/0001-01, com sede em São Paulo (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 573, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Hospitalar Comunitária e Beneficente de Nonoai, com sede em Nonoai (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 302/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.109481/2021-81, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Comunitária e Beneficente de Nonoai, CNPJ nº 90.894.221/0001-43, com sede em Nonoai (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 25 de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 574, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras, com sede em Araras (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 299/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.155919/2021-01, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras, CNPJ nº 44.215.341/0001-50, com sede em Araras (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 575, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Concessão do CEBAS da Fundação Hospitalar Educacional e Social de Portão, com sede em Portão (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 57/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.078247/2021-03, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospitalar Educacional e Social de Portão, CNPJ nº 88.263.686/0001-54, com sede em Portão (RS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 578, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Humaitá, com sede em Humaitá (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 290/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.154036/2021-76, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Humaitá, CNPJ nº 91.996.074/0001-85, com sede em Humaitá (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 25 de outubro de 2021 a 24 de outubro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 579, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da União Hospitalar São Francisco, com sede em Campo Formoso (BA).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 289/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.160784/2021-98, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%(sessenta por cento), da União Hospitalar São Francisco, CNPJ nº 13.802.681/0001-53, com sede em Campo Formoso (BA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 29 de julho de 2022 a 28 de julho de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 580, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Guará, com sede em Guará (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 285/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.133922/2021-66, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Guará, CNPJ nº 45.331.303/0001-25, com sede em Guará (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 06 de setembro de 2021 a 05 de setembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 581, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga a vigência da Portaria SAES/MS nº 1.049, de 25 de outubro de 2021, que renova o CEBAS da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Patrocínio, com sede em Patrocínio (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nos 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nos 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 128/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.213210/2018-24, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Patrocínio, CNPJ nº 17.839.937/0001-58, com sede em Patrocínio (MG), renovado por meio da Portaria SAES/MS nº 1.049, de 25 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial a União (DOU) nº 204, de 28 de outubro de 2021, seção 1, página 121, em observância ao disposto no artigo 40, §1º, da Lei complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º Fica a Entidade notificada para apresentar requerimento de renovação no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação, nos termos do disposto no artigo 37, § 1º, da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 582, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Indefere a Renovação do CEBAS do Centro Espírita Discípulos de Jesus, com sede em Campo Grande (MS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 260/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.136169/2021-61, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Centro Espírita Discípulos de Jesus, CNPJ nº 03.267.101/0001-11, com sede em Campo Grande (MS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 583, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga a vigência da Portaria SAS/MS nº 1.575, de 02 de outubro de 2018, que renova o CEBAS da Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, com sede em Cuiabá (MT).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nos 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nos 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 126/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.165399/2018-31, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, CNPJ nº 03.476.629/0001-09, com sede em Cuiabá (MT), renovado por meio da Portaria SAS/MS nº 1.575, de 02 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial a União (DOU) nº 194, de 08 de outubro de 2018, seção 1, página 88, em observância ao disposto no artigo 40, §1º, da Lei complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º Fica a Entidade notificada para apresentar requerimento de renovação no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação, nos termos do disposto no artigo 37, § 1º, da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 584, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pacaembu, com sede em Pacaembu (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 294/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.047983/2019-97, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pacaembu, CNPJ nº 53.524.534/0001-83, com sede em Pacaembu (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 05 de abril de 2019 a 04 de abril de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 585, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga a vigência da Portaria SAES/MS nº 1.017, de 27 de agosto de 2019, que concede o CEBAS do Instituto Riograndense de Desenvolvimento Social Integrado de Saldanha Marinho, com sede em Saldanha Marinho (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nos 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nos 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 129/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.123854/2019-11, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Instituto Riograndense de Desenvolvimento Social Integrado de Saldanha Marinho, CNPJ nº 23.931.208/0001-20, com sede em Saldanha Marinho (RS), concedido por meio da Portaria SAES/MS nº 1.017, de 27 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial a União (DOU) nº 168, de 30 de agosto de 2019, seção 1, página 121, em observância ao disposto no artigo 40, §1º, da Lei complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 30 de agosto 2019 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Fica a Entidade notificada para apresentar requerimento de renovação no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação, nos termos do disposto no artigo 37, § 1º, da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 586, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga a vigência da Portaria SAS/MS nº 1.979, de 19 de dezembro de 2018, que renova o CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista, com sede em Patrocínio Paulista (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nos 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nos 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 131/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.207418/2018-12, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista, CNPJ nº 53.723.870/0001-55, com sede em Patrocínio Paulista (SP), renovado por meio da Portaria SAS/MS nº 1.979, de 19 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial a União (DOU) nº 249, de 28 de dezembro de 2018, seção 1, página 424, em observância ao disposto no artigo 40, §1º, da Lei complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º Fica a Entidade notificada para apresentar requerimento de renovação no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação, nos termos do disposto no artigo 37, § 1º, da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 587, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga a vigência da Portaria SAS/MS nº 1.493, de 19 de setembro de 2018, que renova o CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Santa Bárbara do Oeste, com sede em Santa Bárbara do Oeste (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nos 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nos 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 134/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.052035/2018-92, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Santa Casa de Misericórdia de Santa Bárbara do Oeste, CNPJ nº 56.725.385/0001-09, com sede em Santa Bárbara do Oeste (SP), renovado por meio da Portaria SAS/MS nº 1.493, de 19 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial a União (DOU) nº 184, de 24 de setembro de 2018, seção 1, página 61, em observância ao disposto no artigo 40, §1º, da Lei complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º Fica a Entidade notificada para apresentar requerimento de renovação no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação, nos termos do disposto no artigo 37, § 1º, da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 588, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga a vigência da Portaria SAS/MS nº 1.937, de 12 de dezembro de 2018, que renova o CEBAS do Hospital de Caridade São Braz, com sede em Porto União (SC).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nos 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nos 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 133/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.198603/2018-09, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Hospital de Caridade São Braz, CNPJ nº 85.604.395/0001-94, com sede em Porto União (SC), renovado por meio da Portaria SAS/MS nº 1.937, de 12 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial a União (DOU) nº 241, de 17 de dezembro de 2018, seção 1, página 74, em observância ao disposto no artigo 40, §1º, da Lei complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º Fica a Entidade notificada para apresentar requerimento de renovação no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação, nos termos do disposto no artigo 37, § 1º, da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 589, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Aracajuana de Beneficência, com sede em Aracajú (SE).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 300/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.150888/2021-94, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Aracajuana de Beneficência, CNPJ nº 13.025.507/0001-41, com sede em Aracajú (SE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 590, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Padre Albino, com sede em Catanduva (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 298 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.497104/2017-11, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Padre Albino, CNPJ nº 47.074.851/0001-42, com sede em Catanduva (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 591, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Assistencial e Beneficente Maria Anunciação Gomes de Godoy, com sede em Candiota (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o(a) Parecer Técnico: nº 301/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.139160/2021-10, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual de mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Assistencial e Beneficente Maria Anunciação Gomes de Godoy, CNPJ nº 07.685.994/0001-76, com sede em Candiota (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 17 de dezembro de 2021 a 16 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 592, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Sociedade Operaria Humanitaria, com sede em Limeira (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o(a) Parecer Técnico nº 308/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.134923/2021-28, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Operaria Humanitaria, CNPJ nº 51.469.187/0001-08, com sede em Limeira (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 599, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga a vigência da Portaria SAES/MS nº 538, de 02 de setembro de 2022, que renova o CEBAS do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, com sede em São Paulo (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nos 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nos 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 135/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.221131/2018-97, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, CNPJ nº 60.726.502/0001-26, com sede em São Paulo (SP), renovado por meio da Portaria SAES/MS nº 538, de 02 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial a União (DOU) nº 170, de 06 de setembro de 2022, seção 1, página 87, em observância ao disposto no artigo 40, §1º, da Lei complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 11 de novembro de 2019 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Fica a Entidade notificada para apresentar requerimento de renovação no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação, nos termos do disposto no artigo 37, § 1º, da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 600, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia e Caridade de Campestre, com sede em Campestre (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 305/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.160734/2021-19, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia e Caridade de Campestre, CNPJ nº 19.091.537/0001-32, com sede em Campestre (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 602, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Craniofaciais (FUNCRAF), com sede em Bauru (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 306/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.158058/2021-13, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Craniofaciais (FUNCRAF), CNPJ nº 50.844.794/0001-48, com sede em Bauru (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 27 de abril de 2022 a 26 de abril de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 603, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Sociedade Beneficiente Lar Belém, com sede em Nova Santa Rosa (PR).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 307 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.044342/2021-03, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Beneficiente Lar Belém, CNPJ nº 76.883.370/0001-86, com sede em Nova Santa Rosa (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 27 de março de 2021 a 26 de março de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 604, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Caridade de Jaguarão, com sede em Jaguarão (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 239/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.000267/2021-61, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Caridade de Jaguarão, CNPJ nº 88.413.661/0001-90, com sede em Jaguarão (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 27 de agosto de 2021 a 26 de agosto de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 605, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Hospital de Caridade de Quarai, com sede em Quarai (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 304/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.171229/2021-91, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospital de Caridade de Quarai, CNPJ nº 94.757.986/0001-92, com sede em Quarai (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 606, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Indefere a Concessão do CEBAS da Associação para a Prevenção e Combate ao Câncer Infantil e Adulto - S.O.S do Câncer, com sede em Divinópolis (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 18/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 71000.053108/2020-03, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Associação para a Prevenção e Combate ao Câncer Infantil e Adulto - S.O.S do Câncer, CNPJ nº 11.549.333/0001-90, com sede em Divinópolis (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislações pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 607, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital Santa Terezinha, com sede em Brotas (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 303/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.156301/2021-51, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Santa Terezinha, CNPJ nº 45.775.608/0001-26, com sede em Brotas (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 615, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Indefere a Concessão do CEBAS da Associação Beneficente de Saúde Jesuitas, com sede em Jesuitas (PR).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o PARECER TÉCNICO nº 309/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.147966/2021-73, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação Beneficente de Saúde Jesuitas, CNPJ nº 33.389.322/0001-23, com sede em Jesuitas (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 616, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Proteção a Maternidade e Infancia Ubaira, com sede em Ubaira (BA).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 310/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.165688/2021-36, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo 60% (sessenta por cento) , da Associação de Proteção a Maternidade a Infancia Ubaira, CNPJ nº 14.284.483/0001-08, com sede em Ubaira (BA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 12 de dezembro de 2021 a 11 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 619, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga a validade dos certificados, nos termos do artigo 40, § 1º, da Lei Complementar.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nos 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nos 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica 145/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes no disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a certificação das entidades relacionadas no Anexo até o dia 31 de dezembro do ano subsequente ao do fim de seu prazo de validade, em observância ao disposto no artigo 40, §1º, da Lei complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às entidades que apresentaram de forma tempestiva requerimento de renovação da certificação antes da publicação da Lei Complementar nº 187/2021.

Art. 2º Ficam as Entidades notificadas para apresentarem requerimento de renovação no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação, nos termos do disposto no artigo 37, § 1º, da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

ANEXO

ITEM	Nº CNPJ	ENTIDADE	UF	PROCESSO	DATA INÍCIO DA CERTIFICAÇÃO	DATA FIM DA CERTIFICAÇÃO	DATA DA VALIDADE PRORROGADA
1	27.658.129/0001-48	FUNDACAO HOSPITALAR E DE ASSIST SOC DE DOMINGOS MARTINS	ES	25000.001111/2019-82	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
2	31.517.493/0001-65	HOSPITAL REGIONAL DARCY VARGAS	RJ	25000.196591/2018-70	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
3	83.012.617/0001-54	SOCIEDADE BENEFICIENTE D.DANIEL HOSTIN	SC	25000.205956/2015-11	28/12/2018	27/12/2021	31/12/2022
4	12.383.618/0001-67	OBRA SOCIAL SAO VICENTE DE PAULO	AL	25000.140098/2018-03	18/12/2018	17/12/2021	31/12/2022
5	59.086.215/0001-10	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO BENTO DO SAPUCAI	SP	25000.131260/2018-94	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
6	52.393.204/0001-33	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE NOVA EUROPA	SP	25000.111614/2018-84	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
7	10.859.817/0001-73	ASSOCIACAO EVANGELICA BENEFICENTE DE PERNAMBUCO	PE	25000.214045/2018-28	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
8	17.200.429/0001-25	FUNDACAO BENJAMIN GUIMARAES	MG	25000.222495/2018-94	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
9	07.287.865/0001-20	INSTITUICAO ESPIRITA NOSSO LAR	CE	25000.195812/2018-92	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
10	86.025.897/0001-23	ASSOCIACAO HOSPITALAR SAO FRANCISCO DE ASSIS	SC	25000.188350/2018-57	21/12/2018	20/12/2021	31/12/2022
11	89.124.630/0001-81	ASSOCIACAO DAS DAMAS DE CARIDADE	RS	25000.204915/2018-51	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
12	72.127.210/0001-56	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MIS E MAT D ZILDA SALVAGNI	SP	25000.220309/2018-82	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
13	60.194.990/0001-78	INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONARIAS DE MARIA IMACULADA	SP	25000.219234/2018-97	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
14	19.202.654/0001-26	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	MG	25000.224935/2018-48	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
15	97.448.294/0001-50	ASSOCIACAO BENEFICENTE SANTA ROSA DE LIMA	RS	25000.221088/2018-60	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
16	75.887.471/0001-62	SANTA CASA DE MISERICORDIA MARIA ANTONIETA	PR	25000.214072/2018-09	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
17	58.198.524/0001-19	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTOS	SP	25000.191228/2018-68	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
18	98.591.910/0001-90	HOSPITAL SAO SEBASTIAO MARTIR	RS	25000.219327/2018-11	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
19	87.680.500/0001-08	ASSOCIACAO HOSPITAL DE CARIDADE DR. VICTOR LANG	RS	25000.217781/2018-38	22/12/2018	21/12/2021	31/12/2022
20	28.902.229/0001-30	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO JOAO DA BARRA	RJ	25000.222320/2018-87	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
21	51.889.400/0001-30	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MACATUBA	SP	25000.114240/2018-59	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
22	87.317.764/0001-93	SOCIEDADE SULINA DIVINA PROVIDENCIA	RS	25000.214324/2018-91	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
23	26.001.230/0001-69	ASSOCIACAO BENEFICENTE SAO JOAO BATISTA	MG	25000.214163/2018-36	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
24	82.991.860/0001-07	ASSOCIACAO HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM	SC	25000.191222/2018-91	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
25	54.931.795/0001-80	IRMANDADE DE SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PITANGUEIRAS	SP	25000.146530/2018-61	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
26	19.557.487/0001-36	CENTRO BARBACENENSE DE ASSISTENCIA MEDICA E SOCIAL	MG	25000.216716/2018-95	30/12/2018	29/12/2021	31/12/2022
27	19.529.478/0001-31	HOSPITAL DE CATAGUASES	MG	25000.217805/2018-59	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
28	15.178.551/0001-17	ASSOCIACAO OBRAS SOCIAIS IRMA DULCE	BA	25000.226874/2018-53	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
29	52.268.596/0001-09	SANTA CASA DE MISERICORDIA PADRE JOAO SCHNEIDER	SP	25000.187605/2018-64	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
30	14.054.605/0001-70	SANTA CASA DE MISERICORDIA HOSP S FRANCISCO E S VICENTE	BA	25000.185461/2018-10	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
31	06.275.762/0001-87	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO MARANHAO	MA	25000.224435/2018-14	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
32	47.024.005/0001-18	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CASA BRANCA	SP	25000.226537/2018-66	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
33	13.002.704/0001-45	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE	SE	25000.210953/2018-42	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022
34	24.031.080/0001-00	FUNDACAO ITAU DE ASSISTENCIA SOCIAL	MG	25000.026493/2018-76	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2022

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA GAB/SAPS Nº 51, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga o prazo para os municípios regularizarem as situações que ensejam o cancelamento da habilitação ao recebimento do incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas aos programas de formação profissional, no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º Esta Portaria prorroga o prazo para os municípios regularizarem as situações que ensejam o cancelamento da habilitação ao recebimento do incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas aos programas de formação profissional, no âmbito da Atenção Primária à Saúde, de que trata a Seção XI do Capítulo II do Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica prorrogado até a competência do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - SCNES dezembro do ano de 2022, o prazo para os municípios regularizarem as situações que ensejam no cancelamento da habilitação ao recebimento do incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas a programas de formação profissional, no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

Art. 3º A prorrogação do prazo de que trata o art. 2º, se aplica aos municípios habilitados nas seguintes Portarias:

I - Portaria GM/MS nº 1.739, de 10 de julho de 2020, que habilita municípios a receber incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas a programas de formação profissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde;

II - Portaria GM/MS nº 2.068, de 11 de agosto de 2020, que habilita municípios a receberem incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas a programas de formação profissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde;

III- Portaria GM/MS nº 3.484, de 17 de dezembro de 2020, que habilita municípios a receberem incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas a programas de formação profissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde; e

IV - Portaria SAPS/MS nº 56, de 9 de agosto de 2021, que habilita municípios a receberem incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas a programas de formação profissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - TOCANTINS

ATO Nº 5, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA TOCANTINS, subordinado à Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde - SESAI/MS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, artigos 43 e 52, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 25066.001777/2022-71;, resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Sancionador, em desfavor da empresa VANESSA DE FREITAS CARVALHO - VFC DISTRIBUIDORA, CNPJ 26.865.339/0001-44, para apurar indícios de descumprimento da Ata de Registro de Preços nº82/2021, decorrente do Pregão SRP nº 13/2021, que foi homologado no dia 16 de dezembro de 2021;

Art. 2º A autuação, instrução e demais procedimentos serão realizados em processo autônomo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e das disposições previstas no Projeto Básico, com subsídio do Caderno de Logística - Sanções Administrativas, do Governo Federal;

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

NAÉLIO ALVES DE SOUSA

ATO Nº 6, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA TOCANTINS, subordinado à Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde - SESAI/MS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, artigos 43 e 52, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 25066.001779/2022-61;, resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Sancionador, em desfavor da empresa SUELEN PATRICIA DE BRITO PIRES - TERRANOVA COMERCIAL, CNPJ 41.168.340/0001-03, para apurar indícios de descumprimento da Ata de Registro de Preços nº84/2021, decorrente do Pregão SRP nº 13/2021, que foi homologado no dia 16 de dezembro de 2021;

Art. 2º A autuação, instrução e demais procedimentos serão realizados em processo autônomo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e das disposições previstas no Projeto Básico, com subsídio do Caderno de Logística - Sanções Administrativas, do Governo Federal;

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

NAÉLIO ALVES DE SOUSA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 578ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2022, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos de alegação de Doença ou Lesão Preexistente (DLP):

Processo ANS n.º	Nome	Relator	Decisão
33910.029347/2019-49	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de 1ª instância pela improcedência da alegação de omissão de DLP.

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na ANS.

PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 578ª Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2022, votou pelo deferimento do pedido de parcelamento de débito - Ressarcimento ao SUS, nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$)
33910.023981/2022-73	Humana Assistência Médica Ltda	357511	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 29053158	557.379,36 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 23.516,64)
33910.028877/2022-75	Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima	313971	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 29793687	682.554,67 (pagáveis em 10 parcelas de R$ 11.375,91)

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO
Diretor - Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO N° 99, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 204, § 5º, aliado ao art. 187, X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ao art. 17 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, e conforme deliberado em reunião realizada em 14 de setembro de 2022, RETIRA O EFEITO SUSPENSIVO do recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Recorrente: POLIBOR LTDA
CNPJ: 28.862.209/0001-83
Processo nº: 25351.319736/2021-32
Expediente do recurso: 4308359/22-8

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

DESPACHO N° 100, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 204, § 5º, aliado ao art. 187, X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ao art. 17 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, e conforme deliberado em reunião realizada em 14 de setembro de 2022, RETIRA O EFEITO SUSPENSIVO do recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Recorrente: ROBISA INDUSTRIA E COMÉRCIO MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
CNPJ: 05.263.709/0001-01
Processo nº: 25351.319733/2021-07
Expediente do recurso: 4307986/22-9

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor- Presidente

DESPACHO N° 101, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 204, § 5º, aliado ao art. 187, X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ao art. 17 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, e conforme deliberado em reunião realizada em 14 de setembro de 2022, RETIRA O EFEITO SUSPENSIVO do recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Recorrente: INDÚSTRIA FRONTINENSE DE LÁTEX S/A
CNPJ: 32.407.538/0001-01
Processo nº: 25351.319709/2021-60
Expediente do recurso: 4308171/22-9

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.099, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / 33.781.055/0001-35
KIT MOLECULAR MULTIPLEX OPXV/ MPXV/ VZV/ RP Bio-Manguinhos
25351.289689/2022-76 / 80142170062
8433 - IVD - Registro de produto / 4535713227

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE nº 3064, de 15 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 178, de 19 de setembro de 2022, seção 1, pág. 214,

Onde se lê:

"SELAGEM REPARADORA PROGRESSIVE AVDOS"

Leia-se:

"SELAGEM REPARADORA PROGRESSIVE AVDOS
25351.763873/2020-20"

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.098, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: KOPP INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - CNPJ: 02.967.738/0001-58
Produto - (Lote): ANILHAS KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022); Cicatrizador friccional(Lotes a partir de 20/04/2022);COMPONENTES KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);Família CM Screw / Standard e Friccional I, II(Lotes a partir de 20/04/2022);Implantes HE HEXA e HIN Cortical/Medular(Lotes a partir de 20/04/2022);IMPLANTES HEXAGONAIS KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);KIT CIRÚRGICO KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);KIT ELEVADOR KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);KIT EXPANSOR KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);KIT INSTRUMENTAL DESCARTAVEL KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);KIT ORTODONTICO/FIXAÇÃO(Lotes a partir de 20/04/2022);KIT PROTETICO KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);KIT TACHINHA KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);MOEDORES ÓSSEOS MANUAIS KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);SMART GUIDED KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);150.000 - KIT KOPP GUIDE(Lotes a partir de 20/04/2022);150.002 - KIT MINI CIRÚRGICO KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);150.014 - KIT SELEÇÃO PROTÉTICA KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);150.016 - KIT FIXAÇÃO KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);150.017 - KIT MINI IMPLANTE KOPP(Lotes a partir de 20/04/2022);150.021 - KIT KOPP GUIDE HIN(Lotes a partir de 20/04/2022);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4679226/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a inspeção sanitária realizada no fabricante Kopp Industria e Comércio de Produtos Odontológicos Ltda., realizada no período de 11/04/2022 a 13/04/2022 e de 18/04/2022 a 20/04/2022, durante a qual ficou comprovada a fabricação de produtos em desacordo com os itens 2.2.3; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.4.1; 2.5.1; 2.5.2; 2.5.3; 3.3.1; 4.1.2; 4.1.4; 4.1.6; 4.1.7; 4.1.8; 4.1.9; 5.1.1.4; 5.1.2; 5.1.3; 5.1.5; 5.1.6; 5.2.2.3; 5.5.1; 5.5.2; 5.6.2; 6.1.2; 6.2.1; 7.1.1.3; 7.1.1.7 da Resolução-RDC nº. 16/2013, considerando o estabelecido no art. 7º da Lei 6360/1976, no art. 15 do Decreto nº. 8.077/2013 e no art. 10, inciso XXXV da Lei nº. 6.437/1977.

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHO DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do processo judicial n. 0000259-05.2021.5.10.0018, atestada pelo PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00430/2022/CORETRABNE/PRU1R/PGU/AGU, procedente do Tribunal Regional do Trabalho da 10A Região - 18ª Vara do Trabalhado de Brasília - DF, encaminhado por intermédio do Ofício n. 03113/2022/CORETRABAP/PRU1R/PGU/AGU (SEI nº 27935200) que determinou o prosseguimento do pedido de alteração estatutária nº 14021.104863/2021-54, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CURVELO E REGIÃO- SINTTROVEL, CNPJ: 38.525.697/0001-97, "quanto à análise do pedido de ampliação da base territorial" e com fundamento na Análise Técnica nº 2155 (SEI 28030859), resolve: A) DESARQUIVAR o pedido de alteração estatutária nº 14021.104863/2021-54, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CURVELO E REGIÃO- SINTTROVEL, CNPJ: 38.525.697/0001-97; B) PUBLICAR o pedido de alteração estatutária nº 14021.104863/2021-54, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CURVELO E REGIÃO- SINTTROVEL, CNPJ: 38.525.697/0001-97, para representação da Categoria Profissional dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Abaeté, Alvorada de Minas, Biquinhas, Cantagalo, Cedro do Abaeté, Congonhas do Norte, Corinto, Córrego Danta, Couto de Magalhães de Minas, Curvelo, Datas, Diamantina, Dom Joaquim, Dores de Guanhães, Dores do Indaiá, Felixlândia, Gouveia, Inimutaba, Martinho Campos, Matutina, Monjolos, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Paineiras, Papagaios, Pompéu, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Quartel Geral, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santana de Pirapama, Santo Antônio do Itambé, Santo Hipólito, São Gonçalo do Rio Preto, Senhora do Porto, Serra Azul de Minas, Serra da Saudade, Serro, Tapiraí, Tiros e Três Marias, todos no Estado de Minas Gerais, nos termos dos artigos 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671/2021, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnação.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 807, DE 3 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004883/2022-97, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA RUMOS, CNPJ nº 51.245.355/0001-81, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 820, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005542/2020-77, resolve:

Art. 1º Aprovar o 4º termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a empresa Tramontina Nordeste S/A, CNPJ nº 15.205.628/0001-09, entre outras, na condição de patrocinadoras do Plano de Benefícios Tramontina Prev, CNPB nº 1995.0029-92, e a Tramontinaprev - Sociedade Previdenciária, CNPJ nº 00.972.631/0001-72, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 843, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005013/2022-35, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios RBS PREV, CNPB nº 1996.0030-38, administrado pela RBS PREV - Sociedade Previdenciária, CNPJ nº 01.594.327/0001-00.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 846, DE 18 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001484/2022-74, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da data de emissão do protocolo eletrônico pelo sistema informatizado da Previc, ocorrida em 18 de março de 2022 (licenciamento automático), o convênio de adesão celebrado entre o Município de São José dos Campos - SP, CNPJ n.º 46.643.466/0001-06, na condição de patrocinador do Plano FBPREV Multipatrocinado, CNPB nº 2021.0014-74, e a Fundação Banrisul de Seguridade Social, CNPJ nº 92.811.959/0001-25, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 847, DE 18 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003053/2021-61, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A., CNPJ nº 07.237.373/0001-20, na condição de patrocinador do Plano de Benefícios Definidos, CNPB nº 1967.0001-74, e a CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF, CNPJ nº 07.273.170/0001-99, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA ANCINE Nº 618-E, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Institui o Programa de Apoio à Divulgação do Filme Brasileiro Candidato a uma Indicação ao Oscar® de Melhor Filme Internacional.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III, IV e XII do art. 13 do Anexo I ao Decreto nº 8.283, de 03 de julho de 2014, combinado com o inciso III do art. 17 do Regimento Interno da ANCINE, e tendo em vista a Deliberação de Diretoria Colegiada nº 1786-E, de 15 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º. Instituir o Programa de Apoio à Divulgação do Filme Brasileiro Candidato a uma Indicação ao Oscar® de Melhor Filme Internacional.

Art. 2º. É beneficiário do programa o filme brasileiro de longa-metragem selecionado, a cada ano, pela Academia Brasileira de Cinema e Artes Audiovisuais para representar o Brasil no pleito por uma indicação ao Oscar® de Melhor Filme Internacional, a ser concedido pela Academy of Motion Pictures Arts and Sciences no ano seguinte.

Art. 3º. O valor do montante do apoio será definido, a cada exercício, pela Diretoria Colegiada da ANCINE, levando em conta a dotação orçamentária e a disponibilidade financeira da Agência.

Art. 4º. O apoio financeiro será concedido após a assinatura do Termo de Concessão de Apoio Financeiro pelo representante legal da empresa produtora do filme selecionado pela Academia Brasileira de Cinema e Artes Audiovisuais, e deverá ser destinado à campanha de divulgação do filme no exterior.

Art. 5º. No caso da ausência de prestação de contas pela empresa produtora em até 180 (cento e oitenta) dias da data do recebimento do apoio, e em conformidade com a Instrução Normativa ANCINE nº 159, de 23 de dezembro de 2021, ou outra que a substitua, a empresa ficará inadimplente junto à ANCINE, e sujeita à devolução do valor concedido, acrescido de juros e atualização monetária.

Art. 6º. A logomarca da ANCINE deverá ser utilizada no material de divulgação do filme apoiado, em consonância com as Instruções Normativas ANCINE nº 130 e nº 159, respectivamente, de 13 de dezembro de 2016, e de 23 de dezembro de 2021, ou outras que as substituam.

Art. 7º. Caberá à Coordenação de Programas Internacionais da ANCINE a organização e a execução do programa.

Art. 8º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a PORTARIA Nº 120, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016.

ALEX BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 30-E, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os remanejamentos de fontes de recursos dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

16-0786 JEPOTÁ
Processo: 01416.009395/2016-62
Proponente: INVÍDEO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 90.130.634/0001-51Valor total aprovado: R$ 7.000.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 250.063,81 para R$ 1.956.408,97
Banco: 001 - agência: 1248-3 conta corrente: 58311-1
Prazo de captação: até 31/12/2023

19-0384 QUANDO O VERÃO PASSAR
Processo: 01416.008924/2019-53
Proponente: O QUADRO PRODUÇÕES LTDA. ME
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 12.298.240/0001-01Valor total aprovado: R$ 1.484.850,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 0009-4 conta corrente: 479528-8
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 200.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 216.876,00 para R$ 50.000,00
Banco: 001 - agência: 0009-4 conta corrente: 473577-3
Valor aprovado no art. 18 da Lei nº. 8.313/91: de R$ 0,00 para R$ 66.876,00
Banco: 001 - agência: 0009-4 conta corrente: 479527-X
Prazo de captação: até 31/12/2025

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

LAÍS SANTOYO LOPES DA FONSECA
Superintendente
Substituta

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 56, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

II - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

III - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

IV - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Pampa Transmissão de Energia S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 525 kV Capivari do Sul - Guaíba 3
Processo nº 01512.000101/2020-25
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 525 kV Capivari do Sul - Guaíba 3
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Arqueóloga de Campo: Tatiana Costa Fernandes
Apoio Institucional: Núcleo de Pré-História e Arqueologia (NuPHA) da Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Municípios de Capivari do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Triunfo, Gravataí, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Portão, Nova Santa Rita, Montenegro, Charqueadas e Eldorado do Sul, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 13 (treze) meses

02-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Mateus Supermercado S.A
Empreendimento: Mateus Supermercado
Processo nº 01494.000399/2022-09
Projeto: Acompanhamento Arqueológico do Mateus Supermercados Santa Clara
Arqueólogo Coordenador: Gabriel Farias Carneiro
Arqueólogo de Campo: Danilo Chagas Assunção
Área de Abrangência: Município do São Luís do Maranhão, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Juá Participações e Investimentos Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Santa Helena II
Processo nº 01506.001096/2020-57
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Loteamento Residencial Santa Helena II
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Fábio Grossi dos Santos
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Jaú, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A
Empreendimento: Linha de Distribuição 138 kV Santa Maria/Mãe do Rio
Processo nº 01492.000496/2021-22
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Distribuição 138kV Santa Maria/Mãe do Rio
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueólogo de Campo: Max Roberto da Silva Félix
Apoio Institucional: "Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP) - Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM)" - Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Municípios de Santa Maria do Pará, São Miguel do Guamá, Irituia e Mãe do Rio, estado do Pará
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: DWUL - Participações de Capital - Ltda
Empreendimento: Complexo Eólico Tianguá - Viçosa do Ceará - ÁREA 8C0A
Processo nº 01496.000210/2021-79
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Complexo Eólico Tianguá - Viçosa do Ceará - ÁREA 8C0A
Arqueólogo Coordenador: Felipe Rocha Carvalho Lima
Arqueólogo de Campo: Felipe Rocha Carvalho Lima
Apoio Institucional: Instituto Tembetá - Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará
Área de Abrangência: Municípios de Ubajara e Ibiapina, estado do Ceará
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: DWUL - Participações de Capital - Ltda
Empreendimento: Complexo Eólico Tianguá - Viçosa do Ceará, área 8C0E
Processo nº 01496.000211/2021-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Complexo Eólico Tianguá - Viçosa do Ceará, área 8C0E
Arqueólogo Coordenador: Felipe Rocha Carvalho Lima
Arqueólogo de Campo: Felipe Rocha Carvalho Lima
Apoio Institucional: Instituto Tembetá - Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará
Área de Abrangência: Município de Ubajara, estado do Ceará
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: DWUL - Participações de Capital - Ltda
Empreendimento: Complexo Eólico Tianguá - Viçosa do Ceará, área 8C13
Processo nº 01496.000212/2021-68
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Complexo Eólico Tianguá - Viçosa do Ceará, área 8C13
Arqueólogo Coordenador: Felipe Rocha Carvalho Lima
Arqueólogo de Campo: Felipe Rocha Carvalho Lima
Apoio Institucional: Instituto Tembetá - Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará
Área de Abrangência: Município de Ubajara, estado do Ceará
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: DWUL - Participações de Capital - Ltda
Empreendimento: Complexo Eólico Tianguá/Viçosa do Ceará - Fase II - Área 8BA2
Processo nº 01496.000209/2021-44
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Complexo Eólico Tianguá/Viçosa do Ceará - Fase II - Área 8BA2
Arqueólogo Coordenador: Felipe Rocha Carvalho Lima
Arqueólogo de Campo: Felipe Rocha Carvalho Lima
Apoio Institucional: Instituto Tembetá - Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará
Área de Abrangência: Municípios de Ubajara e Ibiapina, estado do Ceará
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

09-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do estado de Alagoas - SR/DNIT/AL
Empreendimento: Rodovia BR-416/AL
Processo nº 01403.000109/2020-29
Projeto: Acompanhamento Arqueológico Referente ao Empreendimento Rodovia BR-416/AL: Obras de implantação dos remanescentes, restauração e adequação de capacidade
Arqueólogo Coordenador: Árlon Facynek de Oliveira Carvalho
Arqueólogo de Campo: Enderson Rodrigo Martins
Área de Abrangência: Municípios de São José da Lage, Ibateguara e Colônia Leopoldina, estado de Alagoas
Prazo de validade: 12 (doze) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Lucinei Galhardi Construção ME
Empreendimento: Lucinei Galhardi Construção ME
Processo nº 01506.000313/2022-53
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Empreendimento "Lucinei Galhardi Construção ME"
Arqueólogo Coordenador: Clayton Galdino Rosendo dos Santos
Arqueólogo de Campo: Clayton Galdino Rosendo dos Santos
Apoio Institucional: Fundação Cultura de Jacarehy "José Maria de Abreu" - Prefeitura Municipal de Jacareí
Área de Abrangência: Município de Motuca, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Assu Sol Geração de Energia SPE S/A
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Assu Sol II
Processo nº 01421.000165/2020-45
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Programa Integrado de Educação Patrimonial do Complexo Fotovoltaico Assu Sol II
Arqueóloga Coordenadora: Beatriz Costa Paiva Boschetti
Arqueóloga de Campo: Marina Souza Barbosa
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Município de Açu, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 18 (dezoito) meses

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 293, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Atualizar a distribuição dos cargos efetivos criados pelo art. 2º da Lei nº 12.412, de 2006, por área de atividade/especialidade, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 130-A, inciso I, da Constituição Federal, tendo em vista o contido no art. 3º, parágrafo único, e art. 22 ambos da Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, no art. 5º da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, no art. 12, inc. XIV, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público - RICNMP), e considerando a solicitação constante no Processo Administrativo nº 19.00.6500.0006304/2022-26, resolve:

Art. 1º Revogar o art. 5º da Portaria CNMP-PRESI nº 202, de 10 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, edição de 11 de novembro de 2014.

Art. 2º Incluir o anexo VII na Portaria CNMP-PRESI nº 75, de 8 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, edição de 4 de abril de 2014, para constar a atualização da distribuição dos cargos efetivos criados pelo art. 2º da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, por área de atividade/especialidade, conforme quadro a seguir:

ANEXO VII

DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS CRIADOS PELA LEI Nº 11.415, DE 2006, POR ÁREA DE ATIVIDADE/ESPECIALIDADE

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO CARGO	QUANTIDADE
Analista Jurídico	43
Analista de Arquitetura	1
Analista de Biblioteconomia	1
Analista de Comunicação Social	6
Analista de Contabilidade	1
Analista de Estatística	2
Analista de Engenharia Civil	2
Analista de Arquivologia	1
Analista de Gestão Pública	5
Analista de Controle Interno	5
Analista de Planejamento e Orçamento	1
Analista de Desenvolvimento de Sistemas	14
Analista de Suporte e Infraestrutura	9
Subtotal	91

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	104
Técnico de Controle Interno	1
Técnico de Orçamento	1
Técnico de Segurança Institucional	5
Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação	3
Subtotal	114

	QUANTIDADE
TOTAL	205

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.459, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no inciso VII do art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016 e no inciso VIII do art. 2º do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0001.0010775/2022-78, resolve:

Art. 1º Determinar a alteração do status do 30° Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região para "ofício provido com designação suspensa", a partir de 19 de setembro de 2022.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 266ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2022

Hora: 9 horas.

Local: Sala de sessões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - Setor de Autarquias Norte - SAUN, Quadra 05, Lote "C", Torre "A", Centro Empresarial CNC, 17º andar, Asa Norte - Brasília-DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Cerimônia de recepção e ratificação da posse de Conselheiro(a)s eleito(a)s para compor o Conselho Superior do MPT - BIÊNIO 2022/2024.

b) - Aprovação das atas da 265ª Sessão Ordinária e da 217ª Sessão Extraordinária.

c) - Comunicados e Proposições:

1 - Presidente do CSMPT.

2 - Secretaria do CSMPT.

3 - Conselheiros(as).

d) - Comunicados:

1 - Corregedoria do MPT.

2 - Ouvidoria do MPT.

3 - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Eleição de Vice-Presidente(a) do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, para mandato de 1 ano - (Art. 1º, § 1º, do RICSMPT).

II - Eleição de Conselheiro(a) Secretário(a) do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, para mandato de 1 ano - (Art. 2º, II, do RICSMPT).

III - Procedimento(s) de promoção.

01 - PGEA nº 20.02.0001.0007940/2022-90.

Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Procurador(a) Regional do Trabalho em vaga decorrente da aposentadoria da Procuradora Regional do Trabalho Elizabeth Veiga Chaves - Critério antiguidade.

Relator: Conselheiro Francisco Gérson Marques de Lima.

Decisão anterior: Retirado de pauta a pedido do Conselheiro Relator, para análise. Ausente, justificadamente, a Conselheira Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPT, 217ª Sessão Extraordinária, 29/08/2022.

IV - Outros feitos.

02 - PGEA 20.02.0001.0010173/2022-36.

Requerente: Escola Superior de Guerra.

Assunto: Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) 2023. Convite para indicação de membros do MPT para participarem de processo seletivo do referido Curso.

Processo sem relator.

03 - PGEA 20.02.0001.0005565/2022-98.

Requerentes: Andrea Nice Silveira Lino Lopes, Daniela de Morais do Monte Varandas, Fábio Massahiro Kosaka, Luis Paulo Villafane Gomes Santos e Procuradoria Geral do Trabalho.

Assunto: 22º Concurso Público para Procurador(a) do Trabalho - Submissão, ad referendum do CSMPT, da Portaria 1.277, de 23/08/2022, que designou a Analista do MPU/Serviço Social Tânia Cristina Nascimento da Silva para integrar a Equipe Multiprofissional para Pessoas com Deficiência, constituída pela Portaria PGT nº 1228, de 09/08/2022, em substituição à Analista do MPU/Serviço Social Ana Cláudia Freire Camargos.

Processo sem relator.

04 - PGEA nº 20.02.0001.0009825/2022-23.

Interessadas: Procuradora do Trabalho Lys Sobral Cardoso e Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CONAETE.

Assunto: Convite para participar do Programa de Intercâmbio denominado "International Visitor Leadership Programa" (IVLP), no período de 21 de outubro a 13 de novembro de 2022, nos EUA.

Relator: Conselheiro Francisco Gérson Marques de Lima.

05 - PGEA nº 20.02.0001.0004390/2019-16.

Interessados: Cássio de Araújo Silva, Procuradoria Geral do Trabalho, Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente - Coordinfância e Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho - COORDIGUALDADE.

Assunto: Proposta de alteração do Temário Unificado do MPT.

Relator: Conselheiro Francisco Gérson Marques de Lima.

O(s) processo(s) constante(s) desta pauta que não for(em) julgado(s) nesta Sessão fica(m) automaticamente adiado(s) para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA
Presidente do Conselho

FÁBIO LEAL CARDOSO
Conselheiro-Secretário

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ATA DE JULGAMENTO SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2022

Presidente: EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Secretário-Geral: Desembargador Federal MIGUEL ÂNGELO DE ALVARENGA LOPES
Início da sessão: às 14hrs40min

Presentes os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, Ministro JORGE MUSSI, Ministro MARCO BUZZI, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, Ministra ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, Ministro SÉRGIO LUÍZ KUKINA, Desembargadora Federal ÂNGELA CATÃO(Suplente), Desembargador Federal MESSOD AZULAY, Desembargadora Federal MARISA FERREIRA DOS SANTOS, Desembargador Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, Desembargador Federal EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR, Desembargadora Federal MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES, bem como a Dra. ANA BORGES COELHO SANTOS (Representante do Ministério Público Federal - MPF), o Juiz Federal NELSON GUSTAVO MESQUITA RIBEIRO ALVES (Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE) e o Dr. LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND (Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB).

O Ministro Presidente iniciou a sessão saudando todos os Conselheiros que integram o Colegiado, os representantes do Ministério Público Federal, da Associação dos Juízes Federais e da Ordem dos Advogados do Brasil. Saudou, adicionalmente, o Desembargador Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal. De igual modo, estendeu os cumprimentos a todos os servidores e magistrados presentes e que acompanhavam a sessão por videoconferência.

Antes de iniciar os trabalhos da sessão, o Ministro Presidente noticiou a celebração do acordo de cooperação entre o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Regiões para fins de parceria em ações de gestão administrativa em apoio ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região, tendo em vista sua recente instalação e início das suas atividade.

Tornou público o resultado final do Concurso Nacional de Remoção de 2022 dos servidores da Justiça Federal, esclarecendo que o resultado seria disponibilizado no site do Conselho da Justiça Federal, após o término da sessão.

Procedeu-se ao lançamento do novo Sistema de Recursos Humanos - SERH, que será implementado no Conselho da Justiça Federal e em toda a justiça federal, tendo sido realizada uma breve apresentação do sistema pelo servidor Frederico Augusto Costa de Oliveira.

Verificado o quórum, o Ministro Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal, registrando-se que o Desembargador Federal José Amilcar Machado não compareceu à sessão, por motivo justificado.

Aberta a sessão, o Ministro Presidente deu boas-vindas à Desembargadora Federal Mônica Jacqueline Sifuentes. Fizeram o uso da palavra: a Subprocuradora-Geral da República Ana Borges Coelho Santos, o Dr. Luiz Cláudio Silva Allemand e o Dr. Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves. A Desembargadora Federal Mônica Jacqueline Sifuentes agradeceu os cumprimentos dos membros do Colegiado.

O Ministro Presidente também saudou os Desembargadores Federais Messod Azulay Neto e Paulo Sérgio Domingues pela indicação ao Superior Tribunal de Justiça. Ainda, registrou a presença do Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza e da Advogada Renata Andrade.

Após, submeteu a ata da Sessão Ordinária do dia 27/06/2022, da Sessão Extraordinária do dia 02/08/2022, bem como a ata da Sessão Virtual realizada no período de 03 a 05/08/2022 à aprovação do Colegiado. As atas foram previamente

disponibilizadas aos integrantes do Colegiado, razão pela qual foi dispensada sua leitura. Não havendo objeções, declarou-as aprovadas.

Ato contínuo, iniciou-se o julgamento dos processos pautados, cujos resultados estão registrados abaixo, conforme ordem de julgamento:

00001 - Processo: 0001521-30.2019.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Relator: Ministro Humberto Martins

Tipo da Matéria: Sistema Nacional.

Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de resolução que dispõe sobre a instituição do Sistema de Mapeamento da Justiça Federal - SISMAPA, objetivando a revogação da Resolução CJF n. 473/2017.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de resolução que dispõe sobre a instituição do Sistema de Mapeamento da Justiça Federal, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de agosto de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES (Suplente), MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

00002 - Processo: 0002838-90.2021.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Relator: Ministro Humberto Martins

Tipo da Matéria: Auditoria.

Partes: Conselho da Justiça Federal (Interessado).

Descrição: Relatório de Resultados do Programa de Qualidade de Auditoria da Justiça Federal, referente à Secretaria de Auditoria Interna deste Conselho, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Resolução CJF n. 678/2020.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR o Relatório de Resultados do Programa de Qualidade de Auditoria da Justiça Federal, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de agosto de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES (Suplente), MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

00003 - Processo: 0000414-71.2022.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Relator: Ministro Humberto Martins

Tipo da Matéria: Auditoria.

Partes: Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Interessado).

Descrição: Relatório Final de Auditoria realizada, de forma remota, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região pela Secretaria de Auditoria Interna do Conselho da Justiça Federal, bem como a expedição do Relatório de Monitoramento da Auditoria realizada em 2019 no referido órgão.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR o Relatório Final da Auditoria realizada no Tribunal Regional Federal da 5ª região e o Relatório do Monitoramento da Auditoria realizada em 2019, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de agosto de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES (Suplente), MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

00004 - Processo: 0002193-94.2022.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Relator: Ministro Humberto Martins

Tipo da Matéria: Relatório de Atividades e/ou de Gestão do Conselho da Justiça Federal.

Partes: Conselho da Justiça Federal (Interessado).

Descrição: Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINT, realizadas pela Secretaria de Auditoria Interna do Conselho da Justiça Federal, no exercício de 2021.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna relativo ao exercício de 2021, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de agosto de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES (Suplente), MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

00005 - Processo: 0000722-52.2021.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Relator: Ministro Humberto Martins

Tipo da Matéria: Indicação de Magistrado para Compor a Turma Nacional de Uniformização.

Partes: Turma Nacional de Uniformização (Interessada) e Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Interessado).

Descrição: Referendo da Portaria CJF n. 422/2022, que dispõe sobre a designação de juíza federal, como membro efetivo, para compor a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a Portaria CJF n. 422/2022, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de agosto de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES (Suplente), MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

00006 - Processo: 0000005-20.2022.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Relator: Ministro Humberto Martins

Tipo da Matéria: Solicitações de Créditos Adicionais.

Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Referendo das Resoluções 777, 778 e 779/2022, que tratam da abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR as Resoluções CJF n. 777, 778 e 779/2022, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de agosto de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES (Suplente), MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

00007 - Processo: 0000911-42.2022.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Relator: Ministro Humberto Martins

Tipo da Matéria: Aquisição de Veículos.

Partes: Conselho da Justiça Federal (Interessado), Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Interessado) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Planos Anuais de Aquisição de Veículos dos Tribunais Regionais Federais.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a complementação dos Planos Anuais de Aquisição de Veículos dos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª e 4ª Regiões, exercício de 2022, bem como APROVAR a revisão dos valores de veículos da 2ª e 3ª Regiões e a reclassificação de grupos de veículos da 1ª e 3ª Regiões, com a ressalva de que os veículos SUV (grupo E) estejam limitados ao valor de até R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de agosto de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES (Suplente), MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

Finalizado o julgamento dos processos pautados, o Ministro Humberto Martins, o Ministro Jorge Mussi e o Desembargador Federal Miguel Lopes receberam da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE placas em homenagem ao trabalho desenvolvido durante a gestão no biênio 2020-2022.

Fizeram uso da palavra, na seguinte ordem: o Dr. Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves, o Ministro Marco Buzzi, a Ministra Assusete Magalhães, o Desembargador Federal Messod Azulay, a Desembargadora Federal Marisa Ferreira dos Santos, o Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, o Ministro Marco Aurélio Bellizze, o Ministro Sérgio Kukina, o Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior, a Subprocuradora-Geral da República Ana Borges Coelho Santos, o Dr. Luiz Cláudio Silva Allemand e o Ministro Jorge Mussi.

Após, o Ministro Humberto Martins, o Ministro Jorge Mussi e o Desembargador Federal Miguel Lopes receberam homenagem do Colegiado do CJF, tendo em vista o término do mandato de Suas Excelências.

A Desembargadora Federal Mônica Jacqueline Sifuentes prestou homenagem à Ministra Assusete Magalhães pelos 10 (dez) anos de atividade no Superior Tribunal de Justiça. A Ministra Assusete Magalhães agradeceu as palavras proferidas em sua homenagem.

Por fim, o Ministro Humberto Martins agradeceu a todos os colaboradores do Conselho da Justiça Federal pelo trabalho desempenhado durante sua gestão como Presidente do CJF e convidou os Conselheiros e os demais presentes para o descerramento da fotografia do Ministro Jorge Mussi na galeria de Corregedores-Gerais da Justiça Federal após a sessão.

A sessão foi encerrada definitivamente às 16h50 de 22 de agosto de 2022, tendo sido aprovada, na sessão de 19 de agosto de 2022, a presente ata contendo os aspectos mais importantes da sessão, que foi gravada em áudio e vídeo disponíveis para consulta.

Juiz Federal DANIEL MARCHIONATTI BARBOSA
Secretário-Geral

Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Presidente

SESSÃO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2022

Certidão de julgamento - 0385617

Processo:

0003222-08.2021.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Colegiado:

Conselho

Data da Sessão:

19/09/2022 14:00:00

Relator:

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a Resolução CJF n. 787, de 24 de agosto de 2022, com alteração da redação do art. 1º, § 7º, da Resolução n. 742, de 14 de dezembro de 2021, bem como ratificar o ato TRF6/PRESI n. 30/2022 e a Resolução TRF6/PRESI n. 1/2022, nos termos do voto da relatora. Presidiu o julgamento a Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Plenário, 19 de setembro de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, OG FERNANDES, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

Certidão de julgamento - 0385618

Processo:

0000811-80.2022.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Colegiado:

Conselho

Data da Sessão:

19/09/2022 14:00:00

Relator:

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a alteração do Plano de Ação Anual, exercício 2022, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos termos do voto da relatora. Presidiu o julgamento a Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Plenário, 19 de setembro de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, OG FERNANDES, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

Certidão de julgamento - 0385619

Processo:

0002056-87.2022.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Colegiado:

Conselho

Data da Sessão:

19/09/2022 14:00:00

Relator:

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a Portaria CJF n. 535, de 6 de setembro de 2022, nos termos do voto da relatora. Presidiu o julgamento a Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Plenário, 19 de setembro de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, OG FERNANDES, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

Certidão de julgamento - 0385620

Processo:

0001210-76.2022.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Colegiado:

Conselho

Data da Sessão:

19/09/2022 14:00:00

Relator:

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a Portaria CJF n. 448, de 17 de agosto de 2022, nos termos do voto da relatora. Presidiu o julgamento a Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Plenário, 19 de setembro de 2022.

Presentes à sessão os Conselheiros MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, OG FERNANDES, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

Certidão de julgamento - 0385621
Processo:
0001211-57.2022.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
19/09/2022 14:00:00
Relator:
Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a Portaria CJF n. 534, de 6 de setembro de 2022, nos termos do voto da relatora. Presidiu o julgamento a Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Plenário, 19 de setembro de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, OG FERNANDES, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

Certidão de julgamento - 0385622
Processo:
0002694-99.2022.4.90.8000 - Procedimento Normativo
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
19/09/2022 14:00:00
Relator:
Ministro OG FERNANDES
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de alteração da Resolução CJF n. 50, de 16 de março de 2009, que regulamenta a requisição de magistrados e servidores para a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento a Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Plenário, 19 de setembro de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, OG FERNANDES, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

Certidão de julgamento - 0385623
Processo:
0001926-65.2021.4.90.8000 - Procedimento Normativo
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
19/09/2022 14:00:00
Relator:
Ministro OG FERNANDES
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR o Provimento n. 5/2022/CG-CJF, que altera o Provimento n. 1/2021/CG-CJF, para adequar o cronograma de inspeções da Corregedoria-Geral à nova realidade da Justiça Federal, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento a Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Plenário, 19 de setembro de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, OG FERNANDES, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

Certidão de julgamento - 0385624
Processo:
0005530-45.2019.4.90.8000 - Procedimento Normativo
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
19/09/2022 14:00:00
Relator:
Ministro MARCO BUZZI
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de resolução que altera o anexo do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, instituído pela Resolução CJF n. 586, de 30 de setembro de 2019, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento a Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Plenário, 19 de setembro de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, OG FERNANDES, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

Certidão de julgamento - 0385625
Processo:
0001667-85.2019.4.90.8000 - Consulta
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
19/09/2022 14:00:00
Relator:
Desembargador Federal EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR
Dispositivo:

Após o voto do relator, Conselheiro Edilson Pereira Nobre Júnior, respondendo à consulta do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no sentido da impossibilidade de pagamento cumulativo de gratificação por trabalho com raio x e de adicional de insalubridade, pediu vista a Conselheira Assusete Dumont Reis Magalhães. Aguardam os demais. Presidiu o julgamento a Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Plenário, 19 de setembro de 2022. Presentes à sessão os Conselheiros MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, OG FERNANDES, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR e MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

1ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2022 - Gestão 2022/2024)

PAUTA DE JULGAMENTOS

4ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 05 de outubro de 2022.
INÍCIO: 14horas
LOCAL: Sala Virtual com utilização do aplicativo Google Meet.
RELATOR: Conselheiro ROBERTO NICASTRO CAPUANO/SP

1- Processo-COFECI nº 1036/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2- Processo-COFECI nº 1037/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 1038/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 401/2021. Recte: SELF CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-5904. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 402/2021. Recte: SELF CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-5904. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 403/2021. Recte: LPS PATRIMOVEL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-5493. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 404/2021. Recte: LPS PATRIMOVEL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-5493. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 2633/2019. Recte: MARCOS EVANDRO DE QUEIROZ PINTO - CRECI 823. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 9- Processo-COFECI nº 2634/2019. Recte: MARCOS EVANDRO DE QUEIROZ PINTO - CRECI 823. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 10- Processo-COFECI nº 2635/2019. Recte: MARCOS EVANDRO DE QUEIROZ PINTO - CRECI 823. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 11- Processo-COFECI nº 2636/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-299. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 12- Processo-COFECI nº 2637/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-299. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 13- Processo-COFECI nº 2638/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-299. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 14- Processo-COFECI nº 399/2021. Recte: SÉRGIO E D'AVILA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6774. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 15- Processo-COFECI nº 400/2021. Recte: CARLOS HENRIQUE SENA DE OLIVEIRA - CRECI 48471. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ.

RELATOR: Conselheiro JÚLIO CÉSAR SOARES DA SILVA/RS

1- Processo-COFECI nº 965/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J- - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2- Processo-COFECI nº 966/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-. - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 967/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-. - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 968/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-. - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 1039/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 1040/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 1041/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 405/2021. Recte: LPS PATRIMOVEL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-5493. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9- Processo-COFECI nº 406/2021. Recte: SANDRO RICARDO MARTINS BARBOSA - CRECI 27043. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10- Processo-COFECI nº 2639/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-299. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 11- Processo-COFECI nº 2640/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-299. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 12- Processo-COFECI nº 2641/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-299. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 13- Processo-COFECI nº 2642/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-299. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 14- Processo-COFECI nº 2643/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-299. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 15- Processo-COFECI nº 2644/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-299. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR.

RELATOR: Conselheiro FERNANDO LUIZ VIANA/MG

1- Processo-COFECI nº 2558/2019. Recte: IRADI RODRIGUES DA CRUZ - CRECI 1918. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. 2- Processo-COFECI nº 2559/2019. Recte: R E R ASSESSORIA DE IMÓVEIS LTDA-ME - CRECI J-6220. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. 3- Processo-COFECI nº 2560/2019. Recte: NIVELAR IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3596. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 4- Processo-COFECI nº 969/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 970/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-. - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 971/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-. - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 972/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-. - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 973/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-. - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9- Processo-COFECI nº 974/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-. - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10- Processo-COFECI nº 1042/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11- Processo-COFECI nº 1043/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 12- Processo-COFECI nº 1044/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 13- Processo-COFECI nº 2645/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-299. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 14- Processo-COFECI nº 2646/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-299. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 15- Processo-COFECI nº 2647/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-299. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR.

RELATOR: Conselheiro LUIZ CELSO CASTEGNARO/PR

1- Processo-COFECI nº 2561/2019. Recte: IMOBILIÁRIA RESITER LTDA - CRECI J-2196. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 2- Processo-COFECI nº 2562/2019. Recte: IMOVILE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME- CRECI J-2133. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 3- Processo-COFECI nº 2563/2019. Recte: IMOBILIÁRIA FONTES LTDA - CRECI J-2132. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 4- Processo-COFECI nº 2564/2019. Recte: SANTER EMPREENDIMENTOS LTDA EPP - CRECI J-3791. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 5- Processo-COFECI nº 2565/2019. Recte: IVAN JOSÉ COSTA - CRECI 25158. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 6- Processo-COFECI nº 2566/2019. Recte: FILLIPE SILVEIRA SCHLICKMANN - CRECI 18883. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 7- Processo-COFECI nº 975/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 976/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9- Processo-COFECI nº 978/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10- Processo-COFECI nº 979/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11- Processo-COFECI nº 980/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 12- Processo-COFECI nº 1045/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 13- Processo-COFECI nº 1046/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 14- Processo-COFECI nº 1047/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 15- Processo-COFECI nº 977/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ.

RELATOR: Conselheiro GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO/DF

1- Processo-COFECI nº 2567/2019. Recte: DIRCEU ANTÔNIO FERREIRA DRUM - CRECI 21817. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 2- Processo-COFECI nº 2568/2019. Recte: CRISTINA DE OLIVEIRA DA GRAÇA - CRECI 31357. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 3- Processo-COFECI nº 2569/2019. Recte: RVR NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-4556. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 4- Processo-COFECI nº 2570/2019. Recte: JULIANE MICHELS WILLEMANN GUIMARÃES - CRECI 16443. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 5- Processo-COFECI nº 2571/2019. Recte: NIVELAR IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3596. Recdo: CRECI 11ª Região/SC.

6- Processo-COFECI nº 2572/2019. Recte: ROSÂNGELA TOLFO GUSI - CRECI 30626. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 7- Processo-COFECI nº 981/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 982/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9- Processo-COFECI nº 983/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10- Processo-COFECI nº 984/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11- Processo-COFECI nº 985/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 12- Processo-COFECI nº 986/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 13- Processo-COFECI nº 1048/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 14- Processo-COFECI nº 1049/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 15- Processo-COFECI nº 1050/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ.

RELATORA: Conselheira MARLENE FELIPPE ASSUNÇÃO/PA

1- Processo-COFECI nº 2573/2019. Recte: LISBOA COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2538. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 2- Processo-COFECI nº 2574/2019. Recte: CLOVIS AGUILAR BRENTAM - CRECI 21488. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 3- Processo-COFECI nº 2575/2019. Recte: DIEGO TRUPPEL - CRECI 24175. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 4- Processo-COFECI nº 2576/2019. Recte: STAFF NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-3999. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 5- Processo-COFECI nº 2577/2019. Recte: QUALITÉ NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-4812. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 6- Processo-COFECI nº 2578/2019. Recte: DENIS ALEXANDRE MOREIRA MAGNI PINTO - CRECI 27716. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 7- Processo-COFECI nº 987/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 988/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9- Processo-COFECI nº 989/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10- Processo-COFECI nº 990/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11- Processo-COFECI nº 991/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 12- Processo-COFECI nº 992/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 13- Processo-COFECI nº 1052/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 14- Processo-COFECI nº 1053/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 15- Processo-COFECI nº 1054/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ.

RELATOR: Conselheiro CARLOS RODRIGO MOTA DA COSTA/CE

1- Processo-COFECI nº 2584/2019. Recte: ROGGER BEZERRA GUIMARÃES - CRECI 1669. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 2- Processo-COFECI nº 2586/2019. Recte: JOHNES NUNES FERREIRA - CRECI 4975. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 3- Processo-COFECI nº 2587/2019. Recte: WALDSON LIMA DOS SANTOS - CRECI 1817. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 4- Processo-COFECI nº 2601/2019. Recte: EDMAR CHIAPETI DE SOUZA - CRECI 10947. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 5- Processo-COFECI nº 2610/2019. Recte: TRIUMPHO LAGOS - IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6872. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 1055/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-.5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 993/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 994/2020. Interessado: CRECI 1ª Região/RJ Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9- Processo-COFECI nº 995/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10- Processo-COFECI nº 996/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11- Processo-COFECI nº 997/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 12- Processo-COFECI nº 998/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 13- Processo-COFECI nº 1056/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 14- Processo-COFECI nº 1058/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 15- Processo-COFECI nº 2602/2019. Repdas: ARISTON PINHEIRO DA COSTA - CRECI J-1371 e RT VILMA PINHEIRO SOARES - CRECI 13939. Recdo: CRECI 9ª Região/BA.

RELATOR: Conselheiro JÚLIO CÉSAR FEITOSA/AM

1- Processo-COFECI nº 999/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2- Processo-COFECI nº 1000/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 1001/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 1002/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 1059/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 4088/2018. Recte: LUIZ CARLOS FERRAIOLI DIAS - CRECI 95589. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 4089/2018. Recte: LUIZ CARLOS FERRAIOLI DIAS - CRECI 95589. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 4090/2018. Recte: LUIZ CARLOS FERRAIOLI DIAS - CRECI 95589. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 4091/2018. Recte: LUIZ CARLOS FERRAIOLI DIAS - CRECI 95589. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 2624/2019. Recte: LEONILDO LEITE DE SOUZA - CRECI 23120. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 11- Processo-COFECI nº 2625/2019. Recte: JORGE FERREIRA DAS NEVES - CRECI 20013. Recdo: CRECI 8ª Região/DF.

RELATOR: Conselheiro JÚLIO CÉSAR PINTO/RO

1- Processo-COFECI nº 1154/2019. Recte: ISABEL CRISTINA PASSOS & CIA LTDA - CRECI J-317. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 2- Processo-COFECI nº 1155/2019. Recte: ROSÂNGELA DE JESUS FREITAS - CRECI 1483. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 3- Processo-COFECI nº 1156/2019. Recte: JOSÉ EUSEBIO DAS VIRGENS SANTOS - CRECI 1253. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 4- Processo-COFECI nº 1159/2019. Recte: PRIVILLEGE IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J- 243. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 5- Processo-COFECI nº 1162/2019. Recte: HB IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI 011. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 6- Processo-COFECI nº 2553/2019. Recte: OBERDAN GALVÃO DE FARIA - CRECI 13903. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 7- Processo-COFECI nº 1005/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 1006/2020. Interessado: CRECI 1ª Região/RJ Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9- Processo-COFECI nº 1007/2020. Interessado: CRECI 1ª Região/RJ Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10- Processo-COFECI nº 1008/2020. Interessado: CRECI 1ª Região/RJ. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11- Processo-COFECI nº 2628/2019. Recte: SUELI CRISTOFOLLI - CRECI 2700. Recdo: CRECI 14ª Região/MS. 12- Processo-COFECI nº 2632/2019. Recte: SAFRAN - SANTOS E FRANÇA IMOBILIÁRIA LTDA-ME - CRECI J-2971. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2022
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

2ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2022 - Gestão 2022/2024)

PAUTA DE JULGAMENTOS

4ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 05 de outubro de 2022.
INÍCIO: 14horas
LOCAL: Sala Virtual com utilização do aplicativo Google Meet.
RELATOR: Conselheiro EDUARDO COELHO SEIXO DE BRITTO/GO
DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 1147/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repda: ROSA APARECIDA DUARTE - CRECI 9738. 2 - Processo-COFECI nº 1148/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repda: ROSA APARECIDA DUARTE - CRECI 9738. 3- Processo-COFECI nº 1149/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdas: LIRA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3890 e VERA LÚCIA DE LIRA - CRECI 13269. 4 - Processo-COFECI nº 1150/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdas: LIRA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3890 e VERA LÚCIA DE LIRA - CRECI 13269. 5 - Processo-COFECI nº 1164/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdas: ROAN ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-3899 e RT ANDREA MARQUES DE SOUZA - CRECI 16469. 6 - Processo-COFECI nº 1165/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdo: WALDIR NOVAK - CRECI 5495. 7 - Processo-COFECI nº 2448/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: JOAQUIM DIOGO DE OLIVEIRA - CRECI 55971. 8 - Processo-COFECI nº 2453/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdas: ALANA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4519 e RT ALANA HACH FERREIRA - CRECI 17916. 9 - Processo-COFECI nº 2454/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdas: ALANA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4519 e RT ALANA HACH FERREIRA - CRECI 17916.

ADMINISTRATIVOS:

10 - Processo-COFECI nº 024/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. JULIANA DE FARIAS CAMPOS LIMA - CRECI 137.648 - Face a problemas de saúde: (Hipertensão intracraniana, diabetes tipo 1 e precária condição econômica). 11 - Processo-COFECI nº 025/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. LICIA MARIA SILVA - CRECI 76.618 - Face a problemas de saúde: (Alzheimer, agitada, não comunicativa, apática e idade avançada). 12 - Processo-COFECI nº 043/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. ISABEL CRISTINA FRARE NASCIMENTO - CRECI 147.334 - Face a problemas de saúde: (Câncer de mama e precária condição econômica). 13 - Processo-COFECI nº 049/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. LEONILDA FLORA COSTA MARTINS - CRECI 58.233 - Face a problemas de saúde: (Câncer nos rins, idade avançada e precária condição econômica). 14 - Processo-COFECI nº 061/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. RAPHAEL DE OLIVEIRA FORNITANI - CRECI 59.756 - Face a problemas de saúde: (Alzheimer e idade avançada). 15 - Processo-COFECI nº 065/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. WÂNIA DANTAS DA SILVA - CRECI 104.166 - Face a precária condição econômica. 16 - Processo-COFECI nº 069/2022. Recte: ANDRÉ FILIPE DE SOUSA ROBERTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17 - Processo-COFECI nº 070/2022. Recte: LEANDRO PEREIRA DE GOIS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18 - Processo-COFECI nº 071/2022. Recte: MARCELO DA SILVA SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19 - Processo-COFECI nº 073/2022. Recte: PAULO ROBERTO CASTRO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20 - Processo-COFECI nº 080/2022. Recte: MARCOS RODRIGUES JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro DIEGO HENRIQUE GAMA/DF

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 4151/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: DANIEL DE SOUSA SANTOS - CRECI 33001. 2 - Processo-COFECI nº 4152/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: DANIEL DE SOUSA SANTOS - CRECI 33001. 3 - Processo-COFECI nº 4167/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: DANIEL DE SOUSA SANTOS - CRECI 33001. 4 - Processo-COFECI nº 4170/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: GN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP - CRECI J-6036. 5 - Processo-COFECI nº 4171/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: GN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP - CRECI J-6036. 6 - Processo-COFECI nº 4175/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: DANIEL DE SOUSA SANTOS - CRECI 33001. 7 - Processo-COFECI nº 1141/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdos: ATOS IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4090 e RT SANDRO RODRIGUES MACIEL - CRECI 15926. 8 - Processo-COFECI nº 1142/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repda: LUIZ RICARDO MENDES DA SILVA - CRECI 22611. 9 - Processo-COFECI nº 1357/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ÂNGELO BRASIL DE OLIVEIRA NASCIMENTO - CRECI 47117.

ADMINISTRATIVOS:

10 - Processo-COFECI nº 372/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. LEOPOLDO AUGUSTO BUENO - CRECI 34.081 - Face a problemas de saúde: (Déficit cognitivo por demência, agravado por Alzheimer e idade avançada). 11 - Processo-COFECI nº 027/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. MANOEL LUIZ PIZARRO FERNANDES - CRECI 75.719 - Face a problemas de saúde: (Diabetes, pressão alta, colesterol e idade avançada). 12 - Processo-COFECI nº 035/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. ROSÂNGELA MARIA GONÇALVES DOS SANTOS - CRECI 37.974 - Face a problema de saúde: (Câncer). 13 - Processo-COFECI nº 036/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. SANDRA CARRA JULIATI - CRECI 38.747 - Face a problemas de saúde: (Depressão grave, episódios de pânico e precária condição econômica). 14 - Processo-COFECI nº 047/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. KURT ANTÔNIO AMANN - CRECI 11.923 - Face a problemas de saúde: (Diabetes, idade avançada e precária condição econômica). 15 - Processo-COFECI nº 063/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. ROBERTO RODRIGUES ATANÁZIO FILHO - CRECI 44.425 - Face a problemas de saúde: (Depressão, dificuldades de locomoção e precária condição econômica). 16 - Processo-COFECI nº 081/2022. Recte: FABIANO RODRIGUES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17 - Processo-COFECI nº 082/2022. Recte: ANDRÉ DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18 - Processo-COFECI nº 087/2022. Recte: FÁBIO BASTOS ALVES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19 - Processo-COFECI nº 088/2022. Recte: DAVID BILLI DEMUCI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20 - Processo-COFECI nº 089/2022. Recte: JACSON SILVA RODRIGUES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro NILSON RIBEIRO DE ARAÚJO/BA

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 1934/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMPÉRIO LOCAÇÕES E VENDAS DE IMÓVEIS EIRELI - EPP - CRECI J-27503. 2 - Processo-COFECI nº 2401/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdos: KOPPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-4607 e RT JOÃO EVERSON KOPPE - CRECI 18136. 3 - Processo-COFECI nº 2402/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdos: KOPPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-4607 e RT JOÃO EVERSON KOPPE - CRECI 18136. 4 - Processo-COFECI nº 2437/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: HEROS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI 5661. 5 - Processo-COFECI nº 2440/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: HEROS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-5661, RT KAREN NEUBE DE CARVALHO VIANA - CRECI 47860, JOALDO ALVES DOS SANTOS - CRECI 50274 e JORGE LUIZ GIRÃO DE MACEDO - CRECI 55258. 6 - Processo-COFECI nº 2443/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdas: HEROS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-05661 e RT KAREN NEUBE DE CARVALHO VIANA - CRECI 47860. 7 - Processo-COFECI nº 2444/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdas: HEROS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-5661 e RT KAREN NEUBE DE CARVALHO VIANA - CRECI 47860. 8 - Processo-COFECI nº 2445/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: SOMA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5661. 9 - Processo-COFECI nº 2473/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdos: BRANDÃO ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-5276 e RT NATANAEL BRANDÃO SILVA - CRECI 13937.

ADMINISTRATIVOS:

10 - Processo-COFECI nº 367/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. DAVID MINTZ - CRECI 101.762 - Face a problemas de saúde: (Amputação da perna esquerda e precária condição econômica). 11 - Processo-COFECI nº 368/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. DIMITRI ROBLES DOMINGUES - CRECI 137.860 - Face a problemas de saúde: (Câncer no intestino). 12 - Processo-COFECI nº 022/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. JEANETTE ROCHA MIRANDA - CRECI 18.759 - Face a problemas de saúde: (Glaucoma, catarata, osteopenia, diabetes, pressão alta,

idade avançada e precária condição econômica). 13 - Processo-COFECI nº 041/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. APARECIDO IZIDORO - CRECI 80.174 - Face a problemas de saúde: (Hipertensão, diabetes, síndrome do pânico, idade avançada e precária condição econômica). 14 - Processo-COFECI nº 064/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. SAMIRA HASSAN ZOGHAIB CONDE VENTURA - CRECI 96.220 - Face a problemas de saúde: (Lúpus, catarata e precária condição econômica). 15 - Processo-COFECI nº 034/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos a C.I. ROSANA MARIA DE CASTILHO - CRECI 64.080 - Face a precária condição econômica. 16 - Processo-COFECI nº 090/2022. Recte: JOSÉ LUIZ DEMARCHI JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17 - Processo-COFECI nº 091/2022. Recte: FÁBIO CARDOSO DE OLIVEIRA MOTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18 - Processo-COFECI nº 092/2022. Recte: CASSIA REGINA LOPES CAMPESI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19 - Processo-COFECI nº 094/2022. Recte: JONATHAN LOPES DE MEDEIROS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20 - Processo-COFECI nº 095/2022. Recte: ALCENIR RODRIGUES LUDOVINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro FERNANDO AMORIM WILLRICH/SC

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 3473/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: WILSON CARDOSO TEIXEIRA - CRECI 39967. 2 - Processo-COFECI nº 3500/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: JOSÉ DOS SANTOS XAVIER - CRECI 29783. 3 - Processo-COFECI nº 3501/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: JOSÉ DOS SANTOS XAVIER - CRECI 29783. 4 - Processo-COFECI nº 3502/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: JOSÉ DOS SANTOS XAVIER - CRECI 29783. 5 - Processo-COFECI nº 1140/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repda: DÉBORA SCHINDLER - CRECI 13468. 6 - Processo-COFECI nº 1170/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdos: AGP CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2653 e RT ALEXANDRE GUIMARÃES PEREIRA - CRECI 9394. 7 - Processo-COFECI nº 1172/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: CRISTIANEY DE ASSIS LOURENÇO - CRECI 11699. 8 - Processo-COFECI nº 1306/2019. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Repdo: WELLIUDENAI ANTÔNIO ASSUNÇÃO - CRECI 23328. 9 - Processo-COFECI nº 1353/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: CELSO JÚNIOR DA SILVA BATISTA - CRECI 34075.

ADMINISTRATIVOS:

10 - Processo-COFECI nº 020/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I. CIRO SUSUMU TAJIRI - CRECI 44.785 - Face a idade avançada e precária condição econômica. 11 - Processo-COFECI nº 029/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos a C.I. MENTAHA AMIN - CRECI 18.015 - Face a idade avançada e precária condição econômica. 12 - Processo-COFECI nº 032/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I. NEWTON COSTA BRANDÃO - CRECI 12.278 - Face a idade avançada e precária condição econômica. 13 - Processo-COFECI nº 033/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I. RICARDO FERREIRA DE CARVALHO - CRECI 101.976 - Face a precária condição econômica. 14 - Processo-COFECI nº 037/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos a C.I. VERA LÚCIA ASSUMPÇÃO DE TOLEDO - CRECI 110.254 - Face a precária condição econômica. 15 - Processo-COFECI nº 045/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I. JOSÉ BARCELOS SOBRINHO - CRECI 44.585 - Face a idade avançada e precária condição econômica. 16 - Processo-COFECI nº 096/2022. Recte: NAYARA MILENE SOUZA ZAFANI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17 - Processo-COFECI nº 099/2022. Recte: ORCIVAL CREPALDI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18 - Processo-COFECI nº 100/2022. Recte: LEANDRO DE SOUZA MARCOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19 - Processo-COFECI nº 105/2022. Recte: DAVI GUEDES OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20 - Processo-COFECI nº 106/2022. Recte: MARCELO GUILHERME MORAIS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro ELI RODRIGUES/MS

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 1927/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JACKSON DIOCENIO SANTOS - CRECI 70602. 2 - Processo-COFECI nº 1930/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCUS VINÍCIUS CORREIA SOARES - CRECI 134025. 3 - Processo-COFECI nº 2378/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JUCIMAR DOS REIS ALMEIDA DA SILVA - CRECI 15844. 4 - Processo-COFECI nº 2381/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repda: ELIENE OLIVEIRA DOS SANTOS - CRECI 12508. 5 - Processo-COFECI nº 2441/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: ANA PAULA PEREIRA ÁVILA - CRECI 51119. 6 - Processo-COFECI nº 2456/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdos: SANTOS IMOBILIÁRIA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - CRECI J-4705 e RAFAEL SANTOS - CRECI 15.556. 7 - Processo-COFECI nº 2458/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: AGEU AMORIM DA SILVA - CRECI 47335. 8 - Processo-COFECI nº 2459/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ALEX FELIX SANTOS - CRECI 41740. 9 - Processo-COFECI nº 2679/2019. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: JUCIMARA DE FÁTIMA DA SILVA MACHADO - CRECI 23880. 10 - Processo-COFECI nº 2683/2019. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: MORGANA RODRIGUES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI - ME - CRECI J-3043.

ADMINISTRATIVOS:

11 - Processo-COFECI nº 375/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I. PEDRO IVO DE GODOY - CRECI 131.375 - Face a problemas de saúde: (Alzheimer e idade avançada). 12 - Processo-COFECI nº 026/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedido ao C.I. LUIZ FERRIGNO JÚNIOR - CRECI 27.560 - Face a problemas de saúde: (Inchaço nas pernas, tireoide, colesterol, tonturas, pressão alta no olho esquerdo, chiado na cabeça, cansaço excessivo, artrose na coluna, perda da audição, diverticulite, inchaço na próstata, cardíaco, fratura na bacia, idade avançada e precária condição econômica). 13 - Processo-COFECI nº 051/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I. LUCIANO MACHADO WHYTE GAILEY - CRECI 40.637 - Face a idade avançada e precária condição econômica. 14 - Processo-COFECI nº 052/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos a C.I. MAGALI PEDROZA DOS ANJOS - CRECI 131.439 - Face a precária condição econômica. 15 - Processo-COFECI nº 055/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos a C.I. MARIA CAROLINA LESSE MARCONDES - CRECI 142.443 - Face a precária condição econômica. 16 - Processo-COFECI nº 062/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I. RENATO CANO - CRECI 51.796 - Face a idade avançada e precária condição econômica. 17 - Processo-COFECI nº 108/2022. Recte: ISAC ARAÚJO ALCÂNTARA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18 - Processo-COFECI nº 109/2022. Recte: SÉRGIO AUGUSTO MARTINS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19 - Processo-COFECI nº 110/2022. Recte: MILTON DA SILVA NASCIMENTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20 - Processo-COFECI nº 127/2022. Recte: CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATORA: Conselheira MÁRCIA MARIA VIEIRA DE SÁ/CE

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 1407/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: VAGNER CORREIA DA SILVA - CRECI 17810, VALDIR FERREIRA DE CARVALHO - CRECI 20429 e MILTON APARECIDO CORREIA - CRECI 6102. 2 - Processo-COFECI nº 1949/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA DE FÁTIMA PIANCÓ - CRECI 45438. 3 - Processo-COFECI nº 1953/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ODAURI DO CARMO LEITE - CRECI 81177. 4 - Processo-COFECI nº 1954/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ODAURI DO CARMO LEITE - CRECI 81177. 5 - Processo-COFECI nº 2373/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: ACT BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME - CRECI J-22651 e RT SEBASTIÃO ARCENIO FERREIRA DOS SANTOS - CRECI 10291. 6 - Processo-COFECI nº 2377/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: RONALDO FERREIRA DOS SANTOS - CRECI 7286. 7 - Processo-COFECI nº 2379/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: E.L.M. IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-11674 e RT EDI LOPES MONTEIRO - CRECI 9041. 8 - Processo-COFECI nº 2394/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: CYRO CABRAL DE MELLO FILHO - CRECI 49664. 9 - Processo-COFECI nº 2455/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdas: KLAAR CORRETAGEM DE IMÓVEIS LTDA - EPP - CRECI J-4720 e RT MARILDA KLAAR - CRECI 12965.

ADMINISTRATIVOS:

10 - Processo-COFECI nº 377/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos a C.I. VILMA CURTI - CRECI 116.339 - Face a problema de saúde: (Câncer de mama e precária condição econômica). 11 - Processo-COFECI nº 019/2022. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos a C.I. AURINEIA JÚLIA DO NASCIMENTO SOARES - CRECI 113.002 - Face a problema de saúde: (Câncer no intestino e precária condição econômica). 12 - Processo-COFECI nº 028/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I. MARCO ANTÔNIO BORGES - CRECI 36.573 - Face a problema de saúde: (Câncer no intestino). 13 - Processo-COFECI nº 030/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I MIGUEL TAVOLAZZI - CRECI 18.611 - Face a problemas de saúde: (Depressão, síndrome do pânico e ansiedade e precária condição econômica). 14 - Processo-COFECI nº 031/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I. NELSON RICARDO PERES - CRECI 89.667 - Face a problemas de saúde: (Bipolaridade e alcoolismo). 15 - Processo-COFECI nº 304/2021. Recte: EDER CARLOS MINORELI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16 - Processo-COFECI nº 128/2022. Recte: ODAIR MOREIRA DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17 - Processo-COFECI nº 129/2022. Recte: RENATO VON GAL FURTADO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18 - Processo-COFECI nº 130/2022. Recte: LEONOR DONIZETE SERRANO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19 - Processo-COFECI nº 131/2022. Recte: THAYLA CONSOLIM MARINI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20 - Processo-COFECI nº 136/2022. Recte: WILLIAM DE OLIVEIRA COSTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro ANDRÉ CARDOSO COSTA/SE

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 3471/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdas: NCR ZONA OESTE DE IMÓVEIS - CRECI J-6308 e RT RAQUEL NEVES BITENCORT COSTA - CRECI 49768. 2 - Processo-COFECI nº 3503/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: EDUARDO ANTÔNIO CARDOSO LOPES - CRECI 38397.

ADMINISTRATIVOS:

3 - Processo-COFECI nº 359/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. ADRIANA CRISTINA DA SILVA ROBERTO - CRECI 126.234 - Face a problemas de saúde: (Obesidade, prótese no quadril e precária condição econômica). 4 - Processo-COFECI nº 360/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. AIRTON DE SOUZA - CRECI 34.491 - Face a problemas de saúde: (Clyde nos olhos, glaucoma congênito e precária condição econômica). 5 - Processo-COFECI nº 361/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. ARMINDO ZUNDER DA ROCHA - CRECI 84.235 - Face a problemas de saúde: (Trombose, embolia pulmonar e precária condição econômica). 6 - Processo-COFECI nº 362/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. CLÁUDIA ADAN DE ALMEIDA LEITE - CRECI 88.848 - Face a problemas de saúde: (Câncer de mama e precária condição econômica). 7 - Processo-COFECI nº 369/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I. ERASMO RIBEIRO PASCHOAL - CRECI 126.941 - Face a problemas de saúde: (Lesões dos vasos sanguíneos cerebrais, paralisação parcial do lado direito do corpo, dificuldade de andar e atrofia na mão direita). 8 - Processo-COFECI nº 371/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA - CRECI 82.253 - Face a idade avançada e precária condição econômica. 9 - Processo-COFECI nº 373/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos a C.I. MARIA JOSÉ XAVIER - CRECI 136.705 - Face a problema de saúde: (Hernia de disco, idade avançada e precária condição econômica). 10 - Processo-COFECI nº 219/2020. Origem: CRECI 12ª Região/PA. Assunto: Solicita homologação com remissão de débitos das anuidades de 2018 e 2019 e isenção de débitos do ano de 2020, concedidos A C.I.ANA LUIZA FERREIRA DA SILVA - CRECI 4958 - Face a problema de saúde: (Câncer). 11 - Processo-COFECI nº 039/2021. Origem: CRECI 22ª Região/AL. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos a C.I. LUIZA TRAJANO DE ANDRADE OLIVEIRA - CRECI 2081 - Face a problemas de saúde: (Tumor no cérebro). 12 - Processo-COFECI nº 370/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos a C.I. IARA SILVIA LOTERIO GONZAGA - CRECI 107.982 - Face a problemas de saúde: (Câncer, idade avançada e precária condição econômica). 13 - Processo-COFECI nº 042/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I. HAROLDO GONDIN GUIMARÃES NETO - CRECI 114.287 - Face a problemas de saúde: (Neurológico e mental). 14 - Processo-COFECI nº 053/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos ao C.I. MANOEL CUMPLIDO MENDEZ - CRECI 44.995 - Face a problema de saúde: (Transtorno bipolar afetivo). 15 - Processo-COFECI nº 024/2020. Recte: MÔNICA CRISTINA MAIA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16 - Processo-COFECI nº 137/2022. Recte: CARLOS ALBERTO RODRIGUES LISBOA JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17 - Processo-COFECI nº 138/2022. Recte: DANIELLA DE ALMEIDA ROZA ROMERA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18 - Processo-COFECI nº 139/2022. Recte: ANDERLAN SOUSA DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19 - Processo-COFECI nº 140/2022. Recte: ALEXANDRE DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20 - Processo-COFECI nº 141/2022. Recte: FREDY BARBATO PEDRY. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro VILMAR PINTO DA SILVA/AL

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 4110/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA DIONÍZIA PEIXOTO - CRECI 84628. 2 - Processo-COFECI nº 4168/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: TETO FORTE IMOBILIÁRIA EIRELI - EPP - CRECI J-4835 e RT JOÃO CARLOS ALMEIDA TAVARES - CRECI 30372.

ADMINISTRATIVOS:

3 - Processo-COFECI nº 374/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. PATRÍCIA ARDUINI CANTERO - CRECI 83.227 - Face a precária condição econômica. 4 - Processo-COFECI nº 376/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. RENATA BURIOLA DE OLIVEIRA LOPES - CRECI 109.396 - Face a precária condição econômica. 5 - Processo-COFECI nº 021/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. DEOSDETE AUGUSTO DE SOUZA - CRECI 31.227 - Face a idade avançada e precária condição econômica. 6 - Processo-COFECI nº 023/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. JORGE APARECIDO DA CRUZ - CRECI 108.339 - Face a idade avançada e precária condição econômica. 7 - Processo-COFECI nº 038/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. VICENTE RODRIGUES DOS SANTOS - CRECI 19.277 - Face a idade avançada e precária condição econômica. 8 - Processo-COFECI nº 044/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. JORGE JAIME FERNANDES - CRECI 21.470 - Face a idade avançada e precária condição econômica. 9 - Processo-COFECI nº 2385/2019. Origem: CRECI 16ª Região/SE. Assunto: Solicita homologação de isenção de débitos dos anos de 2012 até 2018, concedidos a C.I. MARIA DA SILVA - CRECI 2850 - Face a problemas de saúde: (Hipertensão arterial sistêmica, fibrilação arterial paroxística e depressão). 10 - Processo-COFECI nº 2386/2019. Origem: CRECI 16ª Região/SE. Assunto: Solicita homologação de isenção de débitos dos anos de 2017, 2018 e 2019, concedidos ao C.I. LUIZ ANTÔNIO ROCHA SANTOS - CRECI 3988 - Face a problema de saúde: (Artrite reumatoide inflamatória crônica). 11 - Processo-COFECI nº 251/2020. Origem: CRECI 2ª

Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos a C.I. THAIS FELICISSIMO DE MATOS - CRECI 109.599 - Face a problemas de saúde: (Depressão e esquizofrenia). 12 - Processo-COFECI nº 253/2020. Recte: LUIZ RODRIGUES DANTAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 256/2020. Recte: ROQUE DE CASTRO CARMO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 039/2022. Recte: RICARDO ROSALINO CAMARGO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 040/2022. Recte: JOSÉ ROBERTO FERREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16 - Processo-COFECI nº 142/2022. Recte: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17 - Processo-COFECI nº 143/2022. Recte: IVAN DE CARVALHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18 - Processo-COFECI nº 144/2022. Recte: ALIPIO SPINA LA LUNA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19 - Processo-COFECI nº 145/2022. Recte: JOSÉ LUIZ PALATA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20 - Processo-COFECI nº 147/2022. Recte: ANDRÉ LUIZ PRESSENDO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro MANOEL CLAUDENIR DE ARAÚJO LIMA/AC

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 2055/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: R SOARES INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS E IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6058, MAURO AUGUSTO GUIMARÃES MELO - CRECI 47010 e ROBERTO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR - CRECI 40779. 2 - Processo-COFECI nº 2475/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repda: CRISTINA LIMA SANDY - CRECI 12191. 3 - Processo-COFECI nº 2476/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: AUDIVAN DOS SANTOS - CRECI 8098. 4 - Processo-COFECI nº 2477/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JÂNIO DE CARVALHO LIMA - CRECI 11929. 5 - Processo-COFECI nº 2478/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: AUDIVAN DOS SANTOS - CRECI 8098. 6 - Processo-COFECI nº 2479/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repda: PROJEÇÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS & INFORMÁTICA LTDA - ME - CRECI J-16735. 7 - Processo-COFECI nº 2481/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JOSÉ PEREIRA SERPA - CRECI 4290. 8 - Processo-COFECI nº 2482/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: PROJEÇÃO IMOBILIÁRIA & CONSTRUTORA LTDA-ME - CRECI J-21230 e RT IGOR AMORIM DOS SANTOS - CRECI 19898.

ADMINISTRATIVOS:

9 - Processo-COFECI nº 046/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. KELLY CRISTIANE DE JESUS SANTOS - CRECI 151.135 - Face a precária condição econômica. 10 - Processo-COFECI nº 057/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. NELSON TEODORO FERNANDES - CRECI 112.099 - Face a precária condição econômica. 11 - Processo-COFECI nº 058/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. ORISTEU CORTEZ - CRECI 56.573 - Face a precária condição econômica. 12 - Processo-COFECI nº 059/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. OSCAR LUIZ COELHO LACERDA - CRECI 29.095 - Face a precária condição econômica. 13 - Processo-COFECI nº 060/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. OSMANE SOARES DA SILVEIRA - CRECI 19.653 - Face a precária condição econômica. 14 - Processo-COFECI nº 769/2020. Recte: MAIRA ASSUMPTA DESTRO SABINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 378/2021. Recte: DOUGLAS GOMES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16 - Processo-COFECI nº 379/2021. Recte: MÁRCIO ANTÔNIO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17 - Processo-COFECI nº 390/2021. Recte: FERNANDO ALVES FEITOSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18 - Processo-COFECI nº 066/2022. Recte: PAULO SÉRGIO DE FREITAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19 - Processo-COFECI nº 067/2022. Recte: JOSÉ RICARDO NOVELLI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20 - Processo-COFECI nº 068/2022. Recte: FELIPE PEDRO DE MENDONÇA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2022
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho
3ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2022 - Gestão 2022/2024)

PAUTA DE JULGAMENTOS

4ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 06 de outubro de 2022.
INÍCIO: 14horas
LOCAL: Sala Virtual com utilização do aplicativo Google Meet.

RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE BARBOSA MACIEL/PE

1 - Processo-COFECI nº 1920/2019. Recte: MARIA CÉLIA DE OLIVEIRA - CRECI 52.427. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2 - Processo-COFECI nº 1921/2019. Recte: JAIR CARLOS BARBOSA - CRECI 66.386. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 - Processo-COFECI nº 1922/2019. Recte: MARIA CRISTINA CONSTANTINO VERRI - CRECI 67.367. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 - Processo-COFECI nº 2374/2019. Recte: SALVADOR RIBEIRO NERES - CRECI 7622. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 5 - Processo-COFECI nº 2410/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6 - Processo-COFECI nº 2414/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7 - Processo-COFECI nº 2435/2019. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA. 8 - Processo-COFECI nº 734/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9 - Processo-COFECI nº 735/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10 - Processo-COFECI nº 738/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11 - Processo-COFECI nº 739/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 12 - Processo-COFECI nº 741/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 13 - Processo-COFECI nº 742/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 14 - Processo-COFECI nº 744/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 15 - Processo-COFECI nº 746/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ.

RELATOR: Conselheiro CLÉSIO ALANO DE CARVALHO/SC

1 - Processo-COFECI nº 1035/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2 - Processo-COFECI nº 1947/2019. Recte: MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA LOSQUE - CRECI 80324. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 - Processo-COFECI nº 1948/2019. Recte: ODAIR GARCIA SENRA - CRECI 5000. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 - Processo-COFECI nº 1956/2019. Recte: RENATO KOKAY MOURA - CRECI 113.402. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 - Processo-COFECI nº 2376/2019. Recte: HUMBERTO TEIXEIRA GUIMARÃES - CRECI 9675. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 6 - Processo-COFECI nº 384/2021. Recte: ACIDÁLIA SOARES DE OLIVEIRA - CRECI 9672. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. 7 - Processo-COFECI nº 388/2021. Recte: GAFISA VENDAS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-19.604. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 2375/2019. Recte: MARCOS ANTÔNIO GONÇALVES MARQUES - CRECI 7234. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 9 - Processo-COFECI nº 2418/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10 - Processo-COFECI nº 2419/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11 - Processo-COFECI nº 2426/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 12 - Processo-COFECI nº 2428/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 13 - Processo-COFECI nº 2432/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 14 - Processo-COFECI nº 2461/2019. Recte: MF CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5431. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 15 - Processo-COFECI nº 2469/2019. Recte: MULTI CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1180. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATOR: Conselheiro JACI MONTEIRO COLARES/PA

1 - Processo-COFECI nº 4172/2018. Recte: MF CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5431. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2 - Processo-COFECI nº 4176/2018. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3 - Processo-COFECI nº 2383/2019. Recte: IONE ALMEIDA MACHADO - CRECI 1797. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 4 - Processo-COFECI nº 2384/2019. Recte: ANAELIA BARROS DE MELO - CRECI 1672. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 5 - Processo-COFECI nº 2387/2019. Recte: VALQUIRIA DO NASCIMENTO SOUZA - CRECI 3423. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 6 - Processo-COFECI nº 2388/2019. Recte: VALQUIRIA DO NASCIMENTO SOUZA - CRECI 3423. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 7 - Processo-COFECI nº 2391/2019. Recte: VALOR IMOBILIÁRIO - CRECI J-176. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 8 - Processo-COFECI nº 2470/2019. Recte: MARCOS AURÉLIO KURIYAMA - CRECI 20632. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. 9 - Processo-COFECI nº 2483/2019. Recte: GABRIELE ESTÁCIO PEREIRA - CRECI 23443. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 10 - Processo-COFECI nº 2585/2019. Recte: KÁTIA MARIA DOS SANTOS - CRECI 1751. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 11 - Processo-COFECI nº 4131/2018. Recte: ROBÉRIO ESTRELA DA SILVA - CRECI 90335. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 4134/2018. Recte: SAMUEL DOS SANTOS - CRECI 142.275. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 2462/2019. Recte: MF CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5431. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 14 - Processo-COFECI nº 2484/2019. Rectes: RÓSCIO MAIA PEREIRA - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA - CRECI J-9760 e RT RÓSCIO MAIA PEREIRA - CRECI 5617. Recdo: CRECI 8ª Região/DF.

RELATOR: Conselheiro CLÁUDIO MANOEL MIRANDA SMITH/ES

1 - Processo-COFECI nº 4158/2018. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2 - Processo-COFECI nº 4160/2018. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3 - Processo-COFECI nº 4162/2018. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4 - Processo-COFECI nº 4163/2018. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5 - Processo-COFECI nº 2389/2019. Recte: VALOR IMOBILIÁRIO - CRECI J-176. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 6 - Processo-COFECI nº 2390/2019. Recte: VALOR IMOBILIÁRIO - CRECI J-176. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 7 - Processo-COFECI nº 2405/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8 - Processo-COFECI nº 2417/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9 - Processo-COFECI nº 2434/2019. Recte: LPS PATRIMÓVEL IMÓVEIS ECONÔMICOS S/A - CRECI J-6190. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10 - Processo-COFECI nº 2436/2019. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11 - Processo-COFECI nº 2439/2019. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 12 - Processo-COFECI nº 072/2022. Recte: DIMAS CAINÃ SANTOS VILA FLOR - CRECI 4156. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 13 - Processo-COFECI nº 2486/2019. Recte: ALEXANDRE CÁSSIO DA SILVA FILHO - CRECI 36.684. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 14 - Processo-COFECI nº 2487/2019. Recte: ILTON CESAR TOMAZ - CRECI 23.803. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO CARLOS CORREIA PERES/RN

1 - Processo-COFECI nº 2416/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2 - Processo-COFECI nº 2420/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3 - Processo-COFECI nº 2421/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4 - Processo-COFECI nº 2422/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5 - Processo-COFECI nº 2423/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6 - Processo-COFECI nº 2424/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7 - Processo-COFECI nº 2425/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8 - Processo-COFECI nº 2427/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9 - Processo-COFECI nº 2429/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10 - Processo-COFECI nº 2430/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11 - Processo-COFECI nº 2431/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 12 - Processo-COFECI nº 2433/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 13 - Processo-COFECI nº 2489/2019. Recte: LILIAN OLIVEIRA DOS SANTOS - CRECI 23.653. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 14 - Processo-COFECI nº 2488/2019. Recte: IMOBILIÁRIA E CORRETORA CRUZEIRO EMPREENDIMENTO LTDA - CRECI J-4024. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATOR: Conselheiro ELÍDIO COSTA FERNANDES T. DA SILVA/MA

1 - Processo-COFECI nº 2403/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2 - Processo-COFECI nº 2404/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3 - Processo-COFECI nº 2406/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4 - Processo-COFECI nº 2408/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5 - Processo-COFECI nº 2409/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6 - Processo-COFECI nº 2411/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7 - Processo-COFECI nº 2412/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8 - Processo-COFECI nº 2413/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9 - Processo-COFECI nº 2415/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10 - Processo-COFECI nº 2490/2019. Recte: ROSILDA BARBOSA DO NASCIMENTO - CRECI 15008. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 11 - Processo-COFECI nº 2491/2019. Recte: ROSILDA BARBOSA DO NASCIMENTO - CRECI 15008. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 12 - Processo-COFECI nº 740/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 13 - Processo-COFECI nº 743/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 14 - Processo-COFECI nº 745/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ.

RELATORA: Conselheira IONE MARQUES MALTA/AL

1 - Processo-COFECI nº 2407/2019. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2 - Processo-COFECI nº 2468/2019. Recte: OSCAR DE RESENDE AMZALAK - CRECI 20.639. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 3 - Processo-COFECI nº 2492/2019. Recte: STÊNIO TADACHI SUZUKI - CRECI 22.545. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 4 - Processo-COFECI nº 2494/2019. Recte: ELZA IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA - CRECI J-10.128. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 5 - Processo-COFECI nº 732/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6 - Processo-COFECI nº 733/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7 - Processo-COFECI nº 736/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8 - Processo-COFECI nº 737/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9 - Processo-COFECI nº 301/2020. Recte: DANIELA SAFIOTI BARBOZA - CRECI 166.372. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 280/2020. Recte: NILSON DA COSTA OLIVEIRA (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: TR - Arquivamento da denúncia em face do C.I ANTÔNIO CARLOS BREDA - CRECI 95.382. 11 - Processo-COFECI nº 287/2020. Recte: JANAÍNA GIANINI ROCHA (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: TR - Arquivamento da denúncia em face da Imobiliária BELLA CITTÁ NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME - CRECI J-22.936. 12 - Processo-COFECI nº 290/2020. Recte: MARÍLIA BEATRIZ NUNES TEIXEIRA (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: TR - Arquivamento da denúncia em face do C.I BENEDITO ADRIANO GONÇALVES - CRECI 44.755.

RELATOR: Conselheiro PEDRO HENRIQUE DE A. NOGUEIRA LIMA/PI

1 - Processo-COFECI nº 2495/2019. Recte: IMOBILIÁRIA COMETA LTDA - CRECI J-6653. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 2 - Processo-COFECI nº 2496/2019. Recte: SILVANA APARECIDA DE FARIA - CRECI 12090. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 3 - Processo-COFECI nº 1917/2019. Recte: KLAUSNER HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA - CRECI 80.914. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 - Processo-COFECI nº 1918/2019. Recte: MARY DAS GRAÇAS DE LIMA CARVALHO - CRECI 68.970. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 - Processo-COFECI nº 1919/2019. Recte: ODIL GALRÃO DE FRANÇA JÚNIOR - CRECI 93.797. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6 - Processo-COFECI nº 296/2020. Recte: COLLINA ASSESSORIA IMOBILIÁRIA

LTDA - ME - CRECI J-25.183. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 297/2020. Recte: RICARDO EUGÊNIO COLLINA DA SILVEIRA - CRECI 78.263. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 313/2020. Repdo: EVALDO RODRIGUES - CRECI 110386. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 315/2020. Recte: FLÁVIO MILENA FRANCESCHINI - CRECI 41.692. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 316/2020. Recte: FLÁVIO MILENA FRANCESCHINI - CRECI 41.692. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 317/2020. Recte: GABRIEL FERNANDES ZANINELLO - CRECI 32.436. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 288/2020. Recte: JANAÍNA GIANINI ROCHA (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: TR - Arquivamento da denúncia em face do C.I ITAMAR SOARES SANTOS - CRECI 81.600. 13 - Processo-COFECI nº 289/2020. Recte: MARÍLIA BEATRIZ NUNES TEIXEIRA (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: TR - Arquivamento da denúncia em face da Imobiliária BENE CONSULTORIA E IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-22.760.

RELATOR: Conselheiro PALMIRO VIANA ARAÚJO FILHO/TO

1 - Processo-COFECI nº 2521/2019. Recte: PATRICK JÚNIO DA SILVA - CRECI 32.128. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 2 - Processo-COFECI nº 2526/2019. Recte: LÚCIA HELENA DE NORONHA TEJO - CRECI 9625. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 3 - Processo-COFECI nº 1850/2019. Recte: RODRIGO DE SOUSA FRANÇA - CRECI 56.823. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 - Processo-COFECI nº 1852/2019. Recte: RODRIGO DE SOUSA FRANÇA - CRECI 56.823. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 - Processo-COFECI nº 1853/2019. Recte: IMÓVEIS SIM SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-20.882. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6 - Processo-COFECI nº 1854/2019. Recte: SANDOVAL BOMFIM - CRECI 74.223. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 1855/2019. Recte: IMÓVEIS SIM SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-20.882. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 1857/2019. Recte: IMOBILIÁRIA LIMA LTDA - CRECI J-14.560. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 1858/2019. Recte: MARCOS ALEXANDRE FAVACHO MONTEIRO - CRECI 47.394. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 1910/2019. Recte: RODOBENS LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-20.126. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 1937/2019. Recte: ROBERTO DOS SANTOS - CRECI 71.377. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 1938/2019. Recte: ROBERTO DOS SANTOS - CRECI 71.377. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 1939/2019. Recte: ROSANE APARECIDA PREVEDO - CRECI 90.757. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 1940/2019. Recte: SAMAMBAIA EMPRENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6724. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2022
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho
4ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2022 - Gestão 2022/2024)

PAUTA DE JULGAMENTOS

4ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 06 de outubro de 2022.
INÍCIO: 14horas
LOCAL: Sala Virtual com utilização do aplicativo Google Meet.

RELATOR: Conselheiro JOÃO EDUARDO LEAL CORRÊA/RJ

01 - Processo-COFECI nº 4016/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 02 - Processo-COFECI nº 4017/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 03 - Processo-COFECI nº 4018/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 04 - Processo-COFECI nº 4019/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 05 - Processo-COFECI nº 4020/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

06 - Processo-COFECI nº 4021/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 07 - Processo-COFECI nº 4022/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 08 - Processo-COFECI nº 4023/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 09 - Processo-COFECI nº 4024/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 4025/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 4026/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 4027/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 4028/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 4029/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 4030/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16 - Processo-COFECI nº 4031/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17 - Processo-COFECI nº 4032/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro MARCELO BEZERRA WANDERLEY/PE

01 - Processo-COFECI nº 4033/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 02 - Processo-COFECI nº 4034/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 03 - Processo-COFECI nº 4036/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 04 - Processo-COFECI nº 4037/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 05 - Processo-COFECI nº 4038/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 07 - Processo-COFECI nº 4039/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 08 - Processo-COFECI nº 4040/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 09 - Processo-COFECI nº 4041/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 4042/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 4043/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 4044/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 4045/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 4046/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 4047/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16 - Processo-COFECI nº 4048/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17 - Processo-COFECI nº 4049/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18 - Processo-COFECI nº 4050/2018. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70.832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro MÁRIO AUGUSTO PEREIRA DE ALMEIDA/BA

01 - Processo-COFECI nº 2529/2019. Recte: IMOBILIÁRIA TREVO LTDA-ME - CRECI J-4964. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

02 - Processo-COFECI nº 842/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4436. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 03 - Processo-COFECI nº 843/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4436. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 04 - Processo-COFECI nº 844/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4436. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 05 - Processo-COFECI nº 845/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4436. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 06 - Processo-COFECI nº 846/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4436. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 07 - Processo-COFECI nº 847/2020. Recte: BR HOUSE INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20.388. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 08 - Processo-COFECI nº 848/2020. Recte: BR HOUSE INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20.388. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 09 - Processo-COFECI nº 849/2020. Recte: BR HOUSE INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20.388. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 10 - Processo-COFECI nº 850/2020. Recte: BR HOUSE INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20.388. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 11 - Processo-COFECI nº 851/2020. Recte: BR HOUSE INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20.388. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 12 - Processo-COFECI nº 852/2020. Recte: BR HOUSE INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20.388. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 13 - Processo-COFECI nº 853/2020. Recte: BR HOUSE INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20.388. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 14 - Processo-COFECI nº 2528/2019. Recte: MARCOS JESUS DOMINGOS - CRECI 19.841. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 15 - Processo-COFECI nº 2551/2019. Recte: PABLO JOÃO PARIZOTTO REIS - CRECI 28.245. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATOR: Conselheiro AURÉLIO CÁPUA DALLAPÍCULA/ES

01 - Processo-COFECI nº 2497/2019. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12.871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 02 - Processo-COFECI nº 2498/2019. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12.871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 03 - Processo-COFECI nº 2499/2019. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12.871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 04 - Processo-COFECI nº 2500/2019. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12.871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 05 - Processo-COFECI nº 2501/2019. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12.871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 06 - Processo-COFECI nº 2502/2019. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12.871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 07 - Processo-COFECI nº 2503/2019. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12.871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 08 - Processo-COFECI nº 2504/2019. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12.871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 09 - Processo-COFECI nº 2505/2019. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12.871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 10 - Processo-COFECI nº 2506/2019. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12.871 Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 11 - Processo-COFECI nº 2507/2019. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12.871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 12 - Processo-COFECI nº 2527/2019. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-3271. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 13 - Processo-COFECI nº 2530/2019. Recte: ILTON CESAR TOMAZ - CRECI 23.803. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 14 - Processo-COFECI nº 2531/2019. Recte: HENILTON PEREIRA DE OLIVEIRA - CRECI 26.374. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 15 - Processo-COFECI nº 2554/2019. Recte: VALERIA RIBEIRO DE ASSIS - CRECI 17.502. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATOR: Conselheiro RENATO ALEXANDRE MACIEL G. NETTO/RN

01 - Processo-COFECI nº 2533/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 02 - Processo-COFECI nº 2534/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 03 - Processo-COFECI nº 2535/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 04 - Processo-COFECI nº 2536/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 05 - Processo-COFECI nº 2537/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 06 - Processo-COFECI nº 2538/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 07 - Processo-COFECI nº 2539/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 08 - Processo-COFECI nº 2540/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 09 - Processo-COFECI nº 2541/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 10 - Processo-COFECI nº 2542/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região /RS. 11 - Processo-COFECI nº 2543/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 12 - Processo-COFECI nº 2544/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 13 - Processo-COFECI nº 2545/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 14 - Processo-COFECI nº 2546/2019. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro NARCISO VITES DA SILVA/MT

01 - Processo-COFECI nº 2549/2019. Recte: MÁRCIO JOSÉ GOMES - CRECI 13.968. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 02 - Processo-COFECI nº 1559/2019. Recte: JOSÉ ROBERTO SALDANHA FEDERIGHI - CRECI 98.407. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 03 - Processo-COFECI nº 1569/2019. Recte: JOSÉ ROBERTO SALDANHA FEDERIGHI - CRECI 98.407. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 04 - Processo-COFECI nº 1922/2019. Recte: MARIA CRISTINA CONSTANTINO VERRI - CRECI 67.367. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 05 - Processo-COFECI nº 1937/2019. Recte: ROBERTO DOS SANTOS - CRECI 71.377. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 06 - Processo-COFECI nº 1938/2019. Recte: ROBERTO DOS SANTOS - CRECI 71.377. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 07 - Processo-COFECI nº 1939/2019. Recte: ROSANE APARECIDA PREVEDO - CRECI 90.757. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 08 - Processo-COFECI nº 1940/2019. Recte: SAMAMBAIA EMPRENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6724. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 09 - Processo-COFECI nº 1947/2019. Recte: MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA LOSQUE - CRECI 80.324. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 1948/2019. Recte: ODAIR GARCIA SENRA - CRECI 5.000. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 1956/2019. Recte: RENATO KOKAY MOURA - CRECI 113.402. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 2547/2019. Recte: BITENCOURT IMÓVEIS LTDA-ME - CRECI J-24.177. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 13 - Processo-COFECI nº 2548/2019. Recte: ANA PAULA BANDEIRA ABREU - CRECI 42.128. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 14 - Processo-COFECI nº 2550/2019. Recte: JOSÉ LUIZ DIAS - CRECI 30.966. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 15 - Processo-COFECI nº 2555/2019. Recte: CYNTHIA RIBEIRO DE ASSIS - CRECI 18.896. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATOR: Conselheiro FABIANO BARROS CABRAL/PB.

01 - Processo-COFECI nº 2556/2019. Recte: RUBENS VINICIUS BORNELLI - CRECI 10.356. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 02 - Processo-COFECI nº 1575/2019. Recte: JOSÉ ROBERTO SALDANHA FEDERIGHI - CRECI 98.407. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 03 - Processo-COFECI nº 1581/2019. Recte: JOSÉ ROBERTO SALDANHA FEDERIGHI - CRECI 98.407. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 04 - Processo-COFECI nº 1917/2019. Recte: KLAUSNER HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA - CRECI 80.914. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 05 - Processo-COFECI nº 1918/2019. Recte: MARY DAS GRAÇAS DE LIMA CARVALHO - CRECI 68.970. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 06 - Processo-COFECI nº 1919/2019. Recte: ODIL GALRÃO DE FRANÇA JÚNIOR - CRECI 93.797. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 07 - Processo-COFECI nº 1920/2019. Recte: MARIA CÉLIA DE OLIVEIRA - CRECI 52.427. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 08 - Processo-COFECI nº 1921/2019. Recte: JAIR CARLOS BARBOSA - CRECI 66.386. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 09 - Processo-COFECI nº 157/2022. Recte: GAFISA VENDAS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19.604. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 166/2022. Recte: CLAUDINEI APARECIDO BALDUINO - CRECI 54.897. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 168/2022. Recte: LIBOREDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/S LTDA - CRECI J-11695. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 789/2020. Recte: RAIMUNDO DENÍZIO NASCIMENTO JÚNIOR - CRECI 4829. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 13 - Processo-COFECI nº 790/2020. Recte: RODRIGO ARAGÃO LEADEBAL - CRECI 9653. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 14 - Processo-COFECI nº 791/2020. Recte: RODRIGO ARAGÃO LEADEBAL - CRECI 9653. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 15 - Processo-COFECI nº 792/2020. Recte: JOANA CAROLINA VIEIRA DE ARRUDA - CRECI 15.357. Recdo: CRECI 15ª Região/CE.

RELATORA: Conselheira VALDELENE MARIA A. DE MELO/RO

01 - Processo-COFECI nº 803/2020. Recte: JOÃO BATISTA DOS SANTOS - CRECI 15.133. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 02 - Processo-COFECI nº 806/2020. Recte: ANA MARIA DA CUNHA CAMPOS - CRECI 15.830. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 03 - Processo-COFECI nº 0816/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 04 - Processo-COFECI nº 1598/2019. Recte: JOSÉ ROBERTO SALDANHA FEDERIGHI - CRECI 98.407. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 05 - Processo-COFECI nº 1599/2019. Recte: JOSÉ ROBERTO SALDANHA FEDERIGHI - CRECI 98.407. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 06 - Processo-COFECI nº 1857/2019. Recte: IMOBILIÁRIA LIMA LTDA - CRECI J-14560. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 07 - Processo-COFECI nº 170/2022. Recte: GAFISA VENDAS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19.604. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 08 - Processo-COFECI nº 174/2022. Recte: GAFISA VENDAS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19.604. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 09 - Processo-COFECI nº 175/2022. Recte: GAFISA VENDAS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19.604. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 176/2022. Recte: GAFISA VENDAS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19.604. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 182/2022. Recte: ADRIANA SCHRAMM FARIA - CRECI 113.830. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

12 - Processo-COFECI nº 187/2022. Recte: OTÁVIO AUGUSTO RODRIGUES DOS REIS - CRECI 52.349. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 805/2020. Recte: ARTOLEX LTDA - CRECI J-2485. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 14 - Processo-COFECI nº 800/2020. Recte: EDMAR DE FREITAS MOREIRA JÚNIOR-ME - CRECI J-5805. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 15 - Processo-COFECI nº 801/2020. Recte: EDMAR DE FREITAS MOREIRA JÚNIOR-ME - CRECI J-5805. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 16 - Processo-COFECI nº 804/2020. Recte: FATIMA PIMENTA LIMA - CRECI 15.843. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATOR: Conselheiro FRANCISCO HÍGINO DA ROCHA MAIA/AC

01 - Processo-COFECI nº 807/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 02 - Processo-COFECI nº 808/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 03 - Processo-COFECI nº 809/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 04 - Processo-COFECI nº 810/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 05 - Processo-COFECI nº 811/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 06 - Processo-COFECI nº 812/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 07 - Processo-COFECI nº 813/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 08 - Processo-COFECI nº 814/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 09 - Processo-COFECI nº 815/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 10 - Processo-COFECI nº 817/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 11 - Processo-COFECI nº 818/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 12 - Processo-COFECI nº 819/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 13 - Processo-COFECI nº 820/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS VIDA NOVA LTDA - CRECI J-19.065. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 14 - Processo-COFECI nº 2557/2019. Recte: JOSÉ DE MELO JÚNIOR-ME - CRECI J-5876. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2022
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

5ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2022 - Gestão 2022/2024)

PAUTA DE JULGAMENTOS

4ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 06 de outubro de 2022.
INÍCIO: 14horas
LOCAL: Sala Virtual com utilização do aplicativo Google Meet.

RELATOR: Conselheiro LUIGI ANTÔNIO GERACE/RS

1 -Processo-COFECI nº 1169/2019. Repdas: LPS SUL CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4107 e RT EDILSON PARANHO LIMA - CRECI 24556. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. 2 - Processo-COFECI nº 1322/2019. Recte: IMOBILIÁRIA PORTO E RODIGHERI LTDA - CRECI 3662. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 3 - Processo-COFECI nº 1009/2020.Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4 - Processo-COFECI nº 1010/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5 - Processo-COFECI nº 1011/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6 - Processo-COFECI nº 1012/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7 - Processo-COFECI nº 1013/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8 - Processo-COFECI nº 102/2021. Recte: LPS ESPÍRITO SANTO CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-5120. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. 9 - Processo-COFECI nº 1941/2019. Recte: LUCINE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/S LTDA - ME - CRECI J-19363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 1942/2019. Recte: MARIA LUCINE NASCIMENTO - CRECI 64045. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 1074/2020. Recte: CH BARRA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-6554. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ.

RELATOR: Conselheiro NEWTON MARQUES BARBOSA JÚNIOR/MG

1- Processo-COFECI nº 1014/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2- Processo-COFECI nº 1015/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 1016/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 1017/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 1018/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 1373/2019.Recte: ALEXANDRE FONTES OLARDI - CRECI 75096. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 1374/2019. Recte: ARIANE SILVA DE OLIVEIRA - CRECI 89004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 1375/2019. Recte: ALEXANDRE DE FREITAS FRANÇA - CRECI 105999. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 1376/2019. Recte: ALCEONE PEREIRA DE SOUSA - CRECI 73219. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 1377/2019. Recte: ANTENOR DE OLIVEIRA JÚNIOR - CRECI 52467. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro ANTONIO SPINETTI ALVES/GO

1- Processo-COFECI nº 1293/2019. Recte: ALMEIDA E VIVAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-5626. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 2- Processo-COFECI nº 2392/2019. Recte: YZABEL CRISTINA DE ALMEIDA MACHADO - CRECI 24342. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 3- Processo-COFECI nº 2393/2019. Recte: JOSÉ FALEIRO GUIMARÃES - CRECI 21987. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 4- Processo-COFECI nº 1019/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 1020/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 1021/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 1294/2019. Recte: MARIA TEREZA BRIGAGÃO URCIA - CRECI 9355. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 8- Processo-COFECI nº 040/2021. Recte: LIMA E SILVA ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5197. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 9- Processo-COFECI nº 1287/2019. Recte: SONHO REAL IMOBILIÁRIA & ADMINISTRADORA LTDA-ME - CRECI J-4666. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 10- Processo-COFECI nº 802/2020. Recte: RAQUEL PEREIRA COUTO-ME - CRECI J-5076. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO DA CUNHA/MS

1- Processo-COFECI nº 2678/2019. Recte: DBAPLUS IMÓVEIS LTDA - ME - CRECI J-4780. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 2- Processo-COFECI nº 2682/2019. Recte: RENATO ROSENO - CRECI 7957. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 3- Processo-COFECI nº 1022/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 2670/2019. Recte: ELIZÂNGELA MARINHO DE ALMEIDA - CRECI 16144. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 5- Processo-COFECI nº 2671/2019. Recte: ELIZÂNGELA MARINHO DE ALMEIDA - CRECI 16144. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 6- Processo-COFECI nº 2672/2019. Recte: ELIZÂNGELA MARINHO DE ALMEIDA - CRECI 16144. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 7- Processo-COFECI nº 2673/2019. Recte: ELIZÂNGELA MARINHO DE ALMEIDA - CRECI 16144. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 8- Processo-COFECI nº 2674/2019. Recte: ELIZÂNGELA MARINHO DE ALMEIDA - CRECI 16144. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 9- Processo-COFECI nº 2675/2019. Recte: ELIZÂNGELA MARINHO DE ALMEIDA - CRECI 16144. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 10- Processo-COFECI nº 2676/2019. Recte: ELIZÂNGELA MARINHO DE ALMEIDA - CRECI 19828. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 11- Processo-COFECI nº 2677/2019. Recte: SÉRGIO AUGUSTO LEITÃO FRANÇA - ME - CRECI J-5291. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATORA: Conselheira MÔNICA DA SILVA ANDRADE/SE

1- Processo-COFECI nº 2661/2019. Recte: LEAL NEGÓCIOS IMOBLIÁRIOS LTDA-ME - CRECI J-4945. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 2- Processo-COFECI nº 2662/2019. Recte: LEAL NEGÓCIOS IMOBLIÁRIOS LTDA-ME - CRECI J-. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 3- Processo-COFECI nº 2685/2019. Recte: JIMMY HARDY PAVESI - CRECI 20653. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 4- Processo-COFECI nº 2686/2019. Recte: DIEGO IMÓVEIS LTDA - ME - CRECI J- 3893. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 5- Processo-COFECI nº 2690/2019. Recte: SANDRO MANUEL VILLAVERDE LOBO - CRECI 16234. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. 6- Processo-COFECI nº 510/2020. Recte: PIRAMID IMÓVEIS LTDA - CRECI J- 15102. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 2665/2019. Rectes: ULISSES SOUSA MORAIS - CRECI 13868 e RT RAMON CLAUDINO DIAS - CRECI 14779. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 8- Processo-COFECI nº 2663/2019. Recte: ANTONIO AUGUSTO FONSECA FERNANDES DE CARVALHO - CRECI 33781. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 9- Processo-COFECI nº 2660/2019. Recte: SAFRAN - SANTOS E FRANÇA IMOBILIÁRIA LTDA-ME - CRECI J- 2971. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 10- Processo-COFECI nº 2666/2019. Rectes: SUPREMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-9060 e RT MARCOS ANTÔNIO ALVES DE SOUZA - CRECI 11613. Recdo: CRECI 8ª Região/DF.

RELATOR: Conselheiro PAULO C. CARVALHO MOTA JÚNIOR/AM

1- Processo-COFECI nº 1405/2019. Rectes: SUDOESTE EMPRENDIMENTOS EMOBILIARIARIOS LTDA ME - CRECI J-6225 - MARIA SUELI DA SILVA CRECI Nº 3412 e SUEZA SILVA ALMEIDA BRASIL - CRECI 9872. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 2- Processo-COFECI nº 1023/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 1024/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 1025/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 1026/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 1027/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 1096/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 1097/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9- Processo-COFECI nº 1098/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10- Processo-COFECI nº 1400/2019. Recte: BRCASA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-20878. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 1401/2019. Recte: BALLARIN INVESTIMENTOS PATRIMONIAIS E IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-11419. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 1402/2019. Recte: MARCO CÉSAR BALARIN - CRECI 34854. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro EDILBERTO FERREIRA DA SILVA/MT

1- Processo-COFECI nº 3552/2018. Recte: PATRÍCIA DOS SANTOS TEIXEIRA TRIGO DE SANTANA - CRECI 50966. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2- Processo-COFECI nº 3732/2018. Recte: APSA ADM. PREDIAL E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-253. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 1028/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA- CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 1915/2019. Recte: TIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS - CRECI 80075. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 1029/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 1030/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 1031/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 1032/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9- Processo-COFECI nº 1033/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10- Processo-COFECI nº 1034/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11- Processo-COFECI nº 1099/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ.

RELATOR: Conselheiro RAFAEL BATISTADE MEDEIROS SOUZA/MA

1- Processo-COFECI nº 3530/2018. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2- Processo-COFECI nº 3531/2018. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 3532/2018. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 3533/2018. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 3534/2018. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 1104/2020. Recte: SÉRGIO E D'AVILA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6774. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ.

RELATOR: Conselheiro ALUÍSIO PARENTES SAMPAIO NETO/PI

1- Processo-COFECI nº 1332/2019. Recte: CR IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2410. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 2- Processo-COFECI nº 1078/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 1083/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 1084/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 1085/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 1088/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 3527/2018. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 3528/2018. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 3529/2018. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 1354/2019. Recte: IMOBILIÁRIA J.M.S. LTDA - CRECI J-2454. Recdo: CRECI 11ª Região/SC.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2022
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO COFEN Nº 97/2022

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 035/2021. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-AC Nº 079/2019. 07ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. Conhecer do pedido e negar-lhe provimento. Unanimidade dos votos. Manter o Acórdão Cofen nº 044/2022. Infração aos artigos 72 e 83 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 564/2017. Cassação do exercício profissional por 01 (um) ano.

Brasília/DF, 18 de agosto de 2022.
BETÂNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

DANNYELLY DAYANE ALVES DA SILVA COSTA
Conselheira Relatora

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 512, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares, conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413, de 19 de janeiro de 2012, com base nos termos da Sindicância, tombada sob o procedimento nº 00043/2022 e:

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, todos expressos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a determinação contida no art. 5º, inciso IV da Lei Federal nº 6.316/75, em especial quanto a determinação de "inspecionar os Conselhos Regionais e examinar suas prestações de contas, neles intervindo desde que indispensável ao restabelecimento da normalidade administrativa ou financeira ou a garantia da efetividade do princípio da hierarquia institucional";

CONSIDERANDO a "função normativa, baixar atos necessários à interpretação e execução do disposto nesta Lei e à fiscalização do exercício profissional, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais", nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei Federal nº 6.316/75;

CONSIDERANDO que o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional é o ente central e que possui como umas das suas competências legais supervisionar a fiscalização profissional, principal atividade dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, na forma do que dispõe o art. 5º, inciso III, da Lei Federal nº 6.316/75;

CONSIDERANDO o interesse tributário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, por determinação do art. 9º da Lei Federal nº 6.316/75, que dispõe constituir "renda do Conselho Federal: I - 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas de cada Conselho Regional; II - legados, doações e subvenções; III - rendas patrimoniais";

CONSIDERANDO que a Portaria nº 303, de 28 de julho de 2022, determinou a análise pela Setor Contábil-Financeiro do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Relatório Situacional Contábil e Financeiro do CREFITO-7, relativamente à gestão do quadriênio 2018-2022;

CONSIDERANDO o item "iii" do Acórdão COFFITO nº 488, de 1º de julho de 2022, que suspendeu a eficácia da anterior aprovação das contas do CREFITO-7 (quadriênio 2018-2022) e a Portaria 303, de 28 de julho de 2022, determinou fossem verificados e auditadas as contas pelo Setor Contábil-Financeiro do COFFITO, a fim de exame técnico e adoção de medidas de controle administrativo interno e, eventualmente, externo perante aos respectivos órgãos, tais como TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) e MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) sobre o Relatório Situacional Contábil e Financeiro emitido pela gestão de intervenção do CREFITO-7;

CONSIDERANDO o conteúdo do ACÓRDÃO COFFITO 488 que apontou as supostas irregularidades concernentes à gestão financeira e administrativa do CREFITO-7 do quadriênio 2018-2022, a saber:

a) o descumprimento de normas do Tribunal de Contas da União, em especial quanto a publicação do Relatório de Gestão, que além de não ter sido publicado no site do CREFITO-7, segundo o Relatório Situacional Contábil e Financeiro que dispõe que "em relação a análise da prestação de contas foram detectadas inconsistências nas demonstrações contábeis, o link informado não reporta a qualquer demonstração, bem como as informações contábeis existentes não correspondem às encontradas no sistema Incorpnet, ou seja, de 2018 a 2021 as demonstrações contábeis e financeiras estão com diferenças nos saldos sem as devidas conciliações";

b) o descumprimento das normas de contabilidade pública, narradas em Relatório Situacional Contábil e Financeiro, em relação ao Balanço Patrimonial, em que se destaca que o referido balanço patrimonial "não reflete a atual realidade do Conselho, uma vez que existem diversas diferenças e distorções ao longo dos anos";

c) o Relatório Situacional Contábil e Financeiro observa que "desde 2018 o Balanço Patrimonial encontra-se com pendências financeiras de ajustes e lançamentos e que tais diferenças impediriam a sua aprovação";

d) em relação aos Balancetes de Verificação, nos termos do Relatório Situacional Contábil e Financeiro restou "nítido que os lançamentos decorrentes da referida demonstração não estão em conformidade com as demais demonstrações contábeis, uma vez que não só as contas bancárias como as demais contas estão com saldos inconsistentes, sendo assim, as demais também resultantes desta principal demonstração estão com saldos inconsistentes";

e) o Relatório Situacional Contábil e Financeiro dispõe que "não foram observados quaisquer critérios de avaliação orçamentária que justificasse os aumentos de valores ao longo dos anos, uma vez que as receitas não atingiram em sua totalidade as projeções orçamentárias existentes, sendo assim, observando-se falta de controle e execução orçamentária ao longos dos anos";

f) conclusão do Relatório Situacional Contábil e Financeiro que dispõe que: "a posição financeira do CREFITO em 31 de dezembro de 2018 a 2021, e o desempenho de suas operações, bem como as suas contas para o exercício findo naquelas datas, não estão em condições de serem aprovadas em plenária desta instituição sem que sejam sanados os vícios existentes";

g) a gestão do quadriênio 2018-2022 aprovou as contas com as supostas inconsistências, inclusive após avaliação de sua Comissão de Tomada de Contas, composta por Conselheiros e mandatários do CREFITO-7;

h) a existência de Comissão de Tomadas de Contas, composta por Conselheiros Regionais, não é recomendável ante a inexistência de segregação de funções entre o órgão de controle interno, composto por Conselheiros que deliberam sobre o orçamento e futura aprovação de contas, o que resta já disposto no art. 66 da Resolução COFFITO nº 413/2012;

CONSIDERANDO o Parecer Contábil do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, em que conclui que as evidências obtidas pela análise efetuadas nos balanços desde 2018 a maio de 2022 são suficientes e apropriados para fundamentar a anulação do ato administrativo exarado pela anterior gestão do CREFITO-7 no sentido de reprovação das prestações de contas dos Exercícios de 2018 até maio de 2022;

CONSIDERANDO que o parecer contábil do COFFITO aponta que as contas "não estão adequadamente formalizadas com base na Lei nº 4.320/64 (Contabilidade Aplicada ao Setor Público); na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), no Acórdão nº 96/2016, do Tribunal de Contas da União, bem como às atuais normativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e, do Tribunal de Contas da União, tal como Instrução Normativa nº 84 de 22.04.2022 e demais normas aplicadas à administração pública";

CONSIDERANDO "os balanços dos exercícios de 2018 até maio de 2022 não refletem a realidade da saúde financeira e capacidade econômica do CREFITO-7" e que as contas "não estão em condições de serem aprovadas em Plenária desta instituição sem que sejam sanados os vícios existentes";

CONSIDERANDO que o Parecer Contábil do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional aponta e confirma a situação relatada pela Controladoria Interna do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região quanto a existência de apropriação indébita previdenciária no quadriênio 2018-2022, bem como a existência de pendências com a Receita Federal do Brasil, que causaram prejuízos ao erário do Conselho Regional - CREFITO-7 - que é amparado pelas anuidades e contribuições pagas pelos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais inscritos no Estado da Bahia;

CONSIDERANDO que o Parecer Contábil aponta que a Coordenação Provisória Especial nomeada pelo COFFITO vem sanando as irregularidades praticadas pela gestão do quadriênio 2018-2022, que segundo a área técnica do COFFITO, merece apuração para que os desfalques causados pelos prejuízos ao erário do CREFITO-7 causados pela gestão 2018-2022 sejam sanados e cobrados dos responsáveis;

CONSIDERANDO o recente Relatório de Operações Suspeitas emitido conjuntamente pela Controladoria do CREFITO-7 e pela Contabilidade do CREFITO-7 que informa uma possível renúncia de receita tributária de R$ 7.977.165,00 (sete milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e sessenta e cinco reais), e que foi anexado a este procedimento, apontando ainda o reconhecimento de prescrição de forma contrária ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça e da melhor interpretação da Lei nº 12.514/2013;

CONSIDERANDO que a decisão do Supremo Tribunal Federal que dispõe sobre a possibilidade de que o ente público não deva restar afastado dos mecanismos para a restauração da moralidade administrativa, em especial pela determinação da decisão contida na Medida Cautelar na ADI 7042 MC / DF, que destaca que "A supressão da legitimidade ativa das pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa caracteriza uma espécie de monopólio absoluto do combate à corrupção ao Ministério Público, não autorizado, entretanto, pela Constituição Federal, e sem qualquer sistema de freios e contrapesos como estabelecido na hipótese das ações penais públicas (art. 5º, LIX, da CF)", sendo, portanto, determinante a possibilidade da instauração de procedimentos preliminares com vistas a apuração de Improbidade Administrativa, na forma do art. 14 da Lei nº 8.429/92, dando a oportunidade do legítimo contraditório aos implicados;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração e, principalmente, de quantificação dos prejuízos causados pelos Plenário do CREFITO-7, quadriênio 2018-2022, bem como a ciência deste Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional quanto à ciência do Ministério Público Federal, em razão de encaminhamento pela própria Comissão Provisória Especial do CREFITO-7, nos termos do Acórdão nº 488, de 1º de julho de 2022,

ACORDAM, por unanimidade, os Conselheiros Federais, em adotar as seguintes medidas:

i) conhecer do PARECER CONTÁBIL do Setor Competente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional para que sejam apurados os fatos, dados e evidências contábeis financeiras visando ao julgamento com embasamento técnico, por este Plenário, quanto à possível reprovação das contas da gestão do CREFITO-7 do quadriênio 2018-2022;

ii) determinar que o Presidente do COFFITO constitua, com espeque no art. 5º, inciso IV, da Lei 6.316/75, uma Comissão Processante composta por auditor externo e independente, um conselheiro federal e um membro da assessoria da presidência para apuração dos haveres, bem como, emissão de parecer técnico e conclusivo quanto, sobre a situação das contas da gestão do CREFITO-7 - quadriênio 2018-2022 - ou de sua reprovação;

iii) determinar ao Presidente do COFFITO, ouvida a PROJUR, que estabeleça o procedimento para a tramitação do referido processo administrativo, com base na Lei nº 9.784 assegurando a ampla defesa e o contraditório para os gestores e conselheiros que julgaram as contas, ora suspensas por força do Acórdão COFFITO 488/2022;

iv) determinar à Comissão Processante, ao final, após a emissão de seu parecer conclusivo que seja encaminhado ao Presidente do COFFITO para que coloque em pauta de reunião extraordinária, ouvida a PROJUR, a fim de que se proceda ao julgamento definitivo das contas da gestão 2018-2022 do CREFITO-7 e, se for o caso, proceda à Tomada de Contas Especial em face dos ex conselheiros e ou procedimento administrativo prévio ao ajuizamento de ação de improbidade administrativa, bem como os atos necessários ao efetivo ressarcimento aos cofres do CREFITO-7;

v) determinar ao Presidente do COFFITO que encaminhe à Comissão Eleitoral do CREFITO-7 o presente acórdão para conhecimento e, se for o caso, adoção de providências adequadas ao processo eleitoral em curso, nos termos da Lei nº 6.316/75 e Resolução COFFITO 519;

QUÓRUM: Dr. Roberto Mattar Cepeda, Dr. Cassio Fernando Oliveira da Silva, Dr. Abidiel Pereira Dias, Dra. Patrícia Luciane Santos de Lima, Dr. Marcelo Massahud.

Impedidos: Dr. Leandro Lazzareschi e Dr. Maurício Lima Poderoso Neto.

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CASSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor Secretário

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO CFM Nº 2.320, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Adota normas éticas para a utilização de técnicas de reprodução assistida - sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.294, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2021, Seção 1, p. 60.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM), no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, alterado pelo Decreto nº 10.911, de 22 de dezembro de 2021; a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013; e o Decreto nº 8.516, de 10 de setembro de 2015, e

CONSIDERANDO o Código de Ética Médica, especialmente o artigo 15 e seus parágrafos e o artigo 40;

CONSIDERANDO a infertilidade humana como um problema de saúde, com implicações médicas e psicológicas, e a legitimidade do anseio de superá-la;

CONSIDERANDO o aumento das taxas de sobrevida e cura após os tratamentos das neoplasias malignas, possibilitando às pessoas acometidas um planejamento reprodutivo antes de uma intervenção com risco de levar à infertilidade;

CONSIDERANDO a postergação da gestação pela população, evidenciada pelas estatísticas atuais, e a diminuição da probabilidade de engravidar com o avanço da idade;

CONSIDERANDO que o avanço do conhecimento científico permite auxiliar nos processos de reprodução humana a todas as pessoas que deles necessitem;

CONSIDERANDO o reconhecimento e qualificação como entidade familiar a união estável homoafetiva pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, na sessão de julgamento de 5 de maio de 2011, ao julgar a ADI 4.277 e a ADPF 132;

CONSIDERANDO a necessidade de harmonizar o uso dessas técnicas com os princípios da ética médica;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, que aprova o Código de Ética Médica;

CONSIDERANDO o Decreto nº 678, de 8 de novembro de 1992;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Biossegurança; e

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na sessão plenária do Conselho Federal de Medicina, realizada em 1º de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Adotar as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida, anexas à presente resolução, como dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos.

Art. 2º Revogar a Resolução CFM nº 2.294, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 15 de junho de 2021, Seção 1, p. 60.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO
Presidente do Conselho

DILZA TERESINHA AMBRÓS RIBEIRO
Secretária-Geral

ANEXO

NORMAS ÉTICAS PARA A UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA

I - PRINCÍPIOS GERAIS

1. As técnicas de reprodução assistida (RA) têm o papel de auxiliar no processo de procriação.

2. As técnicas de reprodução assistida podem ser utilizadas para doação de gametas e para preservação de gametas, embriões e tecidos germinativos por razões médicas e não médicas.

3. As técnicas de reprodução assistida podem ser utilizadas, desde que exista possibilidade de sucesso e baixa probabilidade de risco grave à saúde do(a) paciente ou do possível descendente.

3.1. A idade máxima das candidatas à gestação por técnicas de reprodução assistida é de 50 anos.

3.2. As exceções a esse limite são aceitas com base em critérios técnicos e científicos, fundamentados pelo médico responsável, sobre a ausência de comorbidades não relacionadas à infertilidade da mulher e após esclarecimento ao(s) candidato(s) sobre os riscos envolvidos para a paciente e para os descendentes eventualmente gerados a partir da intervenção, respeitando a autonomia da paciente e do médico.

4. O consentimento livre e esclarecido é obrigatório para todos os pacientes submetidos às técnicas de reprodução assistida. Os aspectos médicos envolvendo a totalidade das circunstâncias da aplicação de uma técnica de RA devem ser detalhadamente expostos, bem como os resultados obtidos naquela unidade de tratamento com a técnica proposta. As informações devem também atingir dados de caráter biológico, jurídico e ético. O documento de consentimento livre e esclarecido deve ser elaborado em formulário específico e estará completo com a concordância, por escrito, obtida a partir de discussão entre as partes envolvidas nas técnicas de reprodução assistida.

5. As técnicas de reprodução assistida não podem ser aplicadas com a intenção de selecionar o sexo (presença ou ausência de cromossomo Y) ou qualquer outra característica biológica da criança, exceto para evitar doenças no possível descendente.

6. É proibida a fecundação de oócitos humanos com qualquer outra finalidade que não a procriação humana.

7. Quanto ao número de embriões a serem transferidos, determina-se, de acordo com a idade:

a) mulheres com até 37 (trinta e sete) anos: até 2 (dois) embriões;

b) mulheres com mais de 37 (trinta e sete) anos: até 3 (três) embriões;

c) em caso de embriões euploides ao diagnóstico genético, até 2 (dois) embriões, independentemente da idade; e

d) nas situações de doação de oócitos, considera-se a idade da doadora no momento de sua coleta.

8. Em caso de gravidez múltipla, decorrente do uso de técnicas de reprodução assistida, é proibida a utilização de procedimentos que visem a redução embrionária.

II - PACIENTES DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA

1. Todas as pessoas capazes que tenham solicitado o procedimento e cuja indicação não se afaste dos limites desta resolução podem ser receptoras das técnicas de reprodução assistida, desde que os participantes estejam de inteiro acordo e devidamente esclarecidos, conforme legislação vigente.

2. É permitida a gestação compartilhada em união homoafetiva feminina. Considera-se gestação compartilhada a situação em que o embrião obtido a partir da fecundação do(s) oócito(s) de uma mulher é transferido para o útero de sua parceira.

III - REFERENTE ÀS CLÍNICAS, CENTROS OU SERVIÇOS QUE APLICAM TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA

As clínicas, centros ou serviços que aplicam técnicas de reprodução assistida são responsáveis pelo controle de doenças infectocontagiosas, pela coleta, pelo manuseio, pela conservação, pela distribuição, pela transferência e pelo descarte de material biológico humano dos pacientes submetidos às técnicas de reprodução assistida. Devem apresentar como requisitos mínimos:

1. Diretor técnico médico registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) de sua jurisdição com registro de especialista em áreas de interface com a reprodução assistida, que será responsável por todos os procedimentos médicos e laboratoriais executados;

2. Registro permanente das gestações e seus desfechos (dos abortamentos, dos nascimentos e das malformações de fetos ou recém-nascidos), provenientes das diferentes técnicas de reprodução assistida aplicadas na unidade em apreço, bem como dos procedimentos laboratoriais na manipulação de gametas e embriões; e

3. Registro permanente dos exames laboratoriais a que são submetidos os pacientes, com a finalidade precípua de evitar a transmissão de doenças.

4. Os registros devem estar disponíveis para fiscalização dos Conselhos Regionais de Medicina.

IV - DOAÇÃO DE GAMETAS OU EMBRIÕES

1. A doação não pode ter caráter lucrativo ou comercial.

2. Os doadores não devem conhecer a identidade dos receptores e vice-versa, exceto na doação de gametas ou embriões para parentesco de até 4º (quarto) grau, de um dos receptores (primeiro grau: pais e filhos; segundo grau: avós e irmãos; terceiro grau: tios e sobrinhos; quarto grau: primos), desde que não incorra em consanguinidade.

2.1. Deve constar em prontuário o relatório médico atestando a adequação da saúde física e mental de todos os envolvidos.

2.2. A doadora de óvulos ou embriões não pode ser a cedente temporária do útero.

3. A doação de gametas pode ser realizada a partir da maioridade civil, sendo a idade limite de 37 (trinta e sete) anos para a mulher e de 45 (quarenta e cinco) anos para o homem.

3.1. Exceções ao limite da idade feminina podem ser aceitas nos casos de doação de oócitos previamente congelados, embriões previamente congelados e doação familiar conforme descrito no item 2, desde que a receptora/receptores seja(m) devidamente esclarecida(os) sobre os riscos que envolvem a prole.

4. Deve ser mantido, obrigatoriamente, sigilo sobre a identidade dos doadores de gametas e embriões, bem como dos receptores, com a ressalva do item 2 do Capítulo IV. Em situações especiais, informações sobre os doadores, por motivação médica, podem ser fornecidas exclusivamente aos médicos, resguardando a identidade civil do(a) doador(a).

5. As clínicas, centros ou serviços onde são feitas as doações devem manter, de forma permanente, um registro com dados clínicos de caráter geral, características fenotípicas, de acordo com a legislação vigente.

6. Na região de localização da unidade, o registro dos nascimentos evitará que um(a) doador(a) tenha produzido mais de 2 (dois) nascimentos de crianças de sexos diferentes em uma área de 1 (um) milhão de habitantes. Exceto quando uma mesma família receptora escolher um(a) mesmo(a) doador(a), que pode, então, contribuir com quantas gestações forem desejadas.

7. Não é permitido aos médicos, funcionários e demais integrantes da equipe multidisciplinar das clínicas, unidades ou serviços serem doadores nos programas de reprodução assistida.

8. É permitida a doação voluntária de gametas, bem como a situação identificada como doação compartilhada de oócitos em reprodução assistida, em que doadora e receptora compartilham tanto do material biológico quanto dos custos financeiros que envolvem o procedimento.

9. A escolha das doadoras de oócitos, nos casos de doação compartilhada, é de responsabilidade do médico assistente. Dentro do possível, o médico assistente deve selecionar a doadora que tenha a maior semelhança fenotípica com a receptora, que deve dar sua anuência à escolha.

10. A responsabilidade pela seleção dos doadores é exclusiva dos usuários quando da utilização de banco de gametas ou embriões.

11. Na eventualidade de embriões formados por gametas de pacientes ou doadores distintos, a transferência embrionária deverá ser realizada com embriões de uma única origem para a segurança da prole e rastreabilidade.

V - CRIOPRESERVAÇÃO DE GAMETAS OU EMBRIÕES

1. As clínicas, centros ou serviços podem criopreservar espermatozoides, oócitos, embriões e tecidos gonadais.

2. O número total de embriões gerados em laboratório será comunicado aos pacientes para que decidam quantos embriões serão transferidos a fresco, conforme determina esta Resolução. Os excedentes viáveis devem ser criopreservados.

3. Antes da geração dos embriões, os pacientes devem manifestar sua vontade, por escrito, quanto ao destino dos embriões criopreservados em caso de divórcio, dissolução de união estável ou falecimento de um deles ou de ambos, e se desejam doá-los.

VI - DIAGNÓSTICO GENÉTICO PRÉ-IMPLANTACIONAL DE EMBRIÕES

1. As técnicas de reprodução assistida podem ser aplicadas à seleção de embriões submetidos a diagnóstico de alterações genéticas causadoras de doenças, podendo nesses casos ser doados para pesquisa ou descartados, conforme a decisão do(s) paciente(s), devidamente documentada com consentimento informado livre e esclarecido.

2. As técnicas de reprodução assistida também podem ser utilizadas para tipagem do Antígeno Leucocitário Humano (HLA) do embrião, no intuito de selecionar embriões HLA-compatíveis com algum irmão já afetado pela doença e cujo tratamento efetivo seja o transplante de células-tronco, de acordo com a legislação vigente.

3. O tempo máximo de desenvolvimento de embriões in vitro é de até 14 (quatorze) dias.

VII - SOBRE A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO (CESSÃO TEMPORÁRIA DO ÚTERO)

As clínicas, centros ou serviços de reprodução podem usar técnicas de reprodução assistida para criar a situação identificada como gestação de substituição, desde que exista uma condição que impeça ou contraindique a gestação.

1. A cedente temporária do útero deve:

a) ter ao menos um filho vivo;

b) pertencer à família de um dos parceiros em parentesco consanguíneo até o quarto grau (primeiro grau: pais e filhos; segundo grau: avós e irmãos; terceiro grau: tios e sobrinhos; quarto grau: primos);

c) na impossibilidade de atender o item b, deverá ser solicitada autorização do Conselho Regional de Medicina (CRM).

2. A cessão temporária do útero não pode ter caráter lucrativo ou comercial e a clínica de reprodução não pode intermediar a escolha da cedente.

3. Nas clínicas de reprodução assistida, os seguintes documentos e observações devem constar no prontuário da paciente:

a) termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos pacientes e pela cedente temporária do útero, contemplando aspectos biopsicossociais e riscos envolvidos no ciclo gravídico-puerperal, bem como aspectos legais da filiação;

b) relatório médico atestando a adequação da saúde física e mental de todos os envolvidos;

c) termo de Compromisso entre o(s) paciente(s) e a cedente temporária do útero que receberá o embrião em seu útero, estabelecendo claramente a questão da filiação da criança;

d) compromisso, por parte do(s) paciente(s) contratante(s) de serviços de reprodução assistida, públicos ou privados, com tratamento e acompanhamento médico, inclusive por equipes multidisciplinares, se necessário, à mulher que ceder temporariamente o útero, até o puerpério;

e) compromisso do registro civil da criança pelos pacientes, devendo essa documentação ser providenciada durante a gravidez; e

f) aprovação do(a) cônjuge ou companheiro(a), apresentada por escrito, se a cedente temporária do útero for casada ou viver em união estável.

VIII - REPRODUÇÃO ASSISTIDA POST MORTEM

É permitida a reprodução assistida post mortem, desde que haja autorização específica para o uso do material biológico criopreservado em vida, de acordo com a legislação vigente.

IX - DISPOSIÇÃO FINAL

Casos de exceção não previstos nesta resolução dependerão da autorização do Conselho Regional de Medicina da jurisdição e, em grau recursal, do Conselho Federal de Medicina.

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DE GOIÁS

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 25 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o Programa de Recuperação de Créditos para Registrados no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Goiás - editado com base no disposto na Resolução nº 2000/2022 - Confere.

O Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Goiás - Core-GO, por sua Diretoria Executiva, no uso das suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto na Lei 12.514/2011, com alterações dada pela Lei nº 14.195/2021, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

Considerando os princípios da eficiência, eficácia, razoabilidade e economicidade, aplicáveis na recuperação dos créditos;

Considerando que o incentivo para o pagamento com os descontos proporciona redução de processos a ser encaminhados para ajuizamento, o que representa redução de custos e mão de obra;

Considerando o disposto no art. 29 da Resolução nº 2000/2022 do Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere, que faculta aos Conselhos Regionais a instituição de Programa Permanente de Recuperação de Créditos, resolve:

Art. 1º - instituir o Programa de Recuperação de Créditos do Core - Go, objetivando a regularização de débito de anuidades, dos representantes comerciais, registrados neste Regional, que consta da relação de inadimplentes com anuidades, cujo vencimento se deu a mais de vinte e quatro meses.

Art. 2º - Os débitos provenientes de multas e juros, incidentes sobre as anuidades vencidas terão redução dos acréscimos legais, nas condições estabelecidas nesta Resolução, somente para pagamento com cartão de débito ou de crédito.

§ 1º Incluem-se no Programa, todos os débitos incidentes sobre anuidades, inscritos em dívida ativa a mais de dois anos, em nome do optante, sejam oriundos de anuidades, multas por infração à legislação profissional, saldo remanescente dos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, ainda que cancelado por falta de pagamento ou outros débitos, deverão, obrigatoriamente, ser consolidados em um único pedido de parcelamento.

§ 2º O Programa se aplica, igualmente, aos débitos inscritos em dívida ativa e aos que estejam em fase de execução fiscal já ajuizada.

Art. 3º - A adesão deverá ser feita por meio de requerimento dirigido ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Goiás, conforme modelo disponível no site core-go@core-go.org.br.

Art. 4º - O requerimento de inclusão no Programa deverá ser apresentado no período de 01/09/2022 a 10/12/2022, voltando a prevalecer as regras anteriores de parcelamento de débitos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término da vigência deste Programa.

Art. 5º Os débitos existentes poderão ser pagos com redução das multas e juros, da seguinte forma:

I - com 90% (noventa por cento) de desconto sobre multas e juros, para pagamento à vista, ou em até 06 (seis) parcelas no cartão de crédito;

II - com 80% (oitenta por cento) de desconto sobre multas e juros, para pagamento em até 12 (doze) parcelas no cartão de crédito;

III - Em caso de pagamento à vista, o Core-Goiás, poderá emitir o boleto bancário;

IV - Os Termos de Confissão e Reconhecimento de Dívida e os Termos de Compromisso de que trata esta resolução serão elaborados pelo Departamento da Dívida Ativa.

Art. 6º Os devedores que tenham sido beneficiados com outros parcelamentos e não tenham quitado integralmente os seus débitos, poderão requerer a inclusão do saldo devedor no Programa, desde que, aplicados os prazos e as condições previstas neste instrumento:

§ 1° No reparcelamento poderão ser incluídos novos débitos, sobre os quais não incidirá o percentual previsto no caput deste artigo.

§ 2º Nos casos de reparcelamento de saldo remanescente de parcelamento anterior, ao percentual fixado no caput deste artigo, será acrescido o valor correspondente aos acréscimos a serem reincluídos no débito.

Esta Resolução entra em vigor nesta data, ad referendum, do Plenário do CORE-GO.

CÉLIO RIBEIRO SILVA
Presidente do Conselho